

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 9 • Número 1 • Janeiro - Junho 2017



DOSSIÊ

Economia da droga – políticas públicas
em segurança pública

André Luís T. Dantas

RESENHA

Spedding, Alison. (2008) *La segunda vez
como farsa: etnografía de una cárcel
de mujeres en Bolivia*

por Alexandre Belmonte

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitora de Graduação – SR1

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Elaine Ferreira Torres

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

Diretor

Domenico Mandarino

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

FACULDADE DE DIREITO

DIRETOR

RICARDO LODI

NÚCLEO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Janeiro-Junho 2017 - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2017.
v. ; il.
306p.

Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexandre Belmonte - UERJ

Alexis T. Dantas - UERJ

Carlos Juárez Centeno - UNC

Dejan Mihailovic - TEC/Monterrey

Katarzyna Dembiczy - CESLA

Lená Medeiros de Menezes - UERJ

Maria Luzia Landim - UESB

Maurício Mota - UERJ

Nilson Alves de Moraes - UNIRIO

Tatyana de A. Maia - USS

Zdzislaw Malczewskis - Scr. - Paraná

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos - UESB

Paulo Roberto Gomes Seda - UERJ

Andre Luis Toribio Dantas - UERJ/FAETEC

Eduardo Antonio Parga - UGF

Fernando Rodrigues - USS

Alexandre Dumans - UCAM

Maria Medianeira Padoin - UFSM

Marianna Abramova - Academia Financeira/Gov.Moscou

Sergey V. Ryazantsev - ISPR/RAS/Moscou

Adalberto Santana - UNAM

Irina Vershinina - Academia Financeira/Gov.Moscou

Hennque Shaw - UNC

Editoração Eletrônica:

Rogério Mota - UERJ

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



**Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de
auxílio financeiro da CAPES - Brasil.
Programa de Apoio a Projetos Institu-
cionais com a participação
de Recém-Doutores (PRODOC)



Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2017-vol. 1, reúne artigos de pesquisadores latino-americanistas resultantes dos projetos e estudos dos grupos de pesquisa desenvolvidos em suas universidades como Sociedade e Cultura, Cultura Política, Economia e Relações Internacionais, Saúde e Educação, Cinema e História e História e Cosmóvisão.

São estudos que visam à transdisciplinaridade e se destacam pelo pluriculturalismo que envolve as questões americanas, como a diversidade, os preconceitos, o racismo e os problemas de gênero.

A Resenha, de autoria do Professor Alexandre Belmonte, privilegia a questão de gênero. Trata da obra de Alison Spedding, *La segunda vez como farsa: etnografía de una cárcel de mujeres en Bolivia*. Alison é uma latinoamericana, antropóloga britânica, oriunda do King's College, Cambridge, radicada na Bolívia.

O Dossiê de autoria do Professor André Luis Toribio Dantas trata do problema das Drogas – *Políticas Públicas em Segurança Pública*. Destaca, no dossiê a *Política* de Segurança Pública do Estado brasileiro e as construções de regulamentações do consumo das drogas no Brasil entre 2002 a 2010.

Os textos publicados neste número da Revista *Latinidade* revelam a inquietação dos autores com os problemas que envolvem o mundo contemporâneo e a procura de superação das crises que assolam as sociedades atuais.

Maria Teresa Toribio B.Lemos
Alexis T. Dantas
Organizadores

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se caracteriza pelos estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa Política e Cultura, Política e sociedade, Economia e Relações Internacionais, além de Saúde e Educação. Os estudos sobre cultura política atendem aos Grupos de trabalho/ GT do Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas, do Laboratório de Estudos das Américas/LEPAS e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por pareceristas, professores da UERJ/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e colaboradores de outras universidades do Estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da UFRJ/ Universidade Federal do Rio de Janeiro; UNIRIO/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; UFSM/ Universidade Federal de Santa Maria, entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os pareceristas os professores Drs. Elias Marco Kalil Jabbour (UERJ), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST), Dejan Mihailovic (TEC/Monterrey), André Luis Toribio Dantas (UERJ/FAETEC) e Ximena Antonia Diaz Merino (UFRRJ).

No final dos artigos encontram-se as datas de recebimento e aprovação dos textos entregues para publicar.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

Sumário

Apresentação 5

Linha Editorial 7

DOSSIÊ

Economia da droga – políticas públicas em segurança pública 11

André Luís T. Dantas

RESENHA

Spedding, Alison. (2008) *La segunda vez como farsa: etnografía de una cárcel de mujeres en Bolivia* 23

por Alexandre Belmonte

ARTIGOS

Os paradigmas das relações comerciais Brasil/China 37

Alexis Toribio Dantas

Elias Marco Khalil Jabbour

Identidad sudamericana en clave constructivista a partir de la relación estratégica de Argentina y Brasil (2003-2015) 53

Carina Alejandra Lacey

Duas facetas do fervor religioso contemporâneo: da violência do extremismo islâmico às tentativas de interferência da visão de mundo evangélica nas políticas públicas 103

Denise dos Santos Rodrigues

“Nudes”: visualidades do eu por imagens eróticas 129

Eduardo Bianchi

Zeballos y la función de la escuela en la identidad patriótica 153

Enrique Shaw

Esther S. Borgarello

Las restricciones al derecho a la libertad personal y la incidencia del control que realizan los organismos internacionales.

Corte Interamericana de Derechos Humanos y su incidencia en Argentina 167

Esther Susana Borgarello

Carlos Juárez Centeno

Brasil: um modelo de desarrollo entre lo económico y lo social 175

Fernando Montero Cordero

Porto Maravilha: experiências culturais e ressignificação do espaço urbano 209

Flávia Barroso de Mello

Estratégias do capital imobiliário-financeiro face às transformações urbanas na área central do Rio de Janeiro 251

Gabriel Silva de Araujo Teixeira

Entre o céu e a terra, a mediação política da arte 247

Isabel Cristina Chaves Lopes

Implicações identitárias e povos marginalizados no Nordeste do Brasil 257

Jackson Bentes

Razones estructurales del auge y declive de los gobiernos populares 273

Jaime Osorio

DOSSIÊ

Economia da droga – políticas públicas em segurança pública

Prof. Dr. André Luís T Dantas -NUCLEAS/UERJ/FAETEC

A demanda por drogas consideradas ilegais representa um dos pontos principais para a problematização de Políticas Públicas em Segurança Pública. O reajuste no preço das drogas implica em redução do consumo e uma reação do consumidor. Como a repressão provoca a alta do preço, quando essa situação ocorre, os consumidores de droga se rearticulam, “eles reorganizam seus planos de consumo, passam de um produto para outro, combinam seus ganhos legais e o fruto da delinquência para se adaptar às modificações de sua vizinhança” (KOPP, 1998, p. 10).

A proposição de Pierre Kopp é corroborada por Mark Kleiman (1998), segundo o qual a criminalidade funciona como um oligopólio, com certo viés de concorrência e não como um monopólio. Kleiman acentua que a política do Estado contra as drogas não é um combate moralista, sendo mais numa forma de influenciar o preço, a disponibilidade e o consumo, enquanto uma mercadoria especial, por meio da aplicação de políticas públicas. E para a aplicação de políticas eficazes é preciso conhecer o comportamento dos usuários de drogas e a organização dos traficantes.

Becker (1998) observa que os consumidores compulsivos não querem se privar do prazer ou da satisfação que sentem com o uso da droga, e por isso pagam qualquer preço para obtê-la. Bernard Morel e Frédéric Rychen (1994) contribuem para nossa análise quando abordam a questão do aumento do consumo e a “dependência”. Para os autores “[..] com a primeira experiência, o consumidor de droga perderia toda vontade própria porque as substâncias

toxicomonogênicas que ele absorve o levariam a consumir cada vez mais” (MOREL; RYCHEN. 1994. p. 55).

As considerações de Michael White e William Lusksetich (1983) e Bertrand Lemennicier (1992) são significativas para formulação de políticas em relação às drogas. Eles afirmam que os usuários de droga concentram seu consumo em um único bem: a droga. E acrescentam que o consumidor iniciante é sensível ao preço, mas a “dependência” faz com que não se importe mais com o aumento do custo do entorpecente.

Kennedy e Reuter (1993) fazem um contraponto com Kop. Eles observaram que o aumento do custo de produção da cocaína na Colômbia determinou apenas uma pequena alta no preço a varejo da cocaína vendida nos Estados Unidos. Nesse aspecto, Kopp (1998) e Reuter concordam que os traficantes constituem um oligopólio pouco cartelizado nos países produtores. Por isso, Kopp afirma que o mercado da droga funciona como um oligopólio, constituído por bandos rivais oriundos da “criminalidade organizada”, e submetido a uma forte pressão de “traficantes marginais” desejosos de derubar a barreira da entrada para aproveitar as oportunidades de lucro.

Em relação política de repressão à atuação dos traficantes, Milton Friedman (1999) e Charles-Henri de Choiseul-Praslin (1999) possuem visões que se identificam. Friedman é menos radical que Choiseul-Praslin. Eles consideram que a repressão aos traficantes serviria para dinamizar os seus lucros, pois se aproveitariam da repressão policial para justificar o aumento do preço do entorpecente. Por isso, os dois autores são contrários à proibição da droga. Que política adotar?

A política de redução de danos é uma das alternativas que contorna a questão da ilegalidade, não aposta na repressão, e por isso mesmo provoca intensa polêmica.

As questões apresentadas sobre redução de danos se referem efetivamente a indivíduos que possuem comportamentos de consumo abusivos de drogas, constituindo um grupo de alto custo econômico para a sociedade.

Na área de Segurança Pública, de acordo com Soares, a imagem utilizada do vendedor de drogas é fantasiosa e moralista. Segundo Soares (2010, p.23):

[...] Dragão da maldade, crudelíssimo e violento é uma construção social estigmatizante que costuma ser aplicada de modo generalizante e que funciona como instrumento de reprodução de preconceitos e desigualdades sociais. Raros são aqueles que agem em conformidade com a descrição que identifica o sujeito com a monstruosidade inumana [...]

Soares sustenta que fundamentações de Políticas Públicas construídas, a partir destes preconceitos, possuem efeitos nefastos, estimulando a corrupção policial e o desenvolvimento das organizações paramilitares que estimulam o tráfico de armas. O avanço da mentalidade moralista e conservadora, que aborda a dinâmica do consumo e comércio de drogas ilícitas entre usuários pobres e negros, ampliam a violência letal e possibilita as formulações de políticas de ações policiais brutais e degradadas, além de criminalizar a pobreza. Soares afirma de forma contundente que:

[...] desafio que se encontre um adolescente de classe média, branco e bem posto na vida, que esteja internado em uma entidade socioeducativa, ou caso seja maior de idade, detido em alguma Instituição Prisional do Estado do Rio de Janeiro [...] (SOARES, 2010, p. 24 2010).

Os valores cristalizados pelos imaginários moralistas e positivistas que se propõem a sustentar uma Política de Segurança Pública traduzem a reafirmação das fragmentações humanas e sociais. Por isso, mantém a ideologia produtora das desigualdades de distribuição e controle da riqueza social.

Soares trata também da Política de Segurança Pública do Estado brasileiro e as construções de regulamentações do consumo das drogas no Brasil

entre 2002 a 2010. Destaca questões fundamentais sobre direitos humanos e dinâmica institucional federalista para o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, além de priorizar a análise da desigualdade social onde ocorre a criminalização da miséria, gerando uma superpopulação carcerária no Rio de Janeiro, regulada pela economia da droga.

Os direitos humanos estão para as desconhecidas possibilidades de resgate da vida através do reencontro com os significados da identidade cultural e individual como as armas bélicas estão para a indústria da guerra.

Segundo Thamy Pogrebinschi (2010, 132).¹

[...] Marx não se contentou com a aparência e buscou essência, desejou subverter a prática e não fazer dela um entrave à teoria. Suas ideias permanecem atuais, pois provêm respostas para problemas que não deixamos de ter na medida em que não deixamos de ser modernos. Toda mudança histórica, afinal, assenta-se na dialética entre o que é e o que deve ser. É preciso fazer da teoria uma prática, buscando-se compreender a realidade para então propor que ela seja refeita [...]

Gaudêncio Frigotto (1989) afirma que no trabalho propriamente de pesquisa, de investigação, um primeiro esforço é o regaste crítico da produção teórica ou de conhecimento já produzido sobre a problemática em questão. Definido o embate no plano teórico-metodológico, começa a pesquisa dos múltiplos elementos e dimensões do problema que estamos querendo desvendar.

Segundo o autor, a teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá *na e pela práxis*, vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A abordagem de um tema

implica em escolhas teóricas, trabalhar suas particularidades em mediação com uma universalidade histórica, relacionar teoria e prática.

Em relação à política pública de repressão e à atuação dos traficantes, Milton Friedman (1999) e Charles-Henri de Choiseul-Praslin (1999) discutem a questão de maneira oposta. Friedman é menos radical que Choiseul-Praslin. Eles consideram que a repressão aos traficantes serviria para dinamizar os seus lucros, pois se aproveitariam da pressão policial para justificar o aumento do preço do entorpecente.

O Estado e a sociedade civil se encontram em uma “guerra civil” permanente onde o indício desta relação estaria no “poder paralelo” atuando à margem do Estado de Direito. Este poder é atribuído aos operadores varejistas do mercado de drogas, situados nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos.

O discurso do Estado possui um caráter salvacionista, em nome da Saúde Pública, do Código Penal Brasileiro ou da soberania do Estado em risco devido às ações “ofensivas terroristas dos narcotraficantes”.

Os argumentos derivados dos saberes médicos-jurídicos, dos interesses capitalistas e seu modo de produção determinam forças políticas que tem como meta “absoluta” estabelecer uma realidade “livre de drogas”. A prática social que tal discurso desloca seus significados procura uma purificação e higienização da sociedade brasileira.

A Lei de combate as drogas executada pelo Estado investe contra os direitos fundamentais que compete ao próprio Estado zelar. Então, o poder soberano aplica seu poder onde não poderia aplicar. Esta contradição demonstra uma fratura estrutural não só ao modelo republicano-democrático, mas, também, como relação ao próprio desenvolvimento do liberalismo. Aqui a exceção soberana aplica uma norma desaplicando outras que deveriam, em teoria, orientar sua máxima conduta. Consideramos que este processo de exclusão-includente do ordenamento jurídico retrata e expressa à contradição fundamental encapsulada na Lei que combate as drogas e que deseja permitir

¹ Professora de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

ao pseudo poder do Estado brasileiro o controle político sobre o uso e a economia das drogas.

A Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) até dezembro de 2010 estava sendo dirigida como uma instituição militar, que possui historicamente uma investidura simbólica no imaginário da tradição política brasileira de ser a “salvaguarda da moralidade da nação”. Este órgão incumbido de desenvolver e promover a Política Nacional sobre Drogas (PNSD), em praticamente todo seu tempo de funcionamento, foi presidido por um General, só passando a fazer parte da política do Ministério da Justiça em janeiro de 2011.

Uma importante deliberação da Política Nacional sobre drogas afirma que “de forma a aperfeiçoar e otimizar os mecanismos de prevenção e repressão contra as drogas e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos[...]” (PNAD 2001). Manifesta-se, objetivamente, a intenção de maximizar os instrumentos de prevenção médicos pedagógicos e de controle social, no sentido de evitar o contato com a droga, e se, uma vez contaminado por este ente “do mal”, cabem apenas a utilização dos instrumentos de repressão policial, jurídico e médico.

Qualquer intolerância, em todos os momentos históricos e em todas as civilizações, é responsável por massacres de corpos, almas, culturas, personalidades e costumes. O discurso entra como um canal através do qual se exerce o poder e o controle sobre os outros.

Tolerar, no entanto, não é apenas permitir o ser do outro, mas sim, respeitá-lo em toda a sua integridade. Segundo Françoise Héritier(2000, p. 17)

[...] Tolerar é aceitar a ideia de que os homens não são definidos apenas como livres e iguais em direito, mas que todos os humanos sem exceção são definidos como homens. Sem dúvida é aí que reside o fundamento de uma hipotética ética universal, que comporta consideráveis condições – de que haja uma tomada de consciência individual e coletiva, uma vontade política

internacional e o estabelecimento definitivo de sistemas educacionais que ensinem a não odiar[...]

A Política de Drogas no Rio de Janeiro ressignificou a substituição de possíveis princípios de tolerância das diversidades sociais para o discurso da intolerância através da repressão via Política de Segurança Pública.

A associação do narcotráfico e aumento de criminalidade com terrorismo é a senha reativa que determina as estratégias das políticas de ações em Segurança Pública de vários países da América Latina, inclusive o Brasil.

A sessão especial da Assembleia das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS) na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1998 fixou metas proibicionistas e de controle de drogas, que previam um “mundo livre das drogas” em dez anos. Os EUA comandaram e tiveram um papel fundamental nas decisões sobre as orientações políticas contra as drogas ratificadas pela ONU na UNGASS.

Em consequência das deliberações desta reunião, o Brasil e vários países da América Latina fundamentaram suas ações em Segurança Pública relacionadas às drogas. Desde então, a política de combate e proibição das drogas em vigor nos países latinos americanos tem se mostrado ineficiente e com implicações graves no campo da Saúde Pública e em uma perspectiva estrutural de Segurança Pública.

O Plano Colômbia foi elaborado pelos EUA com a justificativa de evitar que o Estado colombiano fosse ameaçado pela criminalidade associada ao Terrorismo. A elite econômica colombiana legitimou as estratégias deste plano. Este projeto dos EUA viabilizou a plataforma política de Antanas Mockus, na época prefeito de Bogotá, denominada “cultura cidadã”, que serviu de modelo de inteligência policial para Cabral e Beltrame implementar a política de ação em segurança Pública no Rio de Janeiro. Tanto em Bogotá e Medellín quanto no Rio de Janeiro ocorreu à autocracia, uma união da elite latino-americana com a dos Estados Unidos.

Atualmente as referências de modelos de Estados que implantaram as “pacificações dos territórios” análogos a Medellín e Bogotá através do Plano Colômbia são: Sul do México, Guatemala e Rio de Janeiro.

No Brasil, a lei de drogas ainda é turva em relação à diferenciação entre uso e tráfico, embora tenha o mérito de ter acabado com a pena de cadeia para o usuário e o pequeno cultivador de maconha. Também no ano passado a Argentina descriminalizou o usuário, mas ainda são avanços tímidos de cidadania e direitos humanos. As medidas legislativas mais expressivas vieram do Equador, que soltou das cadeias indivíduos miseráveis aliciados para transportar drogas, conhecidos como “mulas”.

No Brasil, o governo de Luís Inácio Lula da Silva criou a Força Nacional de Segurança Pública para atuar em situações de descontrole da violência nos estados brasileiros. Com o Projeto Território da Paz do PRONASCI, o governo lançou as bases das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em parceria com o Governo do Rio de Janeiro.

A Política de Ação Policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, denominada de Unidades Pacificadoras (as UPPs), é financiada por empresários, que perceberam o potencial de negócios diversificados que os paramilitares (conhecidos por milícias) estão controlando ao expulsarem as facções do tráfico de drogas das favelas que exploravam basicamente o comércio de drogas ilícitas.

O Instituto de Segurança Pública em parcerias com Universidades produz atualmente os diagnósticos regionais brasileiros. Propostas como a consolidação do programa de proteção à testemunha, a reforma da perícia, a gestão unificada do sistema de informação, ouvidorias independentes, corregedorias unificadas e o respeito aos direitos humanos podem ser refletidas objetivando novos encaminhamentos para a reformulação de uma Política de Drogas para o Estado brasileiro.

O Brasil atualmente é o principal corredor da cocaína no mundo, de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)². A rota que vem da Colômbia, Peru e Bolívia, possui destino final na Europa, passando antes por países africanos.

Para o especialista em segurança pública e coordenador do núcleo de estudos sobre violência da PUC-Minas, Robson Sávio Reis Souza, a rota do tráfico internacional de drogas passa pela África como forma de estratégia dos traficantes para driblar a fiscalização. (Souza, 2010).

O relatório da ONU intitulado “A Globalização do Crime: Uma Avaliação sobre a Ameaça do Crime Organizado Transnacional” aponta que a demanda por cocaína está caindo na América do Norte, enquanto cresce na Europa, o que aumenta o interesse dos traficantes pelos portos brasileiros.

Segundo as Nações Unidas, Bolívia e no Peru estão concorrendo com a Colômbia como regiões de maior produção de cocaína do mundo. Atualmente, a Colômbia é o maior fornecedor desta droga. O estudo aponta que surgiu no Brasil um mercado de consumidores de merla (derivado da cocaína com produtos químicos como cal virgem), geralmente consumido com cigarros, que concorre com o crack como mais uma forma de cocaína com custos de produção mais barato.

O governo Lula (200/2010) aumentou o efetivo da Polícia Federal e triplicou os investimentos em Segurança Pública em relação às medidas brasileiras na área em 2002. Mas, ainda assim, drogas continuaram entrando em escala industrial nas grandes, médias e pequenas cidades brasileiras.

O tratamento repressivo ao consumo de drogas ilícitas obedece à estratégia inspirada pela política criminal norte-americana, e é mais uma manifestação da hegemonia dos Estados Unidos no mundo. Mas as estatísticas sobre o uso abusivo de drogas ilícitas nas últimas décadas demonstram que

² Relatório Organização das Nações Unidas - ONU, 07.01.2011, p.146.

houve aumento do consumo de drogas e também da lucratividade do tráfico, com todos os desdobramentos que isso produz inclusive corrupção policial.

A pseudo-descriminalização do usuário com a lei utilizada para definir uso pessoal de drogas (artigo 28 da lei 11.343, de 2006) não é muito diferente da velha Lei de Entorpecentes da época da ditadura: a maquiagem foi retocada, mas permanece inalterada a mesma ênfase no sistema jurídico-policial como forma principal de lidar com a problemática das drogas.

Atualmente³, no Brasil, existem três tendências relativas à política anti-drogas. A que possui posição hegemônica na prática e no discurso governamental é aquela proibicionista, repressiva e militarizada, alinhada com a política Antidroga dos EUA. Os atores principais dessa política são a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), ligada ao Ministério da Justiça, o Ministério do Exterior e o Ministério da Defesa. O objetivo é coibir a oferta e a demanda das drogas consideradas ilícitas.

A segunda é a redução de danos. O principal agente dessa política é o Ministério da Saúde. Essa é uma política que surge ligada à ação de contenção da pandemia do HIV/Aids, especialmente com a medida terapêutica da substituição de seringas. Essas ações também se apoiam no sucesso das políticas públicas relativas à prevenção do HIV/Aids. Uma conquista dessa postura da redução de danos foi à alteração do nome da Política Nacional Antidrogas (PNAD), a partir do Fórum Nacional sobre Drogas (2004). O prefixo “anti” da PNAD foi substituído pelos termos “sobre drogas”.

A terceira tendência, muito mais débil que as anteriores, têm a ver com o debate público sobre controle social das drogas. Os atores principais são Organizações Não-Governamentais, Programas Acadêmicos Universitários e Instituições militantes da sociedade civil, além Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. Nesse caso, chega-se até a formular a possi-

bilidade do uso terapêutico da *cannabis*⁴, além de sua liberação. O objetivo é contribuir para reduzir os danos sociais da atual política de drogas no Brasil.

Se de um lado o governo do ex-presidente Luís Inácio da Silva manteve uma ótica repressiva as drogas, de militarização de um fenômeno que é social, alguns avanços podem ser identificados nas diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (PNSD) entre 2002 e 2010.

- Referência ao uso *indevido*, distinto de outros usos – inicial, ocasional, uso indevido, uso pernicioso;
- Reconhecimento da importância de respeito aos Direitos Humanos previstos na Constituição Federal, base do Estado de Direito, endossando compromissos internacionais;
- Redução de danos referida como forma de prevenir a hepatite B e C. Sugere-se experimentar a redução de danos, sem preconceitos, considerando-se que nem todos conseguem chegar à abstinência;
- Definição de um modelo aberto, reunindo governo e sociedade, instituições e cidadãos no desenvolvimento das ações empreendidas, em um projeto de responsabilidade compartilhada;
- Prevenção como forma de reduzir consequências perniciosas sociais e de saúde. Ações preventivas e educativas no ambiente de trabalho como direito do empregado e obrigação do empregador.

Após 2010, a estrutura de organização da política nacional sobre drogas foi modificada pelo o novo governo eleito para dar continuidade às políticas sociais desenvolvidas durante a gestão do ex-presidente. A nova política sobre drogas brasileira estará integrada com a Política de Segurança Pública Nacional.

⁴ Cannabis – gênero botânico de algumas plantas, dentre elas, a mais famosa é a *Cannabis sativa*, da qual se produz o haxixe e maconha.

³ Relatório SENAD – 2012.

RESENHA

Spedding, Alison. (2008). *La segunda vez como farsa: etnografía de una cárcel de mujeres en Bolivia*. La Paz: Editorial Mama Huaco, 260 p.

Resenha por Alexandre Belmonte¹

A primeira vez que encontrei Alison Spedding foi no inverno de 2015, em Sucre, durante um congresso da Asociación de Estudios Bolivianos. Seu fenótipo caucasóide mal aparecia sob o *sombrero de chola*, um *aguayo* à guisa de manta amarrado sobre as costas. Mascava folhas de coca e eventualmente posava para uma foto ou dava um autógrafo, rodeada de jovens e entusiasmados estudantes universitários.

Naquele momento, a vi como uma excêntrica. Não sabia ainda que Alison Spedding estava fora e longe do centro de diversas formas.

Apresento a sua etnografia, escrita dentro da Penitenciária Feminina de Miraflores, em La Paz, enquanto a própria autora era uma das detentas. Um desafio metodológico, narrativo, científico. Uma etnografia e um manifesto feminista. Denúncia crua de um sistema penal e, sobretudo, dos pressupostos morais e civilizacionais que o balizam.

Spedding é uma antropóloga britânica, oriunda do King's College, Cambridge, onde estudou Arqueologia, Antropologia e Filosofia, doutorando-se na London School of Economics. Radicada na Bolívia desde 1989, é autora de inúmeras obras acadêmicas –etnografias, livros, ensaios – além de ter uma produção notável como autora de ficção. É professora titular de Sociologia e Antropologia na Universidad Mayor de San Andrés, em La Paz.

¹ Alexandre Belmonte é professor adjunto de História da América na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O livro que apresentamos é uma etnografia sobre um presídio feminino, escrita de modo muito singular, pois a autora a elaborou quase integralmente enquanto encontrava-se ela própria encarcerada na penitenciária feminina de Miraflores, na capital executiva do país. Estudiosa das culturas cocaleiras da região de Los Yungas, Spedding envolveu-se profunda e familiarmente com aquelas pessoas e seu modo de vida – em 1994, lançou o livro *Wachu Wachu: cultivo de coca e identidad en los Yungas de la Paz* – tornando-se uma figura pública muito crítica das posturas do governo, em relação aos cocaleiros e em assuntos gerais da política, economia e sociedade bolivianas. Em 1998, às vésperas de uma conferência que daria na Inglaterra, Spedding teve seu domicílio em La Paz invadido e revistado pela polícia. Foi acusada e julgada por tráfico de drogas, e sentenciada a 10 anos de prisão. A opinião dos acadêmicos e de alguns jornalistas caminhou no sentido de considerar que sua prisão foi politicamente motivada. Entretanto, Spedding cumpriu dois anos e meio de pena, sendo posta em liberdade apenas em setembro de 2000.

Retornando ao mundo acadêmico, Spedding lança, em 2008, esse estudo tão peculiar quanto original. Além de retratar o cotidiano de uma cadeia feminina em La Paz, o livro de Alison Spedding também apresenta reflexões teóricas e metodológicas em relação ao próprio fazer etnográfico, sobretudo porque a autora era uma das detentas. Além disso, Spedding distancia-se de um feminismo permissivo e compassivo em relação a toda e qualquer atitude feminina, apontando questões de caráter, de personalidade e sobretudo circunstanciais, das detentas, que, no contexto infernal de uma cadeia, tornam-se insuportáveis e inexcusáveis. De fato, a autora afirma que o livro deveria se chamar “Etnografia da miséria humana”.

O livro é dividido em seis capítulos, os quais são subdivididos em seções. No prefácio, a autora narra as dificuldades de se escrever uma etnografia quando se está encarcerada junto às detentas que pretende descrever, quando se está imersa no mundo que intenta narrar e compreender. Por outro lado, como destaca a autora, é muito improvável que ela tivesse se ocu-

pado desse tema, não fosse pela sua própria detenção, já que se trata de um assunto que “tem conteúdos, conclusões e futuras possíveis projeções que são inteiramente negativas e deprimentes”². Spedding não deixa de lembrar que os antropólogos que se debruçaram sobre esse tema o fizeram do lado de fora, adentrando “em campo” apenas de forma esporádica e estando em uma posição completamente externa em relação aos detentos e ao mundo prisional. O processo que resultou em sua condenação é narrado em pormenores no prólogo, deixando perceber a fragilidade das instituições jurídicas bolivianas e a tendência politicamente orientada dos personagens que representam a Justiça no país, além de todo o entrevero burocrático, com suas delongas e seus tráficos de influências.

No primeiro capítulo, a autora inicia a sua “descrição densa” do campo etnográfico: fala do espaço físico (bastante reduzido em comparação a outras penitenciárias do país), da rotina diária e dos dias festivos, da economia carcerária e, finalmente, faz uma descrição do(s) crime(s) pelo(s) qual (quais) algumas daquelas mulheres encontram-se encarceradas em Miraflores. Sendo uma prisão de alta segurança, entre 70 e 80% das internas estão ali por enquadrarem-se de alguma forma na Lei 1008 (Lei de Coca e Substâncias Controladas). Quase todas as detentas são vendedoras ou consumidoras-vendedoras de pouca monta, tendo sido detidas com gramas, e não quilos, de base ou cristais de cocaína. Dentre as detentas, mulheres de todas as classes – embora, evidentemente, não haja registro de uma mulher pertencente às classes mais altas no estudo de Spedding. Nas descrições das histórias de delinquência dessas mulheres, o trabalho de Alison Spedding deixa ver importantes elementos da cultura popular boliviana, como a distinção entre mulheres *de pollera* (vestido tradicional de *chola*, ícone nacional da mulher mestiça / “indígena”) ou *de vestido* (roupas comuns, não tradicionais): “*era de vestido, su abuela era de pollera*”. Os relatos também nos mostram as múltiplas

² Todas as traduções foram feitas livremente pelo autor da resenha.

realidades sociais no país, e toda a parcialidade jurídica nos processos de condenação, bem como sua convivência com o poder econômico e político.

No segundo capítulo, Spedding pensa o presídio feminino como uma sociedade panótica de outro tipo daquela descrita por Foucault: ali, cada detenta vive constantemente sob a vigilância das outras, muito mais do que dos guardas. A autora narra as condições de convivência no interior do presídio, onde não há biblioteca ou espaço para entretenimento, cultura, arte ou qualquer tipo de formação técnica ou humanística. Ao contrário, salas outrora destinadas à recreação passaram a ser utilizadas como celas à medida que aumentou consideravelmente o número de detentas entre o final dos anos 1990 e início do século XXI. Não só as detentas que têm filhos pequenos os criam dentro de Miraflores, como também muitas policiais trazem consigo seus filhos menores para o trabalho. Aspectos da cultura popular boliviana aparecem no que diz respeito a como as detentas criam seus filhos, alternando mimos desmedidos e uma raiva incontrolável. Os filhos em geral tendem a repetir o padrão dúbio e incerto de suas mães, ora comportando-se bem, segundo uma moral cristã popular (o “bom menino”), ora servindo à mãe para pôr ciúmes ou mesmo xingar uma companheira de cela a seu mando (o “menino travesso”).

Também as informantes são tratadas nesse capítulo, e podem ser de qualquer classe social, mas se distinguem em relação aos motivos pessoais por que delatam suas companheiras. As delações vão desde casos graves como tráfico de drogas no presídio, até assuntos insignificantes e banais, e mesmo moralistas, como “os modos” de determinada presa perante à comunidade carcerária. Para Alison Spedding, uma intelectual feminista, é certamente um choque ver como se tratavam umas às outras aquelas mulheres encarceradas. Nesse sentido, Spedding afasta-se radicalmente de um feminismo do tipo “permissivo” e compassivo em relação às *hermanas*, apontando não só as falhas de caráter, mas sobretudo o quão pouco solidárias são as presas umas com as outras. Estando trancafiada em um ambiente feminino,

mas não em um ambiente feminista, Spedding encontrou mulheres que se vangloriavam de terem “uma vida direita”, de não serem “promíscuas”, de serem fieis aos seus “esposos” – a autora marca também a distinção linguística bastante utilizada entre a palavra “esposo”, para as casadas em papel, e “marido”, para as concubinas (fenômeno que se pode observar também no falar das classes mais populares no Rio de Janeiro). As “amizades” são feitas e desfeitas a toque de caixa. No início de uma semana, duas detentas são inimigas mortais e necessitam ser contidas, mas pode ser que na sexta-feira já estejam rindo juntas e declarando amizade eterna.

Em relação ao amor físico, Spedding retrata somente as relações heterossexuais entre as detentas de Miraflores e os detentos de Obrajes (maior penitenciária de La Paz), intermediadas pelo pessoal da Segurança, por advogados e até mesmo juízes. Em troca de sexo, delação ou dinheiro, as presas conseguem ter visitas íntimas com seus cônjuges – ainda que os trâmites oficiais existam, eles são muito lentos e excessivamente burocráticos, exigindo documentos comprobatórios de estado civil ou união estável que a maioria das detentas, concubinas ou amasiadas, não possui. Esse aspecto da vida amorosa das detentas mostra o intercâmbio de favores sexuais e jurídicos: detentas saem para jantar e ir a motéis com seus advogados – e até mesmo com juízes – em troca de promessas de soltura ou abrandamento de pena que, invariavelmente, jamais acontecem. As detentas, em sua maioria, permanecem em estado de negação e, acreditando no que dizem esses “doutores”, continuam a se relacionar com eles por meses e anos. Por fim, nesse segundo capítulo também é abordada a função materna das detentas. Há interessantes incursões sobre a cultura popular e cristã do país, e, evidentemente, sobre como essa “mãe boliviana” exerce sua maternidade dentro de um cárcere.

O capítulo 3 analisa o drama existencial de se estar confinado e a despersonalização que ocorre a quem está encarcerado naquelas condições e sob aquele sistema jurídico. Spedding intitula esse capítulo de “Gulag boli-

viano”. Atônitas, a maioria das detentas chega a Miraflores alegando inocência, mas quase nunca se trata de inocência no sentido jurídico, mas sim segundo o próprio juízo da detenta sobre sua participação no delito. Presas acreditavam ser inocentes por terem sido pegas apenas com poucos gramas de base ou maconha, ou então porque julgavam seu crime justificável pela pobreza, pela circunstância, por ser a sua vítima um “mau caráter”...

As presas de Miraflores vivem cotidianamente uma situação de profunda impotência, pois dependem de “alguém lá fora” para absolutamente tudo: resolver problemas jurídicos, comprar comida e provisões, resolver problemas familiares etc. Diante dessa situação deprimente, as detentas geralmente assumem três tipos de postura: tornam-se autoritárias, vitimizam-se ou tornam-se paranoicas. O convívio com qualquer um dos três tipos resulta difícil, segundo a autora, o que aumenta o drama interior de quem se vê encarcerada. A angústia da espera pela liberdade – que nunca se sabe quando virá – torna a situação ainda mais dramática, e finalmente Spedding encerra o capítulo falando de uma “teoria da desgraça limitada e da maldade sem motivação”, segundo a qual uma presa que se encontra em situação de desgraça fará de tudo para que sua colega perca seus privilégios, de modo que sua desgraça seja “reduzida” – a alegria frente à desgraça alheia reflete bem o espírito de convivência entre as detentas. O fato de que a maioria das detentas queira demonstrar uma vida incorruptível dentro da cadeia – assumindo discursos e práticas moralistas repulsivas e antissociais – é visto como uma das doenças provocadas pelo sistema carcerário.

O capítulo IV faz uma incursão pelo mundo jurídico boliviano, abordando a invisibilidade dos presos – e sobretudo das presas – bem como a escassez de estatísticas judiciais que apontem objetivamente as fragilidades e incoerências desse sistema jurídico-carcerário. A autora cita uma série de estudiosos do tema ao analisar os principais tipos de delitos e os seus respectivos encaminhamentos jurídicos. A ignorância da maioria das condenadas sobre trâmites jurídicos e mesmo sobre o vocabulário jurídico faz com que

suas penas acabem sendo excessivas. Spedding também acredita que, à semelhança de uma *contaminação ritual* (como, por exemplo, o tornar-se “impuro” pelo contato com os mortos em algumas culturas), a maior parte da sociedade boliviana evita qualquer tipo de contato com um presidiário. No caso de uma presa mulher, deve-se manter ainda maior distância, pois a visão de uma presidiária corrompe a ideia da feminilidade pura, passiva, virginal e submissa. Se as mulheres estão encarceradas, pensa-se, é porque “são de má vida”. Aos advogados, Alison Spedding se refere como os “comerciantes da desgraça alheia”. Em primeiro lugar, não existia na Bolívia, à época de sua prisão, a possibilidade de abrir mão dos serviços de um advogado e levar adiante sua própria defesa. Os advogados disponíveis pelo sistema jurídico geralmente não se preocupam com detalhes do processo, coleta de carimbos ou assinaturas etc., o que acaba tornando todo o processo demasiadamente moroso e longo. Muitas vezes, segundo a autora, eles nem mesmo leem o processo, informando-se apenas através da narrativa confusa e fantasiosa das próprias condenadas. A indiferença da casta judiciária em relação aos condenados e a ignorância generalizada da população em relação às leis do país fazem com que todo o produto desse sistema – mormente o cárcere – pareça uma farsa para a autora, acostumada com o “rigor” da justiça – pelo menos no sentido formal – em seu país de origem.

A televisão – ou, como chama a autora, o ópio eletrônico – é o tema de análise do capítulo 5. A prevalência de programas televisivos estadunidenses dentro do presídio salta aos olhos de Spedding rapidamente. Ela cria de forma ácida e irreverente o neologismo *estadojodidense* (algo como “estadofo-didense”) e, ao invés de usar a abreviatura hispânica E.E.U.U. para Estados Unidos, usa E.E.J.J, para implicar no neologismo “Estados Jodidos”. Talvez um leitor mais suscetível e afeito aos rigores da academia pudesse criticar esse elemento jocoso (mas também político e ideológico) num texto acadêmico. Lembrando, entretanto, que a maior parte do livro foi escrito *in loco*, é natural que a autora tenha querido reproduzir com fidelidade suas reflexões, suas insatisfações, seu estado de ânimo... É bastante claro que, no contexto

de Miraflores, os programas norte-americanos não ajudam em nada, ao contrário, anestesiavam como um ópio. Além dos filmes e séries estadunidenses, as telenovelas ocupam posição de grande destaque na preferência das presas. As telenovelas brasileiras e argentinas são menos vistas, segundo a autora por serem muito sofisticadas para a realidade da maioria das detentas. Ao contrário, os preferidos são os melodramas amorosos, repletos de uma fervorosa moralidade católica, e as telenovelas mexicanas cumprem bem esse papel: reforçam estereótipos da mulher submissa e pura, que espera pelo marido, que no final é recompensada, após muito sofrimento, por ter sido paciente, boa, resignada e humilde. Uma mentalidade que se materializa durante as brigas entre as detentas, em que muito frequentemente uma acusa a outra de ser leviana, mulher fácil e promíscua, e de não ser uma boa “mulher de casa”.

Mais adiante nesse capítulo, Spedding indica como as prisões e seus internos são retratados pela televisão e pela imprensa na Bolívia, analisando o discurso dos repórteres e dos jornais, a associação de imagens, a distorção e o ocultamento de fatos, que, em seu conjunto, conduzem a uma opinião pública absolutamente avessa a qualquer abrandamento de pena ou compaixão para com o “criminoso”. Por sua vez, a opinião pública acaba sempre influenciando até mesmo os tribunais, e dessa forma os juízes justificam a negação das solicitações das presas ou a morosidade do processo como um todo. Programas como o *Telepolicia* e tabloides como *Extra* e *Gente* estão entre os mais populares do país. O preso, mesmo preventivamente, é imediatamente retratado por essas mídias como “criminoso”, e isso significa, para o senso comum, que deve ser exemplarmente punido, e que qualquer comodidade extra numa penitenciária (talvez uma simples ducha melhor) deve ser negada, pois a ideia é que o criminoso “pague pelo crime que cometeu”. O novo código penal de 2000, visto por especialistas como mais justo, humano e eficiente que o anterior, é mencionado na mídia apenas em situações como a de um preso suspeito de um crime “grave” que foi liberado, segundo o repórter, “pela facilitação que lhe dá o novo código penal” (e não, como seria

lógico dizer, “por falta de provas”, que é a razão jurídica de sua soltura). Isso evidentemente induz a uma opinião pública contrária às novas leis.

Normalmente, nesses programas mostram-se também adolescentes e crianças “corrompidas” pelo narcotráfico, a troca de míseros pesos bolivianos, ao passo que o verdadeiro narcotraficante seria um explorador milionário. Ameaçando a inocência da infância, é certo que, ao ingressar numa penitenciária como detento, a pessoa perde totalmente a confiança e o respeito da sociedade, para quem é necessário mantê-la em completo isolamento, pelo máximo de tempo possível. Os assassinatos geram mais comoção, como o caso de uma mulher que envenenou seus dois filhos pequenos com raticida e, em seguida, ingeriu sua parte. O veneno que restara já não era o bastante para matá-la, de modo que foi conduzida pela polícia a um hospital. Ainda semiacordada, pouco consciente do que se passava, deparou-se com as câmeras do *Telepolicia* sobre seu leito, e um repórter lhe indagando se ela se dava conta do que tinha acabado de fazer. Como observa a autora, a opinião pública foi unânime em execrá-la, ao invés de compadecer-se pela sua extrema pobreza e pelo fato de criar os filhos só e com menos de 5 dólares por dia. Cada filho havia sido fruto de um casamento, e em nenhum momento se questiona o abandono dos filhos pelos respectivos pais. Ao contrário, vizinhos a acusam de “sair com muitos homens”. Os estereótipos sobre os papéis masculino e feminino, a obsessão da sociedade pela punição, as ideias cristãs de penitência – tudo isso certamente ajuda a criar a ideia de que os presos, e, especialmente, as presas, como transgressores que são (na maioria das vezes referidos como “sem-vergonhas”) merecem penas duras e exemplares. E assim se mantém a invisibilidade da mulher encarcerada, a única que conhece de fato a pobreza material das celas, a falta de assistência médica adequada, a superlotação dos presídios, a falta de alimentação suficiente e adequada, e tantos outros problemas.

As práticas de magia, feitiçaria e a presença de cultos evangélicos e missas católicas no interior de Miraflores são outro destaque deste penúltimo

capítulo. As conversões e batismos ocorrem a toque de caixa. Freiras católicas visitam o presídio para dar assistência social, tirar documentos de identidade para as detentas, buscar documentos, e também doar roupas e oferecer cursos de artesanato. As evangélicas, por outro lado, apenas pregam, fazem leitura da Bíblia, realizam certas performances à guisa de “exorcismo”, além de sempre entoarem cânticos, sem prestar qualquer tipo de assistência prática.

O desespero e o desamparo que sente toda pessoa reclusa conduzem a que, mais cedo ou mais tarde, ela esteja disposta a realizar rituais em busca de um resultado positivo. Na tradição aimara, um *yatiri* é “aquele que sabe”: um líder “religioso” apto a ler a sorte nas folhas de coca, um Mestre. Existem marcas ou sinais, chamados *chimpus* em idioma aimara, que indicam a vocação espiritual de alguém para *yatiri*. De todos os *chimpus*, o *rayu purita* é o mais incontestável e importante – ocorre quando o indivíduo sobrevive à descarga elétrica de um raio. Esse e outros *chimpus* (como labioleporino, polidactilia etc.) determinam que uma pessoa será *yatiri*. Na impossibilidade de levar *yatiris* ao interior de Miraflores, ou dada a inconveniência de conseguir um *yatiri* que leia sua sorte de fora (e a um preço relativamente alto), as próprias detentas tratam de fazer rituais e feitiçarias para obter resultados positivos para seus processos e questões pessoais (saúde, dinheiro, família, afastar amantes, unir ou separar casais etc.) Uma interna israelense, presa por tráfico de base de cocaína, ora lia os Salmos em voz alta e voltada para o leste, junto a uma companheira evangélica, ora recitava os “600 (sic) nomes hebraicos de Deus segundo a tradição cabalística judaica”, ora jogava tarô. Entre as bolivianas, o sincretismo era frenético na economia dos sofrimentos: pedia-se aos espíritos da terra (*tíos*), a “Tata” Santiago; pedia-se através do culto das caveiras, muito difundido nos Andes e que serve a vários propósitos; pedia-se aos *ajayus* (almas) dos mortos; rogava-se à Virgem Maria; apelava-se às *huacas* sagradas... A própria Spedding foi solicitada em várias ocasiões para que lesse a sorte das presas através das folhas de coca (em rodapé, a autora comenta ter sido atingida por um raio quando adolescente na Inglaterra,

o famoso *rayu purita*). Apesar de ver um lado positivo da presença das religiões do presídio, sobretudo em relação ao assistencialismo das freiras, o lado negativo é pernicioso, pois “conduz e até mesmo encoraja a passividade, a submissão e a busca de soluções que possam proporcionar certo tipo de alívio emocional a nível individual, mas não no nível objetivo e menos ainda visando à coletividade”. As igrejas reforçam, no cárcere, estereótipos negativos em relação à mulher e ao seu papel na família e na sociedade, como ser dócil e passivo. Exceto pelas monjas católicas que, como dissemos, tiram documentos de identidade para as detentas, as outras religiosas jamais opinam sobre seus processos judiciais, muito menos oferecem qualquer tipo de assistência ou ajuda. Amargamente, a autora conclui que, em Miraflores, “a religião coincide com a conformidade frente à ordem social estabelecida”.

No último capítulo, Spedding se pergunta que fins sociais são servidos ao se encarcerar pessoas que nem sequer têm o dinheiro suficiente para tomar a van que as conduzirá ao presídio (a lei 1008 prevê isso). Mesmo a religião é tomada pela maioria das presas apenas como uma oferta mágica desprovida de espiritualidade (“ao orar, cantar hinos ou ir à missa se consegue a ajuda de Deus”). A participação em algum curso ou atividade está condicionada às vantagens representadas para acessar benefícios carcerários, mormente a liberdade provisória. Não há nada numa penitenciária que estimule ou favoreça atitudes desinteressadas. O baixo nível de escolaridade das detentas, sua convivência com o servilismo e a submissão, a facilidade de se subornar polícias e advogados, as redes de prostituição entre as penitenciárias femininas e masculinas – a mulher sai para servir o homem, entenda-se – e uma série de outros fatores e práticas sociais e culturais favorecem, nas penitenciárias femininas, a corrupção, a troca de favores, o discurso disciplinador sobre a mulher e a manutenção de estereótipos sobre o feminino e a feminilidade. Nos cárceres masculinos, especula Spedding, é possível que haja mais oportunidades para os presos ganharem algum dinheiro, já que há oficinas de couro, metal, mecânica, carpintaria, sapataria e outros. Em Miraflores eram as freiras católicas que tratavam de ensinar às detentas como fazer bonecas

utilizando potes descartáveis. Elas mesmas vendiam e arrecadavam algum pouco dinheiro para as detentas “artesãs.” Ou seja, os presídios (masculinos e femininos) reproduzem fielmente a divisão de trabalho existente na sociedade.

A ideia que a sociedade tem do presidiário não favorece que se trave uma discussão nacional sobre o tema. Na maior parte das vezes, o clamor por justiça equivale ao clamor por punição – a única existente no país é a cadeia. Tendo em vista o alto número de linchamentos de ladrões e outros delinquentes, além de manifestações populares a favor da pena de morte, talvez tanto esta quanto os castigos físicos fossem recebidos de bom grado pela população boliviana. Um preso encarcerado satisfaz, portanto, tanto o discurso de que se deve proteger a sociedade de um delinquente quanto “essas exigências primitivas populares”, eivadas de vontade de vingança, castigo e expiação.

Spedding recorda as ideias de Foucault em *Vigiar e Punir*, para quem a prisão moderna surgiu com as primeiras versões do que hoje se conhece como discurso da reabilitação – de mais religioso e moralista a mais educativo e psicologista. Reconhece que tanto a opinião pública quanto o discurso oficial tratam a presidiária de duas formas. Ou a presa é uma degenerada moral a ser reabilitada – e a religião cumpre a função de reabilitação, não à toa há a Tábua dos Dez Mandamentos em lugar de destaque em Miraflores – ou é uma doente a ser curada (daí as prisões guardarem semelhanças com os manicômios, um dos objetos privilegiados da reflexão de Foucault sobre o mundo moderno). Alison Spedding lembra que os códigos penais e o sistema carcerário bolivianos são imitações de modelos trazidos de outros países, pensados sem referência à realidade boliviana (em 1940 copiou-se o código penal da Itália de Mussolini). Um sistema importado da Europa, que, reencontrado no país andino, torna-se uma “farsa”, repetição de uma história de outros tempos e lugares, daí a clássica alusão a Karl Marx no título da obra.

O clamor popular pelo castigo, diz a autora, não se liga a nenhum impulso sádico ou nada relacionado ao fetiche da punição em si, mas sim à internalização de um modelo de autoridade. Se todos os Estados castigam, Estados autoritários como a Bolívia castigam mais, e com mais dramaticidade. O sistema penal e carcerário boliviano é inconsistente, arbitrário, excessivamente burocrático, e serve a fins sociais diversos: sustenta a base do autoritarismo, é fonte de emprego para diversos setores da população, todos os dias figura nos tabloides e jornais – os únicos que perdem são os “clientes involuntários” desse sistema, como o foi a própria autora.

Spedding reflete que a disciplina apropriada para as presidiárias é ainda a do internato (“somos meninas e precisamos ser ensinadas”) ou a da clínica (“somos doentes e precisamos ser curadas”). Em ambos os casos, a mulher nunca é plenamente responsável pelos seus atos, posição assumida também por juízes, que “prescrevem” tarefas domésticas na prisão, como se as presas ali estivessem por não terem se dedicado suficientemente na tarefa de serem boas donas de casa. É com uma exortação explosiva que a antropóloga inglesa termina seu livro:

“Desde minha adolescência tenho pensado que isso tudo de ser mãe, ser fiel ao marido ou namorado, manter a casa brilhando, cozinhar deliciosos pratos que todos gostam, até ir a salões de beleza fazer o cabelo, era parte de um sistema repressivo, e minha experiência em Miraflores me convenceu de que eu estava certa. Então eu as convido, irmãs, a abortar seus filhos (se é que não evitaram engravidar em primeiro lugar), a trair, ou melhor, abandonar seus maridos, a jogar fora panos de limpeza e ir comer numa pensão onde quem cozinha ao menos ganha seu dinheiro, por mísero que seja. E quem sabe, se conseguirmos sair do cárcere do gênero, com todas as mudanças tão massivas que isso significaria, talvez até mesmo o cárcere de ladrilhos e cimento também deixe de existir”.

O livro de Alison Spedding demonstra que uma etnografia pode servir a fins sociais e ser um verdadeiro manifesto, sem perder o rigor científico.

Os paradigmas das relações comerciais Brasil/China

Alexis Toribio Dantas
Elias Marco Khalil Jabbour

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as relações comerciais Brasil/China ao longo do século XXI, destacando o desempenho e a composição das exportações e importações, além da evolução da importância relativa da China para o Brasil neste campo. Assumindo-se esta relação comercial como parte importante de uma relação estratégica dos países, as principais conclusões do artigo são: (a) houve um expressivo crescimento do comércio Brasil/China no período, o que elevou substancialmente a participação relativa da China no comércio exterior brasileiro; (b) apesar disso, a dinâmica de evolução das exportações é fundamentalmente distinta da apresentada pelas importações, o que exige maior avaliação brasileira para a gestão da política comercial do país.

Palavras-chaves: Brasil; China; comércio exterior.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las relaciones comerciales Brasil / China a lo largo del siglo XXI, destacando el desempeño y la composición de las exportaciones e importaciones, además de la evolución de la importancia relativa de China para Brasil en este campo. Al asumir esta relación comercial como parte importante de una relación estratégica de los países, las principales conclusiones del artículo son: (a) hubo un expresivo crecimiento del comercio Brasil / China en el período, lo que elevó sustancialmente la participación relativa de China en el comercio exterior (en inglés) (b) a pesar de ello, la dinámica de evolución de las exportaciones es fundamentalmente distinta de la presentada por las importaciones, lo que exige

una mayor evaluación brasileña para la gestión de la política comercial del país.

Palabras claves: Brasil; China; comercio exterior.

Abstract

The objective of this article is to analyze Brazil / China trade relations throughout the 21st century, highlighting the performance and composition of exports and imports, as well as the evolution of the relative importance of China to Brazil in this field. Assuming this trade relationship as an important part of a strategic relationship of the countries, the main conclusions of the article are: (a) there was a significant growth of Brazil / China trade in the period, which substantially increased China's relative share in foreign trade Brazilian; (b) in spite of this, the evolution of exports is fundamentally different from that presented by imports, which requires a greater Brazilian evaluation for the management of the country's trade policy.

Keywords: Brazil; China; foreign trade.

Classificação JEL: F140 – Empirical Studies of Trade

1. Introdução

Desde o anúncio, em maio de 2004¹, do caráter estratégico das relações Brasil – China, uma série de axiomas têm sido lançados para descrever esta relação. Desde àquelas alertando aos riscos de nossa exposição à concorrência do país asiático até os que percebem nela uma grande “janela de oportunidades”. A grande questão é que o nível de complexidades internas dos dois países, além da própria complexidade da situação internacional após a crise de 2008 (não devidamente postas no cálculo). Ou são pouco calculadas. Neste sentido nomear as relações entre esses dois países como

¹ Este anúncio fora feito no âmbito da visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China.

“estratégicas” ainda é a melhor forma de quantificar a importância dos intercâmbios em todos os níveis que ocorrem entre o Brasil e a China.

Devemos dar consequência analítica à estratégia como categoria que perpassa todos os ramos das ciências sociais e a Economia em particular. Tratam-se de relações estratégicas quando se percebe a comunhão de semelhantes visões de mundo. Desde a oposição à ordem financeira internacional alcançando os termos de troca instituídos por grandes organismos internacionais, por exemplo a Organização Mundial do Comércio (OMC). São visões de mundo construídas ao longo de distintos *processos históricos* pelas quais passaram os dois países em concomitância com a própria importância geopolítica e econômica que ambos percebem de si mesmos e de ambos. A experiência nacional-desenvolvimentista brasileira certamente serviu de parâmetro à própria implementação das reformas econômicas chinesas em 1978. O processo recente chinês é quase uma ancora de inspiração de pensadores brasileiros do campo desenvolvimentista. Além disso, a ascensão chinesa é a unidade de análise fundamental a elucubrações que envolvem o futuro das relações internacionais, da América Latina e do próprio Brasil.

O estudo das relações comerciais deve trazer em seu bojo uma necessária consequência prática das opções em matéria de política comercial feitas por ambos os países na década de 1990. As evidências ortodoxas tendem a lastrear noções de “vantagens comparativas” devidamente aproveitadas pelo nosso país. Visões desenvolvimentistas correm o risco de não compreender a fundo a transição em curso no mundo e a intensa participação do Brasil nela, incorrendo no chamado efeito “estrutura” quando o assunto são as vagas de desindustrialização decorrentes desta “relação”. A primeira análise peca pelo primarismo da crença em um desenvolvimento decorrente desta visão. A segunda acerta no essencial, porém comete o deslize neoclássico de colocar a economia em posição de primária diante da política. Esse é um ponto, a análise das aludidas opções.

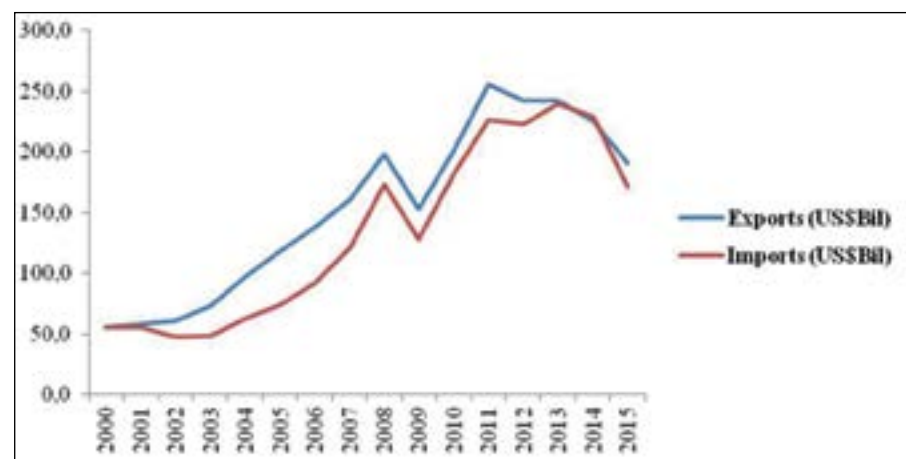
Por outro lado, a *abstração* permite chegar no elemento estratégico da relação. Ambos os países aumentaram o grau de importância recíproca. O efeito “demanda” chinesa permitiu margem de manobra ao país à implementação de políticas sociais internas de sucesso entre os anos de 2004 e 2010, além da formação de grandes reservas cambiais que – de um lado – permitiu queda acentuada nas taxas de juros internas, por outro tem servido de grande serventia diante da instabilidade econômica internacional. O aumento dos investimentos chineses no Brasil sinaliza tanto uma alternativa de financiamento externo quanto reserva de mercado ao seu excesso de capacidade produtiva instalada. Evidente que as contradições estão postas e são inevitáveis. Da mesma forma que é improvável o retorno do Brasil às condições de financiamento externo praticadas no âmbito do FMI e do Banco Mundial. Da mesma forma que a própria crise crônica de demanda nos países do Atlântico Norte deverá nos condicionar a uma relação cada vez mais íntima com o gigante asiático, independente da queda dos preços das commodities.

Como o Brasil deve se comportar diante da inexorabilidade desta relação? Esta questão não será objeto de resposta neste artigo. A proposta neste espaço é o de expor o grau de importância da China para o Brasil, tendo como base empírica os dados da relação comercial. Desta forma, na próxima seção será realizada uma análise das relações comerciais Brasil/China no que se refere aos fluxos de importação e exportação de bens e serviços, a participação relativa do comércio com a China e a qualificação deste comércio em termos dos produtos transacionados. A seguir, na seção final, serão elencadas as principais conclusões da análise realizada.

2. Relações comerciais Brasil/China: evolução recente

O comércio exterior brasileiro apresentou um ritmo forte de crescimento ao longo do século XXI, particularmente a partir de 2002/3. Como mostram as figura 1 e 2, em 2012 tanto as exportações quanto as importações eram cerca de cinco vezes maiores que no início da década, quando então começaram a perder rendimento, caindo para um nível inferior – mas ainda bem maior que em 2000. Desta forma, a corrente de comércio cresceu significativamente no período. Esse desempenho é, em boa medida, resultado da evolução dos preços internacionais das *commodities*, cujo crescimento foi expressivo até 2012/3, iniciando uma inversão de trajetória a partir de então.

Figure 1 – Brasil – Exports and Imports (2000-2015) – US\$Billions

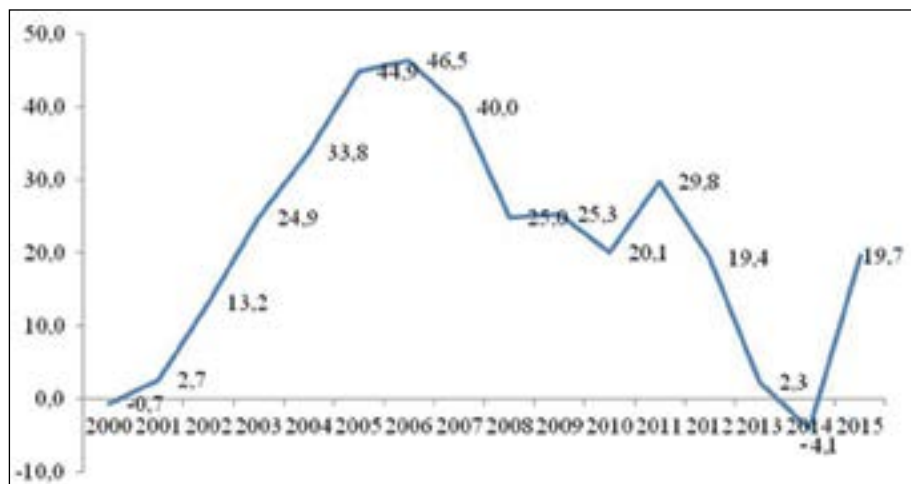


Source: MDIC/Brazil

Apesar do crescimento simultâneo de exportações e importações, as vendas externas do Brasil apresentaram um ritmo mais acelerado que o das compras, resultando em um importante aumento do saldo comercial brasileiro. A figura 3 mostra bem esta situação. De um saldo negativo em 2000 de 0,7 bilhões de dólares, passa-se para um superávit comercial de 46,5

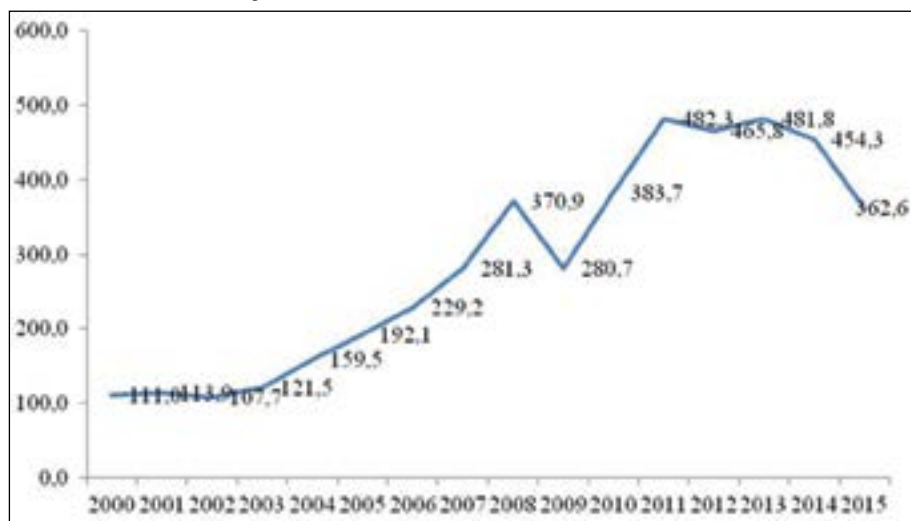
bilhões de dólares em 2007, caindo a partir de então principalmente em razão dos efeitos da crise econômica do Atlântico Norte iniciada em 2008.

Figure 3 – Brasil – Trade Balance (2000-2015) – US\$Billions



Source: MDIC/Brazil

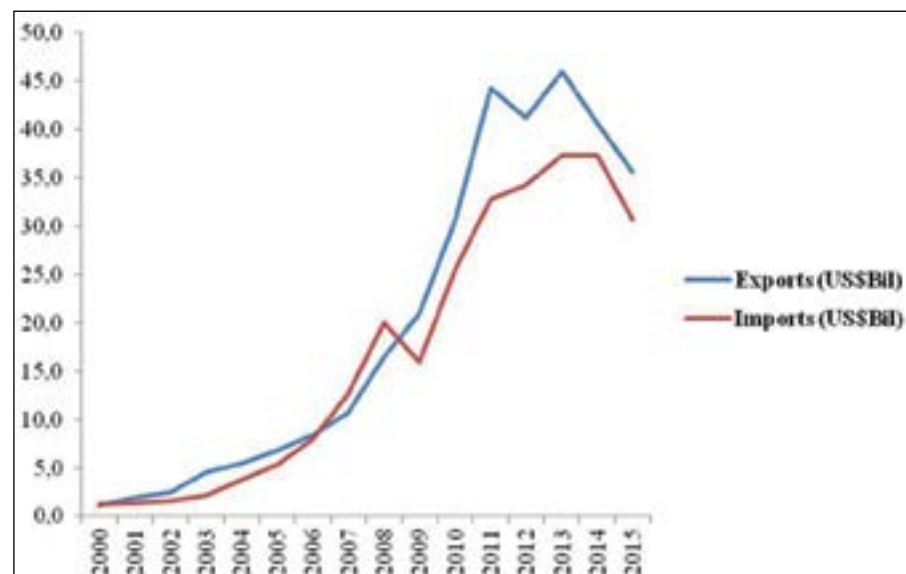
Figure 2 – Brasil – Total Trade (2000-2015) – US\$Billions



Source: MDIC/Brazil

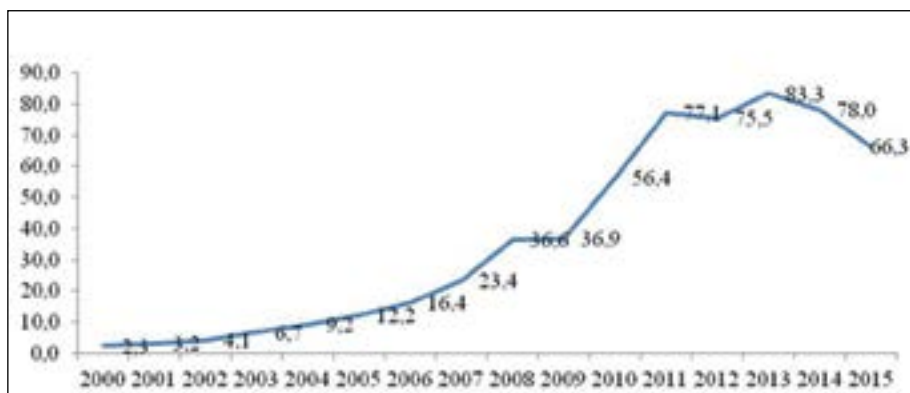
A relação comercial do Brasil com a China é um elemento fundamental para entender o comportamento do comércio exterior brasileiro no século XXI. De acordo com as figuras 4 e 5, de um patamar insignificante de vendas e compras externas de ambos os países em 2000, ambas chegam na casa dos 40 bilhões de dólares ao ano no período 2011/13 (a corrente de comércio registra 83,3 bilhões de dólares em 2013), com destaque para o aumento das exportações, que atingem cerca de 45 bilhões de dólares em 2011.

Figure 4 – Brasil X China – Exports and Imports (2000-2015) – US\$Billions



Source: MDIC/Brazil

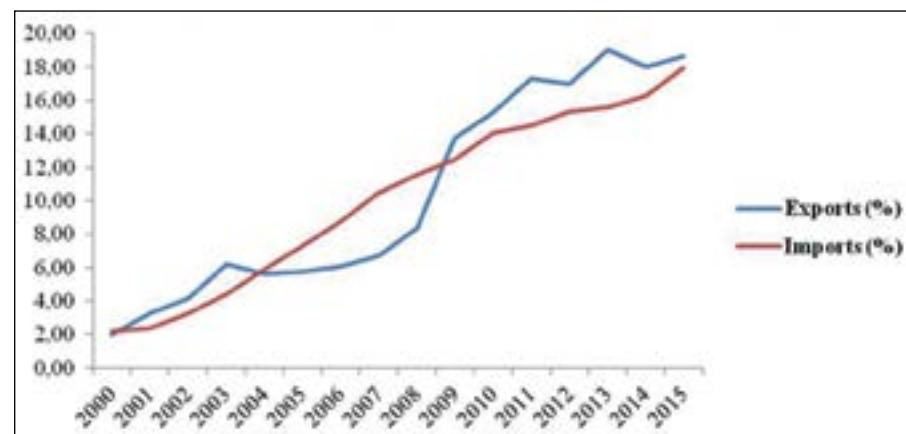
Figure 5 – Brasil X China – Total Trade (2000-2015) – US\$Billions



Source: MDIC/Brazil

Como resultado deste cenário, a participação relativa da China no comércio exterior brasileiro, de apenas 2% em 2000 chega próximo aos 20% em 2015, transformando a China no principal parceiro comercial brasileiro – ver figura 6. Importante realçar que o fortalecimento das relações comerciais dos dois países registra uma trajetória contínua de incremento desde 2000. Em boa medida, este comportamento é determinado, além forte e contínuo ritmo de crescimento da economia chinesa desde a década de 1980, pela maior aproximação estratégica do país com os mercados emergentes da América Latina e da África. No caso brasileiro, não só as relações comerciais foram impactadas significativamente, mas houve concomitantemente um relevante aumento dos fluxos de capitais chineses, sobretudo os investimentos estrangeiros diretos.

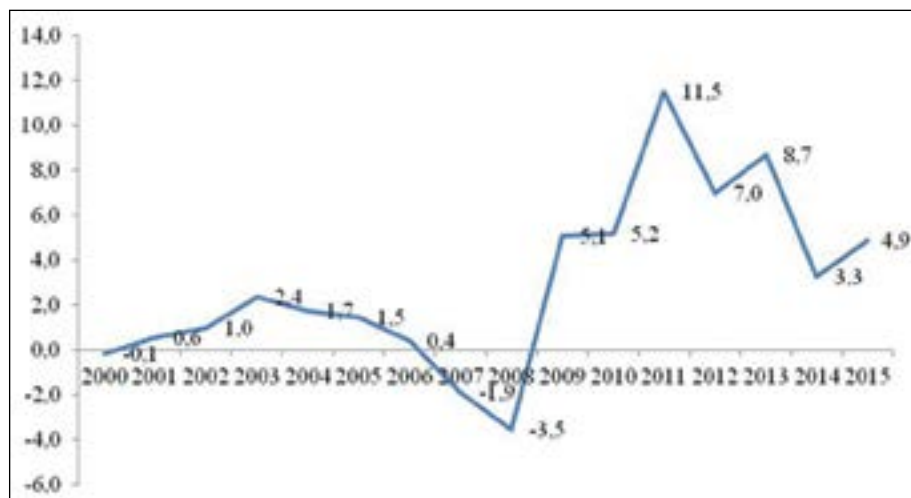
Figure 6 – China’s Relative Share in Brazilian Trade Evolution (2000-2015) – Imports and Exports



Source: MDIC/Brazil

Essa mudança no volume e na participação do comércio da China com o Brasil determinaram efeitos importantes para sua avaliação – ao lado de aspectos obviamente positivos, algumas questões que merecem uma análise mais refinada para a definição dos objetivos de política comercial brasileira. Em primeiro lugar, deve-se destacar a manutenção, ao longo do século XXI, de um saldo comercial positivo em boa parte do período – apenas nos anos mais agudos da crise financeira internacional, em 2008/9, houve registro de déficit comercial brasileiro na relação com a China – ver figura 7. A rápida e forte evolução das exportações supera a trajetória de crescimento das importações, mesmo com uma dinâmica também de rápido aumento nas compras de produtos chineses.

Figure 7 – Brasil X China – Trade Balance (2000-2015) – US\$Billions



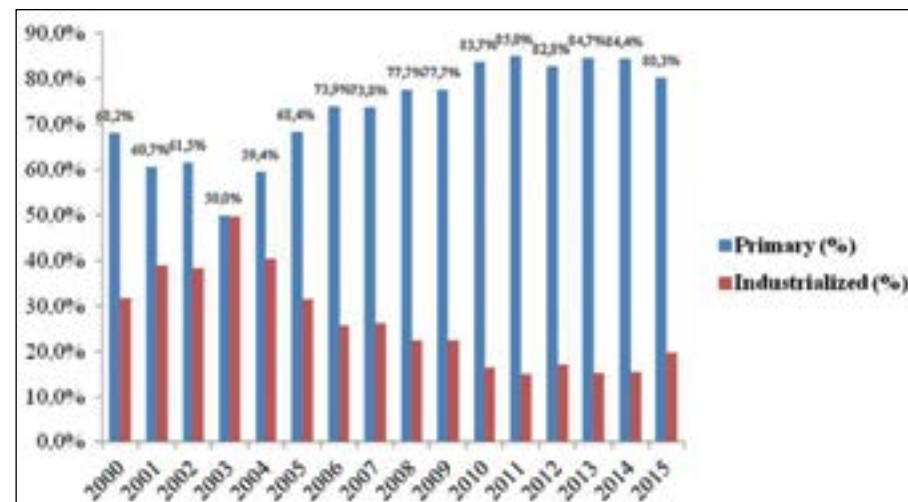
Source: MDIC/Brazil

Em segundo lugar, a composição do comércio apresenta uma importante fragilidade da participação brasileira. Como mostra a figura 8, as exportações brasileiras para a China concentram-se claramente em produtos primários, o que determina forte dependência de seu resultado à evolução dos preços internacionais das *commodities*. Não por acaso, portanto, o superávit comercial brasileiro predomina e é crescente entre 2003 e 2013 (à exceção de 2008/9 como alertado anteriormente). Nesse período, os preços das *commodities* observaram aumento considerável, até mesmo pela manutenção do ritmo forte de crescimento da economia chinesa. A partir de 2013/14, com a redução das taxas anuais de incremento do PIB chinês e consequente redução da demanda de matérias primas no mercado internacional, os preços começam a cair e os efeitos são rápidos e custosos para a economia brasileira.

As importações brasileiras de produtos chineses, por seu turno, são praticamente definidas por produtos industrializados, o que garante uma trajetória mais estável e menos dependente da evolução dos preços. Desta

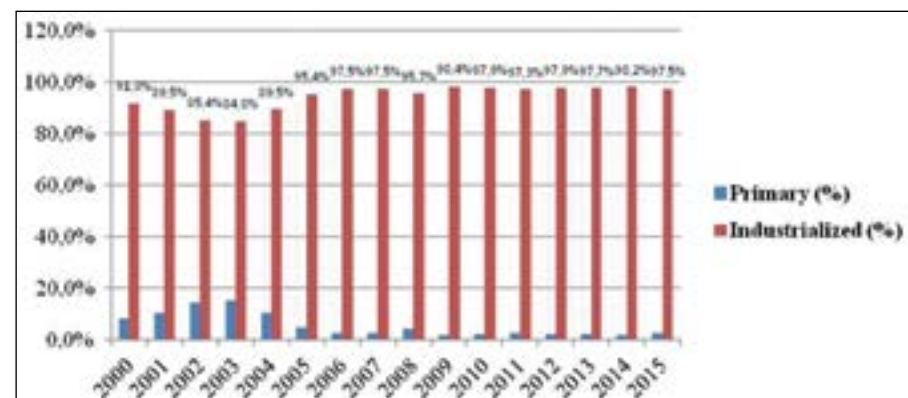
forma, mesmo com a recessão de 2014/15, as compras externas de produtos da China mantiveram o ritmo de crescimento sem inflexão importante – ver figuras 9 e 6.

Figure 8 – Brazilian Exports to China – Primary and Industrialized



Source: MDIC/Brazil

Figure 9 – Brazilian Imports from China – Primary and Industrialized



Source: MDIC/Brazil

Em terceiro lugar, e estreitamente ligado ao argumento anterior, a lista de principais produtos exportados e importados na relação Brasil/China apresenta dinâmica bem distinta. No que se refere às exportações, os cem principais produtos representam a quase totalidade das vendas (cerca de 98% do total exportado para a China). Apenas os três principais produtos (soja, minério de ferro e petróleo) somaram cerca de 80% em 2014 e 70% em 2015 – ver tabela 1. Percebe-se, portanto, uma grande concentração das vendas em um número bastante reduzido de bens, determinando uma clara e potencialmente perigosa dependência do comportamento (produção e preços) destas mercadorias.

Ao mesmo tempo, as importações são muito mais diversificadas – os cem principais itens contam cerca de 40% apenas do total importado. Além disso, os dez principais bens importados pelo Brasil, todos manufaturados de média/alta intensidade tecnológica, perfizeram apenas 14,4% do total em 2014 e 18% em 2015, com destaque para partes e peças de telefone, TVs e rádios, navios, telefones celulares, vagões de trem, maquinaria e partes e peças de computadores – ver tabela 2.

3. Comentários Finais

As relações comerciais do Brasil com a China apresentaram forte crescimento no século XXI, tanto no que diz respeito às importações quanto às exportações. Considerando-se o caráter crescentemente estratégico deste relacionamento, esta evolução é parte importante de um conjunto maior de variáveis necessariamente associadas à análise. Incluem-se aí o investimento direto estrangeiro, as estratégias comerciais e de desenvolvimento conjuntas, sobretudo no âmbito dos BRICS, e a tentativa cada vez mais evidente de dar um novo contorno à ordem econômica internacional.

Desta forma, a política comercial brasileira deve estar atenta à crescente importância da China para o comércio externo do Brasil. Todavia, deve-se colocar na balança a necessidade de possíveis estímulos para uma relação futura mais equilibrada e estável, levando-se em conta as marcantes diferenças nas estruturas das exportações e importações abordadas nesse artigo. O caminho é longo, mas as oportunidades vislumbradas são muitas e potencialmente ricas para ambos os países.

Table 1- Exports to China – Main Products

Products	2015			2014		
	Value	%	Weight	Value	%	Weight
Soy Bean	15.787.785.730	44,3%	40.925.506.994	16.615.105.360	40,9%	32.664.301.940
Iron	5.749.581.730	16,1%	175.738.915.274	11.744.118.112	28,9%	174.877.232.363
Oil	4.138.635.289	11,6%	13.156.438.926	3.472.942.587	8,6%	5.576.295.192
Wood	1.645.642.350	4,6%	3.471.477.810	1.424.041.355	3,5%	3.061.138.471
Sugar	754.512.638	2,1%	2.480.981.679	875.853.017	2,2%	2.271.547.258
Iron for pelleting process	702.692.840	2,0%	9.492.090.458	327.272.226	0,8%	5.309.715.898
Chicken parts	607.659.787	1,7%	307.042.267	518.794.388	1,3%	227.547.819
Copper cathodes	558.241.178	1,6%	102.190.711	252.023.199	0,6%	35.099.716
Meat	476.390.658	1,3%	97.477.920	455.577	0,0%	105.563
Oil platforms	394.180.887	1,1%	53.701.770		0,0%	

Source: MDIC/Brazil

Table 2- Imports from China – Main Products

Products	2015			2014		
	Value	%	Weight	Value	%	Weight
Telephone parts	1.261.003.015	4,1%	5.972.282	1.460.822.946	3,9%	6.621.211
Tv and radio parts	1.185.835.691	3,9%	46.261.362	1.397.065.698	3,7%	55.764.164
Ships	947.736.499	3,1%	171.768.260	379.014.904	1,0%	113.680
Cell phones	370.370.454	1,2%	812.713	537.532.064	1,4%	1.780.552
Trains	360.406.496	1,2%	12.790.927	139.352.726	0,4%	4.538.891
Machinery	308.843.050	1,0%	22.372.235	200.784.214	0,5%	10.664.304
Computer parts	288.418.732	0,9%	288.224	194.394.815	0,5%	338.528
Air conditioner	284.617.910	0,9%	50.676.714	360.282.417	1,0%	69.041.778
Fertilizers	280.650.787	0,9%	733.220.286	298.188.864	0,8%	824.136.680
Computer monitors	248.295.602	0,8%	2.862.010	417.895.694	1,1%	5.068.816

Source: MDIC/Brazil

4. Bibliografia

Brasil (2008) Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Brazilian Foreign Policy Handbook/Brazilian Ministry of External Relations, Bureau of Diplomatic Planning. – Brasília: Alexandre de Gusmão Foundation.

IPEA (2012) Bridging the Atlantic Brazil and Sub-Saharan Africa: South-South Partnering for Growth. World Bank. In: <<http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final.pdf>>. (Accessed in: 29/06/2015)

Chen, L.; De Lombaerde, P. (2014) Testing the relationships between globalization, regionalization and the regional hubness of the BRICs. *Journal of Policy Modeling*, 36, p. 111-131.

Dantas, A. T. (2014) Social Policy in Brazil – Economic Implications and Challenges. In: Alexis Toribio Dantas, Aojzy Z. Nowak, Renata Siuda-Ambroziak. (Org.). *Brazil and Poland: Focus on Economy*. 1ed. Warsaw: University of Warsaw, v. 1, p. 55-64.

Dantas, A. T.; Siuda-Ambroziak, R. (2014) The Interdependence of Brazil's Foreign Policy and Foreign Trade. In: Alexis Toribio Dantas, Aojzy Z. Nowak, Renata Siuda-Ambroziak. (Org.). *Brazil and Poland: Focus on Economy*. 1ed. Warsaw: University of Warsaw, v. 1, p. 9-30.

Frischtak, C. Et al. (2013) Chinese Investments in Brazil from 2007-2012: A review of recent trends. China-Brazil Business Council. In: <http://cebc.com.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_ingles_1.pdf>. (Accessed in: 19/06/ 2015).

Griffith-Jones, S. (2014) A BRICS Development Bank: a dream coming true? UNCTAD Discussion Papers, 215.

Jacobs, L. M.; Van Rossem, R. (2014) The BRIC Phantom: A comparative analysis of the BRICs as a category of rising powers. *Journal of Policy Modeling*, 36, p. 47-66

Kheyfets, B. A. (2014) *Russia and the BRICS. New opportunities for mutual investments*. Dashkov and K, Moscow, RUS.

Koval, A.; Dantas, A. (2013) Rusia y Brasil en el sistema de comercio internacional. *Cuadernos Americanos* 145/3, p. 87-98.

Nolte, D. (2010) How to compare regional powers: Analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, 36, 881-901.

O'Neill, J. (2001) Building Better Global Economic BRICs, *Global Economics Paper* Nº 66, Goldman Sachs.

Zanini, F. (2014) Foreign Policy in Brazil: A neglected debate. In: <<http://hir.harvard.edu/archives/7486>>. (Accessed in 10/07/2015).

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Agosto / 2017

Identidad sudamericana en clave constructivista a partir de la relación estratégica de Argentina y Brasil (2003-2015)

Carina Alejandra Lacey

Resumo

Este trabalho baseia-se numa abordagem construtivista do IRII com base em uma sociedade socialmente constituída para um futuro comum, no qual se busca traçar através da Argentina – a política externa do Brasil e os discursos de seus líderes políticos em o enquadramento do processo de regionalização no MERCOSUL e UNASUR, a construção da identidade sul-americana.

Palavras-chaves: política externa; constructivismo; lulismo; kirchnerismo; MERCOSUR/UNASUR; identidade sul-americana.

Resumen

Este trabajo parte de un enfoque constructivista de las RRII sobre la base de una sociedad socialmente constituida en pos de un futuro común, en el cual se pretende rastrear a través de la política exterior de Argentina – Brasil, y los discursos de sus líderes políticos en el marco del proceso de regionalización en el MERCOSUR y la UNASUR, la construcción identitaria sudamericana.

Palabras claves: política exterior; constructivismo; lulismo; kirchnerismo; MERCOSUR/UNASUR; identidad sudamericana.

Abstract

This work is based on a constructivist approach to the IRII based on a socially constituted society for a common future, in which it is sought to trace through Argentina – Brazil 's foreign policy and the speeches of its political leaders in the framework of the regionalization process in MERCOSUR and UNASUR, the South American identity construction.

Keywords: foreign policy; constructivism; lulismo; kirchnerismo; MERCOSUR/UNASUR; south american identity.

Introducción

Desde el pasado histórico libertario, los intentos de construir una *Patria Grande* y fundamentalmente con el retorno de la democracia en América Latina (A.L.), se enraizó la importancia de fomentar los lazos regionales. Sin embargo es a partir del 2003, cuando se conjugan junto al sustrato histórico y democrático, los liderazgos que podrían ser caracterizados de “giro a la izquierda” (Laclau, 2004; Ardití, 2007; Sanauja, 2012), éstos no solo visualizaron la consolidación de un bloque regional como necesidad de fortaleza económica sino también de unidad política. Pero ello requiere de un imaginario colectivo que le permita anudar los vínculos y promover formas de participación amplia y diferente a las implementadas en los Estados Nacionales, es allí donde se evidencia la importancia de núcleos ideológicos que históricamente fueron sostenidos por los movimientos populares independentistas que interpela el *latinoamericanismo* pero a la vez confronta con la cultura “global”. En esa búsqueda de “*identidad*” regional se centra nuestro trabajo, donde la relación de Argentina y Brasil (A-B) será reveladora, principalmente cuando se combina el “Lulismo” (en Brasil) y el “Kirchnerismo” (en Argentina) para dar cuenta de la construcción *identitaria sudamericana*. Dos construcciones políticas discursivas diferenciadas pero que logran articularse en post de una consolidación e identidad regional que permitiera hacer un quiebre con el neoliberalismo de los ´90 y la injerencia estadounidense, dentro del cambio de paradigma democrático.

Partiendo del presupuesto que la realidad se construye socialmente, y en medio de una explosión discursiva y crítica minuciosa al concepto de “*identidad*”, surge la inquietud de indagar no solo el rol de los actores regionales sino también el alcance de los liderazgos políticos en el eje A-B para la construcción de una “*Identidad Sudamericana*”, en la búsqueda de una integración duradera y fortificada que represente a su vez el discurso sudamericano, tomando en cuenta que atravesamos un proceso de transición y vacancia de liderazgo regional.

La centralidad del lenguaje se suma a las carencias de las Teorías Tradicionales de las Relaciones Internacionales para comprender el alcance de los factores socio-cognitivos en la constitución intersubjetiva de los actores y las estructuras internacionales, a la vez que subestiman la función que desempeñan las ideas políticas – los imaginarios, paradigmas y discursos- en los procesos reformistas que ha sufrido Sudamérica luego de la crisis de la hegemonía neoliberal.

En la presente investigación, consideramos que la Teoría Constructivista aporta el marco teórico que permite dar cuenta de la construcción de las Identidades, valores e intereses. Nos proponemos indagar como problema de investigación ¿Cómo se conformó la identidad sudamericana dentro del proceso de integración regional a partir de los liderazgos políticos en el eje A-B desde 2003 a 2015? Partiendo de la hipótesis que los procesos de integración Sudamericanos de los últimos años son parte de un proceso de transformación y cambio cultural que ha permitido acentuar un *Sudamericanismo* y cambio de paradigma, donde la democracia y la política se han conjugado con las relaciones comerciales como ejes centrales en la conformación de un bloque regional cuyas características derivan del tipo de liderazgo dominante de este periodo. Se plantea además, analizar los procesos de integración sudamericanos y la relevancia de sus liderazgos populares dentro de un proceso de transformación cultural y construcción de un bloque identitario sudamericano. Tomando como unidad de análisis la política exterior de A-B a través de los discursos presidenciales dentro del MERCOSUR y la UNASUR entre 2003-2015, considerando a éstos organismos como principales intentos de la construcción sudamericana.

Constructivismo e Identidad

El Constructivismo Social trae al debate de las RRII temas como la identidad, la cultura, la ética que habían sido dejados de lado o poco abordados en los estudios internacionales hasta entonces. Así, Alexander Wendt (1989),

anunciaría un acercamiento o “síntesis” entre el reflectivismo radical (desconfían de los modelos positivistas) y el racionalismo (creen en un conocimiento positivo y formulación de leyes objetivas, apuntalado por el realismo estructural de Kenneth Waltz, centrado en la política de poder, seguridad y conflicto que caracteriza al Sistema Internacional como anárquico).

Los aportes de Wendt (con visión estatocéntrica), concibe al constructivismo como “punto medio” entre el racionalismo (que explica la realidad solo por los factores materiales) y los idealistas (para los cuales solo importan las ideas con una visión utópica, haciendo foco en el Derecho Internacional, la interdependencia de cooperación y la paz). Para este autor, el comportamiento de los agentes políticos son construidos socialmente por los significados colectivos y las interpretaciones en el mundo en el que viven. Respecto al sustento de validez del conocimiento además de una estructura lógico-deductiva, se acepta una variedad de métodos interpretativos y descriptivos de los procesos socio-cognitivos, para descubrir el significado del colectivo, de las identidades de los agentes y de los intereses políticos.

Wendt propone una “Teoría Sistémica que explique la formación de las identidades e intereses de los actores y el papel de las instituciones en las dinámicas de cooperación-conflicto del sistema internacional”(Salomón, 2000:40), poniendo en cuestión la “anarquía” del Sistema Internacional que postula el neorrealismo, a la vez que propone ante el conflicto una política de “autotutela” concebida como una “institución de la anarquía”, definida por Wendt como una “estructura relativamente estable de identidades e intereses” pero que no descarta que se formen estructuras intermedias como un sistema de “seguridad cooperativa” (donde cada Estado percibe la seguridad de cada uno como la responsabilidad de todos) o el caso de las “ganancias absolutas de la cooperación” (donde los Estados son indiferentes de su propia seguridad y la de los demás, pero se preocupan por las ganancias absolutas de la cooperación más que con la posición relativa de cada Estado).

En esta concepción donde las diferentes instituciones surgen de la interacción de los actores, las identidades e intereses (competitividad, conflicto, cooperación) se desarrollan a partir de dicha interacción recíproca. Sin embargo, una vez creadas, dichas estructuras son “reificadas” según Wendt y tratadas separadamente de las practicas que las producen y mantienen. En otras palabras se plantea como se constituyen mutuamente los actores, entre las prácticas e interacciones por un lado y las estructuras cognitivas de los Estados individuales y los sistemas de Estados por otro lado. De allí que las normas tienen un alcance profundo ya que forman un consenso intersubjetivo entre los actores, a los cuales a su vez constituye o reconstruye sus identidades e intereses.

El constructivismo analiza la identidad del sistema en el cual los estados forman parte, donde las representaciones colectivas adquieren una lógica propia e independiente de la conducta de los agentes. Este abordaje teórico comparte con el realismo y el liberalismo la existencia de un sistema anárquico pero a diferencia de estos no plantea la irreductible y excluyente conflictividad o la racionalidad cooperativa, como formas de búsqueda de poder para revertir la polaridad y el cambio de estructura. Más bien busca modificar la estructura anárquica y los roles dominantes que estas asignan (enemigo, rival y amigo), a través del cambio de la cultura de la anarquía. Los intereses de los estados están definidos por identidades cambiantes, por ello, a partir de las interacciones estatales también pueden cambiar los intereses de éstos. En este sentido las estructuras sociales son construidas socialmente, es decir que los factores sociales tienen mayor importancia que los factores materiales ya que las ideas, imprimen el significado y guían las acciones, los factores materiales y la propia realidad. Es así que los estados actúan a partir de la internacionalización de las normas internacionales (Pereyra Doval, 2015:133).

La explosión discursiva y la crítica del concepto de “identidad”, hace de este concepto deconstruido, obsoleto e inadecuado, pero como sostiene

Stuart Hall (2003), al no ser reemplazado por otra categoría nos obliga a utilizarlo, aunque funcione en otro paradigma al que fuera generado en un principio. La cuestión de la identificación, extrae significados del repertorio discursivo y psicoanalítico, como una construcción siempre en proceso, condicionada y contingente que aunque se consolide o acceda a recursos materiales y simbólicos que la sostengan, nunca logra cancelar la diferencia. Por ello se debe hacer referencia como sostiene Laclau (2013), que se trata de un proceso de articulación que no logra una totalidad, donde se encuentra sujeta al juego de la diferencia en la producción de los efectos de frontera siendo su exterior constitutivo el que consolida dicho proceso. Las identidades se construyen a partir de las diferencias, es decir de su afuera constitutivo. Aunque pareciera invocar un origen común o pasado histórico en correspondencia, se encuentran sometidas a una historización radical y en constante proceso de cambio y transformación. Las identidades hacen referencia “no quienes somos o dónde venimos sino en qué podríamos convertirnos y como atañe ello al modo como podríamos representarnos” (Hall, 2003:17-18).

Podemos decir entonces, que las identidades se constituyen dentro de la representación y en la aceptación de nuestros derroteros, que permite construir un devenir conjunto. Por otro lado, debido a que las identidades se construyen dentro del discurso, debemos considerarlas producidas en ámbitos históricos e institucionales dentro de prácticas discursivas específicas, dotadas de estrategias enunciativas de poder, producto de la marcación de la diferencia. Donde la homogeneidad interna o unidad solo es construida como cierre de la diferencia, por ello este acto de construcción social es un acto de poder que se basa en la exclusión de algo y el establecimiento de una jerarquía.

Siguiendo a Stuart Hall (2003) usaremos el término Identidad como un punto de encuentro o sutura entre los discursos y prácticas que intentan “interpelarnos” como sujetos sociales de discursos particulares y por otro

lado, entre los procesos que producen subjetividades, es decir aquellos procesos que nos construyen como sujetos susceptibles de “decirse”. En este sentido “las identidades son puntos de adhesión temporaria a las posiciones subjetivas que nos construyen las practicas discursivas. Son el resultado de una articulación o encadenamiento exitoso del sujeto en el flujo del discurso” (Hall, 2003:20).

De esta manera, la ontología constructivista reposa sobre tres componentes: en primer lugar, encontramos la intersubjetividad, en segundo lugar: el contexto y en tercer lugar: el poder; para dar cuenta que las identidades son sistémicas y socialmente construidas a partir de la relación y los roles que se establecen en los estados a la vez que moldean la cultura anárquica del sistema y donde los intereses son susceptibles de cambios a partir de las interacciones de los agentes (Pereyra Doval, 2015:134-135).

Ante lo expuesto el enfoque constructivista adoptado se basa en dos premisas: a) el Estado está en el centro del análisis pero no como un actor unitario y racional, sino como un espacio público en donde las elites políticas intentan estabilizar una representación de un nosotros que constituya la identidad política del Estado, que se logra mediante la construcción de un discurso hegemónico sobre la identidad; b) el nivel de las ideas y los discursos es visto como central al momento de analizar las construcciones de identidad.

Para el análisis del caso en estudio, nos ubicamos en un constructivismo convencional, cuya amplitud nos permite comprender que además de las normas y las acciones; los discursos, gestos y percepciones también construyen la realidad social. En ese sentido, la discursividad de los gobiernos sudamericanos de tinte progresistas intentan romper con el regionalismo abierto en Sudamérica inaugurando debates en torno a los intereses nacionales, la racionalidad y el objetivo de la integración regional, como así también, sobre las ideas relacionadas con las políticas de desarrollo y las estrategias internacionales (Sanauja, 2012:26) que forman parte de los valores e

identidades sudamericanas los cuales intentaremos rastrear a través del análisis discursivo de los líderes sudamericanos, en relación con la política exterior de A-B en el marco del MERCOSUR y la UNASUR que signaran la característica del nuevo regionalismo e identidad sudamericana.

Política Exterior de A-B

Abordar un análisis de la política exterior en clave constructivista entiende que las ideas definirán los intereses de los Estados. De esta manera, la ideología es previa, y define los intereses nacionales y las acciones estatales. Es decir que la política exterior de un país se presenta como la cosmovisión de un Estado ante el mundo, la cual va a dirigir su acción. En definitiva, lo que importa son las ideas de los gobiernos, ya que éstas se recogen de las ideas e intereses de los pueblos que representan. De allí la necesidad de desagregar el análisis de los intereses de cada Estado (ya que éstos no son homogéneos, más bien lo definen las pujas internas de los diferentes sectores e instituciones, ni actúan como un agente racional) para explicar la política exterior en la relación estratégica de A-B. Dentro de esta explicación lo cultural-identitario será fundamental, ya que su construcción gradual y cambiante nos permitirá descubrir la formación de identidades nacionales y regionales, que son disputadas en la confrontación política.

Debemos mencionar que la cosmovisión de A-B, fue directamente afectada por los acontecimientos y fundamentalmente por las corrientes de pensamiento setentista, que siembran el dependentismo y el desencanto del desarrollismo, estructura fundacional del pensamiento cepalino, cuya decadencia permeo las fronteras intelectuales para que los países centrales empezaran a predicar el neoliberalismo. En A.L., ésta corriente se combina con el retorno a la democracia, dicha situación marcara el proceso político, cultural y económico de la región. Es así que A.L se enfrenta a una transformación social con un doble desafío: de inserción democrática y de inserción a una

economía de mercado, donde la injerencia del Consenso de Washington, se complejiza a partir de las contradicciones de la globalización.

Dentro de los aspectos más relevantes del contexto internacional, cabe mencionar la relación de la región con EEUU, ya que el énfasis que pondrá EEUU durante la primera década del 11-S, respecto a la lucha contra el terrorismo consigue sacar de su mirada a Latinoamérica, lo cual, combinado con la pérdida de influencia sobre la región, y las críticas a las relaciones N/S sumadas a experiencias regionales de las políticas neoliberales implementadas en los '90, terminan potencializando las propuestas alternativas del sur y reforzando los liderazgos sudamericanos. Se constituye así la base del fortalecimiento de las instituciones regionales en Sudamérica.

Debemos dar cuenta de una herramienta teórica conceptual preliminar que guía la decisión de los agentes en la formulación de la política exterior, ya que esta se formula y ejecuta respondiendo a un sistema de creencias, ligado a una visión teórica explícita o implícita. Las ideas preliminares acerca del funcionamiento del mundo se encuentran enfrentadas (de manera consciente o inconsciente) a veces de manera contradictoria, con las presiones cruzadas procedentes del escenario internacional, regional e interno. Ante ello se advierte que las acciones de política exterior de los países latinoamericanos están inspiradas en un “enfoque híbrido” basado en la mezcla de conceptos derivados de la teoría de la dependencia (portadora de una visión del sistema internacional caracterizado por las relaciones jerárquicas entre los estados), del realismo clásico (de sistema internacional anárquico) y de la interdependencia (con ausencia de jerarquía en la agenda y la noción multifacética del poder), debido a la flexibilidad requerida para dar respuesta a los desafíos y oportunidad que se presenten a la hora de tomar una decisión sobre la política exterior (Corigliano, 2008:8).

Además de las distintas corrientes de pensamiento que se entrelazan en las ideas que guían las prácticas sociales que dan forma a la política exterior de A-B-, “existe un multilateralismo latinoamericano enraizado en la iden-

idad y valores que han definido tradicionalmente las políticas de la región” (Sanauja, 2012:21). Dicho multilateralismo no persigue solamente intereses nacionales sino que forman parte de su identidad, combinando por un lado aspiraciones unionistas y de integración regional; mientras que por otro lado, se combina con su tradicional activismo en las organizaciones universales y en la conformación del derecho internacional. De esta manera la práctica/discurso nacionalista y de búsqueda de autonomía en la política exterior se han tornado muchas veces limitantes de la construcción regional.

El origen del MERCOSUR se encuentra dentro de esta búsqueda de alternativas, aunque en su fase inicial estuviera bajo una lógica neoliberal, con bajo desempeño colectivo – solo logra desempeñarse simplemente como una sociedad comercial entre A-B-, caracterizado por una primacía del intergubernamentalismo, y una zona de libre comercio que conlleva el “*Regionalismo Abierto*”, con una débil agenda social para tratar los temas referidos a las asimetrías sociales y territoriales. Sin embargo constituye el intento más estable de acción en bloque y construcción de acción conjunta, que además del aspecto económico, sienta la base democrática y de paz para el proyecto político sudamericano que sería la UNASUR. Ante ello Sanauja (2012:22) desde un enfoque post-liberal advierte del “trilema” que enfrenta permanentemente A.L entre el Estado-Nación y la defensa de la soberanía, las aspiraciones de una integración regional eficaz, y la búsqueda de autonomía en el plano internacional. Según el autor, las metas que conllevan son imposibles de alcanzar de forma unánime, desembocando en los debates en torno a los intereses, la racionalidad y los objetivos de la integración regional, como así también de las ideas relacionadas con las políticas de desarro-

llo y las estrategias internacionales¹. Argentina y Brasil, presentan circunstancias internas disímiles al momento de coincidir en el poder el lulismo²

¹ Este tipo de regionalismo, se caracteriza por la formación de organismos internacionales, principalmente con fines económicos-comerciales basadas en el libre comercio y concepciones neoliberales.

El Regionalismo post-liberal es un enfoque contemporáneo de A.L. hacia el multilateralismo, el regionalismo y la integración, a partir del rechazo al “regionalismo abierto” de la década de los ’90, esta guiado por la búsqueda de mayor autonomía en el escenario internacional y en la implementación de sus políticas de desarrollo.

² Brasil comenzó a transitar desde 2003 un proceso de reducción de sus polaridades sociales. Al mismo tiempo, el Partido de los Trabajadores (PT) sufría una fuerte transformación de su base de reclutamiento: de un partido de obreros calificados y clases medias progresistas localizadas en las grandes urbes, las cuales conllevan una evolución hacia una suerte de «partido de los pobres» o, mejor dicho, de los que salen de la pobreza. Fenómeno que se entiende por “lulismo”, al cual otros denominan “orkutización”, haciendo alusión metafórica a un fenómeno de redes sociales brasileño que con sentido peyorativo remarca la sorprendente apropiación popular sobre las herramientas tecnológicas antes restringidas y exclusivas de una elite principalmente blanca y universitaria, expresando fundamentalmente una popularización de la política y el espacio público.

El lulismo es interpretado como una nueva cultura, en el que ya no es posible hablar de la lucha de clases, sino más bien funciona como un mezclador donde se puede poner la ideología de izquierda, con las estrategias y lógica de mercado liberal, Todo junto y mezclado. Hace referencia a una nueva tecnología de la participación, que constituye un importante proyecto de educación política. Habla de “superar el odio”. El gran escenario de enfrentamientos, ahora, son los circuitos culturales, no en el piso de la fábrica, el campo y plazas públicas. O mejor dicho, todo sirve como escenario para la gran guerra simbólica. Ha llevado a la culturización de las clases medias y nuevas demandas, que ya no se limita al empleo, los salarios y los logros sociales, sino que las demandas son cada vez más post-material. El fenómeno del lulismo lleva a reemplazar el proletariado por el “preariado”, una masa difusa, formada por millones de trabajadores y jóvenes que habitan en los inmensos barrios pobres y los suburbios. Este extracto social está integrado por antiguas clases pobres que gracias a las políticas redistributivas logran un ascenso social, las cuales no se identifican como clase, sino como grupos de defensa de intereses específicos (género, raza, orientación sexual, sin perjuicio de los derechos difusos etc.), y ganar fuerza desde el momento en que adquieren visibilidad social. Por lo tanto, pueden y deben hacer uso de las nuevas tecnologías y la producción de bienes simbólicos y culturales de comunicación.

Al respecto, André Singer, en su libro *Os sentidos do lulismo*, politólogo y portavoz de la Presidencia durante el primer mandato de Lula, analiza sus ocho años de gobierno

desde una perspectiva de clases sociales. En lugar de una retracción de la cultura de izquierda, hubo un período de expansión y hasta de hegemonía cultural –no política– de la izquierda que persistió hasta fines de los años 80, por lo que la ola neoliberal se retardó en un principio en Brasil, entrando recién plenamente en los '90.

Singer sostiene que el lulismo es una nueva síntesis de elementos conservadores y no conservadores. Este hecho lo hace tan contradictorio y difícil de entender. El lulismo valoró el mantenimiento del orden, lo cual tuvo resonancia en los sectores más pobres de la población, en un vasto subproletariado que no tiene cómo participar de la lucha de clases, a no ser en situaciones muy especiales y definidas. El lulismo junta esa valoración del orden con la idea de que un cambio es necesario. Este cambio radica en la reducción de la pobreza por medio de la incorporación del subproletariado; lo que denominó “ciudadanía laboral”. De ese modo el lulismo propone transformaciones por medio de una acción del Estado. Los cambios son sin radicalización o confrontación extrema con el capital y, por lo tanto, preservando el orden. En ese sentido, es un fenómeno híbrido, que conlleva un discurso progresista de izquierda junto a un orden conservador. El lulismo constituye el encuentro de Lula, en tanto líder, con una fracción de clase, el subproletariado, donde la acción del gobierno de Lula terminó representando la concreción de un programa de esta fracción de clase, que se traduce en el crecimiento con estabilidad –sin confrontaciones con el orden establecido – y ayuda a los más pobres a través de la acción del Estado con una mayor redistribución de la riqueza. Lula se representa como nordestino salido de las entrañas del subproletariado, reafirmando la representación de dicho extracto social.

Este fenómeno ha despertado un debate académico y político respecto a la formación de esta nueva clase social, es decir si está emergiendo una nueva clase media o una nueva clase trabajadora. De esta manera al interior del PT se sostiene que se trataría de una nueva clase trabajadora, que consiguió conquistar, a duras penas y esfuerzos, una mejor condición social. Mientras que el gobierno federal intenta reafirmar en el discurso oficial el combate a la pobreza sosteniendo que se trata de una nueva clase media, las cuales no poseen tanto un capital económico como un capital cultural, en forma de conocimientos, cualidades y disposiciones valorizados para la reproducción del Estado y del mercado, en el marco de privilegios de clases.

El sociólogo Rudá Ricci sostiene que se trata de una nueva clase media más pragmática, y como el lulismo opera a partir de la integración al mercado de consumo de clase media. La inclusión a través del consumo define la relación con su base social, y de allí el tono del conservadurismo lulista.

Según Singer, la politización propia del lulismo aproxima desde el punto de vista ideológico, a la gramática varguista, que oponía el ‘pueblo’ al ‘antipueblo’, hacia lo nacional-popular y el desarrollista.

Tible, Jean :¿Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político-social. Rev. Nueva Sociedad 243, enero-febrero 2013

y el kirchnerismo³. Por un lado, Brasil logra salir del proceso inflacionario más rápidamente sin caer en el colapso institucional que incurriera Argentina, con un sector industrial más consolidado y buscando incrementar mercados para colocar sus productos e invertir sus capitales. La particularidad de la recuperación económica brasileña ocurre durante el propio gobierno neoliberal de Henrique Cardoso. Brasil de manera temprana profundiza sus relaciones Sur-Sur con el resto del mundo y tiene una visión política más clara sobre sus objetivos externos. En este sentido, el quiebre de periodo no es tan evidente como en Argentina, cuyo colapso socio-político y económico, torna indiscutible la emergencia de una transformación socio-política nacional que lleva a una seguidilla de presidentes al borde del quiebre institucional y democrático, lo cual impactaría en la política exterior argentina en el año 2002 al decretarse el “default financiero” y la cesación de pagos de la deuda externa durante el gobierno de Eduardo Duhalde dando señales al pueblo y al mundo de la necesidad de un cambio de paradigma que profundizaría el gobierno siguiente. A su vez surge la necesidad imperiosa de re-insertarse en los mercados mundiales con la ayuda de su sociedad con Brasil y el MERCOSUR.

Las realidades económicas y políticas diferenciadas entre A-B, ocurren también en el plano diplomático. La Secretaria de Asuntos Exteriores de Brasil o Itamaraty⁴, como comúnmente se lo conoce, cuenta con un mayor

³ El kirchnerismo es percibido como una singularidad histórica donde se erige como una nueva materialidad de lo político, del cual se le ha otorgado diferentes predicados, como la desmesura, el desborde y la desobediencia (Barros y Dain, 2012:15) ya que hace florecer la política en su sentido más radical, principalmente respecto al exceso discursivo que resignificó la política y democracia argentina entre 2003 y 2015. El kirchnerismo impulsa a repensar una nueva izquierda con un proyecto político emancipatorio, recuperando positivamente el concepto de populismo. Impulsa a la política como nueva articuladora social, reimpulsando la militancia, otorgando una nueva dimensión de fuerza al pueblo y se erige como potencialidad de cambio a partir de la transformación del estado.

⁴ El Palacio de Itamaraty es el espacio físico donde reside el Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil situado en Brasilia, de allí que se utilice su nombre para designar común-

profesionalismo, menor dependencia política y una visión estratégica de su interés nacional y global, mientras que la cancillería argentina es todo lo contrario, de allí que pueda observarse una continuidad de la política exterior brasileña y una errática política exterior argentina, extremadamente ligada a los cambios políticos internos. A pesar de ello la Alianza Estratégica entre Argentina y Brasil⁵, que surgiera en Rio de Janeiro (1997) con los presidentes Cardoso y Menem, marcaría el inicio de una relación de socios comerciales preferenciales que sería profundizada en la gestión de Luiz Inácio Lula da Silva y Néstor Kirchner.

Al mismo tiempo, Brasil como portador de una capacidad material significativa (en cuanto territorio, población y economía sudamericana), comienza a dar signos de liderazgo regional que se evidencia en el papel estabilizador que juega durante varias crisis políticas regionales que estallaron en los años 2000- 2002, donde las autoridades brasileñas organizan así la denuncia del golpe de Estado llevado en contra del presidente Hugo Chávez en Venezuela, lo cual sería el inicio de una serie de acciones cooperativas posteriores impulsadas por la gestión de Lula.

Si hacemos una comparación entre las diplomacias de Itamaraty y el Palacio de San Martín, debemos decir que lo internacional forma parte de la identidad brasileña y por lo tanto es prioritaria para dicha sociedad y preminente en relación a otros ministerios. En ese sentido se comprende la fortaleza, independencia del poder ejecutivo y capacidad de renovación del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, demostrando – a diferencia de la cancillería argentina – una gran organización corporativa de la diplomacia, convirtiéndose en un actor fundamental en el proceso decisorio de la política exterior del país. Además de la menor autonomía de la cancillería argentina y subordinación a las decisiones del poder ejecutivo argentino,

mente a este Ministerio o la diplomacia brasileña. De la misma manera que se designa al Palacio San Martín en Argentina para hacer alusión a la diplomacia argentina.

⁵ La Alianza A-B, que surgiera en Rio de Janeiro (1997) con los presidentes Cardoso y Menem, marcaría el inicio de una relación estratégica de socios comerciales preferenciales.

está ha quedado incluso al servicio de otros ministerios como el del ministerio de economía, lo cual evita un diseño de política exterior constante y a largo plazo.

A pesar de estas diferencias, tanto las presidencias de Argentina y Brasil comparten la preminencia de una diplomacia presidencial, como el resto de la región. Sin embargo, debido fundamentalmente a su federalismo y sistema de partidos, denota a Brasil en un “presidencialismo de coalición”⁶ (Schenoni, y Ferrandi Aztiria, 2013:116), frente a una mayor centralización de las decisiones por el Poder Ejecutivo Argentino en materia de política exterior. De esta manera, Itamaraty cumple el papel de coordinador de la actividad internacional entre los diferentes actores, e incluso otros actores del Poder Ejecutivo, incluida la Presidencia misma. Mientras que en la Argentina, en cambio, no hay mecanismos de consulta y es frecuente la existencia de “diplomacias paralelas” (p.118). Existen otros actores además de la Cancillería que desarrollan vínculos transgubernamentales no coordinados con ella. Se observa otra particularidad, las reformas estructurales de Itamaraty llevaron a una nueva dinámica en la participación del empresariado en política exterior brasileña de manera anticipada en relación a la Argentina (a través de la Cartera de Comercio Exterior del Banco de Brasil o CACE, cuya actitud proactiva cobraría importancia en las negociaciones comerciales y el Foro del MERCOSUR, durante el periodo bajo análisis).

⁶ Existe en Brasil un “presidencialismo de coalición” (Abranches, 1988) que se diferencia fundamentalmente del presidencialismo argentino, al menos, en los siguientes puntos: (1) una mayor descentralización territorial del sistema de partidos, (2) la existencia de mayor competencia partidaria, (3) una oposición más cohesionada, (4) ausencia de una disciplina partidaria férrea y (5) una mayor fragmentación;2 además (6) hay mayores posibilidades de desarrollar una carrera política promisorio y de contar con expertise técnico en el Congreso, (7) el Congreso es más activo en formular políticas, tiene más actividad regulatoria y menos abdicación en el Ejecutivo, (8) existe una mayor independencia del Poder Judicial y (9) un federalismo –entre otras cosas fiscal– más efectivo. Todas estas características harían al presidente argentino un actor político más fuerte y a la toma de decisiones más centralizada que en Brasil. (Schenoni y Ferrandi Aztiria, 2014:116). Rev. Confines, año 10, N° 19, enero-mayo 2014, pp. 113-142.

Determinados actores sociales y estatales domésticos de Brasil se encuentran más internacionalizados visà-vis que sus pares en Argentina, participando más activamente en la formulación de política exterior. Esto conlleva un mayor activismo de actores domésticos en la política exterior brasileña. De esta manera, la política exterior del país adquiere mayor poder de agenda, al igual que una mayor estabilidad y poder de negociación de Brasil en relación a otros estados. Aunque en la mayoría de los casos, las decisiones finales parecieran surgir de una negociación entre Ejecutivo y Legislativo en la que Itamaraty, gracias a sus conocimientos técnicos, y a pesar de sus intereses burocráticos, constituye un actor de peso. En Argentina, por otro lado, los actores estatales que más participación tienen son también la Cancillería y el Congreso. Sin embargo, esta participación tiende a darse en forma de acompañamiento a los proyectos y decisiones de la presidencia sin que medie diálogo o consultas, o bien, en forma reactiva cuando ya se inició un curso de acción. No obstante, debemos decir que en ambos países el poder ejecutivo acapara en buena medida el proceso de toma de decisiones.

Hasta la convergencia de los liderazgos bajo análisis, a pesar de una mirada unionista, se evidencian particularidades no menos significativas en los procesos económico-políticos internos de Argentina y Brasil que explica en parte las diferentes política exterior y propuestas impulsados por ambos para dar un salto hacia un Regionalismo post-liberal. Mientras Argentina hace foco en el MERCOSUR para fortalecer su inserción internacional, Brasil comienza a plantear un fortalecimiento político regional del cual se siente capaz de liderar, con un poder supranacional medido, para que no interfiera en sus objetivos regionales y globales.

Luego del derrotero económico, el fuerte cuestionamiento a las políticas neoliberales, el cambio de poder político en los principales gobiernos de la región, que algunos autores consideran como “nueva izquierda” (Laclau, 2004; Arditi, 2007; Panizza, 2007; Sanauja, 2012) y la centralidad del combate al terrorismo que lleva adelante EEUU, contribuye a reforzar la frontera

conosureña respecto a la relación política con EEUU, y diluida en cuestión comercial con la mayor parte de la región. Si bien no son pocos los esfuerzos explicativos de esta circunstancia, lo que interesa al sentido de este trabajo, es que la falta de interés de EEUU por Sudamérica posibilitó la emergencia de diferentes propuestas políticas en busca de una mayor autonomía nacional y regional, pero principalmente el fortalecimiento de liderazgos sudamericanos. A ello se le suma la proliferación de mercados emergentes (principalmente el de China) que conlleva a mayores estímulos externos para la consolidación de un Regionalismo post-liberal y ayuda a explicar las marcadas diferencias en las estrategias comerciales y las políticas exteriores en la región, como así también la reconfiguración del mapa de la relación N/S y las fronteras políticas-comerciales con EEUU principalmente a partir de 2003 (Sanauja 2012:31).

Como se manifiesta a lo largo de lo expuesto anteriormente, este proceso de lucha y transformación es a la vez política, económica y cultural, tanto al interior de cada país como regional; y definirá las identidades particulares del Siglo XXI. En este sentido, luego de la caída de los regímenes militares en la región y la defensa de la democracia, la construcción identitaria será determinante para Sudamérica.

Partiendo del presupuesto de continuidad de gestión y fuerza política, en términos generales de la gestión lulista y kirchnerista⁷, se percibe algunas diferencias en la cosmovisión de ambos países en clave regional.

⁷ Ello no implica desconocer ciertas características específicas en la política exterior de cada mandatario tanto en el kirchnerismo – Néstor Kirchner(2003-2007) y CFK (2007-2015) en Argentina, como el lulismo en Brasil – Luiz Inácio Lula da Silva(2003-2010) y Dilma Rousseff(2011-2016) – y sus discursos específicos.. Así sin ánimo de expresar de forma acabada sus características, diremos que en líneas generales el discurso de CFK estará más ideologizado, dirigido a ampliar la acción multilateralista, cargado de connotación de género y lucha por los derechos Humanos, emotivo y de predica evocatoria al pasado, a los líderes que ya no se encuentran que por una cuestión de extensión no pueden ser abordadas completamente en esta ponencia, presentándose solo aspectos generales. De la misma manera que el discurso de Dilma guarda diferencias específicas con el de, Lula, con mayor connotación de género y derechos humanos, menor pro-

Siguiendo a Simonoff (2009) el discurso presidencial “K” da cuenta de cinco ejes para desarrollar nuestro trabajo en clave autonómica regional: a) la política multilateral de seguridad, b) la política regional y el MERCOSUR, c) la estrategia de apertura y diversificación de mercados, d) las negociaciones en torno a la salida del default y e) la política por la soberanía de las Islas Malvinas.

Ante el gran conflicto económico y político en el cual le toca asumir, el presidente Néstor Kirchner inaugura un nuevo ciclo posicionándose con una mirada desde el sur de manera diferenciada respecto a sus predecesores y los modelos económicos neoliberales bajo la injerencia del BM y el FMI. En su mensaje inaugural al Parlamento en la toma de posesión del cargo (2003), el presidente Kirchner fijó las pautas generales de su política exterior. Con cariz geográfico, ubicado como prioridad regional, y otro, conceptual, sustentado en la presencia de postulados institucionalistas (“fortalecimiento del Derecho Internacional”), como fuertes aseveraciones en torno al respeto de las “prioridades nacionales”, llegando a decir que su acción iba a estar guiada por pensar “el mundo en argentino, desde un modelo propio”.

Comienza a dar las primeras señales de formulación de construcción estatal y regional meramente conosureña, “desde un modelo propio”, basado en el respeto a la ley y la democracia, para una construcción colectiva y de cooperación. Se trata en síntesis de reimpulsar el modelo de industrialización fuerte, con tradición del primer peronismo como también del desarrollismo frondizista. Modelo que CFK (2007) definirá como un “modelo de perfil industrialista, pero con matriz de acumulación diversificada”. Sostendrá Simonoff (2009), que La crisis del 2001 le permitió, discursivamente al kirchnerismo, construir una imagen contrapuesta entre su modelo neodesarrollista de base industrial y la inserción internacional con acento nacionalista (con un sesgo aislacionista y autárquico); subordinando también a la

tagonismo en los organismos internacionales y más comprometido con la coyuntura política económica interna de Brasil.

variante agrícola frente al modelo sustentado en los noventa, el cual poseía un corte neoliberal e internacionalista (Simonoff, 2009:74).

Pero principalmente se trata de una propuesta de cambio cultural proponiendo un cambio de paradigma que devuelva la centralidad del Estado y la política con sentido social, de esta manera Néstor Kirchner sostendrá que es el propio pueblo argentino quien designa el cambio que el llevara a cabo para asegurar que el país tenga un futuro que conjugue desarrollo económico y social.

CFK a partir de 2007 seguirá sosteniendo no solo la centralidad de la política y el Estado sino también la figura presidencial como motor de ese proceso de cambio que puede entenderse en la fuerte presencia de la mandataria y el país, en organismos regionales y multilaterales. Argentina pasa a ser la referencia del camino al desendeudamiento, imagen de autonomía, de decisión para el diseño de un modelo de desarrollo propio y re-construcción identitaria conosureña. A la vez que logra convertirse mediante el apoyo conjunto de Sudamérica, en una sola *voz sudamericana* de reclamo por la soberanía de las Islas Malvinas y la reestructuración de deudas soberanas.

No se trata solo de la reactivación de la economía dentro de un marco institucional que respete la justicia social y los derechos humanos, los cuales serán directrices del proyecto nacional, en el proceso de desendeudamiento y negociación de la deuda externa; sino que fundamentalmente se trata de romper con el paradigma neoliberal y reinsertar a la Argentina al mundo, devolviéndole el ejercicio pleno de su soberanía. Es por ello que la propuesta apuesta a un cambio cultural para refundacionar el sentir nacional a la vez que rompe con la lógica neoliberal, proyectándose con la misma lógica respecto a la región. En ese sentido, la recuperación de los vínculos estratégicos bilaterales y la unidad regional serán el instrumento de fortalecimiento del poder económico nacional y el trampolín para ingresar al resto del mundo. La unión regional se trata más bien de una necesidad, más que de una decisión.

La integración regional fue considerada por Néstor Kirchner prioritaria en un principio y, según los dichos del presidente, “indisoluble de nuestra política exterior” para el logro de objetivos como son la reducción de la desigualdad, la lucha contra el hambre y la pobreza. Sin embargo resulta significativo que los ejemplos de esta construcción que dio el presidente en su último mensaje al Congreso, estuvieron más vinculados con Venezuela (y en alguna medida a México) que con Brasil. El cambio estuvo en la definición estratégica de la relación con Brasil hacia 2006. De allí que se entiende que el rol de Chávez fue creciente no solo en la relación con Argentina sino en la región, como se observó en la compra de bonos argentinos. Ésta no sólo financió los gastos del gobierno sino que también permitió la liquidación de la deuda con el FMI y la contratación de empresas estatales como Astilleros Río Santiago e INVAP, entre otros. Dicha situación aumentó las tensiones con EEUU, y el acercamiento a México profundizó las diferencias con Brasil. El gobierno de CFK se enfrentara a la disyuntiva de fortalecer los lazos con Brasil o un giro en la política exterior argentina, a la vez que se va ideologizando la discursivamente.

La Argentina post Néstor, además de priorizar la relación de vecindad por su aproximación geográfica denota mayor conciencia de la profundización de la diversificación de las relaciones bilaterales con el resto de Sudamérica, en esa unidad se conjugan lineamientos ideológicos, interés energético, voluntad de cooperación y acción colectiva e intereses político-económicos.

Esta apertura y diversificación, también se realiza respecto a nuestro comercio exterior. Este fue uno de los ejes sobre los cuales se articuló el “modelo de acumulación de matriz diversificada con inclusión social” que, gracias a la participación del Estado, el campo y la industria, en la percepción oficial, generaron un “círculo virtuoso” que permitió un superávit comercial⁸. Esta estrategia para nuestro comercio exterior permitió asentar la base

8 Aunque la región muestra una caída en su comercio regional a partir de 2013, con una disminución significativa dentro del MERCOSUR, sigue siendo una balanza comercial favorable para Argentina. Sin embargo la balanza comercial con Brasil muestra un

material de una política exterior autonomista, aunque, en algunos casos, como el mercado chino, las exportaciones con mayor valor agregado están siendo perjudicadas, frente a los commodities, llevando a otra asimetría.

La debilidad regional y falta de conciencia colectiva de los líderes sudamericanos respecto a la solución de conflictos como las pasteras de Fray Bentos en Uruguay (2006), o el conflicto Chile-Argentina-Bolivia por la crisis energética y el abastecimiento de gas (2004), donde cada país actuó unilateralmente promovido principalmente por factores internos e intereses nacionales, será procesado como un aprendizaje colectivo de nuestros derroteros. En este nuevo contexto Argentina y Brasil lideraran con actitud proactiva respecto a llevar verdaderamente a la práctica de cooperación para la resolución de conflictos dentro de la propia región, como sucede en el Conflicto de Ecuador-Venezuela (2008) o en el terremoto que sufriera Haití (2010). Durante la gestión de CFK los conflictos y situaciones de urgencias comienzan a ser resueltas intra-región. Estas situaciones contribuyen al prestigio de Argentina y reconocimiento por sus vecinos.

En ese sentido la sociedad con Brasil se torna “necesaria” para concretar una “alianza estratégica” argentina-brasilera duradera, confiable y estable (Jahuaribe, 2004) dejando de lado los antagonismos y las disputas retóricas por la hegemonía sudamericana y construyendo un discurso común del bloque económico. Sin embargo esta alianza ha demostrado tener mayores ventajas económicas comerciales para Brasil. El amplio acuerdo de cooperación a través del MERCOSUR no ha podido dar respuestas a las asimetrías, ni erradicar las medidas proteccionistas implementadas entre sus miembros,

resultado deficitario. Ver Informe del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la Republica Argentina (INDEC -2016), información disponible en <http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=40>.

Esta situación hace que surjan cuestionamientos sobre los beneficios reales de dicha sociedad estratégica. Ver <<http://www.cronista.com/economiapolitica/Con-importaciones-y-exportaciones-en-baja-el-superavit-comercial-cayo-33-en-marzo-20150421-0115.html>>.

pero se consolidó como bloque de actuación conjunta y de fortaleza democrática en la región.

Argentina tiene una larga tradición de acuerdos bilaterales con Brasil aun cuando no coincidieran en las perspectivas del bloque o guardaran ciertas desconfianzas mutuas, lo cual evidencia un reconocimiento mutuo de su importancia política y material en la región y la necesidad de su sociedad para impulsar sus economías nacionales. En ese sentido se entiende el impulso a la dinámica de las relaciones bilaterales a partir de 2003 con las múltiples visitas de ambos mandatarios y diplomáticos, como así también en las instancias de trabajo conjunto. De este modo, ambos países se constituyen en los principales socios políticos y económicos, cuyas relaciones bilaterales son estratégicas para la inserción regional y en el mundo, contribuyendo para la constitución de un espacio regional de paz y de cooperación para promover el fortalecimiento económico y político de Sudamérica, objetivando el establecimiento de la región como uno de los polos de un sistema mundial multipolar. La importancia del diálogo entre ambos países ha resultado de principal importancia, es así que la Comisión de Cooperación de Desarrollo Fronterizo (CODEFRO), instalada en 2011, es la más alta instancia bilateral de la deliberación de políticas binacionales fronterizas.

Si bien el camino de la asociación con Brasilia fue un instrumento eficaz para la inserción económica internacional de la Argentina, la aparición de tensiones en diversos planos (como la reforma del Consejo de Seguridad, la formación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, las diversas estrategias para enfrentar los problemas del endeudamiento etc.) alejaron las posiciones iniciales de acercamiento y asociación estratégica de cada uno de los gobiernos. La disputa en torno al asiento permanente del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas fue el tema donde Argentina y Brasil no ocultaron sus diferencias. En un principio, se compartieron los asientos semi permanentes, en 2004 y 2005; luego, esta instancia cooperativa se fue diluyendo (Tockatlián, 2013), sin llegar a la fractura del vínculo político.

Las relaciones interdependientes comprometen el ejercicio de poder de un país periférico, porque básicamente son asimétricas, por lo que conlleva pérdidas comunes y ganancias relativas. Atendiendo este indicador, Argentina intentó sumar poder internacional a través de una inserción basada en acuerdos de cooperación e integración con actores estatales similares en el MERCOSUR (proporciona poder económico) y la UNASUR (mecanismo conjunto de producción de poder político). Pero también persiguiendo una autonomía energética sudamericana con las Alianzas con Venezuela y Bolivia. Este ejercicio asociado de poder que resulta de un poder compartido. Es un poder circunstancial, porque deriva de una transacción interestatal, en la cual los actores van cambiando sus objetivos e intereses nacionales en escenarios también cambiantes. *El gobierno argentino percibió el poder como relación*, y por lo tanto absorbió tal poder mediante la asociación con otros países periféricos, en este caso sudamericanos, fundamentalmente de Brasil y Venezuela, que tenían atributos económicos y energéticos, respectivamente.

Otro de los ejes del proyecto nacional versa sobre el continuo reclamo por la soberanía de las Islas Malvinas, para lo cual la unidad del bloque otorgaría mayor peso político al reclamo, logrando durante la gestión de CFK mayor protagonismo al respecto como lo manifiestan las repercusiones de sus discursos en distintos Foros Internacionales.

Principalmente abocado a la re-construcción nacional, el proyecto nacional y popular fundacional de un nuevo paradigma, solo es posible de concretarse mediante algún grado de autonomía a partir de la unidad regional y la sociedad estratégica con Brasil. De esta manera el MERCOSUR se presenta como el instrumento para lograr intereses nacionales, para lo cual apela a profundizar la tradición multilateralista, participando para ello en todos los foros de negociación y organismos internacionales que fortalezcan la voz argentina en el reclamo de cuestiones de interés nacional, como la cuestión

de Malvinas o aquellas que afecten a la región como el conflicto de las FARC, el terrorismo o el respeto a los derechos humanos.

Si bien no siempre ha existido una coincidencia entre los países del área en cuanto al empleo de la fuerza y acompañamiento a EEUU en sus incursiones militares, en la Cumbre de las Américas (2005), el “no al ALCA” pareció encontrar a Sudamérica más unida que nunca (al menos discursivamente) para forjarse un modelo propio de construcción regional. Ello implicó para la Argentina un retorno a la autonomía por oposición de “otro” co-constitutivo, donde EEUU (junto al FMI y BM) toma el lugar del otro/enemigo (principalmente para Venezuela y Argentina), generando un repliegue a las fronteras sudamericanas. El retorno a la idea de la autonomía por oposición (Russell y Tockatilián, 2013) se da en respuesta a sucesos externos como el unilateralismo de Estados Unidos en los años de G. W. Bush o la crisis financiera de 2008, y de sucesos internos como fuera las graves crisis domésticas en Argentina.

Durante el mandato de CFK la política exterior se fue ideologizando, perdiendo el fuerte pragmatismo y realismo de la gestión de Néstor Kirchner, lo cual terminó afectando la inserción del país. Por otro lado, se combina con la cooperación hacia la región por encima de la confrontación. Se observa además, una mayor claridad y continuidad del proyecto autonomista percibiendo la necesidad de un mayor involucramiento en la política exterior. Mientras que, en el plano interno, logró capitalizar el incremento de fortaleza política (principalmente después de fallecimiento de Néstor Kirchner) que le permitió una mayor cuota de presencia internacional y llevar adelante procesos internos complejos.

Respecto a política exterior brasileña a partir de 2003, propone un quiebre de modelos anteriores, que permitan romper con el neoliberalismo y la injerencia externa en la región, donde el liderazgo de Lula se erige como instrumento y portador de ese cambio. En ese sentido lo manifiesta Lula en su discurso ante el Congreso cuando toma posesión de la presidencia, al decir:

“La palabra clave es *cambio* (...) la sociedad brasileña decidió que era la hora de transitar nuevos caminos”.

En un discurso fuertemente nacionalista de desarrollo económico-social, la política exterior brasileña se funda en un marcado activismo sobre la base de conceptos de autonomía y universalismos, buscando ampliar la inserción internacional y sus socios comerciales, con una estrategia de articulación regional y global. El principal objetivo es consolidar un bloque regional detrás del liderazgo brasileño, es decir que en la profundización de las relaciones Sur-Sur (regiones emergentes primero y luego con sus vecinos) busca construir un liderazgo político-económico sudamericano a partir del bloque regional, pero a la vez utilizar a éste como instrumento para una mayor presencia global. Esta visión estratégica busca una “Hegemonía de Consenso” preservando a su vez la autonomía política y su soberanía, sobre la cual el discurso de asunción de Lula es elocuente en su aspiración para convertir a Brasil en un actor global y legitimar su nuevo papel internacional. Brasil percibe la búsqueda de una identidad sudamericana, donde la cooperación y el consenso regional permitirán la fortaleza de sus instituciones que darán marco institucional (Brun y Muxagato, 2012: 92-97).

En esta lógica de “gran estrategia” (Russell y Tockatilián, 2013) o estrategia a largo plazo, recupera el multilateralismo⁹, privilegiando una estrategia de institucionalización controlada del multilateralismo regional para que Brasil pueda sacar ventaja de la cooperación, sin temer una supranacionalidad que iría en contra de su soberanía. La cooperación regional surge como mecanismo de defensa ante el sistema internacional y se presenta como la

⁹ La diversificación, en el caso de Brasil, retomó sus componentes originales de compensación en su vertiente más política, pero también mantuvo para muchos países su perfil fundamentalmente mercantil. La diversificación en un sentido político ya no tiene el ojo puesto solo en Washington, es un juego estratégico más plural que apunta a ampliar el espacio de acción de países de América Latina en un escenario global en el que el Sur tiene más presencia e influencia que antaño. El caso de Brasil, es el más significativo al constituirse en miembro del G4 (con Alemania, India y Japón), de IBSA (junto con India y Sudáfrica) y de los BRICS (junto con China, India, Rusia y Sudáfrica).

“gran prioridad de la política exterior brasileña”, lo cual va a materializarse en la ampliación del MERCOSUR y la formación posterior de la UNASUR. De esta manera solo una América del Sur unida puede contar con la fortaleza material y política de defender los intereses nacionales de los países de la región. Pero además la regionalización es complementaria con la búsqueda de la ascensión del país en la escena internacional. A sí mismo, los gobiernos brasileños del gobierno de Lula, privilegian una estrategia de institucionalización controlada del multilateralismo regional para que Brasil pueda sacar ventaja de la cooperación, sin temer una supranacionalidad que iría en contra de su soberanía.

La voluntad de asegurar un liderazgo también va a la par de la búsqueda de prestigio internacional y el deseo de participar en la regulación del orden mundial, considerando que la posibilidad de detentar un amplio poder normativo incita a una potencia a ejercer liderazgo, para tener influencia y obtener ventajas sobre los otros agentes. Así, en la política exterior brasileña, la aproximación con los vecinos sudamericanos es percibida como un medio pertinente para una mejor inserción internacional de Brasil, que permite a su vez, demostrar todo su potencial, contribuyendo a formar un bloque regional poderoso e influyente con voz más global. En esa percepción de potencialidad multiplicadora, la creación de un bloque regional poderoso bajo el liderazgo brasileño permitiría democratizar las relaciones internacionales proporcionando a Brasil beneficios individuales para su proyección internacional.

Este liderazgo no se muestra indiferente a sus vecinos y en ello basa su acción cooperativa y pacificadora, como un punto de equilibrio entre la no intervención a los Estados y la no injerencia en los asuntos internos de sus vecinos, dando inicio a una nueva doctrina de la política exterior brasileña de “no indiferencia” (Brun y Muxagato, 2012:95). Sin embargo no utiliza una relación de solidaridad cooperativa con sus vecinos al posicionarse frente a otros bloques emergentes como ocurre ante la iniciativa brasileña de con-

formar el ASPA y ASA. En procura de un consenso en la toma de decisiones, busca el apoyo político necesario respecto a iniciativas que impulse y del reconocimiento de sus socios, en un intento de dar señales de concesiones con sus vecinos. Se trata en síntesis de una acción de persuasión a sus homólogos sudamericanos, sobre los beneficios que recibirían con la adhesión a su proyecto regional.

La dinámica de la regionalización deja de estar signada por la lógica neoliberal de un regionalismo abierto que ofrece el MERCOSUR, para redefinir la regionalización sobre la base de la cooperación y una fuerte participación de los Estados en busca de una transformación estructural. Es en este marco que los gobiernos brasileños toman iniciativas como la constitución de la UNASUR y, en particular a través de la acción del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) con el fin de realizar inversiones para los avances de la integración física e infraestructura de la región.

Otra concesión puede observarse en las renegociaciones de contratos en sectores que son considerados como estratégicos, en términos de Miranda (2009), procurando presentar al país como un *paymaster regional* pero con una lógica compensatoria y distributiva respecto a sus socios regionales. Se intenta colocar al liderazgo brasileño alejado de una estrategia de dominación, a la vez que coloca a la diplomacia brasileña en un rol central a la hora de evitar situaciones conflictivas en la región y con libertad de acción a escala global.

Los gobernantes brasileños (fundamentalmente durante el gobierno de Lula) muestran una voluntad de obtener el estatus de líder regional, al menos cuando llegan al poder, teniendo cierta influencia en la estabilidad regional gracias a su rol de mediador en varias ocasiones. Sin embargo, las iniciativas brasileñas no se han traducido en el reconocimiento del liderazgo regional del Estado brasileño, lo cual ha llevado a una actitud más individualista que regional o global. Además, el ingreso de Brasil como país emergente dentro de los BRICS acentúa su diferenciación con el resto de la región, realizando las heterogeneidades materiales entre los países sudamericanos y de la pro-

pia percepción brasileña de su capacidad material en relación a sus vecinos y el mundo (Miranda, 2009:103-109).

El giro a la izquierda en América del Sur reabre el debate por las estrategias de autonomía. Ello se traduce en la “autonomía por la diversificación” como el modelo de política exterior brasileña implementado principalmente por la administración de Lula, que según Lorenzini y Pereyra Doval (2013), plantea la adhesión a principios y normas internacionales a través de alianzas —regionales y con socios no tradicionales— para reducir las asimetrías y aumentar la capacidad de negociación frente a los países más poderosos.

Brasil prioriza la existencia de características compartidas con sus socios, sin tomar en cuenta la cercanía o lejanía geográfica como manifiesta Argentina. Es así que el rasgo característico de la política externa de las administraciones de Lula da Silva fue la constante búsqueda de socios para formar coaliciones y coordinar políticas en foros comunes dentro de las negociaciones multilaterales brasileñas, bajo la perspectiva de equilibrar las fuerzas centro-periferia. Por ello podemos decir que Brasil jugaría con los mismos actores en distintos escenarios mediante un “sistema de construcción de alianzas que pueden coexistir o superponerse, para generar un entramado de relaciones que permita adquirir mayores márgenes de autonomía en el contexto internacional”, sin dejar de lado la opción regional del MERCOSUR y la UNASUR. Dentro de esta estrategia puede mencionarse a la iniciativa IBSA, el G-20, el G-4 y BRICS son ejemplos paradigmáticos del uso que Brasil hace de la autonomía por la diversificación como la mejor forma de aumentar su poder de negociación internacional con múltiples actores y a través de la participación en diversas coaliciones (Lorenzini y Pereyra Doval, 2013:23-24). Brun y Muxagato, (2012) sostendrá de manera crítica que “la integración de los vecinos de Brasil en la dinámica Sur-Sur proviene más de motivaciones individualistas o de causas indirectas que de una voluntad de inclusión regional brasileña.

La llegada al Consejo de Seguridad fue una vieja aspiración de la diplomacia brasileña y tiene a Celso Amorin como su principal impulsor, esta

aspiración real y objetiva desembocaría en la mayor fricción y rivalidad con Argentina, es allí donde la alianza Argentino-Brasileña (desplazando a EEUU como socio privilegiado) junto con el debate por el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, marca claramente el cambio de estrategia brasileña desde “un esquema de cooperación por consenso hacia otro de cooperación con hegemonía”, o con liderazgo (Miranda, 2004: 87).

El intento reciente de elevación de Brasil en la jerarquía internacional se da en un marco externo e interno muy favorable. Se presenta un escenario de múltiples polaridades mundiales, donde el espacio de acción de países intermedios como Brasil tiende a aumentar de manera significativa. Las vacilaciones y falta de interés de Estados Unidos en su relación con Sudamérica, sumado a su creciente pérdida de centralidad relativa para Brasil, contribuyen a este cambio de escenario que permite mayores maniobras de autonomía. Por otra parte, el fin de las hipótesis de conflicto recíprocas con Argentina hace que Brasil ya no deba cuidarse de las tensiones con su socio comercial cuando se proyecta fuera de la región. El auge de Asia, los altos valores de los bienes primarios y el adecuado manejo de la inflación ofrecen al país buenas oportunidades para el crecimiento económico, incluso el mayor mercado interno con el que cuenta a diferencia de Argentina, le permite disminuir el impacto de la crisis económica de 2008-2009. Además, Brasil cuenta con credenciales adicionales para presentarse como un «jugador» confiable y creíble en la política internacional: es una democracia consolidada, tiene instituciones algo más sólidas que Argentina, ha logrado avances importantes en la lucha contra la pobreza y la mayor industrialización en la región. Todo ello son algunos de los factores por los que sigue ocupando un lugar de predominio del desarrollo económico bajo el paraguas de la lógica de la autonomía (Russell y Tockatlian, 2013: 157-180). Sin embargo ese contexto favorable tendrá su declive a partir de 2013 con la tensión de factores internos contradictorios producto de la crisis económica y política, que eclosiona durante 2015 con el pedido de impeachment a Dilma Rousseff.

Identidad de A-B en clave regional

Debemos dar cuenta de la importante e imbricada relación que existe entre la Política Exterior y la política interna (Lasagna, 1996), así como reconocer el rol de las ideas preexistentes en cuanto guían las acciones de los políticos en los procesos de toma de decisión (Wendt en Salomón, 2000; Pereyra Doval, 2015; Lorenzini y Pereyra Doval, 2013), en la construcción de las respectivas identidades, como así también de los liderazgos sudamericanos que surgen con los neopopulismos latinoamericanos en el periodo bajo análisis y sus respectivos relatos discursivos (correísmo, lulismo, kirchnerismo, chavismo) caracterizados por un hiperpresidencialismo, apoyo popular y políticas progresistas..

Las corrientes de pensamiento que influyeron en la cosmovisión de estos líderes políticos formados en la militancia político-partidaria setentista (dentro del partido peronista argentino o PJ y del Partido de los Trabajadores de Brasil o PT¹⁰), fuertemente imbuidos de las corrientes de pensamiento

¹⁰ Las características originarias del PJ están dadas por la presencia de un líder carismático, que además es el fundador del partido y de su Doctrina Justicialista, dando lugar a la tercera posición o Peronismo. En definitiva con el surgimiento del peronismo se consolidaba una práctica política de concentración de la autoridad de Perón y Buenos Aires sobre las provincias. Mientras que, El PT surgió de los operarios sindicalistas de São Paulo de finales de los años 70. Se fundó en 1980 y oficialmente reconocido en 1982, formado por un grupo heterogéneo (movimientos identitarios y activistas sociales), compuesto por dirigentes sindicales, intelectuales de izquierda (intelectuales gramscianos que se colocan como intelectuales orgánicos de ideología proletaria) y católicos ligados a la Teología de la Liberación. El partido es fruto de la aproximación de los movimientos sindicales, de la Conferencia de las Clases Trabajadoras (CONCLAT) – embrión de la Central Única de los Trabajadores (CUT) – grupo al cual perteneció Luiz Inácio Lula da Silva junto a diferentes sectores de la izquierda brasileña.

El Partido dos Trabalhadores en Brasil también cuenta con una base popular y sindical pero presenta características muy diferenciadas del peronismo argentino. Lo caracteriza cierta adhesión retórica al socialismo, que no se traduce en presupuestos ideológicos claros y consensualmente admitidos por la generalidad del partido. Las ideologías espontáneas de los sindicalistas que constituyeron su “núcleo duro” organizacional, conforma su base ideológica que apunta a una aceptación del orden burgués, y cuya importancia se volvió cada vez mayor, a medida que el partido adquiría bases materiales

dependentistas y el desarrollismo cepalino, combinadas con el pensamiento de izquierda, nacionalismo y enfoque autonómicos.

La particularidad de la estructura partidaria junto a su base movimientista han llevado al PJ a ser considerado un partido predominante (Malamud, 2003), y profundizar su capacidad de readaptación ante la emergencia de un nuevo populismo en medio de diferentes lógicas políticas dentro de una sociedad fracturada (Aznar Carinai y Vargas, 2012). Ante este contexto el kirchnerismo irrumpe en el espacio político con un exceso discursivo (Barros y Dain, 2012). El triunfo electoral del peronismo coloca a Néstor Kirchner en la presidencia y con él se establece la centralidad de la política, replanteos intelectuales sobre el peronismo y la construcción de un proyecto nacional-popular junto a la resignificación del Estado. Podemos considerar al nacionalismo “kirchnerista” como medio para un fin: *el desarrollo*. La visión solidaria y cooperativa que presenta como eje de acción para sortear las asimetrías del sistema internacional (Tenenbaum, 2003), permitirían los puntos de encuentros con el vecino país de Brasil.

A pesar de las diferencias mencionadas, hacia comienzos de 2003 coinciden en la llegada al poder de fuerzas políticas que inauguran un cambio en los liderazgos sudamericanos, con diferente cosmovisión del mundo, como queda plasmada en la política exterior de ambos países. La convergencia ideológica discursiva de los líderes de A-B se tornara evidente aunque no se materialice de igual manera en la actitud de ambos en la construcción regional, la relación con los países vecinos y la construcción identitaria.

como máquina burocrático-electoral. Su núcleo duro está compuesto por sindicalistas con una preocupación, por encima de todo, con los intereses corporativos de los trabajadores asalariados organizados, lo que explicaría la facilidad con que el partido, una vez en el poder, se adaptó a la lógica de la economía capitalista como un todo y a una política económica bastante ortodoxa. En esta reestructuración partidaria, se aglutinaron varios partidos políticos – entre ellos el Partido Popular Socialista, Partido Socialista Brasileño, Partido Democrático Laborista- como base de sustentación electoral, para su máximo líder, Luiz Inácio Lula da Silva en 2002, momento en el cual conseguiría las elecciones generales de Brasil y la investidura presidencial en enero de 2003.

A través del discurso – entendido como emergente de saber y de verdad – el poder construye saber y éste se transforma en lo verdadero generando, a su vez, una retroalimentación del poder. Ese saber y verdad que se expresa en las ideas, en las teorías y en la praxis de las políticas exteriores, procura legitimar el ejercicio del poder en diferentes dimensiones. Foucault plantea la existencia de dos realidades diferentes: la objetiva y la discursiva. Esta última, se construye a través del discurso y existe desde el momento en que es enunciada a través de la palabra, en donde el discurso cumple la función de crear esa “otra” realidad a imagen y semejanza de la idea dominante, arrastrando consigo la adhesión de los hombres y contribuyendo a su realización (Lorenzini y Pereyra Doval, 2013:12). En síntesis los discursos seleccionados (tanto de toma de posesión de los mandatos como los realizados en el marco de la UNASUR y el MERCOSUR) constituyen la fuente de poder para la construcción regional y la identidad sudamericana.

Federico Merke (2008) compara en clave histórica cuatro elementos que a su criterio subyacen en las políticas exteriores de Argentina y Brasil, a partir de los cuales se pueden develar las tradiciones identitarias. Estos son: (a) la naturaleza del proceso de independencia y construcción del Estado; (b) las visiones de mundo de las elites de cada país; (c) el lugar de la región en la inserción internacional de ambos países y (d) las visiones de Estado en las elites respectivas. Estos elementos de política exterior dan cuenta de diferentes discursos identitarios para Argentina y Brasil.

Respecto a los discursos identitarios brasileños, se revela la existencia de dos tradiciones discursivas. La primera tradición es una identidad internacional ‘realista-liberal’, que pensó al país como un Estado pacífico, liberal, satisfecho geopolíticamente, aliado de Estados Unidos y llamado a ocupar un lugar de prestigio en el sistema internacional. La política exterior brasileña guiada por este discurso, logró posicionarse como un ámbito del Estado que demanda consenso y continuidad y que está por encima de las pujas políticas domésticas. Pero además como se auto-considera excepcional en el con-

texto regional, América Latina (espacio político de excepcionalidad con una monarquía que había heredado su sistema político del Imperio portugués y que había hecho coincidir territorio con nación desde un primer momento y por lo tanto había mantenido la unidad política y la cohesión cultural). Si bien opera con una mirada más realista de la región, si bien América Latina tiene un papel marginal en su destino manifiesto, busca mantener la paz mediante consensos y relación entre pares respecto a Argentina.

La segunda tradición, ‘realista-desarrollista’, pensó al país como un Estado con vocación universal que haría del desarrollo su principal objetivo de política exterior a través de una estrategia de búsqueda de autonomía. La política exterior continuaría estando orientada por el discurso de consenso y continuidad, articulado principalmente por Itamaraty, manteniendo tres de los rasgos de la identidad realista-liberal (satisfacción geopolítica, autonomía de la política exterior y Brasil potencia) pero abandonando la alianza con los Estados Unidos. La idea de un Brasil potencia se tensionó con la resistencia argentina a permitir que Brasil llevara la delantera en el liderazgo regional. Además, la identidad universalista/globalista no buscó en América Latina su mejor espacio de proyección sino que se orientó a afianzar vínculos Sur-Sur con África, Asia y Europa Oriental.

La identidad brasileña señala al presente como problemático pero al futuro como promisorio, se proyecta hacia el futuro como el momento de realización de la identidad brasileña, donde la política exterior constituye el instrumento que une el Brasil del presente con el del futuro.

Respecto a los discursos de identidad internacional en la Argentina se perciben en términos de Merke (2008), cuatro tradiciones discursivas. La primera es la identidad internacional del ‘liberalismo’, que consistió en definir a la Argentina como un desierto que debía ser civilizado mediante el fomento de la inmigración europea, la república pacificada y un mercado que debía insertarse en el mercado mundial en busca del progreso. La política exterior se presenta como consecuencia de un modelo de desarrollo y

como causa de una identidad construida esencialmente bajo líneas europeas modernizantes. Se trató de una identidad internacional cosmopolita, incluyente, construida sobre la perspectiva de progreso, crecimiento e ideas europeas. El “otro” co-constitutivo de esta identidad sería esencialmente interno (el caudillo, la montonera, el desierto, el indio, la barbarie) antes que externo. En ese sentido, América Latina tendrá un lugar muy marginal en la identidad liberal por representar todos aquellos aspectos negativos para las elites dominantes y de los cuales querían desprenderse. Si bien el regreso del liberalismo se dio en otros contextos domésticos e internacionales, las líneas dominantes seguirían siendo las mismas: un Estado pequeño, alineamiento con la potencia hegemónica y apertura comercial.

La segunda tradición es “el nacionalismo” en diversas declinaciones. En su declinación ‘territorialista’ definió a la Argentina como un país que fue perdiendo territorios en manos extranjeras. La identidad internacional en la declinación ‘unanimista’ del nacionalismo presento a la Argentina como un país errático en sus conductas externas, sin una política de Estado clara en materia internacional y que refleja la ausencia de un proyecto compartido por todos los argentinos. Por último, la identidad internacional del nacionalismo en su declinación ‘decadentista’ presentó a la Argentina como un país que perdió su lugar privilegiado en el mundo, es la historia de su decadencia y pérdida de espacios en el concierto internacional. Los tres discursos nacionalistas, es una historia de pérdidas y ausencias: de territorio, de su proyecto y de un lugar en el mundo, que se reflejan en la política exterior de territorialismo, unanimismo grandeza. El unanimismo busca construir un proyecto compartido y recuperar los espacios perdidos mediante un modo autónomo. El “otro” de este discurso serán las grandes potencias pero también los enemigos internos aliados con el imperio o el capital. En este discurso, América Latina tendrá un lugar ambiguo: por un lado será un espacio de cooperación y solidaridad latinoamericana; por otro lado, en clave defensiva, será un espacio de rivalidad por territorio, influencia y recursos naturales.

La tercera tradición es el ‘desarrollismo’ que define a la Argentina como un país subdesarrollado, ubicado en la periferia del sistema internacional, donde las identidades políticas se definirían en términos de desarrollo y subdesarrollo, por lo tanto la misión era construir una nación industrial. Las consecuencias de estas ideas en política exterior argentina serán claras: “debía ser un instrumento de desarrollo económico que posibilitara la industrialización del país y la integración económica y social entre sus diversas regiones”. Identificándose con Occidente y sus valores, para buscar una mirada propia basada en su subdesarrollo. El “otro” se encuentra en la constelación de intereses internos y externos asociados a la permanencia del país agro-exportador. En la identidad internacional del país, América Latina tendrá un lugar ambiguo; por un lado, la mayor inmediatez de la relación económica de los modelos políticos y económicos en estadios similares; y por otro lado, la integración económica tendría un límite, que consistía en evitar la dependencia de socios regionales con mayor grado de avance relativo.

Finalmente, la identidad internacional ‘normativa’ definió a la Argentina como un miembro responsable del sistema normativo internacional y defensor de la igualdad jurídica de los Estados en la comunidad internacional. Como consecuencia de esta corriente de ideas, la política exterior argentina mostraba un predisposición estructural a encarar la problemática de política exterior en términos jurídico a antes que políticos. De este modo, para muchos dirigentes políticos, tener la razón ha sido más importante que resolver problemas. Lo cual, para algunos, se trató de una evasión por el derecho como forma ingenua de inserción internacional. Esta identidad no tuvo un “otro” interno, demostrando una identidad instrumental muy sedimentada. En esta identidad América Latina fue el terreno por excelencia para desplegar los principios jurídicos (pacifismo, no al cobro compulsivo de las deudas, no intervención en asuntos internos, recurso a medidas arbitrales etc.).

No puede sostenerse una verdadera continuidad en la política exterior argentina, basada en que el repertorio de la política exterior argentina haya permanecido estable a lo largo de varias décadas, debido a que esto no implica que las posiciones tomadas al respecto hayan sido estables ni que estas posiciones hayan reflejado una identidad también relativamente estable (Merke, 2008). La estructura discursiva identificada es una estructura más bien vacilante, pendular y poco coherente, compuesta por una constelación reducida de discursos pero más excluyentes que incluyentes en cuanto a las identidades que proponen.

Así, la identidad internacional de la Argentina parece estar signada por cambios de puntuación importantes, cuyas fluctuaciones discursivas refieren a quienes llegan al poder “sustentan su construcción de identidad internacional a partir de la negación de quien lo antecedió y prometen (re) construir una nueva Argentina y (re)insertarla en el mundo de un nuevo modo”(Merke 2008). Estas reconstrucciones no fueron totalmente nuevas, sino que se trató más bien de un patrón de rupturas donde viejos discursos volvieron a aparecer presentándose como nuevo, obsesionada con un pasado grandioso al que se quiere volver, el futuro está básicamente en el pasado. Se trata de un patrón discursivo que si bien admite variaciones – según se trate de liberales o nacionalistas-, terminan por coincidir en volver al país del Primer Mundo y de prestigio internacional.

En términos históricos en los últimos tiempos, es posible observar una identificación cada vez mayor con la región por parte de la Argentina y Brasil. Con la proclamación de la República (1889), Brasil comenzaría a tener una mayor conciencia de su identidad latinoamericana. Argentina atravesaría un proceso similar ante el declive del liberalismo y el ascenso del nacionalismo. Sin embargo, ni la república, ni el nacionalismo (con un discurso católico y romántico) significaría una etapa de cooperación regional, por el contrario, implicó momentos de fricción y competencia por liderazgos regionales.

El ascenso del desarrollismo en ambos países significó otro paso más en identificarse positivamente con América Latina, así comenzarían a verse como Estados subdesarrollados ubicados en la periferia del sistema capitalista. Esta vez, el discurso estaría basado en la dimensión material del desarrollo. La identidad de países periféricos, alentó de algún modo una mayor preocupación por la cooperación Sur-Sur. Sin embargo en Brasil se dio el abandono de una relación privilegiada con los EEUU, se centraba en la búsqueda de autonomía y desarrollo, pero ello no implicó un acercamiento con América Latina, sino más bien en el desarrollo de una visión más universal, orientada a África, Asia, Rusia y Europa Oriental. Mientras que en la Argentina, por el contrario, el abandono del modelo liberal y la relación privilegiada con Gran Bretaña se tradujo en una nueva articulación dentro de la esfera de Occidente, incluyendo América Latina. Esto se dio así, aunque con variaciones, dentro de la trayectoria desarrollista como también dentro del nacionalismo.

Podemos decir entonces que fue recién al regreso de la democracia que Brasil comenzó a afianzar su relación con la región y a percibir un destino más anclado en Sudamérica que en otras regiones. Este proceso histórico de ‘Sudamericanización’ (Merke, 2008, 2010; Sanauja, 2009, 2012, 2014) que comenzó en la década del ’60, fue crucial al momento de sentar las bases para el proceso de integración actual. Tomando una verdadera dimensión al conjugarse con los discursos kirchnerista y lulista junto a los nuevos impulsos del proceso de regionalización.

El discurso kirchnerista cargado de un fuerte sentido confrontativo, nacionalista e izquierdizado se coaliciona con el discurso lulista más moderado respecto a un otro constitutivo, pero con comunes bases filosóficas de izquierda y de sentido social de la economía, el sentimiento nacionalista neodesarrollista y discurso unionista. Coincidiendo ambos en la fortaleza de la unidad y la necesidad de implementar estrategias autonómicas que permita mayor capacidad de maniobra en las negociaciones internacionales.

Sin embargo Argentina hará foco en el MERCOSUR como instrumento de re inserción internacional y Brasil apostará además de la sociedad estratégica de A-B, a un modelo de regionalización con objetivos políticos como fuera la UNASUR, en el cual se auto-percibe con condiciones de liderar para convertirse en un actor global. Es por ello que el proceso de regionalización sudamericana forma parte de otra “gran estrategia” global, dentro de las relaciones Sur-Sur. Aunque ambos actores tengan diferentes objetivos, intereses y estrategias el impulso unionista contribuye por igual a éstos y el resto de la región. El regionalismo y la acción cooperativa permiten redistribuir los beneficios al conjunto de actores, haciendo percibir de manera incipiente el sentimiento de pertenencia y destino común de todos los pueblos sudamericanos, construyéndose socialmente la identidad sudamericana.

Conclusiones

Si bien en este periodo A-B han compartido el esfuerzo de teorización y práctica de una visión consensuada de la autonomía, teniendo algunos elementos comunes, sus diferencias se deben a que están ancladas en contextos — históricos, políticos, económicos, de enunciación— diferentes donde se definieron sus identidades e interés nacionales, por lo cual han seguido cursos de acción muy diferentes. En este proceso de regionalización, el MERCOSUR si bien ha contribuido a conformar una zona de paz y democracia, junto con el incremento del comercio intra-zona, no ha logrado superar las tensiones internas debido a la continuidad de las asimetrías de sus miembros, pero continua siendo el brazo económico-comercial de la región. Por otro lado la estructura flexible de la UNASUR (con objetivos más políticos) ha permitido conjugar las distintas estrategias internacionales, intereses e identidades nacionales, generando el espacio para la construcción de un futuro común de la identidad sudamericana.

A partir de la llegada del lulismo y el kirchnerismo al gobierno, estos se centran en la búsqueda de un modelo neodesarrollista junto a la mayor auto-

nomía de acción. En el caso de Argentina para que le permita reinsertarse al mundo pero principalmente a través de la región y su alianza con Brasil. Las estrategias autonómicas basadas en el desendeudamiento y la inserción regional, se complementarían en la gestión de CFK con el incremento del rol argentino dentro de la actuación multilateralista. Dando cuenta de un fuerte presidencialismo y diplomacia presidencial principalmente en conflictos regionales. La identidad argentina se ira conformando a partir de un “otro” externo (respecto a un hegemón, EEUU, y los organismos multilaterales de crédito responsables de las políticas neoliberales, FMI y BM), a la vez que convoca a la región a compartir como propia su situación internacional (tanto a lo concerniente al conflicto sobre la reestructuración de deuda soberana como del reclamo de soberanía de las Islas Malvinas). En ese sentido la región sudamericana se convierte en una única voz de reclamo.

Mientras que por otro lado, en el caso de Brasil desde una posición de líder regional por derecho propio desde su auto-percepción de “destino manifiesto”, busca recurrir a la región como trampolín que lo posicione como actor global, para ello reemplaza la sociedad con EEUU por la de sus vecinos, pero no se convierte en un “otro” enemigo sino en un “otro” plano de igualdad y respeto. Sin embargo al igual que Argentina convoca a la unidad regional, no sólo persiguiendo sus intereses individuales sino también bajo el compromiso solidario, con responsabilidad de su carácter “excepcional”, para erradicar la pobreza, las asimetrías y la posibilidad de injerencia externa.

Cada país desde su perspectiva ve en la unión sudamericana y las relaciones Sur-Sur, la fortaleza para sus propios intereses y estrategias internacionales, sin embargo el aprendizaje de acción cooperativa que se visualiza en este periodo permite ir construyendo un discurso de “hermandad”. Así manifiesta Lula da Silva en la inauguración de la sede de la UNASUR en Ecuador (2014), refiriéndose a esta como la casa de la “familia de naciones” sudamericanas, o cuando Dilma Rousseff se despide de su “amiga y compa-

ñera” CFK al final de su presidencia pro-tempore del MERCOSUR (2015). Pero que también se materializa en hechos concretos entre ellos, la resolución de conflictos dentro del ámbito regional, la sedimentación de un área pacífica y democrática, la ayuda humanitaria a Haití o la acción brasilera a través del BINDES en la región, los proyectos de infraestructura a través del IIRSA, el Foro de discusión socio-laboral etc. De esta manera cuando el discurso se convierte en obras que pueden ser vivenciadas por el pueblo es allí donde el beneficio material alimenta el sentido de pertenencia regional.

En esta experiencia regional se deja claro que el carácter eminentemente político de la organización de la UNASUR, y la importancia que se otorga a la adopción de políticas comunes y a la cooperación que pueda establecerse en áreas no comerciales abarcando a los países miembros con diferentes estrategias internacionales. La dinámica intergubernamentalista, tendió a reafirmar los intereses de la política exterior argentina y brasileña. Su estructura de carácter permanente se proyecta como una institución para promover un diálogo político sistemático y estructurado en diversas áreas. Mientras que la falta de consenso en relación el rol de la organización en la formación de una zona económica sudamericana, destaca la naturaleza de UNASUR como una “sombrija” política y pronostica dificultades futuras para el incorporar en él a la CAN y el MERCOSUR, que junto a la energía pueden convertirse en una fuente de conflicto entre los países de la región, sin embargo ya se ha dado la prueba de la capacidad de resolución de cualquier tipo de conflicto y desafíos al interior de la región, con diálogo y voluntad solidaria.

Dentro de las preocupaciones centrales de UNASUR se encuentra la cuestión energética y cuenta con un gran potencial de complementariedad en este campo entre países con reservas de energía y aquellos para los cuales la falta estos recursos para el crecimiento económico. Sin embargo luego del descubrimiento del campo de Tupí, el Gobierno de Brasil se retiró del proyecto gasístico con Venezuela denominado Mariscal Sucre, lo que implicaba abandonar el Gran Gasoducto del Sur, del que dicho complejo formaría

parte. Lo cual denota que si bien existe un potencial para la cooperación y la integración energética en el marco de UNASUR, Brasil ha declinado su interés por la construcción regional en ese tema o por lo menos presenta una actitud ambivalente. Ante ello es necesario generar las condiciones de equilibrio, para mitigar las posibles tensiones que surjan sobre los recursos energéticos.

Como se desprende de este trabajo, Brasil es un actor decisivo en lo concerniente al futuro del multilateralismo y el regionalismo en Sudamérica. Sin embargo la autopercepción de Brasil como un “líder benigno” no siempre se corresponde con la visión de sus vecinos, a menudo caracterizada por la desconfianza y recelos hacia su poder. Por otro lado, luego de la ambivalencia en temas claves como la energía, sumado a la crisis política brasileña atravesada durante 2015 que desembocara en el pedido de “impeachment” a Dilma Rousseff, la crisis internas en el MERCOSUR y la UNASUR, torna un futuro incierto y plantea una nuevos desafíos respecto para la región. Brasil sufre la mayor recesión desde la década del '30, en la que muestra una caída del 3,8% del PBI en 2015 (con una proyección similar para 2016), lleva a un escenario por demás complejo e incierto respecto a los países del MERCOSUR, afectando principalmente a Argentina, con la que guarda una extrema interdependencia. En especial si consideramos que constituye el primer mercado para nuestras exportaciones, las cuales experimentaron una caída del 30,8% en 2015. Por otro lado se refuerzan los reclamos de los socios menores del MERCOSUR, llevando adelante acciones unilaterales como fuera el caso de Uruguay para negociar directamente con EEUU.

Pero lo que más afecta al proceso de regionalización y la unidad sudamericana es la falta de unidad de los miembros de la UNASUR en el posicionamiento respecto al gobierno transitorio de Temer en Brasil, o sobre el pedido de revocaria al gobierno de Nicolás Maduro, hechos que cuestiona uno de los principales logros de este proceso de regionalización, sobre democracia y actitud de bloque. El resurgimiento del pensamiento conservador en

la región pone a prueba los logros del regionalismo post-liberal y la unidad sudamericana. Sin embargo, a pesar de los obstáculos que se nos presenta, el cambio cultural sudamericano ha contribuido a conformar un pueblo más informado e involucrado con los devenires regionales, cuyo poder limitante ha quedado en evidencia en la toma del espacio público durante las grandes manifestaciones populares en la región. Es allí donde reside la esperanza sudamericana, ya que la internalización de nuestros derrotados a permitido constituir una *resistencia popular con identidad sudamericana, con un potencial de poder limitante*, es decir portadora de una fuerza capaz de ofrecer un contexto menos favorable para la acción discrecional conservadora.

Referencias bibliográficas

Aboy Carles, Gerardo: La Democratización beligerante del populismo, Programa Bs. As. De Historia política del Siglo XXI, trabajo realizado en el marco del proyecto PICT, 2003, "Identidad Política e Integración Social. La construcción y fragmentación del espacio político en la Argentina del Siglo XX", FONCyT, historiapolitica.com.

Aznárez Carini, Gala; Vargas, Mercedes; Barros Mercedes; Daín, Andrés; Morales Virginia. *Populismo y Subjetividad: la construcción de lo político en el contexto argentino actual*. Escritos K, Ed. EDUVIM, 2012.

Barbé, Esther: *Relaciones Internacionales*, ed. Tecnos, Barcelona 1995.

Barros, Sebastián; Inclusión radical y conflicto en la constitución del pueblo populista, Rev. *Confines*, 2/3 enero-mayo s006, ISSN: 1870-3569.

Becerra, Lucas; Hacia un marco constructivista realista para el análisis de las RRII desde las periferias. Rev Colombia Internacional N78 mayo-agosto 2013 pp. 79-126, Universidad de Los Andes, Bogotá. Disponible en <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=81228083004>>.

Bologna, Alfredo. *Malvinas, una política activa frente al Reino Unido y a la Comunidad Internacional, en Política Exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato*. Ed. UNR, Rosario, Argentina, 2014.

Bartesaghi, Ignacio; *Informes sobre integración económica* (ISIE) abril 2015, N° 1. Ed. Universidad Católica de Uruguay.

Bonetto, María Susana –Fabiana Martínez (com.) *Política y Desborde: más allá de una democracia liberal*, ed. EDUVIM, 2012.

Borjas Benavente, Adriana: Liderazgos carismáticos e institucionalización política: el caso del Partido de la Revolución Democrática, Rev. *Confines* N° 1/1 enero-junio 2005.

Briceño Ruiz, José; Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. *Revista Estudios Internacionales* 175. Universidad Católica de Chile, 2013.

Brun, Elodie y Muxagato, Bruno. El proyecto internacional brasileño (2003-2010): Intenciones regionales y proyección global vía las relaciones Sur-Sur. Anuario Americanista Europeo, 2012:10 Tema central Brasil: ¿se puede ser una potencia mundial sin bombas atómicas ni premios Nobel?, pp.91-116. <halshs-00825693>.

Burlano de Lara, Felipe: Las búsquedas de Norbert Lechner, Rev. *Iconos* 2004, mayo 019 ISSN 1390-1249 Ecuador, pp141-146 <<http://redalyc.vaemex.mx>>.

Bywaters, Cristobal; Rodríguez, Isabel y otros; Unasur y la integración Latinoamericana: propuesta de un nuevo regionalismo post-liberal. Rev. *Encrucijada americana*, Año 3, N° 1, otoño-invierno 2009.

Calagno, Eric Alfredo. Un proyecto regional que reclama grandeza de miras. Rev. *Dipló*. N° 10 Abril 2000:20-23.

Caravajal Rico; *Incidencia de la Política Exterior de la República de Argentina en la creación y Consolidación de la unión de naciones suramericanas* (UNASUR) Período 2003-2010, Bogotá 2012.

Ceppi Natalia, El Gas Natural en los Vínculos entre Argentina y Bolivia (2003-2011): Acuerdos e Impactos Colaterales. Rev. *Lat. Am. J. Int. Aff.* – Vol. 4 N° 1 Art. 04, pp. 56-73. Disponible en <<http://www.jsj.utexas.edu/lacp/files/El-Gas-Natural-en-los-Vinculos-entre-Argentina-y-Bolivia-2003-2011-Acuerdos-e-Impactos-Colaterales.pdf>>.

Corigliano, Francisco, Híbridos teóricos y su impacto en la política exterior: El caso de los gobiernos de Néstor y Cristina Kirchner, *Boletín ISIAE* N° 47, 2008:8-10.

Cheresky, Isidoro: Elecciones en América Latina: poder presidencial y liderazgo político bajo la presión de la movilización de la opinión 'pública y la ciudadanía, Rev. *Nueva Sociedad* N° 206, noviembre-diciembre 2006, ISSN : 1251-3552, <www.nuso.org>.

Del Arenal, Celestino: *Introducción a las Relaciones Internacionales*, ed. Tecnos, 1990 3° edición.

Desiderá Neto, Walter Antonio; *El funcionamiento del MERCOSUR como una coalición internacional, en ¿Atlántico vs. Pacífico?: América Latina y el Caribe, los cambios regionales y los desafíos globales*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe, ed. CRIES, N° 10, 2014.

Dri, Eugenia; *La integración del Mercosur: análisis del proceso de negociación del Tratado de Asunción*. Programa de Integración Regional N° 46, Ed. CAEI, 2010.

Elsa Cardozo: *Ingobernabilidad e inseguridad en la Región Andina: la crisis Colombia-Ecuador-Venezuela y los retos a la seguridad cooperativa*, LIDIS, 2008.

Escudero, Laura; *Argentina, en Partidos políticos de América Latina*, Manuel Alcántara y Flavia Freinberg comp., ed. Universidad de Salamanca, 2003.

Gabetta, Carlos; La impotencia de Argentina Rev. *El Dipló* N° 10 Abril, año 2000, Ed. Cono Sur Fernández Alonso, José; Política económica exterior argentina. Consideraciones sobre la problemática de la inserción financiera internacional (2009-2014), en *La Política Exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato*. Ed UNR, Rosario-Argentina, 2014.

Freidenberg, Flavia y Levinstky, Steven; “Organización Informal de los partidos en América Latina, *Desarrollo económico*, vol.46 n° 184, marzo del 2007.

Filmus, Daniel y otros; *Lula, la esperanza vence al miedo*. Ed CLACSO, Bs. As., 2013.

First Quarter. Los hallazgos de petróleo en Brasil traen nuevos desafíos. Rev. *EconSouth*, vol. 13, N° 1, 2011.

Guerrero, Modesto E.: *Chávez: el hombre que desafió la historia*, ed. Peña Lillo/Continente, 2013.

Guerrero, Modesto E.: *Chavismo sin Chávez: la lucha por el poder en tiempos de transición*, ed. B 2013.

Gutiérrez Pantoja, Gabriel: *Teoría de las Relaciones Internacionales*, Instituto de Investigaciones Bibliográficas, UNAM, 2009.

Hall, Stuart y Paul du Gay (comp): *Cuestiones de Identidad cultural*. Ed. Amorrourtu, Bs.As., 2003: 13-37.

Jaguaribe, Helio; El proyecto sudamericano. Rev. *Foreign Affairs*, vol. 5, n° 2, ISSN 1665-1707, p. 80-83, 2005.

Jahuaribe, Helio; Argentina-Brasil: una alianza necesaria. Rev. *Aportes*, N° 22, p.9-16, 2004. Disponible en <www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/22/01/.pdf>.

Jackish, Carlota; *Los Sistemas Electorales, sus características y consecuencias políticas*. El caso argentino, CIEDLA, 1990.

Laclau, Ernesto: *La razón Populista*, ed. Fondo de Cultura Económica, 7° ed., 2013.

Lechner, Norberto; El debate sobre Estado y Mercado. Rev. *Nueva sociedad* N° 121 septiembre-octubre, 1992.

Levinstky, Steven: *Transformaciones del Justicialismo del partido clientelista*, ed. S. XXI, 2005.

Linz, Juan J. y Valenzuela, Arturo eds. *Las crisis del presidencialismo* [trad. al español de Rocío de Terán] Madrid: Alianza Editorial, 1997.

Lorenzini, María Elena y Pereyra Doval, Gisela; Revisitando los aportes de las teorías del sur: nexos entre teoría y praxis en Argentina y Brasil. Rev. *Relaciones Internacionales* Número 22 · febrero – mayo 2013.

Luna Ramírez, Carlos S.: El Constructivismo Social ¿una teoría para el estudio de la política internacional o un esquema para el análisis de la Política Exterior de los Estados?, FLACSO Argentina, Ponencia presentada en las Jornadas dl Área de RRII el 1-3/10/2009. Rev. *Ciencias Políticas*, Vol. XXI, N° 1, 2010.

Mackinnon, María Moira y Petrone, Mario Alberto, Los complejos de la Cenicienta, en María Moira Mackinnon y Mario Alberto Petrone (comps.), *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*, ed. Eudeba, Buenos Aires, 1999. Malamud, Andrés; El bipartidismo Argentino: evidencias y razones de una persistencia (1983-2003) Rev *Colección* N° 15, 2003.

Malamud, Andrés; Partidos políticos, Publicado en *Introducción a la Ciencia Política*, Julio Pinto (compilador), Eudeba, Buenos Aires, 2003, cap. 7 (cuarta edición).

Malamud, Andrés; *La política en tiempos de los Kirchner* (editado con Miguel De Luca), EUDEBA, Buenos Aires, 2011.

Malamud, Andrés, El brillante futuro de UNASUR, 25-2-2015, el artículo disponible en <<http://elestadista.com.ar/?p=5624>>.

Martínez, Fabiana (Comp.): *Lecturas del presente, Cuadernos de Investigación* ISSN 1852-3803 ed. EDUVIM, 2011.

Mattos, Carlos A., Paradigmas, modelos y estrategias en la práctica latinoamericana de planificación regional. Dentro del Programa de Capacitación del ILPES de la Cepal. Documento CPRD-D/88, 1989. <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/33147/S8400524_es.pdf?sequence=1>.

Merke, Federico(s/f), *Identidad y Política Exterior en la Teoría de las Relaciones Internacionales*, IDICSO, Instituto de Investigación en Ciencias Sociales, Universidad del Salvador, Bs. As.

Miranda, Roberto; *Paradoja en la vuelta a América Latina. Los problemas de Argentina en su vocación por la integración regional, entre 2002 y 2007*, en Roberto Miranda (comp.) *Avances y contradicciones. La política internacional argentina en América Latina durante la salida del default*, Editorial de la Universidad Católica de Santa Fe, 2009.

Miranda, Roberto; *Corolario de Brasil: la Argentina sin poder en el nuevo tablero regional*, Instituto de Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de La Plata, 2009.

Miranda, Roberto (2013) Anacronismo y actualidad autonomista: El problema del poder internacional de Argentina. *Revista de Estudios de Relaciones Internacionales* – N° 45/2013.

Morales, Juan Antonio (2011).

Muñoz, María Antonia; Laclau y Rancier: algunas coordenadas para la lectura de lo político. Rev. *Andamios*, México, 2006, junio Vol. 2 N°004 pp119-144.

Narvaja de Arnoux, Elvira (2008); *El discurso Latinoamericanista de Hugo Chávez*, ed. Biblos.

Panizza, Francisco: Discurso e Instituciones en la Reforma de la Administración Pública uruguaya, *Rev. Uruguaya de Ciencia Política* 13 / 2002 – ICP – Montevideo.

Peña, Félix y Bofafo Gonçalves, José coord.; *Argentina y Brasil 2015. Construyendo una Visión Compartida*. ed. CARI, Parte I y II, 2015.

Petit, Pere y Valenzuela Pep; *Lula, ¿donde vas!.: Brasil entre la gestión de la crisis y la prometedora transformación social*. Ed. Icaria, Barcelona, 2004.

Pereyra Doval, Gisela, El estudio de la Identidad en las Relaciones Internacionales. El constructivismo como “solución” teoría temporal, *Revista Enfoques* XXVII, 2015.

Pérez-Liñan, Anibal; *Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina*, Ed Fondo de Cultura, Bs. As., 2009.

Retamozo, Martín: Esbozos para una epistemología de los sujetos y movimientos sociales, *Rev. Cinta de Moebio* 2006, septiembre N° 026 Chile ISSN: 0717-554x <<http://redalyc.uamex.mx>>.

Ricci, Rudá: Lulismos, tres discursos y un estilo. *Rev. Lutas Sociais*, N 15/16, Brasil, 2006:171-183 Disponible en <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18849/14006>>.

Rodríguez, Tania Julieta: *El rol de Brasil en América del Sur: de la indiferencia al liderazgo regional. La incidencia de la Política Exterior brasileña en el subcontinente FLACSO*, Jornadas de las Relaciones Internacionales de 20 y 21 de septiembre, 2010.

Santiago Rodríguez Salcedo, Santiago; *Análisis de la incidencia de la política exterior de Argentina en el proceso de integración sub-regional en Mercosur, periodo 2003-2011*, Ed. UR, CRAI- Colombia, 2013.

Rojas Aravena, Francisco: Cooperación para la seguridad Hemisférica construyendo la seguridad cooperativa, *FASOC* Vol. VII N° 2, FLACSO-Chile, 1992.

Russell, Roberto y Tockatlian, Juan Gabriel; De la autonomía antagónica a la autonomía relacional. Una mirada teórica desde el Cono Sur. *Rev. Postdata* mayo 2001:71-92.

Russell, Roberto y Tokatlián, Juan Gabriel; *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*, Ed. Fondo de Cultura Económica, Bs. As, 2003.

Russell, Roberto y Tockatlian, Juan Gabriel; América Latina y su gran estrategia: entre la aquiescencia y la autonomía, *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, N° .104, Diciembre, 2013:157-180.

Sanauja, José Antonio; Del ‘regionalismo abierto’ al ‘regionalismo post-liberal’. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina y el Caribe, en Laneydi Martínez, Lázaro Peña y Mariana Vázquez (coords.), *Anuario de la Integración de América Latina y el Gran Caribe* n° 7, 2008-2009, Buenos Aires, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), 2009, ISBN 980-317-196-8, pp. 11-54.

Sanauja, José Antonio; *La construcción de una región. UNASUR y la integración en América del Sur*. (Con Manuel Cienfuegos, eds.), Barcelona, CIDOB/Bellaterra, 2010, ISBN 978-84-92511-17-4.

Sanauja, José Antonio; Enfoques diferenciados y marcos comunes en el regionalismo latinoamericano: Alcance y perspectivas de UNASUR y CELAC. *Revista Pensamiento Propio* N° 39. Enero-junio. Año 19, Ed. CRIES, Bs.As., Argentina, 2014.

Sanchez, Leandro E.; Constructivismo: de clasificaciones y categorías, FLACSO, Ponencia en las Jornadas de RRII, 2010.

Schenoni, Luis y Ferrandi Aztiria, Alejo; Actores domésticos y política exterior en Argentina y Brasil. *Rev. Confines*, año 10, N° 19, enero-mayo 2014: 113-14.

Senner Ricardo, Janina Onuki y Amânero Jorge de Oliveira: La Política Exterior brasileña y la Seguridad Hemisférica, *Rev. Fuerzas Armadas y Sociedad*, CAENI, Brasil, 2003, año 18 N°, N° 3-4 pp3-26.

Simonoff, Alejandro; Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner, *Rev. Confines* 5/10 agosto-diciembre 2009:71-86.

Simonoff, Alejandro; *Analizando a Cristina Fernández: interpretaciones sobre la política exterior desde el segundo gobierno kirchnerista (2007-2013)*, en *La Política Exterior de Cristina Fernández al finalizar su mandato*. Ed UNR, Rosario-Argentina, 2014.

Sosa, Alberto. *El Mercosur político: Orígenes, Evolución y Perspectivas*, 2008. Disponible en <www.amersur.org>.

Tach, César y Philip, Marta; Estado y partido peronista en Córdoba: una interpretación, publicado en Córdoba Bicentenario. Claves de su historia contemporánea, Tach, César (coord.), Editorial de la Universidad Nacional de Córdoba y Centro de Estudios Avanzados de la UNC. 2010.

Tible, Jean :¿Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político-social. *Rev. Nueva Sociedad* 243, enero-febrero 2013.

Toussaint, Eric; *Banco del Sur y nueva crisis internacional*. Ed. Abya Yala, Ecuador, 2008:66.

Verón, Eliseo. *La palabra adversativa en El discurso político*. Ed. Hachette, Bs. As. 1987. Disponible en <<https://es.scribd.com/doc/25218494/VERON-Eliseo-La-Palabra-Adversativa-Observaciones-Sobre-La-Enunciaci3n-Pol3tica>>.

Informe “Comisión Cascos Blancos” 2014-2015, emitido por el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Argentina.

Informe “Comisión Cascos Blancos” 2014-2015, emitido por el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Argentina.

Informe de 2014 dentro del Programa Iberoamericano para el fortalecimiento de la cooperación sur-sur. Tratado constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas, 2008.

<<http://www.itamaraty.gov.br/es/notas-a-la-prensa/14025-declaraciones-del-secretario-general-de-unasur-sobre-la-situacion-interna-en-brasil>>.

<<http://www.cfkargentina.com/hoy-la-argentina-ha-cerrado-el-ultimo-capitulo-del-gran-endeudamiento-argentino-%E2%80%AA%E2%80%8Beboden-2015%E2%80%AC/>>.

<<https://www.un.org/development/desa/es/>>.

<<http://www.enarsa.com.ar/index.php/es/gasnatural/125-gas-de-bolivia>>.

<<http://www.petrobras.com/es/magazine/post/profundo-futuro.htm>>.

<<http://www.panoramapetrolero.com/articulos/historia-del-petroleo-latinoamericano>>.

<<http://www.opsur.org.ar/blog/2015/09/03/brasil-expansion-del-presal-y-soberania-territorial/>>.

<<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-273478-2015-05-26.html>>.

<<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/recordip/article/viewFile/263/270>>.

<<http://www.perfil.com/internacional/La-Argentina-elegida-por-la-OEA-para-mediacion-en-el-conflicto-entre-Colombia-y-Ecuador-20080306-0055.html>>.

<http://cooperacionarg.gob.ar/userfiles/publi_ss_ops_arg_es.pdf>.

<<http://www.itamaraty.gov.br/es/ficha-pais/6025-argentina>>.

<<https://www.mrecic.gov.ar/argentina-y-brasil-firman-acuerdos>>.

<<http://www.infobae.com/2014/10/29/1605234-el-banco-mundial-ubica-argentina-los-paises-menos-favorables-hacer-negocios>>.

<<http://elinterin.com/2016/05/01/america-del-sur-lider-fragilidad/>>.

<<http://latinoamericapiensa.com/politica/3120-reactivacion-del-banco-del-sur>>.

<<http://opinion.infobae.com/patricio-giusto/2016/04/04/el-impacto-de-la-crisis-brasileña-en-argentina-y-el-mercosur/>>.

<http://www.mercosur.int/innovaportal/file/721/1/cmc_1994_protocolo_ouero_preto_es.pdf>.

<<http://www.ambito.com/diario/520486-relanzan-el-banco-del-sur-primera-idea-k-para-unasur>>.

<<http://latinoamericapiensa.com/politica/3120-reactivacion-del-banco-del-sur>>.

<<http://www.lacapitalmdp.com/la-crisis-de-brasil-y-sus-posibles-consecuencias-economicas-para-argentina/>>.

<http://www.ieco.clarin.com/economia/crisis-Brasil-efecto-economia-argentina_0_1534046793.html>.

<<http://www.lanacion.com.ar/1886120-la-crisis-politica-de-brasil-afecta-a-toda-la-region>>.

<https://issuu.com/divulgacionmercosur/docs/focem_web_espan__ol/1>.

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2005/20051123_notia_iirsa.html>.

<<http://www.iadb.org/es/banco-interamericano-de-desarrollo,2837.html>>.

<<http://www.perfil.com/internacional/La-Argentina-elegida-por-la-OEA-para-mediacion-en-el-conflicto-entre-Colombia-y-Ecuador-20080306-0055.html>>.

<<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/recordip/article/viewFile/263/270>>.

<http://cooperacionarg.gob.ar/userfiles/publi_ss_ops_arg_es.pdf>.

<<https://www.mrecic.gov.ar/argentina-y-brasil-firman-acuerdos>>.

<http://economia.cac.com.ar/economia/INFORME_ACTUALIZACION_DE_COMERCIO_EXTERIOR_1851>.

<<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-273478-2015-05-26.html>>.

<<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/recordip/article/viewFile/263/270>>.

<http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160417_brasil_diputados_autorizan_juicio_politico_contra_dilma_rousseff_gl>.

<<http://www.infobae.com/2016/03/19/1798272-dilma-rousseff-la-cornisa-como-es-el-proceso-juicio-politico-el-congreso>>.

<http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160411_brasil_impeachment_acusacion_contra_rousseff_gl>.

<<http://www.telesurtv.net/news/Que-sigue-tras-el-juicio-politico-de-Dilma-Rousseff-20160509-0014.html>>.

<<http://www.infobae.com/2016/05/14/1811514-brasil-rechaza-bolivarianos-y-la-unasur-oponerse-al-impeachment>>.

<<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24679-blank-59021107>>.

<<http://www.cfkargentina.com/cumbre-del-mercosur-en-ouero-preto/>>.

<<http://www.beersandpolitics.com/discursos/nestor-kirchner/33-cumbre-del-mercosur-en-paraguay/125>>.

<<http://www.cfkargentina.com/hoy-la-argentina-ha-cerrado-el-ultimo-capitulo-del-gran-endeudamiento-argentino-%E2%80%AA%E2%80%8Eboden-2015%E2%80%AC/>>.

<http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=40>.

<<http://www.cronista.com/economiapolitica/Con-importaciones-y-exportaciones-en-baja-el-superavit-comercial-cayo-33-en-marzo-20150421-0115.html>>.

Duas facetas do fervor religioso contemporâneo: da violência do extremismo islâmico às tentativas de interferência da visão de mundo evangélica nas políticas públicas

Denise dos Santos Rodrigues

Resumo

Apresento aqui duas diferentes expressões de fundamentalismo sugeridas pela hipótese da dessecularização por Peter Berger, na mão inversa dos prognósticos de um futuro mundial secularizado. No cenário internacional destaco um tipo de extremismo islâmico que tem sido acusado de crimes de guerra, enquanto no âmbito nacional evidencio a organização da bancada evangélica no espaço parlamentar. Ela é formada por agentes religiosos que tentam interferir no campo das políticas públicas, garantias e liberdades individuais considerando exclusivamente sua visão particular de mundo. Se desde a Proclamação da República o Brasil, que é um país plural, se tornou oficialmente laico, na contemporaneidade essa laicização parece enfraquecida face à força de certos grupos religiosos que buscam impor suas crenças e vontade, que nem sempre coincidem com a expectativa da coletividade e com a evolução dos tempos, o que pode provocar mudanças estruturais.

Palavras-chave: fundamentalismos; grupos islâmicos; liberdades individuais.

Resumen

Presento aquí dos diferentes expresiones de fundamentalismo sugeridas por la hipótesis de la dessecularización por Peter Berger, en la mano inversa de los pronósticos de un futuro mundial secularizado. En el escenario internacional destaco un tipo de extremismo islámico que ha sido acusado de crímenes de guerra, mientras que en el ámbito nacional pongo de manifiesto la organización de la bancada evangélica en el espacio parlamentario. Ella está formada por agentes religiosos que intentan interferir en el campo de las políticas públicas, garantías y libertades individuales considerando exclusivamente su visión particular de mundo. Si desde la proclamación de la República el Brasil,

Recebido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

que es un país plural, se ha vuelto oficialmente laico, en la contemporaneidad esa laicización parece debilitada frente a la fuerza de ciertos grupos religiosos que buscan imponer sus creencias y voluntad, que no siempre coinciden con la expectativa de la colectividad y con la evolución de los tiempos, lo que puede provocar cambios estructurales.

Palabras clave: fundamentalismos; grupos islâmicos; libertades individuales.

Abstract

Here I present two different expressions of fundamentalism indicated by Peter Berger through the hypothesis of de-secularization, in reverse hand of the predictions of a secularized world in the future. In the international scenery I underline a kind of Islamic extremism that has been accused of war crimes, while in the national one I sign the organization of evangelical bench in parliamentary space. It is composed by religious agents that try to interfere in the field of public policy, individual guarantees and liberties considering exclusively their own vision of world. If from the Proclamation of Republic the Brazil, which is a plural country became officially secular, nowadays this secularization seems weaken face to the power of certain religious groups seeking to impose their beliefs and will which do not always coincide with the expectations of the society in general and with the evolution of time, what may cause structural changes.

Keywords: fundamentalisms; islamic groups; individual liberties.

Introdução

A despeito das projeções de um futuro mundial secular, em sintonia com os avanços tecnológicos e científicos, que desprenderam o indivíduo das antigas mitologias, como sugeriu inicialmente Peter Berger (1985, p. 119), não foi bem isso que ocorreu. A perda de poder e plausibilidade da instituição religiosa na sociedade moderna, impotente para submeter a sociedade e a cultura aos seus símbolos e dogmas, que é o que se configura como o processo de secularização, não ocorreu como esperado. Berger identifica dois tipos de secularização: a das consciências, que se manifesta no âmbito

individual, e a societal, que tem como consequência o enfraquecimento das instituições religiosas, das quais o indivíduo se desvincula. Emerge, então, a crise do pertencimento religioso, com um claro movimento de desinstitucionalização que, por muito tempo esteve no epicentro do debate no campo da Sociologia da Religião até que, no século XXI surgiram novos tópicos para o debate, como a subsistência e o reavivamento de manifestações de religiosidade, além de expressões individuais. Diante disso, Peter Berger concordou que, ao contrário do previsto, se algumas instituições religiosas perderam seu poder e influência somente em algumas sociedades, outras se fortaleceram, inclusive assumindo vertentes fundamentalistas, ao lado de novas manifestações de religiosidade. Segundo Berger (2001, p. 14), a modernidade desembocou num cenário interligado, onde o local se dilui no global, o que indica uma mudança no lugar institucional da religião e, daí, a “*interação de forças secularizantes e contra-secularizantes*”. Nessa conjuntura, a modernidade não teria decretado o fim da religião em todos os lugares e para todos os tipos, quando ateus, agnósticos e sem religião passaram a dividir espaço com católicos apostólicos romanos, católicos carismáticos, evangélicos, muçulmanos, judeus, cultos asiáticos, afro-brasileiros, entre outros.

Ao perceber que as instituições e movimentos religiosos que buscavam se ajustar à modernidade entraram em declínio, enquanto os outros, conservadores, ortodoxos, cresceram. Berger (2001, p. 14-15) apresentou, então, seu *mea culpa* reproduzido na polêmica proposta da dessecularização. Duas manifestações político-religiosas que representam essa transformação são o crescimento do Islamismo e do evangelismo, ambos com suas estratégias acirradas de conversão em massa, presentes mesmo nos setores mais diferentes da sociedade. Essa hipótese de Berger pode ser testada quando nos deparmos, no cenário nacional, com o crescimento das denominações evangélicas pentecostais e neopentecostais, evidentes nos recenseamentos demográficos, cujos adeptos se inserem cada vez mais na militância política para conquistar cargos eletivos. No Legislativo, uma vez empossados se organizam e articulam em bancadas religiosas para interferir, a partir de sua cosmovisão

cristã, em temas de interesse da coletividade de crenças diversificadas. No contexto internacional contemporâneo, a hipótese pode ser verificada a partir da interferência da organização *jihadista* intitulada Estado Islâmico, cujo objetivo inicial era instituir um califado no Iraque. Adiante, com a participação na guerra civil da Síria, ampliou sua presença e passou a controlar também as áreas de maioria sunita daquele país. Por suas ações violentas divulgadas pelos meios de comunicação de massa, o Estado Islâmico ficou conhecido mundialmente como uma organização terrorista e, também por isso, não obteve o reconhecimento da comunidade muçulmana internacional, que não admite suas práticas. Esse grupo extremista tem como marca uma forte propaganda para arregimentar jovens de todo o mundo para aumentar seus exércitos, aos quais promete o que poderia ser considerado uma boa vida. Nas suas áreas de domínio obriga os habitantes a viverem de acordo com sua interpretação rigorosa e singular do código de leis islâmico (*charia*) e aderir ao esquema estabelecido. Qualquer desobediência pode resultar em torturas ou pena de morte, o que vale também para seus inimigos e estrangeiros, aos quais ameaça. Em agosto de 2014 o Estado islâmico foi acusado pela Organização das Nações Unidas – ONU – por cometer atrocidades e crimes de guerra. Diante da expansão desses grupos, pode-se considerar que a despeito de todo progresso científico e evolução tecnológica, a religiosidade não foi sufocada pelo processo de secularização, mas apenas passou a dividir espaço com ele em diversos territórios onde surgiram, inclusive, grupos radicais. Então, pode-se deduzir que, em todas as esferas, inclusive aquela da religião, o mundo atual é dinâmico e heterogêneo, marcado por fluxos: na Europa cresce mais expressivamente o número de islâmicos e, em países abaixo da linha do Equador, o de pentecostais. Em outros países os sem religião ganham velocidade de crescimento, conquistando adeptos de antigos grupos tradicionais, mas ainda não adquiriram a representatividade numérica desses dois outros.

Para Berger (2001, p. 16) aparentemente os únicos imunes à tese da dessecularização seriam a Europa Ocidental e pessoas altamente escolarizadas,

integrantes de uma “*subcultura internacional*”, principal vetor de crenças e valores progressistas. Contudo, a presença de células de grupos islâmicos radicais em países como França, Bélgica, entre outros, nos leva a questionar essa suposta imunidade. Não parece haver, então, na conjuntura internacional, território com tendências homogêneas estáveis, o que mostra que em qualquer espaço pode aflorar uma expressão de religiosidade extremista. No que concerne aos grupos cristãos, convém lembrar que as explosões de fervor religioso também foram observadas por outros pesquisadores como Danièle Hervieu-Léger (2007) nos seus estudos de alguns países da América Latina onde foi destacada não somente evangélicos pentecostais, mas também a proliferação dos grupos carismáticos católicos. São aqueles que apresentam uma religiosidade emocional em detrimento da atividade intelectual; ou seja, de conteúdo teológico que valoriza a experiência afetiva da presença do Espírito Santo traduzida em benefícios pessoais especiais para cada fiel. A relação nesses grupos é construída a partir do que chama de “*minimalismo teológico*”, através do qual os fiéis aderem a um credo mínimo como: “Deus te ama”, “Jesus salva”, entre outros, o que não requer explicação teológica e cuja eficácia prática é experimentada pessoalmente por cada um. De acordo com Hervieu-Léger (2007, p. 73), esta é uma forma de adequar os conteúdos às exigências do individualismo moderno na busca da realização pessoal. Dessa ótica a fé, como operadora de um dever particular, se apresenta como o motivo central da religiosidade moderna, presente em muitos movimentos, inclusive o islâmico.

Na mesma direção estão as anotações de Zygmunt Bauman (1998) que também destacou as manifestações de fundamentalismos como um interessante exemplo de modificação do campo religioso. Para Bauman (1998, p.226-227) o questionamento sobre Deus e sobre a religião já foi feito no passado; agora aparecem “soluções” para os problemas mais genuínos da vida contraditória dos indivíduos pós-modernoso. Com isso, emergem esporadicamente em alguns países os “reavivamentos étnicos”, com sua mensagem particular sobre a insuficiência e fraqueza humana que por tanto tempo ali-

mentou as instituições tradicionais. Os fundamentalistas recorrem à racionalidade do mercado para atrair aquela clientela mais suscetível aos seus apelos, quase sempre marcada, pela “*miséria da vida composta de escolhas arriscadas*”, por responsabilidades desconhecidas, incertezas e suas consequências, para as quais o indivíduo pode não estar preparado. Então, apresentam os remédios específicos para os males dos novos tempos, oferecendo certezas e segurança e condenando as “*extravagâncias da liberdade individual*”, com a promessa de emancipar os convertidos das agonias da escolha. Assim, o fundamentalismo traz à tona a subterrânea ansiedade da condição pós-moderna, conduzindo aqueles que precisam de seu suporte para saber o que fazer num mundo altamente mutável, instável. Se tornam, assim, o porto seguro que alguns indivíduos buscam, com sua interpretação pessoal da religião. Parece haver, então, um consenso sobre o aparecimento de transformações sociais que evidenciam o imbricamento do campo religioso com a cultura moderna, reproduzindo tendências de um novo estilo de vida, campo fértil para o surgimento de formas radicais de exercício da religiosidade.

Partindo da perspectiva de Bauman, que associa as conversões à racionalidade do mercado, em busca de adeptos vulneráveis aos seus apelos, com alternativas para a solução das mazelas quotidianas, pode-se interpretar não só a proposta do Estado Islâmico, mas também alguns grupos pentecostais e neopentecostais como tipos de fundamentalismo. Esse entendimento ultrapassa a sua associação exclusivamente com os “reavivamentos étnicos”, permitindo a inclusão de outros grupos que não apresentam a religião vinculada à uma etnia, mas que recorrem a estratégias acirradas para incorporação do fiel, com uma interpretação singular e radical de um código religioso, o que interfere incisivamente na vida privada dos indivíduos e suas relações sociais. Para ampliar o conjunto, se inserem nas várias esferas da sociedade, inclusive no campo político, onde tentam impor suas regras como se fossem válidas para toda a coletividade. Então, os fundamentalismos se apresentam como uma marca do mundo contemporâneo, repleto de incertezas, em busca de caminhos que os antigos modelos já não conseguem mais abrir. Uma vez

em situação privilegiada, de domínio, tentam impor sua vontade aos demais segmentos sem considerar as diferenças, liberdades e garantias individuais, mas um único modo de vida e uma única versão da realidade, que seria a única verdade. Quando não admitem outros pontos de vista, deixam transparecer a intolerância em diferentes graus, o que pode abranger desde uma agressão a um culto religioso que combate, a interferência em projetos de lei e propostas de políticas públicas que contrariam sua moral, até ações mais violentas, como atentados contra aqueles que consideram inimigos. Se, no âmbito parlamentar nacional, as bancadas evangélicas recorrem a manobras e articulações para fazer prevalecer sua visão de mundo diante daqueles que não compartilham de suas convicções; no internacional o Estado Islâmico tenta se impor pela força e intimidação, apelando para a agressão física e punição dos infiéis. Agem de forma ortodoxa, que é prender-se rigorosamente a dogmas, impossibilitando as reinterpretações.

Na sua releitura do Protestantismo, Rubem Alves (1982, p.126-127) o apresentou como um tipo de fundamentalismo, uma ortodoxia. Segundo o autor, o ortodoxo se impõe através do poder político, lança suas definições sobre a comunidade, que deve aceitá-las por ser a única verdade possível, capaz de emudecer os dissidentes e, assim, encerrar o questionamento. Assim o ortodoxo, que é o forte, manifesta seu poder sobre os hereges, fracos. Em geral o ortodoxo obedece a uma hierarquia rígida, na qual somente alguns detêm o conhecimento profundo da doutrina, que outros devem seguir porque é o que é certo. Essa hierarquia é responsável por mobilizar os fiéis para alcançar os objetivos da organização, sem relutâncias, o que submete o fiel de tal forma à instituição que toda e qualquer contestação pode se configurar como uma desobediência passível de punição. Assim, toda cristandade tradicional de crença ortodoxa, que se opõe ao revisionismo, pode ser considerada fundamentalista, fechada a qualquer tipo de negociação racional. Se apoiam em convicções metafísicas, morais e bioéticas que não estão necessariamente de acordo com o desejo da maioria. No discurso fundamentalista o livre arbítrio, a adaptação das ordenações aos tempos

não têm vez, o que contraria os pressupostos da tolerância (ENGELHARDT, 2000, p.197). São, portanto, rígidos, habitando um universo fechado onde tudo está determinado pelo transcendente, o que reduz a plausibilidade da intervenção humana. Seu exclusivismo doutrinário reduz a possibilidade de diálogo; mas essas restrições não se colocam como um empecilho para a força das estratégias de conversão, cada vez mais audaciosas.

No entanto é preciso assinalar que não é consenso esse enquadramento do evangelismo como um tipo de fundamentalismo, uma vez que autores como Felipe Orellana Gallardo (2012, pp.442-443) percebem características diferenciadas no pentecostalismo e no fundamentalismo, que se constituem duas maneiras singulares de se relacionar com a modernidade secularizada. Para esse autor, embora os dois movimentos, fundamentalismo e pentecostalismo, tenham uma raiz comum dentro do Cristianismo e coincidam temporariamente, com destaque para o protestantismo americano do final do século XIX e início do XX, ambos não devem ser confundidos. Para Gallardo são duas maneiras antagônicas de reagir à modernidade secularizada, uma tese que também pode ser refutada por outros autores que percebem ilhas de fundamentalismo, como o fez Peter Berger. Então, o fundamentalismo seria mais racional e, o segundo, pentecostalismo, “experimental”, no sentido da experiência do fato religioso com uma linguagem ritual específica como a glossolalia, possessões, êxtase religioso entre outras manifestações. Dessa forma reagem à *“incerteza e à ocultação de Deus no nosso tempo”*, construindo comunidades com as quais buscam combater o individualismo e a incerteza do mundo moderno. Se configuram, assim, como reações distintas à perda da centralidade do indivíduo.

Gallardo (2012, p.448) recorre a várias teorias para descrever o fundamentalismo, entre as quais a de Edward Farley, que explica que, a despeito de sua ligação com as bases do passado, o fundamentalismo pretende ser altamente moderno com suas apropriações das mediações, supressão de elementos proféticos e transcendentais. Mas é ambíguo pois, ao mesmo tempo em

que rejeita o sistema de valores dos tempos modernos, não recusa os recursos proporcionados pela tecnologia mais avançada. Podemos associar esse procedimento, por exemplo, à utilização que grupos extremistas como o Estado Islâmico fazem das redes sociais, tanto para propaganda, com a demonstração de sua força, uma vez que assume publicamente a autoria de atentados e atos de violência, quanto para aliciamento de seguidores. Mas também não podemos, a despeito da tentativa de distanciamento, lembrar da aquisição de canais de televisão e emissoras de rádio pelas novas igrejas pentecostais, meio pelo qual os pastores atuam como apresentadores, controlam programações e fazem suas pregações. No levantamento bibliográfico efetuado por Gallardo (2012, p.450), o pentecostalismo ainda pode ser distinguido por se apresentar como o protetor dos setores mais desfavorecidos da sociedade, em especial na América Latina onde há mais desigualdades. Acrescentamos que eles ocupam os bolsões de pobreza, nas áreas periféricas das cidades, espaços aos quais o Estado nem sempre consegue chegar, oferecendo benefícios assistenciais. Os pentecostais prometem a cura, o exorcismo, a libertação, solução para problemas financeiros e emocionais explicados como de origem espiritual. Os pentecostais e neopentecostais, por sua vez, teriam suas vidas restauradas, seriam libertos da vida sem Deus, que é o único meio de salvação. Tudo isso não coincide, a rigor, com o fundamentalismo islâmico, que atinge todas as camadas sociais, inclusive jovens da classe média, que se alistam e incorporam aos seus exércitos.

O islamismo radical não promete a cura espiritual nem assistência social, mas a recompensa aos fiéis que, porventura, se sacrificam em nome de Alá, um paraíso celestial onde encontrarão suas companheiras. Para mulheres prometem um companheiro somente, uma vez que por natureza a mulher só consegue só conseguem amar um único homem, que seria perfeito para ela. Esses fiéis ainda poderiam interceder por seus parentes no dia do juízo final, os quais seriam perdoados por seus pecados e os encontrariam no paraíso. De acordo com Gallardo (2012, pp.450-451), a mulher tem menos oportunidades nesse universo, ao passo que, no pentecostalismo ela pode, inclu-

sive, ocupar postos eclesiásticos. A mulher pode alcançar certo patamar de igualdade com os homens em certas denominações pentecostais, enquanto, por exemplo, no fundamentalismo judaico ultra ortodoxo *Neturei Karta*, a mulher possui um papel secundário em relação ao homem, relegado ao ambiente doméstico. A noção de experiência no pentecostalismo envolve elementos importantes como o testemunho, a valorização da parábola, enquanto no fundamentalismo o que vale é o que está no livro, suas definições tais como são interpretadas e transferidas para a religião e para o modo de vida da sociedade.

Embora se dedique a distinguir os dois movimentos, Gallardo pondera (2012, pp.452-453) que, a despeito das diferenças que podem separá-los, fundamentalismo e pentecostalismo também têm elementos comuns. Como já mencionado, ambos são uma reação à modernidade que rebaixaria o papel da religião; ambos floresceram no momento em que a religião parecia condenada ao declínio face ao desenvolvimento científico. Os dois forma comunidades que oferecem as certezas, indicadas por Zygmunt Bauman, as quais são reclamadas diante da exaltação do indivíduo e abandono da presença divina. Isso ocorre devido a uma sensação de autossuficiência humana (BAUMAN; TESLER, 2002, PP.105-107), quando o indivíduo teria se abandonado à sua inteligência e recursos próprios, ainda que escassos. Os seres humanos só se importam com os seres humanos e o que podem respectivamente cuidar; nada mais num contexto onde não têm certezas e vivem afrontados por elementos instáveis e imprevisíveis que não conseguem controlar. Todo esse conjunto afeta tanto a formação do fundamentalismo quanto do pentecostalismo e, ainda, como os adeptos de cada um desses grupos constroem a sua identidade. Essas identidades são voláteis, uma vez que a modernidade é líquida, o que conduz à busca dessas certezas na comunidade, o que é oferecido por esses grupos. A resposta a uma situação de incerteza pode ser buscada em relações contratuais de diversos tipos, o que pode ser observado tanto no regimento de jovens que se unem para fundar com base na violência e no terror um Estado, que é o califado, mas também, de certa forma,

nas coligações partidárias que reúnem fiéis evangélicos para votar temas de sua preferência. Ambos se reúnem com seus pares, entre os quais buscam as certezas que a vida moderna não lhes proporcionou e, ainda, a segurança que seus ideais, valores e crenças prevalecerão perante aqueles que não integram suas comunidades. Não são relações impessoais, mas, pode-se dizer, relações fraternas, daqueles que se reúnem em prol da mesma causa que, como já mencionado, pode não ser aprovada pela maioria. A formação dessas comunidades, obviamente, envolve recursos humanos, mas, também, a aplicação de recursos materiais, os quais podem ter as mais diferentes fontes de financiamento, tema de tamanha complexidade que deverá ser deixado para outro artigo.

O crescimento do fundamentalismo islâmico e sua ameaça à ordem internacional

No caso da vertente islâmica do fundamentalismo, tomamos, então, como exemplo, a proposta de formação de um califado declarado Estado Islâmico, ou seja, se dispõem à fundação de um Estado com base na violência e no terror. Ao tentar impor-se diante da comunidade mundial, o grupo comete atitudes extremas que envolvem mortes de jornalistas estrangeiros, atentados em áreas de grande circulação dos países inimigos, apropriação de poços de petróleo, ocupação de cidades como, por exemplo, a destruição do sítio arqueológico de Palmira, cidade de 4 mil anos localizada entre a capital da Síria, Damasco e Deir al-Zour, cidade no Leste do país. Essas e outras ações ocupam as manchetes do noticiário internacional, fazendo com que países ameaçados se mobilizem em busca de proteção. Aqui compreendido que, na política, muitas vezes a melhor defesa é o ataque. Para empreender esses ataques o grupo, como todo aquele que quer fundar um governo, constrói seu próprio exército. Seus soldados são recrutados utilizando as ferramentas proporcionadas pela modernidade, como as plataformas digitais. Muitos deles são seduzidos através de revistas digitais e vídeos disponibiliza-

dos no Youtube onde oferecem mulheres escravizadas. Dessa forma, tentam convencê-los a aderir à luta.

O espaço virtual é utilizado pelo grupo para recrutar mulheres que se tornam escravas do grupo, como as 5 mil mulheres provenientes das comunidades étnico-religiosas curdas Yazidis, localizadas em áreas do Iraque, Síria e Turquia. Em geral elas são atraídas para áreas de conflito com a promessa de começara servir como “esposas” de membros do grupo Estado Islâmico, que as mantêm em cativeiro. Adiante são vendidas ou trocadas como mercadoria. De acordo com relatos das Nações Unidas, o Estado Islâmico já utilizou a plataforma do Telegram para realizar os leilões de escravas *on-line*, expondo as fotos das mulheres de várias idades capturadas, inclusive meninas, que recebem um preço. Além deste espaço, também a plataforma do Facebook foi utilizada para leiloar mulheres escravizadas, as quais eram oferecidas por US\$ 8 mil. São escravas sexuais, o que já foi denunciado no *The Washington Post*, que relatou os vários casos de fotos de mulheres oferecidas como num leilão, assim como os nomes de seus vendedores em conversa com potenciais compradores. Em agosto de 2015 as Nações Unidas teriam obtido uma lista dos preços que os jihadistas cobram por crianças de 1 a 9 anos (US\$ 165), adolescentes (US\$ 124) e, por menor preço, mulheres com mais de 40 (US\$ 41).

No combate à violação de direitos, à exploração sexual e ao terror, uma série de iniciativas vem sendo tomada, o que inclui rastrear mensagens relacionadas com terrorismo e prováveis suspeitos, além de desmentir promessas falsas feitas durante o recrutamento. Vale destacar que, no que tange ao recrutamento, essas não foram as únicas plataformas utilizadas, mas ainda a do Twitter, que ficou famosa por ser fortemente utilizado pelo Estado Islâmico para propaganda desde 2014. Essa penetração na mídia social é um bom exemplo de uma das táticas do grupo mais afinada com a modernidade, o que o diferencia de outros grupos. Como política de segurança global, contrário à ação terrorista, o Twitter já foram encerradas milhares de contas associadas ao Estado Islâmico nessa plataforma. Conforme notícia

publicada no *Independent Journal Review*, estima-se que somente no Twitter o Estado Islâmico tenha tido sozinho mais de 46 mil contas, as quais vão sendo encerradas na medida em que são investigadas e associadas ao terrorismo, o que teria acontecido com 125 mil delas. Uma vez que as redes sociais passaram a ser utilizadas pelos extremistas, tornou-se um desafio para os governos controlar esses espaços na tentativa de impedir que elas sirvam como espaço de aliciamento e outras iniciativas.

Mas não são somente mulheres de grupos étnicos que são atraídas pelo Estado Islâmico, mas outras, de várias partes do mundo, como as ocidentais. Os meios de comunicação estimam que, somente em 2015, 56 mulheres e meninas teriam deixado o Reino Unido para juntar-se ao Estado Islâmico. Isso levou jornalistas do *The Guardian* e outros interessados à busca das razões pelas quais elas se deixavam atrair por aquele tipo de vida, se é que sabiam que tipo de vida de fato teriam. Muitas desistiram de suas famílias, de suas carreiras e padrão de vida em busca de um casamento com um soldado do grupo, o que as leva certamente a assistir cenas de violência, a viver em meio a ataques aéreos, na guerra. Os belgas também são frequentemente atraídos pelo grupo, homens e mulheres das várias faixas etárias, mas principalmente os mais jovens. Entre as respostas para essa opção estão relacionadas com a “romantização de uma aventura independente”. Isso envolve a promessa de pertencer a uma “irmandade”, que é o sentido de comunidade ao qual Bauman se refere; à sensação do cumprimento de um dever religioso e, ainda, a empolgação pela contribuição na construção de um Estado, que é o objetivo do grupo. Os integrantes ocidentais recebem um papel diferenciado, pois tornam-se eles mesmos exemplos a serem seguidos, pois incentivam a busca de novos recrutas além do território já ocupado. A forte propaganda disseminada pelo Estado Islâmico contrasta com a dura realidade que é oferecida, da qual é muito difícil escapar ileso.

A representatividade numérica dos segmentos religiosos no poder Legislativo e suas intervenções

Se o fundamentalismo islâmico parte para o terror, para a violência física, o que pode ser considerado como fundamentalismo evangélico, que tenta se impor como verdade absoluta, apela para outro tipo de tática na conquista do poder. Seus adeptos não se propõem a fundar um Estado nem a formar um exército, mas tentam impor sua visão de mundo mesmo àqueles que não se afinam com ela. Não são belicosos, mas recorrem a artimanhas no cenário político, como a formação das bancadas religiosas no Legislativo, constituídas por integrantes de diferentes partidos políticos, mas que comungam da mesma fé. Com essa articulação, tentam influenciar temáticas da vida pública que desagradam sua moral particular, o que sugere que a força da identificação religiosa parece superar a identificação partidária no que concerne à votação de temas de interesse do grupo. Segundo Pierucci e Prandi (1996, pp. 163-191) os primeiros sinais de associação ostensiva de prática política com religião já eram visíveis em 1982, quando na composição da Câmara dos Deputados estavam 10 candidatos de confissão evangélica, número que cresceu ao longo do tempo, passando dos 30 em 1996. Na Assembleia Constituinte, eleita em novembro de 1986, os parlamentares com vínculos confessionais se associaram formando uma “minoría moral”, como exemplo da movimentação das forças de direita do Congresso, para interferir nos temas de interesse do coletivo. Na ocasião foram identificados 33 parlamentares evangélicos com uma postura particular nitidamente conservadora contra expectativas progressistas. Eles se uniam em “nichos” para defender costumes tradicionais baseados numa ética cristã na Comissão da Família, Educação e Cultura. Por exemplo, eles condenavam o aborto, com base no mandamento bíblico “não matarás”; se posicionavam contra a possibilidade de descriminalização das drogas, porta de entrada para a criminalidade; se mostravam contrários ao feminismo, que destrói a hierarquia patriarcal; contra a pornografia e, ainda, contra a pena de morte, propondo a prisão perpétua como alternativa. Além disso, defendiam a censura nos

meios de comunicação, especificamente na televisão, cinema, rádio e em espetáculos, interferindo na liberdade de comunicação. Entre outros temas, esses parlamentares se movimentam contra a igualdade de direitos para homossexuais, o que consideram uma perversão e falta de vergonha, que “*atrai a maldição de Deus sobre o povo*”. Vale lembrar, todavia, que muitos desses posicionamentos coincidem com aqueles defendidos por representantes vinculados aos setores conservadores da Igreja Católica.

O crescimento evangélico pode ser mais bem analisado a partir da Pesquisa Novo Nascimento (Fernandes, Sanchis, Velho *et alii*, 1998, pp.126-8) sobre o pleito de 1994. O cruzamento de denominações religiosas de candidatos e eleitores indicou que 95% dos seguidores da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) votaram em candidatos do mesmo grupo religioso. Na Câmara Federal, 27 candidatos evangélicos (8% de 360 candidatos) obtiveram 13,59% de votos nominais, concentrando mais de meio milhão de votos. Entre os partidos, os evangélicos foram os responsáveis por 60% dos votos do Partido Progressista (PP) e por 49% dos votos do Partido da Frente Liberal (PFL), ambas legendas conservadoras. Em geral, todos os 15 partidos na corrida eleitoral foram representados por ao menos um candidato evangélico, quatro deles elegendo deputados. Com a multiplicação de evangélicos nos vários segmentos populares e as campanhas políticas acirradas dentro das igrejas, a tendência é que fiéis evangélicos apoiem candidatos evangélicos, o que aumenta sua representatividade na arena política.

Nas disputas eleitorais de 2002 Maria das Dores Campos Machado (2006:92-96) identificou 60 candidatos evangélicos entre os 586 que disputaram as 46 cadeiras reservadas para o Estado do Rio de Janeiro na Câmara Federal. Além disso, dos 25 candidatos a representantes do Rio de Janeiro no Senado, três eram pentecostais, sendo dois da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD e um da Assembleia de Deus (AD). Esses, entre outros exemplos, comprovam um dos aspectos mais fortes do processo de modernização brasileira no século XX: a constituição, pela primeira vez na sua histó-

ria, após séculos de identidade entre nação e catolicismo, de uma identidade concorrente, evangélica, abalando um dos mais sólidos pilares ideológicos da construção nacional. Em outro artigo, Maria das Dores Machado (2003), observou que 60 candidatos com identidade evangélica disputaram junto com outros 526 concorrentes, as 46 cadeiras reservadas para o Estado do Rio de Janeiro na Câmara Federal durante as eleições de 2002. Entre esses candidatos, 10 foram eleitos com 9,5% dos votos válidos, dos quais o mais votado foi Carlos Rodrigues, bispo da IURD, eleito pela legenda do Partido Liberal (PL), que alcançou quase o dobro da votação do segundo colocado. A esses dez eleitos para a legislatura de 2003-2007, juntaram-se dois suplentes, também com vínculo religioso evangélico, somando doze representações religiosas entre os parlamentares federais. Para o legislativo estadual, dos 1.288 candidatos que concorreram às 70 cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), 149 eram evangélicos (11,56%), entre os quais 26 (17,45%) dos postulantes se elegeram. Assim, a visibilidade política dos evangélicos se torna cada vez maior.

Na legislatura de 2001-2004 na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no quadro de 42 vereadores eleitos, sete se declaravam evangélicos, alguns ocupando cargos eclesiais de importância nas suas igrejas de origem. Um deles foi eleito por um partido de esquerda, o pastor Edimilson Dias, do Partido dos Trabalhadores (PT). Nas últimas eleições para o Senado a vitória expressiva do Bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, fundador da IURD, eleito representante do Rio de Janeiro pelo PL com um total de 3.243.289 votos, também sinalizou a força da identidade religiosa como base de parcela importante da representação política no Estado. Crivella era candidato não consolidado no cenário político do Estado quando concorreu pela primeira vez ao Senado, mas surpreendeu vencendo seu concorrente à mesma vaga, Leonel Brizola, personagem veterano com destaque dentro da militância política nacional. Aquele resultado sugeriu que, naquele contexto, o pertencimento religioso pode ter prevalecido ao pertencimento político-partidário. No âmbito das eleições para o Executivo, através do mapeamento dos

votos de Anthony Garotinho na campanha presidencial de 2002, verificamos que o candidato, então recém-convertido a uma igreja evangélica tradicional, a Presbiteriana, recebeu votação expressiva entre eleitores evangélicos, responsáveis por mais da metade de seus votos. Até hoje não somente ele, mas outros membros da família campista concorrem a cargos eletivos.

Durante as eleições municipais executivas de 2004 candidaturas em vários municípios se apresentaram ao eleitorado como “evangélicas”, a fim de angariar votos de seus irmãos de fé. O crescimento do apelo religioso nas campanhas eleitorais se tornou tão evidente que, na Cidade do Rio de Janeiro a imprensa descreveu a disputa mobilizando identidades religiosas como “Guerra Santa”. Foi nesse cenário que verificamos que o Senador debutante, Marcelo Crivella, obteve uma expressiva votação, sobretudo em bairros populares e, por pouco não disputou o segundo turno contra o prefeito, candidato à reeleição, César Maia (PFL). Essas tendências por nós citadas têm repercutido num intenso debate nos meios políticos, na imprensa e na sociedade, levantando uma questão que parece ser cada vez mais fonte de tensão nas relações políticas fluminenses: a exploração da identidade religiosa para fins políticos. Na edição do *Jornal do Brasil* de 9 de fevereiro de 2004, no artigo intitulado *Igreja e força política*, o então presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Desembargador Marcus Faver, condenou a realização de campanhas dentro das igrejas. Para o jurista, a ligação religião-política parecia altamente negativa porque nessa relação as paixões são desencadeadas através de uma canalização religiosa. Mensagens ideológicas são vinculadas à religião o que se assemelharia a uma espécie de lavagem cerebral (SENRA; RODRIGUES, 2006).

Os evangélicos se apresentam, entre os grupos religiosos, como aqueles cuja presença mais tem se destacado na política partidária no Rio de Janeiro nos últimos anos. Seus representantes dividem-se principalmente entre as legendas do PL, com o já citado senador e candidato a prefeito Marcelo Crivella, do PP, que teve como candidato a senador na sua chapa Manoel

Ferreira, liderança da AD e filiado ao do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-RJ), que abriga outros candidatos e parlamentares confessionais. Embora tenhamos observado ao longo dos tempos a eleição de parlamentares conservadores, principalmente aqueles de confissão evangélica, eles nunca foram tão numerosos quanto na atualidade. Nas eleições de 2010 a Frente Parlamentar Evangélica passou dos 46 deputados, que constituíam 9% dos parlamentares da Câmara, para 68 deputados, o equivalente a 13,2% do total. Sua representatividade também era expressiva no Senado, com Walter Pinheiro (PT-BA), Magno Malta (PR-ES), além do bispo Marcelo Crivella (PR-RJ). Em 6 de dezembro de 2011, por exemplo, a Bancada Ruralista, que comumente se articula com a Bancada Evangélica, aprovou no Senado, com 59 votos contra 7, o polêmico Código Florestal que foi criticado por abrir brechas para o desmatamento para beneficiar o agronegócio. O texto voltou para a Câmara para apreciação das alterações.

Entre as diversas interferências desses agentes religiosos no campo das políticas públicas está a resistência ao reconhecimento dos direitos homoafetivo, o que faz parte do discurso da Bancada Evangélica. Exemplo disso foi a reprovação do material didático do Projeto Escola sem Homofobia, popularmente conhecido como “kit Gay”, composto por vídeos educativos e revistas em quadrinhos para adolescente. Esse conjunto seria distribuído pelo Ministério da Educação para escolas do ensino médio a fim de promover o respeito à diversidade sexual, reduzir o preconceito na sociedade e auxiliar na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Mas sua rejeição pelos setores conservadores da sociedade e do Congresso, que o consideraram “inadequado”, resultou na suspensão de sua impressão e circulação pelo Governo em 2011, quando ficou pronto. Outra evidência foi a tentativa da Frente Parlamentar Evangélica, integrada por deputados federais e senadores, de inclusão de um dispositivo na legislação brasileira para impedir que igrejas fossem obrigadas a celebrar casamento entre homossexuais. Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a alteração do Código Civil para viabilizar a união homoafetiva. Essa exigência não

se mostrou pertinente uma vez que o reconhecimento desse tipo de união estável por um Estado laico não está relacionado a práticas religiosas. Num Estado laico há um distanciamento entre o que é público e o que é privado, o que não admite que agentes políticos religiosos interfiram nas liberdades civis. Em maio de 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por maioria de votos (14 a 1) uma resolução obrigando cartórios em todo território nacional a celebrar o casamento civil e converter a união estável entre homoafetivos em casamento. Esses são apenas alguns dos exemplos de tentativas de interferência de grupos confessionais nas políticas públicas, mas não se pode esquecer que há outros temas polêmicos que atrasam a votação de legislação para regular pesquisas científicas como, por exemplo, aquelas que concernem à seleção de embriões e suicídio assistido.

Um exemplo ilustrativo dessa tônica discursiva de agente religioso ocupante de cargo eclesiástico durante a votação do *impeachment* é o do Pastor evangélico da Assembleia de Deus, Marco Feliciano, deputado federal eleito pelo Partido Social Cristão ((PSC-SP), que disse

Com a ajuda de deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos da MBL, pelo Vem pra Rua, dizendo que Olavo tem razão, dizendo tchau para essa querida, dizendo tchau ao PT, eu voto sim!

Lembramos que em 2011 este parlamentar se opôs a um projeto de lei que tramitava no Senado em defesa da criminalização de atos de preconceito por orientação sexual. Isso foi reforçado por suas supostas declarações polêmicas nas redes sociais, como aquela publicada no Twitter em 31 de março de 2011, quando disse que os gays têm: “*podridão dos sentimentos*”, os quais “*levam ao ódio, crime e à rejeição*”. Além disso, ainda condenou os africanos, quando afirmou que eles são descendentes de um “*ancestral amaldiçoado por Noé*” e que. “*sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo,*

misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids, fome[...]”. Diante da repercussão negativa o parlamentar justificou que não considerava as mensagens racistas: “*Não foi racista. É uma questão teológica*”. Ainda acrescentou que “*o caso do continente africano é sui generis: quase todas as setas satânicas, de vodu, são oriundas de lá. Essas diências, como a Aids, são todas provenientes da África*”. As mensagens foram apagadas e sua autoria atribuída a assessores, que as teriam publicado sem a aprovação prévia do parlamentar. Contudo, seu teor resultou, entre 8 e 10 de março de 2013, numa moção de repúdio ao conteúdo discriminatório de suas declarações e, também, pelo processo de estelionato enfrentado no Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar é acusado em ação penal de usar o mandato em benefício de suas empresas e de sua igreja. Mesmo outros grupos cristãos, como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)¹, se reuniu em assembleia geral na Cidade de São Paulo e solicitou o afastamento do deputado Pastor Marco Feliciano da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minoria (CDHM) da Câmara Federal, à qual tinha sido indicado. Entre muitos protestos, até um culto na Igreja Presbiteriana Renovada celebrado pelo Pastor Marco Feliciano na Cidade de Astorga, Noroeste do Paraná, em 23 de março de 2013, foi alvo de manifestações de estudantes que reprovavam sua conduta.

Mais recentemente, a demarcação do espaço de agentes religiosos no âmbito Legislativo pode ser observado através dos discursos dos parlamentares em 17 de abril de 2016, durante a votação da admissibilidade do julgamento de a ação de *impeachment* contra a então Presidente da República Dilma Rousseff. Durante a sessão, as referências a Deus ganharam destaque, o que se iniciou a pela frase de abertura do presidente da Câmara dos Deputados naquela ocasião, o deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que disse: “*Que Deus tenha misericórdia desta Nação*”. No balanço

das citações na pauta do dia, dos 513 parlamentares presentes, 65 mencionaram a corrupção, mas 50 deputados fizeram 58 menções a Deus, que é o aspecto religioso, além de 136 referências à palavra família, o que pode ser percebido como aspecto conservador. Citações aos evangélicos e cristãos, que também faz parte do vocabulário religioso, também foram verificadas dez vezes. Entre alguns deputados que incluíram a palavra Deus na sua justificativa de voto estava Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) que, tal como o pai, além de defender sua categoria, com referência aos revolucionários de 1932 e aos militares do golpe de 1964, também declarou seu voto “*em nome de Deus e da família brasileira*”. Outro, o deputado Cabo Daciolo (PTdoB - RJ), iniciou seu discurso com “*Glória a Deus*” e, ainda, criticou a Rede Globo decretando sua queda nos seguintes termos: “*Em nome do Senhor Jesus eu decreto a queda de vocês a partir de hoje*”. Após posicionar-se favorável ao prosseguimento do rito, fechou com a seguinte expressão: “*Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor*”. Tanto parlamentares favoráveis quanto contrários ao impeachment recorreram à religião, como foi o caso da deputada Regiane Dias (PT-PI), que disse: “*Primeiro eu oro para que Deus abençoe a nossa querida nação, segundo pelo desenvolvimento do meu querido Estado do Piauí*”, quando mencionou os votos que elegeram Dilma Rousseff, se posicionando contra o impeachment. A quantidade de referências a Deus levou alguns parlamentares a lançarem críticas aos colegas, como Patrus Ananias (PT-MG), ao dizer que: “*jamais viu e ouviu tantas afrontas ao segundo mandamento da Lei de Deus*”, que seja não levantar o nome de deus em vão. Outro, como Luiz Sérgio (PT-RJ) ironizou: “*Nunca na minha vida eu ouvi, em um espaço, usarem tanto o nome de Deus como se fosse um panfleto*”. Entidades que defendem a separação entre religião e política, ou seja, a laicidade, também criticaram essas manifestações. A sessão terminou com o número de votos necessário ao prosseguimento do processo de *impeachment*, enviado ao Senado por 367 votos a favor e 137 contra, além das 7 abstenções e 2 ausências. A sessão, marcada por falas exaltadas, contabilizou 511 votos. Esse evento confirma que, cada vez mais, os integrantes de bancadas religiosas marcam seu espaço no cenário político, o que é claramente

¹ O CONIC é constituído pelas igrejas Católica Apostólica Romana, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Sirian Ortodoxa de Antioquia e Presbiteriana Unida. Esse grupo de entidades exigiu mais ética na política, além de uma reforma política do Estado brasileiro em busca da ampliação da cidadania.

observável não somente quando interferem em propostas de seu desagrado, mas também quando justificam suas ações.

Muitas dessas interferências de uma cosmovisão confessional para tratar de assuntos de interesse geral são questionadas por setores progressistas da sociedade civil, por agentes políticos que defendem a laicidade, assim como representantes do Poder Judiciário. Eles compreendem que precisam exercer seus papéis conforme os princípios fundantes do Estado Brasileiro, plural, mas onde se destaca, desde a proclamação da República, a laicidade. Para isso a ação do Estado não deve se misturar com visões de mundo religiosos, que devem se restringir à esfera privada. Diante da diversidade cultural brasileira, onde há representações de vários grupos étnico-religiosos ou somente religiosos e suas denominações, somente o exercício de um largo grau de laicidade pode viabilizar condições equivalentes para qualquer segmento. Entende-se que um grupo não deve ser privilegiado em detrimento de outro, por maior que seja sua representatividade, mas todos os cidadãos devem gozar de garantias independente de sua afiliação religiosa, expressão de religiosidade ou espiritualidade, cor ou raça, orientação sexual, classe social, entre outras. Todos devem poder exercer plenamente suas liberdades civis, seus direitos e deveres, sem a interferência do Estado. Essa ideia reside no atual do conceito de direitos humanos, inspirado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Na sua interpretação, os direitos e liberdades nela estabelecidos estão ao alcance de todo ser humano, “*sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição*” (Art.2º). Foi a partir desse documento que foram criadas normas e tratados nacionais e internacionais a fim de ressaltar o valor e dignidade da pessoa humana, independente do biotipo ou do pertencimento. São direitos inalienáveis que tornam reprováveis qualquer tipo de discriminação e preconceito, que são conceitos distintos mas relacionados, os quais podem resultar em diferentes graus de violência. Do preconceito, que percebe tipos de forma diferente, pode originar a discrimina-

ção, que coloca em prática o preconceito através de uma ação adversa a uma característica, segregando, excluindo por qualquer motivo: classe social, sexo ou gênero, cor ou raça, religião, entre outros.

Considerações finais

Num cenário onde os prognósticos iniciais de secularismo não se confirmaram em todos os lugares da mesma forma, onde invés de nichos de ateísmo e agnosticismo surgiram manifestações de efervescência religiosa e, mesmo, de fundamentalismo, essas garantias individuais nem sempre são respeitadas. Então, a religião, que inicialmente seria aquele aspecto da cultura que contribuiria para a coesão social, passa a ser um divisor de águas onde num mesmo território um grupo tenta fazer prevalecer sua visão de mundo sobre a do outro. Assim, o coletivo perde espaço, com toda sua diversidade, e conflitos de toda ordem e grau podem emergir. Podem desembocar em ações físicas violentas, que disseminam o terror entre aqueles que não seguem a ordem dominante, ou ações psicológicas igualmente violentas daqueles que devem subordinar suas vontades ao interesse de um grupo em particular. No contexto do século XXI, grupos extremistas como o Estado Islâmico tentam impor-se pela força bruta, impondo sua interpretação particular do código religioso sobre suas áreas de domínio, fazendo uso das várias tecnologias proporcionadas pela modernidade a seu favor. Aqueles que não aderem estão fadados a retaliações e até mesmo à privação da vida, o que é uma violação gravíssima de direitos e garantias individuais. Mas outros fundamentalismos, menos radicais, também tentam subjugar o outro, como os atores religiosos que conquistam o poder pelo voto particular de seus pares, mas, uma vez no poder, também tentam impor sua moralidade particular ao coletivo, o que também pode ser percebido como um tipo de violência, mais especificamente, demonstração de intolerância. Se não adotam a força bruta, como os extremistas, recorrem a outros tipos de articulações e, assim, impedem a tramitação de projetos que não coincidam com sua interpretação do

código religioso. Isso tem, como resultado, o atraso no desenvolvimento da ciência, as barreiras à evolução das ordenações, que precisam ser renovadas conforme a dinâmica social, enfim, a adequação da sociedade aos novos tempos. Se este grupo destoa em grau de violência física, converge no que tange à tentativa de dominação, na transferência de sua visão particular de mundo para o coletivo, o que contraria toda forma de tolerância e assimilação da diversidade, presente nos diversos territórios e ambientes.

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt y TESLER, Keith. *O La ambivalência de La modernidad y otras conversaciones*. Rio de Janeiro: Barcelona: Paidés, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- _____. *O Mal-Estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- _____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.
- BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.
- _____. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, v.21 (1). Rio de Janeiro: ISER, 2001, p.9-24.
- BHATTACHARYA, Ananya. Escape: Isil's human traffickers are using Facebook, Whatsapp and telegram to sell slaves. *Quartz*, September 11, 2016. Disponível em: <<http://qz.com/777152/isil-is-using-facebook-fb-whatsapp-and-telegram-to-sell-slaves/>>. Acesso em: 11/09/2016.
- _____. Bad Example: while Twitter chases ISIL accounts away, homegrown extremists are thriving on the plataform. *Quartz*, September 1, 2016. Disponível em: <<http://qz.com/777152/isil-is-using-facebook-fb-whatsapp-and-telegram-to-sell-slaves/>>. Acesso em: 11/09/2016.
- BRENNAN, Margareth; SHABAD, Rebecca. Twitter reveals it has suspended 125,000 ISIS-related accounts. *CBS News*, February 5, 2016. Disponível em: <<http://>

- www.cbsnews.com/news/twitter-reveals-it-has-suspended-125000-isis-related-accounts/>. Acesso em 11/9/2016.
- DEAN, Duane. How ISIS Made Twitter One of Its Main Recruiting Tools – And What Can Be Done About It. How ISIS Made Twitter One of Its Main Recruiting Tools – And What Can Be Done About It. *Independent Journal Review*, 2015. Disponível em: <<http://ijr.com/2015/08/380544-how-isis-made-twitter-one-of-its-main-recruiting-tools-and-what-can-be-done-about-it/>>. Acesso em 11/9/2016.
- ENGELHARDT, Jr. H. Tristram. *Fundamentos da Bioética cristã otodoxa*. São Paulo: Editora Loyola, 2000. 430 p.
- FERNANDES, Rubem C., SANCHIS,Pierre, VELHO, Otávio G. et ali. *Novo Nascimento. Os evangélicos em casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- GALLARDO, Felipe Orellana. Fundamentalismo y pentecostalismo como expresión de religiosidades antagônicas, y um significativo lazo em comun. *Polis. Revista de La Universidad Bolivariana*, v.11 (3). 2012, pp.415-459.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião? *Religião & Sociedade*, v.18 (1). Rio de Janeiro: ISER, 1997, p.31-47.
- _____. La Individualización de la Fe y ascenso de los integralismos em uma modernidad religiosa, globalizada. El paradigma de La secularización analizado nuevamente. In.: DA COSTA, Néstor; DELACROIX, Vincent; DIANTEILL, Edward(orgs.). *Interpretar La Modernidad Religiosa: teorías, conceptos y métodos em América Latina y Europa*. Uruguay: Instituto Universitario CLAEH –Red Puertas, 2007, p.65-79.
- MACHADO, M. D. C.. Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro:as disputas pelo poder legislativo em perspectiva. In: Burity, Joanildo; Machado, Maria das Dores Campos. (Org.). *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. 1ed. Recife: Massangana, 2006, v. 1, p. -.
- PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- LEE, Jason. ISIS jihadists sell sex slaves on Facebook, *Reuters*, 2015. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/344805-isis-facebook-sex-slaves/>>. Acesso em 11/9/2016.
- SENRA, A. O.; RODRIGUES, D. S. *Irmão vota em irmão!*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico., v.n.56, p.1- 6,2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

SMITH, Melanie. Who can prevent British women jining Isis? Those who have returned. *The Guardian*, Thursday 14 January 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jan/14/prevent-british-women-isis-syria-met-police>>. Acesso em 11/9/2016.

Recebido em: Janeiro / 2017

Aceito para publicar em: Abril / 2017

“Nudes”: visualidades do eu por imagens eróticas

Eduardo Bianchi

Resumo

Os “nudes” são imagens corporais representativas em performance eróticas e “autopornográficas” que circulam na Internet. Nossas questões estão ligadas às problemáticas dos corpos que se expõem nus, ou quase nus, como sistemas comunicacionais repletos de subjetividades por estéticas visuais e éticas do cotidiano social. As visualidades corporais passam a representar desejos que se expõem, também, por meio dos “nudes”, representantes visuais de imaginários de estilos de vida, de como o “eu” se sente ou quer ser visto em seu mundo social. O “nude” é a imagem de uma autovisualidade, percepção de si que é compartilhada nas redes sociais da internet, processo que ocorre pelo apoderamento do próprio corpo enquanto suporte comunicacional. As imagens dos corpos “nudes” são erotizações visuais do “eu” em relação aos “outros” corpos, constituindo, portanto, mais uma forma de sociabilidade cotidiana.

Palavras-chave: comunicação; corpo; imagem; performance; erotização

Resumen

Los “nudes” son imágenes corporales representativas en desempeño erótico y “autopornográfico” que circulan por Internet. Nuestras cuestiones están ligadas a las problemáticas de los cuerpos que se exponen desnudos, o casi desnudos, como sistemas comunicacionales repletos de subjetividades por estéticas visuales y éticas de lo cotidiano social. Las visualidades corporales pasan a representar deseos que se exponen, también, por medio de los “nudes”, representantes visuales de imaginarios de estilos de vida, de cómo el “yo” se siente o quiere ser visto en su mundo social. El “nude” es la imagen de una auto-percepción de sí que es compartida en las redes sociales de Internet, proceso que ocurre por el apoderamiento del propio cuerpo como soporte comunicacional.

Las imágenes de los cuerpos “nudes” son erotizaciones visuales del “yo” en relación a los “otros” cuerpos, constituyendo, por lo tanto, otra forma de sociabilidad cotidiana.

Palabras clave: comunicación; cuerpo; imagen; rendimiento; erotización.

Abstract

“Nudes” are representative body images in erotic and “autopornographic” performances that circulate on the Internet. Our questions are related to the problems of bodies that expose themselves naked or almost naked as communicational systems replete with subjectivities for visual and ethical aesthetics of social everyday life. The body visuals come to represent desires that are exposed, also, through the “nudes”, visual representations of lifestyles imaginaries, of how the “I” feels or wants to be seen in his social world. The “nude” is the image of a self-perception, self-perception that is shared in the social networks of the internet, a process that occurs by the empowerment of the body itself as a communication support. The images of the “nudes” bodies are visual eroticizes of the “I” in relation to the “other” bodies, constituting, therefore, another form of everyday sociability.

Keywords: communication; body; image; performance; erotization.

“Nude” digitalização performática dos imaginários “sociocorporais”

Cada vez mais popularizada, as imagens “nudes” circulam por diferentes redes sociais, das redes que se colocam em posicionamentos mais abrangentes de público, *Facebook*, *Instagram*, *Snapchat*, *Tumblr*, *Whatsapp*, às redes com públicos mais direcionados, mais específicos, como o *Tinder*, *Scruff*, *Grindr*, *Hornet*, *Brenda*, idealizadas para encontros, namoro e/ou sexo. Observamos essas variadas redes sociais sendo apropriadas para o compartilhamento de diferentes imagens corporais, incluindo os “nudes”, o foco desse trabalho.

As imagens que faremos referência são dos corpos exibidos nas redes sociais, corpos expostos na internet, são as imagens popularmente chamadas de “nudes”. Algumas características das imagens “nudes” podem aparentar indefinição, a imagem “nude” não se define, necessariamente, pelo

nu completo, portanto, neste trabalho, propomos pensar essas imagens não somente de corpos nus, corpos desnudos, despídos, mas, também, pelas nebulosas imagens veladas, corpos que se apresentam quase nus, próximos a totalidade de exposição, corpos em encenação sedutora. Estamos nos referindo aos corpos em ação performática de erotização. Assim, propomos pensar em tais corpos como apropriados e apoderados, corpos “autopornográficos”. O “nude” pode ser o nu total ou parcial, a percepção, ou melhor, a visualidade, o ver e sentir a imagem, é que o “colocará” no imaginário corporal do “eu” ali representado e do “nós”, observadores da imagem.

Os “nudes” são imagens corporais em ações performáticas. No instante da captação da imagem há uma encenação, modo de exibição visual do corpo, exposição de um desejo de sedução, reconhecimento social pelo interlocutor. Em cada “nude” há uma autorepresentação, um olhar para dentro, mas que busca o que está de fora. O “nude” intenciona apresentar-se, mostrar-se ao outro, se projeta para apreender a atenção de outros olhos, olhares externos.

Percebemos que há, em tais formas de apresentação, visualidades subjetivas de si, repletas de simbologias sedutoras. As imagens causam sensações diferentes e reações diversas nos observadores, gerando plurais interpretações, formas de sentir a imagética. Uma única imagem poderá causar vadiadas possibilidades de visualidade, de compreensão por meio da sensibilidade da experiência visual. As visualidades com que os observadores se deparam estão ligadas às experiências que se iniciam no ocular e que se desdobra em cinestesia, reações internas pela sensibilidade. Por esse processo, o corpo que observa terá respostas ao que lhe é visível, resultado do embate entre imagem observada – relação da materialidade e imaterialidade que está sendo apresentada – e suas percepções do mundo, ver e sentir as espacialidades que vivência e compartilha com seus grupos sociais. Portanto, o que é apresentado no “nude” não é apenas uma imagem, entendemos que a visualidade trabalha em um processo mais complexo. O “nude” é uma visualidade de si, que aflora e é a florada pelos sentidos dos corpos que a observam, estes, por

sua vez, passam a interagir e reagir pelos elementos simbólicas que lhes são visíveis, afetando outros sentidos corporais que se inter-relacionam com os imaginários sociais do observador. O corpo exposto é visualizado por diferentes imaginários “sociocorpóreos”, ou seja, o grupo social que recebe a imagem, que a visualiza, percebe a mesma dentro dos contextos sociais e culturais de observância. O corpo exposto está sujeito a juízo de valores, será observado, interpretado e taxado pelas práticas cotidianas que são estabelecidas pelas éticas dos grupos sociais que o observam.

Um ponto sensível à observação do “nude” recai sobre a espacialidade em que ele é apresentado, quais as redes sociais e como se dão as relações de interação de seus membros. A visualidade do “nude” está sujeita aos diferentes usos e apropriações das redes sociais. As relações sociais que se estabelecem em tais redes nos dão pistas de como se dará a recepção do “nude” que se pretende postar. Por exemplo, entre os membros da rede social *Grindr*¹ é comum ver uma imagem de ereção, que pode estar no perfil – mesmo que velada por uma cueca, sunga ou o que mais possa fazer a vez – ou que é enviada em um bate-papo privado. Por outro lado, não é o que se espera de uma imagem compartilhada em um perfil aberto no *Instagram*, não é uma prática comum nessa rede social, mas que não será, necessariamente, mal interpretada por todos os seguidores de quem o fizer.

Os corpos “nudes” são ressignificações das imagens de si, assim como fazem com as espacialidades em que se apresentam, *on-line* e *off-line*. Tais imagens são difundidas e compartilhadas pela massiva utilização das “*smart-technologies*” de comunicação. Verificamos corpos comunicacionais expostos

¹ Rede social voltada para o público gay, normalmente, apropriada para sexo virtual (texto e imagem) e mediadora de encontros sexuais. Após trocas de mensagens e imagens, muito membros da rede social *Grindr* marcam encontros, normalmente, com intuito sexual. Vale destacar que o desenvolvedor de tal rede social não permite nu, nem frontal e nem traseiro, como imagem de perfil, mas é comum a verificação de ereções, mesmo que cobertas, na interface gráfica, ou imagens que evidenciam as nádegas através de posições eróticas.

por meio de imagens digitalizadas, ansiando por reconhecimento de outros corpos e de novas experiências sociais.

A exibição do corpo dependerá da intenção, do desejo e do tamanho da provocação e, claro, do público para qual as imagens são destinadas. O corpo “nude” é uma das autorepresentações visuais possíveis, uma exposição vaidosa. A vaidade, característica do “eu”, só faz sentido quando o outro, o interlocutor, reconhece e admira a visualidade que lhe é apresentada.

Os interlocutores são fundamentais para que a visualidade se dê pelo reconhecimento de todos os códigos materiais e imateriais que estão evidenciados nas imagens. Para a ideia de público, podemos pensar para quais grupos sociais as imagens são enviadas, compartilhadas, ou seja, em que meios os “nudes” circulam. Pensamos tais interlocutores como conhecedores das relações que estão sendo dadas, que as praticam e as reconhecem dentro dos meios sociais nos quais se colocam, que estabelecem relações afetivas, que mantem interação social e as estimulam, por exemplo, enviando seus próprios “nudes” ou compartilhando as imagens de outros.

Entendemos que os “nudes” são, também, meios de comunicação e interação que exploram o desejo “autopornográfico” de apresentação social, fazendo parte do imaginário “sociocorpóreo” dos grupos em que circulam.

Propomos pensar essa noção de “sociocorporeidade”, não como corpo social, mas fazendo parte dele, por um viés estético e ético das formas performativas de apresentação, corpos que estão em convivência, comunicando as distintas espacialidades sociais que fazem parte de seus cotidianos. Destacamos, mais uma vez, que tais espacialidades são, no caso de uma análise social dos “nudes”, as interseções do *on-line* e do *off-line*. Assim, a produção, digitalização dos corpos em “nudes”, seu envio e compartilhamento, seria, portanto, uma das éticas, enquanto práticas sociais, que compõem as interseções das interações que se dão na Internet. Dessa forma, os “nudes” são apresentações estéticas performativas da ética que se estabelece dentro

do grupo social, que ajuda a compor o imaginário social do grupo (grupo onde circulam os “nudes”) e lhes dá ligação, força para a coesão.

Imaginário, para Michel Maffesoli, é sentido, mesmo que não visto, emana de uma energia dos grupos sociais, tem uma função catalítica no grupo, gerador de pulsão, movimento emocional que faz parte da composição, do “cimento social”. Talvez a visualidade dessa metáfora deva ser de um cimento ainda mole, não petrificado, que sempre poderá ter mais elementos adicionados em sua mistura. A ligação está na maleabilidade social.

O imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura. O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. Na aura de obra – estátua, pintura – há a materialidade da obra (a cultura) e, em algumas obras, algo que as envolve, a aura. Não vemos a aura, mas podemos senti-la. O imaginário, para mim, é essa aura, é da ordem da aura: uma atmosfera. Algo que envolve e ultrapassa a obra. Esta é a ideia fundamental de Durand: nada se pode compreender da cultura caso não se aceite que existe uma espécie de “algo mais”, uma ultrapassagem, uma superação da cultura. Esse algo mais é o que se tenta captar por meio da noção de imaginário (MAFFESOLI, 2001, p.75)

Os imaginários, portanto, se manifestam pelos estados de espírito dos grupos, pelos sentimentos que emanam em auráticas que são compartilhadas nas conjunções sociais, são sentimentos reconhecidos e geradores de reconhecimento, sistemas complexos de relações sociais.

Os “nudes” são feixes luminosos desses imaginários, são primas imagéticos reconhecidos em meio as fragmentadas culturas técnicas da contemporaneidade. “A técnica é um fator de estimulação imaginal [...], ainda mais

nas tecnologias de comunicação, pois o imaginário, enquanto comunhão é, sempre, comunicação. Internet é uma tecnologia da interatividade que se alimenta e é alimentada por imaginários” (MAFFESOLI, 2001. p. 80). A Internet pode ser percebida como um conjunto de espacialidades simbióticas de corpos nas égides de seus imaginários, mundos imaginativos que produzem e são produzidos pelas experiências vividas, pelas interações sociais.

O “nude” de inspiração: sinestesia cenestésica

O sexo mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) não é novidade, do *Minitel*, aparelho de consulta e de compras “on-line” dos anos 80-90, foi, nestes anos, apropriado e ressignificado, para além do que foi idealizado, seu uso se dava também para encontros às cegas – o recurso comunicacional do *Minitel* era apenas textual, ou seja, não se sabia com quem se estava falando, os encontros poderiam ser surpreendentemente positivos ou negativos.

Com a popularização da internet discada, final dos anos 90 e início dos anos 2000, foi a vez das salas de bate-papo, espacialidades apropriadas e ressignificadas, também, para a comunicação sexual, nessas conversas, além das trocas de mensagens textuais, os frequentadores das salas podiam acrescentar imagens². Para muitos “frequentadores” estar nessas espacialidades era uma forma de explorar a sexualidade, de encontrar grupos de identificação e cultivar a lúdica construção performática da “persona” (Jung 2000; Maffesoli 2001, 2010), esse “eu” avataresco e comunicador de si.

Hoje, com as “smart-tecnologias”, digitalizamos nossas performances corporais e as compartilhamos na intenção de reconhecimento e ratificação

² As primeiras salas de bate-papo só tinham recursos comunicacionais de troca de mensagens de texto, com as atualizações, possíveis com a melhora do serviço de internet, possibilitaram as trocas de imagens, normalmente tais imagens eram de conteúdo pornográficas, produzidos por produtoras, e não dos próprios membros das salas. Nesse contexto, não existia um fácil acesso a tecnologias de digitalização (câmeras fotográficas e scanners, por exemplo).

que é dada pelos outros (amigos, parentes, namorados, maridos, amantes). Esperamos que os outros “curtam” nossas imagens, desejamos que nossos “nudes” gerem identificação, que nossos interlocutores decifrem os códigos simbólicos que pretendemos deslumbrar, pelas visualidades que acreditamos que tais imagens carregam.

O “nude” passou a fazer parte das redes sociais de internet, celebridades e pessoas comuns evidenciam seus corpos aos olhos e julgamentos dos outros. O que era íntimo e privado torna-se público. São imagens produzidas, normalmente, por câmeras de *smartphones* em espacialidades, em um primeiro momento, privadas – banheiros, camas, em frente aos espelhos, podem ser em vestiários, provadores de lojas – ou espacialidades públicas, como o cantor Justin Bieber que, por mais de uma vez, postou foto de suas nádegas desnudas. Ele teve ainda a imagem de seu pênis ereto exposto na internet após enviar para algum(a) interlocutor(a) durante um *sexting*³. Sua ereção hoje circula na internet, graças o compartilhamento do(a) interlocutor(a).

São muitas as celebridades que já tiveram seus corpos “nudes” expostos nas redes, algumas por vazamento, imagens não autorizadas de circularem na internet – imagens roubadas, *hackeadas* de seus computadores ou *smartphones* –, outras compartilharam de bom grado. Após tentativa de extorção, a atriz Carolina Dieckmann teve 36 fotos íntimas expostas na internet. Um longo processo de investigação se deu até que a polícia descobriu um dos homens envolvidos no caso. Outras celebridades tiveram suas imagens proposadamente compartilhadas, esse foi o caso de Kim Kardashian que postou, em sua conta do *Instagram*, uma foto nua diante do espelho. Tarjas cobrindo as partes “íntimas”, a imagem era seguida da seguinte legenda:

³ *Sexting* é a prática de sexo *on-line*. O sexo *on-line* é uma prática sexual mediada pelas TICs. Vimos, quando exemplificamos com o *Minitel* e as salas de bate-papo, que essa prática não é novidade, mesmo antes do surgimento das “*smart-tecnologias*” o sexo *on-line* já era praticado. Tecnicamente, o que diferencia são o maior número de recursos comunicacionais (fotos, áudios, vídeos) e a velocidade com que as trocas acontecem, visto que estamos diante de tecnologias móveis com acesso a uma internet cada vez mais rápida, eficiente e barata.

“Quando você está tipo: eu não tenho nada para usar (risos)”⁴. A imagem da socialite foi para além de sua conta da rede social *Instagram*, circulou em vários sites e revistas, gerando elogios e críticas, levando outras celebridades a atos solidários, como Sharon Osbourne, que na mesma rede social postou o seu “nude” no mesmo estilo e pose com a legenda: “Kim Kardashian, você me inspirou”⁵. Outro caso de “nude” na rede foi do ator e apresentador Marcos Veras, em sua conta do *Snapchat* divulgou a imagem de seu pênis ereto, a imagem era para ser enviada para uma outra pessoa em uma conversa privada, mas, aparentemente, o ator se descuidou e postou na linha do tempo do seu perfil pessoal. Caso parecido aconteceu com o modelo e ator Paulo Zulu, mas esse postou o “nude” em seu *Instagram*, mesmo tendo deletado a foto, alguns seguidores de Zulu já haviam feito cópias da imagem e a compartilharam na internet. Após o engano, Paulo Zulu postou um vídeo se dizendo envergonhado pelo erro. Muitos de seus fãs, por outro lado, aparentaram ter gostado do que viram⁶:

Christiane L. @chrismilk 15 de set
@jnszinho Apenas ainda não consigo parar de ver essa foto pelo menos três vezes ao dia.
Paulo @jkharrypotter 13 de set
@jnszinho SOCORRO QUE COISA LINDAAAAA
DivetePuple @DivetePurple 12 de set
@jnzinho Esse passou na fila da pika umas 15 vezes, hein? Benzadeus!!!!

⁴ O hoje.com <<http://ohoje.com/noticia/cultura/n/116878/t/kim-kardashian-posta-nude-no-seu-instagram>>. Acessado em 27/06/2016>.

⁵ IG Gente <<http://gente.ig.com.br/2016-03-09/aos-63-anos-sharon-osbourne-posta-nude-inspirada-em-kim-kardashian.html>>. Acessado em 27/06/2016>.

⁶ As falas a seguir foram transcritas tais quais estão no Twitter de Jonas Uccman que compartilho a foto. <<https://twitter.com/jnszinho/status/775188114126073858>>. Acessado em 29/09/2016>.

Os corpos “nudes” representam, através de suas imagens, a busca do autoprazer nas visualidades estéticas e eróticas, da mesma forma que buscam o prazer no gozo do observador. O prazer do corpo “nude”, depende do reconhecimento do outro, daquele que sente desejo, atração, curiosidade ou mesmo inveja pelo corpo exposto. Os corpos “nudes” são avatares possíveis, visualidades fetichistas do imaginário. O “nude” é uma visualidade fetichista de si, representado por uma performance imagética que chega ao outro, ao observador, que atinge os sentidos daquele que o vê pelo prisma comunicacional das imagens. Para Massimo Canevacci (2008 p. 263): “O fetiche é polissensorial. [...] a mutação visual do fetiche impele o olho – junto com os outros múltiplos sentidos – a refinar-se em eróptica”. Nesse sentido, os órgãos se misturam por seus sentidos, há uma orgiástica do corpo, uma confusão dos prazeres que se inicia com o visual. Falamos de uma sinestesia cenestésica, confusão dos sentidos, embaralhamento das sensações, das afetações das sensibilidades.

A imagem do “nude” comunica pela erotização e pela sexualização do corpo, uma autopornografia, a exposição dos desejos sexuais, taras, fetiches, fantasias, sexualização que não está diretamente ligada à prática sexual, mas está ligada ao lúdico, ao onírico. A sexualização é a representação dos desejos, já o ato sexual pode ser entendido como a aplicação racional desses desejos, as subjetividades na prática. Um misto negociado entre desejo e prática sexual. Pensamos esse processo pela metáfora maffesoliana de “razão sensível” (Maffesoli, 2001), nem pura racionalidade e nem sensibilidade, experiência do empirismo que ocorre no social. Depende do momento, depende do outro corpo, depende da conjunção dos corpos. Estamos diante da criatividade dinâmica do social, de novas formas de vida, de posicionamento e de fazer o conjunto social.

O erótico liberta

Em “O Banquete”, Platão se apropria das alegorias das histórias, do que hoje é denominado de mitologia, para descrever o Amor. Segundo Platão, o Amor não é filho da Beleza, mas é concebido pelo nascimento da deusa (Afrodite). No dia de um banquete em comemoração pelo nascimento da Beleza, a Pobreza, que estava fora da festividade, se aproveita de Recurso e dessa relação nasce o Amor, esse por sua vez, passa a ser seguidor e amante de Afrodite. Platão, a partir da fala de Agatão, descreve que do “Amor, nenhum prazer lhe é predominante”, que antes do nascimento do Amor, reinava a necessidade entre os deuses. Na continuidade do discurso de Agatão, o Amor só existiria do belo e do bom, impossível seria de seus opostos. Do processo reflexivo da fala de Agatão, Sócrates toma a palavra e reflete junto ao anterior, retomando uma conversa antecedente com Diotima. Durante o processo reflexivo de Diotima e Sócrates, fica evidente que, para eles, existem, entre o belo e o feio e entre o bom e o mau, meandros, e esse é o lugar do Amor, nem deus nem humano. As observações descrevem que amamos o que não temos, portanto, no Amor há o desejo, há a vontade pelo outro, aquele que nos traz o prazer.

Nas histórias mitológicas, diferentemente da descrição de Platão, Prazer (Hêdone) era filha de uma humana (Psiquê/Alma) com o deus Eros (Amor), que, por sua vez, era filho⁷ da Beleza. Eros, portanto, dependia de um outro corpo para ter “prazer”, só ele não se bastava. Partimos, portanto, a pensar que erotismo se faz com o outro, uma produção de si em consonância com os desejos de outros.

Em nossas descontinuidades, na finitude do “eu”, buscamos o outro. Para George Bataille (1987, p. 12), “Não aceitamos muito bem a ideia que nos relaciona a uma dualidade de acaso, à individualidade precívél que somos”.

⁷ Em vários mitos o jovem alado (Amor, Eros, Cupido) era descrito como filho da deusa Afrodite, no “O banquete”, diferentemente, Platão o coloca como seguidor e amante, como vimos anteriormente, não como filho.

A partir desse pensamento, Bataille desenvolve reflexões sobre o erotismo, uma transposição do “eu”, uma transgressão das normas. Para o autor, o erotismo está na profanação dos interditos, “está votado, irremediavelmente, à astúcia. O objeto que provoca o movimento de Eros se dá por outro que ele não é.” (Bataille, 1987, p. 174). Transgredir seria, portanto, ultrapassar o que se espera do comportamento social, das normas locais, das identidades e dos modos de ser no mundo. Eros liberta.

O corpo erótico, através da astúcia, busca a libertinagem, que é, senão, a própria liberdade, território do desejo, do onírico, da luxúria e dos fetiches que seduzem e geram prazeres aos corpos.

Os corpos “nudes” são corpos libertinos, corpos que se livram, transgressores “eróticos”, seriam, portanto, expressões dos desejos pelos prazeres. Foucault, descreve a relação entre o libertino e a representação do prazer da seguinte forma:

[...] o libertino é aquele que, obedecendo a todas as fantasias do desejo e a cada um de seus furores, pode, mas também deve esclarecer o menor de seus movimentos por uma representação lúcida e voluntariamente operada. Há uma ordem estrita da vida libertina: toda representação deve animar-se logo no corpo vivo do desejo, todo desejo deve enunciar-se na pura luz de um discurso representativo. (2006, p. 289-290).

Marques de Sade, no final do século XVIII, descrevia as orgias como regradas. Na obra *120 dias de Sodoma*, Sade diz que há uma ordem na defloração, momento para começar e para terminar, tudo acordado entre os libertinos. Na fuga da regra, da normatização, novos modelos de enquadramento eram criados. O prazer, supostamente irrestrito, seria, portanto, limitado por novas regras. Haveria uma racionalização metódica da orgia. As práticas para o prazer, supostamente, seriam cartesianas, metodicamente ideali-

zadas. Contudo, não trabalharemos com a inocência da perfeição das regras, se essas existem é porque existem as fugas. A chamada ordem, ordenamentos que caracterizariam as regras do jogo, não precisa, necessariamente, ser seguida, se os encontros têm seus momentos de início não os têm para seus terminos, não nos moldes da orgia de Sade. Se os “nudes” tem um destino como um interlocutor, não quer dizer que não irão para outros destinos. As orgias das redes sociais.

Os corpos “nudes” levam consigo fragmentos das experiências orgiásticas, lembranças dos momentos de prazer, na busca de mais prazer. Na memória, nas marcas afetivas, redesenham-se as paisagens dos prazeres, e o “nude” pode ser uma das linguagens das narrativas desses prazeres. Os “nudes” são imagens dos corpos, repletos de significações, de marcas das sensibilidades e do que os afetam, reações sensíveis dos corpos que carregam suas experiências, corpos territórios, visualizações das subjetividades. Tais imagens podem ser representações rápidas, efêmeras como no tempo de uma ejaculação, mas, ainda assim, são imagens de prazer. O “nude” aciona zonas erógenas dos corpos, o corpo visual provoca o corpo físico, o estimula ao prazer, causa sensações por reações químicas a partir dos estímulos visuais. Corpos fluidos por prazeres fluidos.

Experiências de corpos reencantados

A imagem do corpo nu passou pela história retratando suas distintas épocas, nas pinturas rupestres bidimensionais, nas esculturas clássicas dos corpos endeusados, o nu foi representado na arte medieval de forma santificada ou demonizada, dualismo típico da época. Já o corpo nu renascentista foi descoberto e coberto, foi exposto e deposto, ainda que pela força da fé. Os corpos e suas imagens passaram pelo amor romântico, arte acadêmica e anatômica. O corpo nu foi dilacerado em Guêrnica. Os corpos foram erotizados pelas representações de prazer e dor no surrealismo. Na contemporaneidade, os corpos, erotizados pelas estéticas da arte, não, necessariamente,

apresentam formas definidas, não são dados por características de uma estética definidora, essas são multiformes e polifônicas, o corpo é que visualiza é chamado a participar, interagir com a obra.

A imagética do corpo conta com aparatos das subjetividades estéticas de nosso tempo, dos fragmentados olhares dos múltiplos imaginários culturais e sociais. Não há e não se pretendem imagens definidoras dos corpos contemporâneos, são tantos tipos, em distintas formas, com múltiplos estilos e libertinos modos de se colorarem na vida, que não lhes cabem definições, apenas em possibilidades marcadas por tendências pueris, frágeis pelas transformações estéticas das experiências da vida cotidiana.

É pelo corpo que buscamos e temos prazer, é nele que está a excitação da pulsão de vida, vida em unicidade do presente. O corpo é múltiplo, gerador de visualidades prismáticas e comunicacionais. Cada feixe prismático é revelador de diferentes imagens, a cada dia, a cada momento do dia, o corpo pode ser visto, sentido e percebido em suas diversidades pelos fragmentados modos e estilos de vida. Prismas que chegam as retinas em visualidades eróticas.

Esses corpos não nos são dados senão na perspectiva em que historicamente adquiriram seu sentido (seu valor erótico). Não podemos separar a nossa experiência dessas formas objetivas e de seus aspectos vistos de fora, nem de seu aparecimento histórico. No plano do erotismo, as modificações do próprio corpo, que respondem aos movimentos vivos que nos sublevam interiormente, estão elas próprias ligadas aos aspectos sedutores e surpreendentes dos corpos sexuados. (BATAILLE, 1987, p. 32)

A experiência, portanto, está dentro de um contexto social e histórico, de dentro para fora e de fora para dentro do corpo, uma relação que ultrapassa causa e efeito, mas que é relacional entre os corpos comunicantes, cor-

pos que interagem. O corpo, o ator social em subjetivação, segundo Dubet (2016), está para além da ação social, mas para as ações, nas articulações sociais que está engajado, o que ocorre, portanto, são construções das representações do social, das imagens de si e do mundo. Visualidades percebidas e sentidas. Dubet (Idem, p. 185), que recorrendo a Weber, percebe que na experiência existem as tensões, estas se dão pelas diferentes formas de ação social que podem ser favoráveis ou se apresentarem em oposição, que para Weber, desse processo, viria o “desencantamento do mundo”, quando o ator se percebe dissociado do social. Como resposta a esse processo, Dubet (2016) afirma que é nesse momento que o ator busca, hoje, seus reconhecimentos e vínculos sociais, o que Michel Maffesoli (2010) denomina de “reencantamento do mundo” – também em referência ao que Weber denominava de “desencantamento” do homem na Modernidade – quando o homem está dentro do “cimento social”, tem suas ligações, compartilha imaginários pelas espacialidades que caminha, que ocupa.

Nesses processos de reconhecimento há uma construção social do “eu” junto aos outros, a experiência que se dá no social passa a ser a experiência do próprio ator, elas se misturam e a percepção se confunde. Por meio das nebulosas experiências o ator passa a dar e produzir sentido a seu comportamento, (re)construindo suas múltiplas identificações, processo inacabado, percepções de si, subjetivando as relações sócias (Dubet, 2016).

Os atores passam a compartilhar práticas sócias, éticas que lhes colocam em evidência para dentro e para fora dos grupos sociais, suas ações se dão no campo da prática social, em conjunto, os corpos se aglomeram em ações, corpos que carregam as subjetividades das experiências que são construídas no cotidiano e se manifestam com e pelos atores. Corpos em conflito, em engajamentos de práticas coletivas. Corpos ativistas. Corpos iconofágicos. Corpos “nudes”.

Um destino e múltiplos destinatários

O corpo “nude”, que se expõe em uma rede social de internet, busca reconhecimento, se coloca à prova do outro, se apresenta em uma performance narcisista que morreria em si senão fosse pelo olhar do outro, mas que na observância contemplativa dos olhares alheios se torna erótico. O erotismo que busca reconhecimento, Eros que busca o complemento, que pretende a contemplação do outro. O “nude” é imagem individualizada na frente de uma lente que o digitaliza, a imagem que é produzida está para além do momento da digitalização, ela é uma performance erotizada para outros olhos que estarão atentos, observando, desejando. São vários cliques, digitalizações imagéticas, até a imagem escolhida, a imagem que se pretende perfeita, “fiel” a visualidade que se deseja, que crie desejo, reconhecimento e validação.

O corpo representado é o corpo apossado, corpo território, em territorialização, corpo processo de (re)formulação, marcado pelos estilos de vida que compõem as fragmentadas culturas em que circula, em que se insere no cotidiano. Os corpos posam, se colocam no mundo, trazem os seus mundos aos olhos dos outros, posam para a arte, para o erotismo e para a pornografia. Os corpos posam para gerar prazer em si e nos outros.

O nu no ateliê, fotografado, desenhado ou esculpido, é prisma da imagem de uma estática que pretende representar, uma ética em nome da arte, é lúdico para os desejos, para as taras, mostra os fetiches ou os estimula nos outros corpos. Os corpos nus são ações e reações para as culturas nas quais estão inseridos.

Cada grupo social, em suas distintas territorialidades, poderá perceber o nu por distintas afetações, que sensações são ativadas e como elas geram interlocução em distintas intensidades. Segundo La Rocca (2001, p. 95), “a cada época, a imagem adquire sua própria especificidade dentro de um quadro cultural e de formas de experiências”, a imagem é uma captura do real,

ou pelo menos, uma interpretação visual do real, ela é uma apresentação da cultura em que está inserida, do que é vivido no cotidiano.

O nu é relacional com o lugar em que ele se apresenta e para quais culturas que ele está submetido. A performance do nu é contextualizada pelas territorialidades em que é apresentada, portanto, nos leva a pensar os emissores e os observadores em seu lugar de fala, os “nudes” comunicantes.

O “nude” se joga para o mundo e se deixa em aberto para os pensamentos do observador, para suas ações de replicação da imagem, ele “vaza” e se multiplica, uma vez nas redes sociais, não tem destino certo. Quem manda “nude” deve estar ciente que sua imagem, mesmo que enviada para um destinatário, pode “viralizar” na internet e ser visualizada por muitos outros. O compartilhamento de informação é uma prática das redes sociais da Internet, é uma ética local. O “nude” não tem um único e certo destinatário, ele tem todos os outros como possíveis.

As imagens são construídas em processos, em reconstruções pelas experiências do vivido, aquilo que afeta os corpos nos caminhos do cotidiano. O “nude” é uma imagem do vivido, mas também do que se quer viver, imagem do desejo, da vontade de prazer. O que é apropriado pelos corpos de materialidade e imaterialidade não irá constituir senão uma outra essência, que se dá pelo processo da experiência do cotidiano. As apropriações dependem dos usos, cada corpo, cada ator, ressignifica de forma criativa, dando novos sentidos e novas vivacidades ao que o cerca, ajuda a construir nossas narrativas, histórias e memórias afetivas.

As imagens não são apenas simulações, enquanto imitações do “real”, como Baudrillard descrevia, também não são apenas simulações dicotômicas de “‘verdadeiro’ e do ‘falso’, do ‘real’ e do ‘imaginário’” (Baudrillard, 1991, p.10). Percebemos, hoje, que as imagens estão para além do vazio da vida(real), não as construímos e lhes damos sentidos para nos enganarmos perante a “necessidade de preenchimento”, mas contamos nossas histórias e

as vivemos no dia a dia, e se a vivemos tal qual, ou próximos a elas, elas existem, elas são nossas próprias vidas, visualidades imateriais da matéria corpo.

Prismas do real, as imagens, contribuem na construção do imaginário que, a partir do pensamento de Gilbert Durand (1990), as vemos “mais reais que o real”. Nossos símbolos e signos representativos, as imagens são, também, significados de nossas vidas, portanto, constituintes de nossas “realidades”, são as próprias histórias de vida. A imagem, portanto, é substrato do imaginário, o que existem são percepções visuais, ou como Debray afirma, “não estamos mais frente à imagem, mas frente ao visual” (1992, p. 298). Estamos diante de visualidades prismáticas, refrações dos imaginários.

As visualidades são parte das percepções de nós mesmos e dos mundos que nos cercam, são narrativas de nossas sensibilidades, são as apresentações das experiências que a nós são sensíveis, que nos tocam e afetam, para o bem ou para o mal, estes também são volúveis na contemporaneidade – fracasso da dicotomia do pensamento moderno e prevalência da multiplicidade transformadora. Comunicação dos prismas corpóreos. Visualidades que se tornam comuns, *communicare*.

Damos novos sentidos as coisas e a nós mesmos, a semiótica, portanto, se faz em processo, o que é dado como certo através de símbolos e signos, como definitivo, não funciona nas vivências dos processos de (re)construção das imagens dos corpos, são ressignificados pelos usos do cotidiano, nas várias facetas pelas quais são apropriados nas experiências da vida. Relações sociais eróticas que se dão pelos reconhecimentos prismáticos dos desejos. Percebemos que é no cotidiano, nas múltiplas possibilidades do vivido, em seus intemperes erosivos que se constitui o novo, o diferente, não como perda de algo pela destruição, mas pela reconfiguração da imagem, o que há é uma “reimaginação”, uma nova forma de se ver, de se projetar e de ver e sentir o outro, unicidades das experiências que constituem múltiplas visualidades.

Mesmo que muitas imagens aparentem similaridades estéticas, por exemplo, os “nudes” diante os espelhos, ainda assim, não lhes dão o cará-

ter de mais do mesmo, cada imagem é, portanto, única na experiência do momento, no instante vivido. Na imagem, em cada uma delas, está depositada seu caráter singular. Na experiência do vivido, cada um, cada corpo, sente e reage e, portanto, representa a vida ao seu modo, mas esse processo só se faz possível junto aos grupos sociais. O corpo é único, mas o que lhe constitui em subjetividade é resultado dos momentos de organicidade do social, das relações e interações junto a outros corpos.

Não seria o “nude” uma imagem pornográfica pelo apoderamento do corpo e de sua sexualidade? O corpo erotizado em ação, em momento de excitação? A pornografia, portanto, é um juízo de valor, um olhar preconcebido do que não seria puro, do que é obsceno. A pornografia estaria abaixo, em uma escala “moral”, do erótico? A pornografia foi “industrializada”, enlatadas nos rolos dos filmes, mais recentemente digitalizada pela indústria de sexo explícito. A pornografia está ligada ao consumo das imagens. A pornografia seria o consumo do sexo, da imagem sexualizada. Entendemos, dessa forma, que o “nude” é uma imagem “autopornográfica”, pois está na relação de produção e consumo de imagens sexualizadas, quando não de performances sexuais explícitas.

Consumida em larga escala na internet, a pornografia, com o advento do consumo massificado das tecnologias digitais, também é crescente com a produção caseira. Fotos e vídeos, imagens íntimas, ganham os sites especializados e as redes sociais online, são cenas do privado circulando nas espacialidades públicas. Performatividade da intimidade, são imagens da sexualidade, deleites do “eu” com e para o(s) outro(s). A pornografia é contextualizada historicamente (Goulemot, 2000; Hunt, 1999), sendo assim, sua conceitualização é revista a partir do social, das culturas que se manifestam em territorialidades fluidas. Os “nudes” são imagens do “eu” em ação performática da sexualidade, excitadas no momento de produção imagética e excitantes no instante da observação.

Apoderamento da visualidade

O corpo nu foi coberto pelas folhas de figueira, pela vergonha se tapou, se escondeu. Durante todo seu processo histórico, o corpo vem se deparando com normatizações socioculturais, normas e condutas para sua apresentação, para sua performance cotidiana. É da não concordância, na recusa de perceber legitimidade nas regras dadas pelo social, que o corpo apoderado pode ser libertador. Enquanto fenômeno social, o “nude” é um processo, está em dominação e (re)conhecimento do corpo, está sendo apoderado, um tipo de ativismo contemporâneo.

Corpos perversos, pervertidos, que se tomam pelo prazer, rompem as regras, pelo simples prazer de romper, testam o seu entorno e se testam em performatividade visual. Os corpos se autolegitimam pelas sensibilidades das sensações da carne, ou pelos prazeres que vão para além da “normalidade”, e, portanto, ultrapassam o “controle” que os simplificariam em corpos modelos.

Exploramos os sentidos de nossos corpos, luxúria erótica dos desejos hedônicos, das perversões, prazeres da amoralidade. Assim, o prazer não passa por certo ou errado, moral ou imoral, por suas ações ignora as dicotomias que o limitariam, ele vai para além das normalidades, ele as perverte. Segundo Foucault (1999), na perversão há ramificações que se multiplicam e passam a fazer parte do comportamento, das condutas. “Não somente assistimos uma explosão visível das sexualidades heréticas mas [...] a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas” (p. 48). A perversão seria, todavia, uma manifestação do poder sobre o corpo, o poder de si, o poder do corpo sobre o próprio corpo. Prazer e poder em entrelaçamento.

O crescimento das perversões não é um tema moralizador que teria obcecado os espíritos escrupulosos dos vitorianos. Ela é o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. Talvez o Ocidente não tenha sido capaz de inventar novos prazeres e, sem dúvida,

não descobriu vícios inéditos, mas definiu novas regras para no jogo dos poderes e prazeres: nele se configurou a fisionomia rígida das perversões (FOUCAULT, 1999, p. 47-48).

Nu em pelo, raspado, depilado, aparado, liso, mas pode ser peludo, não tem problema. Os nossos corpos fazem parte de nossas representações, variantes e cambiantes, compõem nossas histórias e as contam, pelas marcas, pelas lembranças, nossas relações afetivas com o mundo vívido. Nossos corpos compõem nossas imagens, são nossas apresentações no mundo, como e de onde vemos o mundo. Corpos imagéticos em espacialidades difusas, temporárias não lineares, visualidades díspares, mas reconhecíveis pelos outros corpos.

O corpo segue modas, modos e tendências, pratica e se testa em estéticas e em éticas das relações sociais que experimenta. Tentaram o domar, ainda o fazem, mas ele resistiu e resiste, se impõe e ainda o faz. Da folha que cobriu a vergonha aos “nudes”, os corpos contam histórias, por eles são contadas as grandes e miúdas histórias, histórias da sexualidade e da moda. A história do corpo é, portanto, a história das sociedades e de suas culturas. Das cartilhas de comportamento social, dos modos à mesa, do falar, das práticas sexuais e desejos talhados (Nobert Elias, 1994), o corpo passou e passa, através de sua história, pelas determinações externas, pelas normas, pelas regras do social, pelas políticas de corporeidade. “O corpo é uma interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o fisiológico e o simbólico” (Le Breton, 2016, p. 118), portanto, o corpo é atravessado por “lógicas” sociais e culturais em suas dimensões simbólicas, como as leis antiabortivas que são abordadas nas precariedades e nos riscos da ilegalidade.

Se punidos pela vigilância, política e/ou social disciplinada, o corpo se reinventa, sempre se faz na astúcia, na ocasião, no momento de se colocar, de se expor e se impor. Por suas necessidades e desejos se reinventa. O corpo é uma bricolagem de seu tempo e de tantos outros, ele é retrô e inovador,

designer de si, ele é uma imagem do momento. Ação e reação, ultrapassa o que o amarra, rompe, solta, afrouxa as rédeas que a ele são submetidas e que ele mesmo se impõe, processo nem sempre simples, nem sempre fácil e quase sempre dispendioso e doloroso.

Instrumentos de luta, nossos corpos se apoderam de si em uma resistência maliciosa do cotidiano, malemolência da astúcia. Podemos nos apropriar da “arte de fazer” de De Certeau (1994, p. 101) para pensar o corpo, como ator que sabe o momento de agir, aquele que tem senso de ocasião, que tem em si “a arte de dar o golpe”, e o conhecimento dos códigos, conhece seus caminhos, as trilhas desbravadas, sabe da importância dos desvios, sabe dos “pulos dos gatos”.

Discurso, narrativa, história de vida. A cada passada, a cada nova produção de si, um giro no caleidoscópio, um novo prisma revela um novo corpo. Cada reflexo prismático seria, portanto, uma imagem representativa do corpo, trazendo a luz os fragmentos culturais que constituem os processos de (re)produção dos corpos, produção de si e de seus mundos, das culturas de imersão.

O corpo se transfigura, recria-se em novas materialidade na busca de se perceber naquele que não o é, ou melhor, era. O corpo homem e o corpo mulher são trans. Redesenhados pelos desejos de sentir-se, ver-se e perceber-se. Luta, resiste, perde e ganha, não desiste, é movimento, retorna e continua suas mudanças de vida. Mídia do homem, ele comunica a vida, diz a que veio e o que pretende, seus códigos podem ser mais claros ou repletos de ruídos, depende da forma e do conteúdo, do processo de comunicação e do interlocutor e sua capacidade de decifração subjetiva.

Mídia territorializada, o corpo é marcado pelas experiências a que é submetido. O corpo transfigura o político porque tem alteridade da experiência do cotidiano, é sensível à vivência, ele é ativista de seus anseios e em suas angústias se coloca no mundo, milita mesmo que não perceba, luta por reconhecimento, mesmo que não o objetive dessa forma. O corpo é bandeira,

é um território que está sempre por vir, nunca acabado, é a vivência representada pela subjetividade em sua materialidade, o corpo é nossa espacialidade, visualidade que tem a função social de comunicar modos e estilos de vida. Fala de desejo, almeja o prazer, o gozo, a explosão de si e do outro. Ele tem seus planos éticos e estéticos, esses sempre movediços, se permitem a mudanças, o corpo é sempre um por vir, ele não está definido. Os corpos são das entrelinhas de suas histórias.

Dessa forma, os “nudes” são visualidades embaçadas do imaginário de que se tem do corpo. Pornográficos, sedutores, eróticos, os corpos “nudes” são instrumentos comunicacionais de seus desejos. O “nude” é a visualidade da ação do poder que foi reivindicado sobre o corpo, da força de tomar para si sua própria visualidade e joga-la no mundo. Deixem a ver.

A observação do “nude”, como qualquer análise de práticas cotidianas, que vem e vão, denominada “moda do momento”, que pode ser efêmera na temporalidade de um verão ou perdurar e ser incorporada à cultura e seus imaginários, está sujeita a observações incipientes, pois ainda se dão como fenômenos sociais do presente. Contudo, vale destacar que enquanto fenômenos sociais, fazem referência ao contexto sociocultural em que se apresentam e, portanto, são passíveis de análise e contextualização, não só para entender como fenômeno em si, mas para ajudar a problematizar as próprias relações sociais que estão se estabelecendo no cotidiano. Dessa forma, propomos pensar o “nude” como fenômeno social de apoderamento do corpo, das diferentes maneiras que podemos nos perceber e nos colarmos no mundo. Esse corpo que se expõe, pelo apoderamento de si, está, à sua maneira, tecendo críticas sociais e culturais, que historicamente o domaram, assim como, é passível de críticas pelos mais conservadores. Todo o processo de produção e compartilhamento do “nude”, para além do prazer, pode ser um ato pela liberdade, uma forma ativista de dizer de comunicar e de buscar romper com a cultura corporal de nossa sociedade, dos vestígios moralistas da modernidade.

Referências

- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relódio d'água, 1991.
- CANEVACCI, Massimo. *Fetichismos Visuais: Corpos eróticos e metrópole comunicacional*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- DEBRAY, Régis. *Vie et mort de l'image: Une histoire du regard en Occident*. Paris: Gallimard, 1992.
- DE CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DUBET, François. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Éditions du Seuil, 2016.
- DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire. Introduction à l'archétypologie*. Paris: Dunod, 1990.
- ELIAS, Nibert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se leem com uma só mão*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.
- HUNT, Lynn (org.). *A invenção da pornografia: obscenidades e as origens da modernidade, 1500-1800*. São Paulo: Hedra, 1999.
- JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LA ROCCA, Fabio. Culture visuelle et visualisation du monde: L'expérience in visu. In: *La postmodernité et ses multiples facettes. Perspectives et méthodes*, Revista Sociétés, Paris, 2011/2, n. 112. 2011.
- LE BRETON, David. *La sociologie du corps*. Paris: Puf, 2016.
- MAFFESOLI, Michel. *A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- _____. *O conhecimento comum: Introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre: Sulinas, 2010.

Recebido em: Janeiro / 2017

Aceito para publicar em: Março / 2017

Zeballos y la función de la escuela en la identidad patriótica

Enrique Shaw
Esther S. Borgarello

Resumo

Embora Patria, Nação e Estado sejam palavras diferentes. Com a geração de '80, pretende unir esses três conceitos gerando um novo significado como resultado desta confluência conceitual, e assim a Nação como população, a Patria como uma união de valores sentimentais e o Estado como conformação territorial conformam legalmente uma "I Nação Argentina" distinta do Outro. Dada essa união da ideia de Patria, Nação com a do Estado, surge a estrutura que servirá como cobertura legal para este último como Estado Nação.

Palavras chaves: relações internacionais; identidade nacional; formação escolar patriótica; Estanislao Zeballos.

Resumen

Si bien Patria, Nación y Estado son vocablos distintos. Con la generación del '80 se pretende unir estos tres conceptos generando una nuevo significado de resultados de esta confluencia conceptual, y así la Nación como entidad poblacional, la Patria como unión de valores sentimentales y el Estado como conformación territorial conformaran jurídicamente un "Yo Nación Argentina" distinto al Otro. Dada esta unión de la idea de Patria, Nación con la de Estado, surge la estructura que servirá de cobertura jurídica a este último como Estado Nación.

Palabras claves: relaciones internacionales; identidad nacional; formación escolar patriótica; Estanislao Zeballos.

Abstract

Although Patria, Nation and State are different words. With the generation of '80 it is intended to unite these three concepts generating a new meaning as a result of this conceptual confluence, and thus the Nation as a population, the country as a union of sentimental values and the State as territorial conforma-

tion legally conform a “I Nation Argentina “distinct from the Other. Given this union of the idea of Patria, Nation with that of State, arises the structure that will serve as legal cover to the latter as Nation State.

Keywords: international relations; national identity; patriotic school; formation; Estanislao Zeballos.

Nación y Patria

Si bien hoy son dos conceptos que se diferencian, en la generación del '80 estos conceptos van unidos a la necesidad de creación de un “Yo nación”, con una identidad propia, despojando al extranjero de sus valores nacionales propios de su nación de origen. Había que crear la Nación Argentina, un Yo, un Nosotros.

La creación del concepto de Nación, propone una mística del Estado Nacional como uno diferente y con identidad propia distinto al Otro. El concepto de Patria va unido al de Nación no se basa en el Estado o en el gobierno sino en el amor a una cultura, a un arraigo, a unas tradiciones en el conjunto de una nación, con una historia y valores considerados relevantes en común.

Son dos realidades, entre una – inventada como es la Nación- que comparte rasgos distintivos y otra que comparte unos principios como el amor a los símbolos representados en la bandera, el escudo entre otros y que identifican al Estado desde lo jurídico. Para conformar la Patria debemos converger en los valores que se privilegian para la conformación de una Nación. Un Estado necesita de una nación y los valores nacionales que al conformarse como valores patrióticos convergen en un Estado Nacional.

El concepto de Patria etimológicamente viene del latín páter- padre- es de allí donde se produce la creación del mito “Patria- Nación- “, un Yo, nación argentina, y el sentimiento del sentirse Yo pertenencia – de allí la bandera, el himno, el escudo y la determinación de quienes son los padres que originan la Nación Y así serán héroes San Martín, Belgrano, o antihéroes Rosas o los

caudillos (¿y acaso el interior también?)¹ Al existir una sola Nación, coexiste por lo tanto, una sola patria. Con sus valores y mitos.

¿Que se pretende con esta instrumentación pergeñada desde el Estado y por el Estado? Unir a inmigrantes con nativos para conformar un Uno, ya que la patria es lo que une por encima de lo que divide- ¿Y cómo se pretende lograrla? A través de la educación (pero no cualquier educación sino la patriótica) que trasmite esos valores y sentimientos comunes frente a aquellos distintos del origen migratorio-o los que la oligarquía en el poder considera disvaliosos.

Si bien Patria, Nación y Estado son vocablos distintos. Con la generación del 80 se pretende unir los tres conceptos y así la Nación como entidad poblacional, la Patria como unión de valores sentimentales y el Estado como conformación territorial conformarán jurídicamente un “Yo Nación Argentina” distinto y diferente al Otro. Dada esta unión de la idea de Patria, Nación con la de Estado, surge así la estructura que sirve de cobertura jurídica a este último como Estado Nación.

Identidad nacional e inmigración

Podemos observar a través de nuestra Historia Argentina que la identidad nacional – a raíz del proceso inmigratorio – se forma a partir de la unidad de lo diferente. Y ese trabajo se propuso Zeballos a través de la *Revista Derecho Historia y Letras*.

Le da forma seleccionando aquellos rasgos que juzga necesarios, mediante un proceso de asimilación en cuanto de aquellos valores queridos y de rechazo de los considerados disvaliosos.

¹ Es una pregunta que nos hacemos ya que la construcción de la patria es una edificación desde el puerto dejando afuera al interior profundo.

Entre los elementos que coadyuvan a conformar la Identidad Nacional podemos mencionar: la Historia, el Territorio, los Símbolos Patrios y el Idioma.

El surgimiento y consolidación del Estado Argentino, como Estado Nacional, se da a la par de que se fue construyendo y edificando las bases identitarias de la Nación. En el caso Argentino se creó, inventó y diseñó a la Nación desde el Estado, generando líneas directrices que confluyeron en la construcción de una identidad nacional, en medio de ese proceso de inmigración masiva y con los problemas que suponía una sociedad multicultural.

Así, esta construcción operó en dos niveles o ámbitos. Uno, hacia los sectores populares en formación, buscando insertarlos en la construcción de este Yo nacional a través de una lengua nacional, tradiciones y mitos insertos por medio de una educación en manos del Estado – con maestros nacionales, y una escuela pública y gratuita-; y otro, respecto de la propia clase dirigente emergente y hacia los intelectuales, para concientizarlos e imbuirlos en el compromiso de una formación identitaria nacional por medio de los distintos instrumentos reales y simbólicos que se fueron creando y que posibilitaron la construcción imaginaria de la Nación,- en el análisis conceptual de este aspecto seguimos a Anderson que señala a la *Nación* como una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana, Nación que se imagina *limitada* porque incluso las más grandes, tienen fronteras finitas, aunque elásticas, más allá de las cuales se encuentran otras naciones. (Anderson, 1991:23).

Desde el primer Censo Nacional en 1859 y el segundo en 1895, el país acusó un 25% de extranjeros y el de 1914 un 30% de ellos, la inmensa mayoría eran los inmigrantes de los últimos tiempos que llegaban en enormes contingentes: más de un millón en el decenio 1880-1890, ochocientos mil en el decenio siguiente y un millón doscientos mil solo en los cinco años anteriores a 1910. De tres millones novecientos noventa y cinco mil habitantes que

acusaba el censo de 1895 había pasado en 1914 a siete millones ochocientos ochenta y cinco mil habitantes (Romero, J. L.).

Con la inmigración masiva, cambió la fisonomía de buena parte del país. En las zonas de mayor asentamiento, se modificaron las costumbres tradicionales y ante esta diversidad de idiomas, se conformó un pluralismo cultural. Para los hijos de los inmigrantes, el principal factor de integración fue la escuela primaria. Así lo vieron los intelectuales y políticos, preocupados por la consolidación de la Nación. Además de combatir el elevado analfabetismo, la escuela fue vista como un espacio donde los hijos de inmigrantes aprendían a querer al país y a transmitir ese sentimiento a los padres. Así las ideas de patria y patriotismo se convirtieron en instrumento para la organización de los “aparatos ideológicos – como diría Althusser- de disciplinamiento y control social por parte de la oligarquía en el poder, a los fines de asegurar la reproducción de los mecanismos de control de la política y la economía, así los mitos, las efemérides y los actos patrios oficiales, los relatos moralizadores, las anécdotas ejemplificadoras de los próceres concebidos solo desde el bronce.

La Patria existe a través de la enseñanza, la domesticación del extranjero y la asimilación de los hijos al status de “argentino”. Es así que en Argentina la inmigración estará inserta en un proyecto de Nación desde la segunda mitad del siglo XIX, el cual incorpora como clave el elemento poblacional para dinamizar las aún incipientes estructuras productivas, orientado a la modernización del país. Iniciado el siglo XX, las dicotomías y antagonismos de clase (oligarquía civilizada- italianos del cocoliche)) comienzan a ser reformulados a la luz de la irrupción de las clases obreras en el escenario público, las cuales estaban vinculadas indudablemente al desarrollo industrial del país. Se plantean nuevas paradojas, ya que “el anglosajón” de Alberdi – portante de civilización- no es el que viene, sino que había que convivir y generar espacios sociales al inmigrante mediterráneo, de escasa instrucción que huía de una Europa expulsativa en su proceso de industrialización.

Las estructuras normativas diseñadas fueron de inclusión, protección, pero también de control; fundamentalmente a partir de comienzos del siglo XX las leyes de inmigración sufrieron modificaciones en las que el Estado en sus facultades potestativas podía expulsar y repatriar a elementos “indeseables” que ponían en peligro al modelo y el aparato ideológico diseñado por la oligarquía. (Shaw, 2015: 200)

Zeballos y la educación patriótica

Estanislao Severo Zeballos – y de allí la razón de su estudio- participó en la creación e institucionalización con la elite dirigente de un “Yo” argentino; “Yo” que puede: reconstruirse, reinventarse o inventarse plenamente, que se construye desde la misma elite, y que deberá llegar a instituirse y realizarse en un “Nosotros” e instituirse imaginariamente en la sociedad de mayoría inmigrante a la que hay que incluir a través de un proceso de socialización, como de control social. En ese sentido Castoriadis (1993:29) es quien acuña el término imaginario social, el cual representa la concepción de figuras/formas/imágenes de aquello que los sujetos llamamos “realidad”, sentido común o racionalidad en una sociedad. Esta “realidad” es construida, interpretada, leída por cada sujeto en un momento histórico social determinado. Esta concepción de figuras/formas/imágenes es una obra de creación constante por parte de cada sujeto inmerso en una sociedad, de este modo ejerce su libertad, se transforma y va transformando el mundo que lo rodea.

La inmigración masiva con su llegada al país plantea a la dirigencia política un cuello de botella que hay que resolver por cuanto numéricamente supera a la población nativa, hay que incorporarla con una identidad nacional, con nuevos valores patrióticos, con un nuevo sentimiento de patria ahora argentina, es así que la lengua, los símbolos patrios, los relatos moralizantes patrióticos indican cuales son los valores jurídicos que deben ser protegidos. El Estado a través del derecho –como aparato ideológico fundamental- dictará aquellas normas que considera importantes para su modelo de dominación, normas inclusivas, de cooptación tendientes a instrumentar la

construcción del “Yo” y del “Nosotros”. Normas que tenderán a conformar en los hechos la instrumentación del qué somos, quiénes somos y quiénes son los “Otros”, Otro que también se va construyendo por medio de los diversos instrumentos institucionalizados para concretar ese modelo ideológico ideado por la elite dominante.

Como diputado en 1887 por Santa Fe decía ante el Congreso de la Nación

Dentro de poco nos veremos convertidos como Montevideo en una ciudad sin rasgos [...] nosotros vamos a ser el centro obligado a donde convergerán quinientos mil viajeros anualmente; nos hallaremos un día transformados en una Nación que no tendrá lengua, ni tradición, ni carácter, ni bandera [...] puesto que los extranjeros no tienen una patria aquí, se consagran al culto de la patria ausente. Recórrase la ciudad de Buenos Aires y se verá en todas partes banderas extranjeras, en los edificios; las sociedades, llenas de retratos e insignias extranjeras, las escuelas subvencionadas por gobiernos europeos, enseñando idioma extranjero; en una palabra, en todas partes palpitando el sentimiento de la patria ausente, porque no encendemos en las masas el sentimiento de la patria presente.²

Las preocupaciones de Zeballos eran en relación a los efectos no deseados de la inmigración europea, considerada imprescindible como mano de obra para proyectar al país como una nación capitalista y moderna. Había que incorporarla a través de una educación estructurada, manejada e institucionalizada por y desde el Estado.

² <<http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/nacionalidad-inmigracion-pensamiento-estanislao-zeballos.pdf>>. P 239-240 Congreso Nacional, Cámara de Diputados, *Diario de Sesiones*, 21 de octubre de 1887, citado por LILIA ANA BERTONI, *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001, pp. 25 y 39.

Al decir de Santiago Sánchez en “Nacionalidad e inmigración en el pensamiento de Estanislao Zeballos”, ese mismo año 1887, Zeballos, como presidente de la Cámara de Diputados y del Consejo del XI Distrito de Buenos Aires, alertó sobre la indiferencia cívica observada en las escuelas, así observaba que

[...] pese a la ley 1420, sancionada tres años atrás, que establecía la obligatoriedad de la escuela primaria, el sistema educativo público no sólo no se había extendido lo suficiente y carecía de infraestructura adecuada, sino que no había logrado insuflar en los alumnos un sentimiento y una conciencia nacionales. La escuela argentina se hallaba en desventaja frente a la escuela subvencionada por las colectividades extranjeras, aunque esta situación comenzaba, muy lentamente, a corregirse. La cantidad de alumnos que no hablaba el español o lo hablaba incorrectamente era considerable aún. Llevaría varios años ampliar la matrícula escolar y consolidar la influencia del Estado sobre todo el sistema educativo.³

En 1900 escribe en *La Revista* sobre el Escudo nacional

que los atributos nacionales corren de tal manera alterados por eliminación de caracteres o por adiciones y variantes arbitrarias y a las veces ridículas, que aún las personas instruidas se preguntan a menudo: ¿cuál es el verdadero escudo nacional?⁴

Había que rescatar los símbolos nacionales darles una unidad, un sentido nacional único para conformar la Nación y poner el acento en la educa-

³ Idem, p. 242.

⁴ ESTANISLAO ZEBALLOS, “El escudo y los colores nacionales”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo VII, 1900, p. 269.

ción como forma de integración y conformación de esta la Nación Argentina. Así la forma definitiva del escudo quedó fijada en 1900 por Estanislao S. Zeballos, cuando formaba parte del ministerio nacional.

Al año siguiente en otro artículo en *La Revista* acerca de Las escuelas populares decía

[...] no hay en la República Argentina un asunto más trascendental, pero desgraciadamente voy a hacer una afirmación definitiva, con la convicción profunda que tengo al respecto y en la forma terminante con que acostumbro hacer todas las afirmaciones cuando estoy convencido de su verdad: desgraciadamente, repito, en nuestro país el pueblo y los poderes públicos apenas acuerdan a estas trascendentalísimas cuestiones una importancia secundaria” [...] No hay sino un medio de defender de cualquier peligro a nuestra nacionalidad, en el pasado y en el porvenir, del punto de vista educacional: el de declarar que los ideales de la educación correspondan al Estado, prestigiando el sistema que dirige el Consejo Nacional con sus delegaciones federales en el resto de la República, combinadas con los consejos de las provincias. Éste es el sistema de educación de la carta fundamental. ¡Él ofrece amplias seducciones para todos los anhelos y creencias, porque a todos los comprende y a todos asegura los beneficios de las garantías y libertades declamadas!” [...] “Es el único sistema que dará homogeneidad al sentimiento nacional y que habilita para ejercitar los derechos acordados por nuestra constitución, en un ambiente de fundadora libertad de pensamiento y de acción, para todos los hombres y para todas las creencias, acordando a cada uno su legítimo lugar. Es la vía para alcanzar el equilibrio de las influencias e intereses contradictorios al amparo de la dirección uniforme de los destinos de nuestra nacionalidad.”⁵

⁵ ESTANISLAO ZEBALLOS, “Escuelas populares”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo IX, 1901, p. 111

En “Discursos escolares” alerta reclamando que “*la Nación carece de un ideal definido y de una acción resuelta en materia de educación*”⁶ reclamando una intervención estatal al respecto

Es así que podemos sostener que el pensamiento de Zeballos fue concordante con la importancia de la educación en el proceso de construcción de una Nación.

Es por ello que no dudó en transcribir en *La Revista* el discurso del senador chileno Puga Borne donde criticaba la actitud del gobierno de su país por haber reducido del presupuesto las partidas destinadas a la educación pública, ya que consideraba a la escuela “*como la obra más grande para la defensa nacional*”.⁷ Puga Borne destacaba la importancia de la educación como medio de generar sentimientos de pertenencia – esto es la construcción de imaginarios junto con el aparato simbólico- importancia concordante con la de Zeballos, y es por ello el motivo de la publicación en *La Revista* de su artículo como lo afirmamos supra Así la educación, en especial la pública, se conforma como uno de los Aparatos Ideológicos del Estado, principal y fundamental para la reproducción de las condiciones de producción al decir de Althusser.

En nuestra opinión la inclusión de este discurso en *La Revista* tuvo dos propósitos: por un lado, la de compartir la opinión del senador, en cuanto a la importancia de la educación como medio de ejercer la soberanía, ya que era instrumento fundamental en la construcción del “Nosotros”; por el Otro, como medio de mostrar el “nacionalismo” chileno y resaltar una característica de la otredad. Es decir el Otro, Chile, estaba realizando la construcción del Otro por medio del Estado, pero encontraba tropiezos por parte de, también de la elite, que no entendía la cabal importancia del tema.

⁶ ESTANISLAO ZEBALLOS, “Discursos escolares”, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XI, Buenos Aires, 1901, p. 299.

⁷ PUGA BORNE, Federico. “Discurso del senador chileno Federico Puga Borne”. En: *Revista Derecho.Historia y Letras* t. 1. 1898. p. 562.

Zeballos tomó como suyos los argumentos de Puga Borne, sosteniendo que la solución al problema educacional argentino se resolvería solamente si se aumentaba significativamente el presupuesto educativo.⁸ Pero además, sostenía que era necesaria la reforma total de nuestra instrucción pública, reforma que tenía que ser llevada a cabo por especialistas ya que era un problema político de actualidad: la educación.⁹ En este sentido se atrevía a hacer un breve diagnóstico sobre los males que afectaban a la educación diciendo

[...] su organización actual robustecen tendencias sociales cuya futura acción será deplorable y hace sentir lamentados efectos [...] hemos copiado é instalado mal nuestro sistema educativo, desde la escuela primaria á la Universidad. Predominó el trasplante mecánico de conquistas ajenas sin la reflexión filosófica respecto al medio y a los elementos.¹⁰

Conclusiones

La generación del ‘80 y fundamentalmente Zeballos impone a través de su ideario la homogeneización cultural, con la incorporación masiva de los niños inmigrantes al mundo simbólico que conlleva la escuela por medio de la construcción de la identidad nacional canalizada a través de la alfabetización realizada fundamentalmente a través de las escuelas estatales, con un plan educativo único y común propiciando maestros argentinos.

Se centró en la educación patriótica para construir un nuevo imaginario nacional a través de un plan pedagógico hegemónico producido en torno a un significado unívoco de patria que tuvo el poder simbólico suficiente con

⁸ ZEBALLOS, Estanislao. “La desorganización argentina”. En: *Revista....* Op. Cit. t. 5, 1900. p. 641.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Idem. p. 640.

la creación de mitos, canciones patrias, padres de la patria y un lenguaje único, pudiendo así interpelar y constituir la identidad nacional.

La escuela estaba llamada a promover en estas nuevas generaciones nacidas del proceso inmigratorio el sentido de pertenencia nacional.

Y parafraseando a Bajtin podemos decir que no existe nada absolutamente muerto, cada sentido tendrá su fiesta de resurrección y ...las autobiografías, monumentos (el reflejo de sí mismo en la conciencia de los enemigos y en la conciencia de los descendientes)¹¹ – Resurrección de héroes y antihéroes, mitos y símbolos se resucitarán, se evocarán en cada momento de la educación patriótica entre el Yo, el Nosotros y los Otros.

Bibliografía

Aparte de la mencionada en notas

ALTHUSSER, Louis. *Ideología y aparatos ideológicos de Estado*. En: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/althusser1.pdf>.

ANDERSON, Benedict (1991). *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México.

BERTONI, L. A. (2003). *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad Argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

CARLI, S. (1995). *Entre Ríos: escenario educativo (1883-1930)*. Serie Cuadernos, Santa Fe: Publicación de la Facultad de Ciencias de la Educación.

CARLI, S. (2002). *Niñez. Pedagogía y Política. Transformaciones de los discursos acerca de la infancia en la historia de la educación argentina entre 1880 y 1955*. Buenos Aires/MADRID. MIÑO Y DÁVILA EDITORES.

CASTORIADIS, Cornelius (1993). *La institución imaginaria de la sociedad*, en Colombo (coord.), *El imaginario Social*, Altamira y Nordan Comunidad, Montevideo.

DEGIOVANI, F. (2007). *Los textos de la patria. Argentina*. Beatriz Viterbo Editora.

¹¹ Bajtin, Mijail. *Yo también soy*. Ed. Kindler, pos. 1478 y 1207.

RAMIREZ GARCIA, Eduardo F. *Elementos de la identidad nacional*. Derecho y cultura- n°.13 / Enero- Abril de 2004. México.

ROMERO, José Luis (hay varias ediciones). *Breve historia de la Argentina*. Ed. Eudeba Buenos Aires.

SHAW, Enrique. *Nosotros y los Otros en la construcción identitaria. Una visión de la política internacional según Estanislao Zeballos, 1898-1914*. Rosario, 2015.

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Agosto / 2017

Las restricciones al derecho a la libertad personal y la incidencia del control que realizan los organismos internacionales Corte Interamericana de Derechos Humanos y su incidencia en Argentina

Esther Susana Borgarello

Carlos Juárez Centeno

Resumo

A proteção do direito à vida “desde a concepção”, mencionada no artigo 4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, está ligada ao desenvolvimento maior ou menor de um embrião; portanto, uma proibição total e absoluta da interrupção da gravidez condenando a prisão e a interrupção de outros direitos em conflito, especialmente os direitos das mulheres, violaria a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Palavras-chave: direitos humanos; direito à não discriminação.

Resumen

La protección del derecho a la vida “desde la concepción”, mencionado en el artículo 4 de la Convención Americana de Derechos Humanos, se vincula al mayor o menor desarrollo de un embrión; de allí que una prohibición total y absoluta de la interrupción del embarazo condenando a penas privativas de la libertad su interrupción y no atendiese a otros derechos en conflicto en especial, los derechos de la mujer, violaría la Convención Americana de Derechos Humanos.

Palabras claves: derechos humanos; derecho a la no discriminación.

Abstract

The protection of the right to life “from conception”, mentioned in Article 4 of the American Convention on Human Rights, is linked to the greater or lesser development of an embryo; hence a total and absolute prohibition of

the interruption of pregnancy condemning to imprisonment and interrupting other rights in conflict, especially the rights of women, would violate the American Convention on Human Rights-

Keywords: human rights; right to non-discrimination.

La Corte Interamericana de DDHH y una sentencia trascendente G. Artavia Murillo y otros c/ Costa Rica

El caso se origina a raíz que en 1997, el Poder Ejecutivo de Costa Rica reguló la práctica de la fecundación in vitro-FIV-; en 2000, el decreto del Ejecutivo fue declarado inconstitucional por la Sala Constitucional de ese país; ese tribunal consideró que los embriones in vitro tienen derecho a la vida, y la FIV, de manera consciente y voluntaria, causa una elevada pérdida de embriones, incompatible con ese derecho a la vida... A consecuencia de esa sentencia tales técnicas fueron prohibidas, provocando que personas diagnosticadas con infertilidad severa presentaran una denuncia ante la Comisión I de DDHH, que luego de su trámite derivó en un informe de fondo de esta, favorable a los denunciantes, en el sometimiento del caso a la CIDH.

La Comisión sostuvo que la prohibición costarricense constituía una injerencia arbitraria en los derechos a la vida privada, a la vida familiar, al derecho a conformar una familia, y una violación al derecho de igualdad. Por lo tanto, recomendó a Costa Rica levantar la prohibición de la FIV y asegurar que la futura regulación sea acorde con la Convención. Ante el incumplimiento de la recomendación, luego de tres prórrogas, el 29/7/2011, la Comisión sometió el caso a la jurisdicción de la Corte. El 28/11/2012 la Corte Interamericana de Derechos Humanos resolvió el caso y dicta un fallo de suma trascendencia no solo por los alcances que le otorgó a varios derechos contemplados en el Pacto de San José de Costa Rica, sino porque además de ser obligatorio para todos los países que admitieron la competencia contenciosa de la CIDH, fallo final, definitivo, irrecurrible y solo susceptible

de una demanda de interpretación según lo dispone la propia Convención Americana sobre Derechos Humanos y es así que el sistema interamericano avala las técnicas de fertilización asistida.

La Corte establece así que el acceso a la reproducción humana asistida debe estar garantizado legalmente y al analizar el artículo 4.1 de la Convención y la naturaleza del embrión, analizó un tema de carácter crítico de grandes polémicas como es la interrupción del embarazo señalando que los derechos reproductivos integran los derechos humanos: hay un derecho a procrear y un derecho a no procrear. Al respecto analiza y explica el término “concepción”, del art. 4 de la Convención Americana de Derechos Humanos haciendo una correlación con el concepto de “anidación”. Sostiene como es indudable que un óvulo fecundado da paso a una célula diferente, con la consecuente información genética suficiente para el posible desarrollo de un “ser humano”; pero si ese embrión no se implanta en el cuerpo de la mujer, sus posibilidades de desarrollo son nulas, por falta de nutrientes y de un ambiente adecuado. Al ponderar la “Concepción” sostiene que la misma presupone la existencia dentro del cuerpo de una mujer ya que sólo es posible establecer si se ha producido o no un embarazo una vez que el óvulo fecundado se ha implantado en el útero y se produce una hormona detectable únicamente en una mujer que tiene un embrión anidado. Es decir que solo hay “concepción” –término al que alude la Convención Americana al momento en que se produce la anidación.

Que implica esta importante interpretación de la CIDDDHH? que con esta explicación definitiva del concepto · concepción se legitiman los métodos anticonceptivos debido a que no hay embarazo si no hay anidación, proceso que esos métodos impiden.

Otra cuestión trascendente que sostiene es que un embrión no implantado, in vitro, no es persona y expresa que las tendencias en el derecho internacional y comparado no conducen a considerar que el embrión deba ser tratado de igual manera que una persona nacida, ni que titularice un

derecho a la vida. El embrión y el feto gozan de una protección gradual, no absoluta. Es decir, la protección del derecho a la vida “desde la concepción”, mencionado en el artículo 4 de la Convención, se vincula al mayor o menor desarrollo de ese embrión.

Es así que, al reconocer condicionalidad y gradualidad en la protección del embrión y del feto, las leyes que regulan la interrupción del embarazo tienen que ser coherentes con la regla de que el embrión no tiene derechos absolutos; de allí que una prohibición total y absoluta de la interrupción del embarazo que no atendiese a otros derechos en conflicto violaría la Convención. Así destaca la decisión de nuestra Corte Suprema de Justicia que sostuvo que ni de la Declaración Americana ni de la Convención Americana se deriva algún mandato por el que corresponda interpretar, de modo restrictivo, el alcance de las normas penales que permiten el aborto en ciertas circunstancias. Es así que se reconoce un legítimo interés en proteger la vida prenatal pero dicho interés debe ser armonizado con los derechos especialmente de la madre. No puede alegarse la protección absoluta del embrión, anulando otros derechos, en especial, los derechos de la mujer.

En síntesis en este caso *G. Artavia Murillo y otros c/ Costa Rica* el alto tribunal condenó a Costa Rica por cuanto establece que prohibir la fertilización *in vitro* viola el derecho a la privacidad, a la libertad, a la integridad personal, a la no discriminación y el derecho a formar una familia.

La Ley argentina 26.862 de Reproducción Médicamente Asistida

Esta ley también conocida como de Fertilización Asistida, fue sancionada el 5 de junio de 2013, y promulgada el 25 de junio del mismo año. Es una norma de *orden público* mediante la cual se permiten y regulan las más variadas posibilidades de *fecundación* e implantación, y se habilita sin mayores recaudos la criopreservación del material genético y de embrión. Tiene derecho a acceder a los procedimientos y técnicas de reproducción médicamente asistida, toda persona mayor de edad que haya explicitado

su consentimiento informado, el que podrá ser revocado hasta antes de producirse la implantación del embrión en la mujer.

La cobertura debe ser brindada tanto por el Estado y sus instituciones de salud como las Obras sociales y prepagas. Al respecto deben incorporar como prestaciones obligatorias y brindar a sus afiliados o beneficiarios, la cobertura integral e interdisciplinaria del abordaje, el diagnóstico, los medicamentos y las terapias de apoyo y los procedimientos y las técnicas que la Organización Mundial de la Salud define como de reproducción médicamente asistida. Estos incluyen entre otras: la inducción de la ovulación; la estimulación ovárica controlada; el desencadenamiento de la ovulación; las técnicas de reproducción asistida; y la inseminación intrauterina, intracervical o intravaginal, con gametos del cónyuge, pareja conviviente o no, o de un donante. Se agrega también en tal cobertura a los servicios de guarda de gametos o tejidos reproductivos, para aquellas personas que aun no queriendo llevar adelante la inmediata consecución de un embarazo, por problemas de salud o por tratamientos médicos o intervenciones quirúrgicas, puedan ver comprometidas su capacidad de procrear en el futuro.

La normativa dispone además, la incorporación en el Programa Médico Obligatorio, de estos procedimientos, así como los de diagnóstico, medicamentos y terapias de apoyo, con los criterios y modalidades de cobertura que establezca el Ministerio de Salud.

Argentina y sus decisiones judiciales tendientes al respeto a la normativa en coherencia con las decisiones de la CIDDDH

Como hemos visto las personas con infertilidad tienen derecho de acceder a las técnicas necesarias para resolver problemas de salud reproductiva así lo establece la ley 26.862 pero en los hechos se han visto frustradas sus intenciones por lo cual han tenido que acudir a la justicia, la cual a través de distintos fallos ha ido resolviendo las cuestiones en los primeros años de aplicación de esta legislación.

En cuanto a la cobertura de las obras sociales según interpretación de los últimos fallos judiciales, la cobertura debe ser de tres tratamientos al año, teniendo en cuenta que la Ley 26.862, ley nacional que es de orden público, dispone que la cobertura debe ser «integral». Entre los numerosos podemos citar a I. F. L. y otros c/ Swiss Medical S.A. s/ acción de amparo Tribunal: Cámara de Apelaciones en lo Civil, Comercial, Minas, de Paz y Tributaria de Mendoza Sala/Juzgado: 23-oct-2013, disponiéndose que la empresa de medicina prepaga debe brindar cobertura del 100 % del tratamiento de fertilización asistida.

Ahora bien para la búsqueda de un segundo hijo la obra social debe cubrir el 45% del tratamiento de fertilización asistida. Así lo establece el fallo: M. M. E. F. y otro c/ Obra Social del Poder Judicial de la Nación s/ amparo Tribunal: Cámara Nacional de Apelaciones en lo Civil y Comercial Federal Sala/Juzgado: II Fecha: 26-mar-2013 donde se ordena a la obra social otorgar cobertura del 45% del tratamiento de fertilización asistida.

La problemática se plantea cuando hay donantes pero vemos en un fallo de Capital Federal N.N. s/ inscripción de nacimiento Tribunal: Juzgado Nacional de Primera Instancia en lo Civil Sala/Juzgado: 86 Fecha: 18-jun-2013 donde se ordena la inscripción del nacimiento de una niña como hija de los actores, quienes ante la imposibilidad biológica de concebir, recurrieron a la técnica denominada ‘gestación por sustitución’.

El nuevo Código Civil y Comercial de agosto de 2015

El nuevo Código Civil Argentino que rige desde el 1º de agosto de 2015 ab initio ya despierta polémicas jurídico-políticas e ideológicas por cuanto por un lado se habla del comienzo de la vida desde la concepción, pero también de la revocación del consentimiento antes de la implantación del embrión. Dejando un vacío legal en cuanto al destino del embrión no implantado y otras cuestiones derivadas de dicha situación.

Conclusiones

La sentencia de la CIDDHH avala la fecundación in vitro y otras tendientes a solucionar la imposibilidad biológica de concebir, nuestra legislación así como los fallos derivados de la oposición de las obras sociales y prepagas ha venido a dar solución a muchas de estas cuestiones pero aun distan muchas cuestiones a elucidar como los planteados en relación al nuevo Código Civil y Comercial de la Nación que deja distintos vacíos legales así por caso en cuanto al destino del embrión no implantado y otras cuestiones derivadas de dicha situación. De cualquier forma queremos recalcar el importante avance de la CIDDHH con su sentencia interpretativa en la región por cuanto por primera vez y en forma pretoriana analiza la naturaleza jurídica del embrión y el derecho a procrear y a no procrear legitimando la reproducción humana asistida, el derecho al uso de los anticonceptivos así como a las posibilidades de aborto. La comprensión clara y científica del desarrollo embrionario y las técnicas es clave a la hora de las argumentaciones éticas respecto de las terapias de infertilidad y de criopreservación de embriones. Se debe encarar la problemática a partir del estudio sistemático y serio de las opciones dejando de lado argumentos pseudoreligiosos que en realidad esconden una falta de respeto a la libertad del otro.

Recibido em: Agosto / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

Brasil: um modelo de desarrollo entre lo económico y lo social

Fernando Montero Cordero

Resumo

Os modelos de desenvolvimento permitiram que os gerentes públicos tenham uma ferramenta que lhes permita, por um lado, projetar o comportamento da economia e da sociedade com base em novas políticas e estratégias de desenvolvimento e, por outro lado, determinar os sucessos e as falhas do passado. É fundamental que qualquer economia visualize quais modelos e quais características de outras economias podem ser usadas na construção de novos modelos de desenvolvimento, através de um consenso político e social nas decisões de distribuição de riqueza, favorecendo em termos de igualdade e equidade a todos setores da economia. O Brasil é um modelo de desenvolvimento a ser seguido pelas economias latino-americanas? Quais são as particularidades do sucesso das políticas públicas que esta nação nos oferece que poderia validar outras economias? [...] esse é o objeto que este particular tem.

Palavras-chave: Brasil; desenvolvimento; economia; política pública; América Latina.

Resumen

Los modelos de desarrollo han permitido a los gestores públicos tener una herramienta que les permita por un lado proyectar el comportamiento de la economía y la sociedad a partir de nuevas políticas y estrategias de desarrollo, y por otro determinar los aciertos y desaciertos del pasado. Es fundamental para cualquier economía visualizar qué modelos y qué características de otras economías puedan ser utilizados en la construcción de nuevos modelos de desarrollo, mediante un consenso político y social vertido en decisiones de distribución de riqueza, que favorezca en términos de igualdad y equidad a todos los sectores de la economía. ¿Es Brasil un modelo de desarrollo a seguir por las economías Latinoamericanas? ¿Qué particularidades de éxito de política

pública nos ofrece esa nación que podrían homologar otras economías? ... ese es el objeto que tiene este particular.

Palabras claves: Brasil; desarrollo; economía; política pública; América Latina.

Abstract

Development models have allowed public managers have a tool that allows them to project one hand the behavior of the economy and society from new policies and development strategies, and secondly to determine the successes and failures of the past. It is essential for any economy visualize what models and what features of other economies may be used in the construction of new models of development through a political and social consensus poured into decisions of wealth distribution, favoring in terms of equality and fairness to all sectors of the economy. Is Brazil a development model to be followed by the Latin American economies? What characteristics of successful public policy offer that nation that could approve other economies? [...] That is the object that has this particular.

Keywords: Brazil; development; economy; public policy; Latin America.

Introducción

Identificar las lecciones aprendidas del modelo de desarrollo brasileño, a partir del crecimiento de su economía y el impacto en las condiciones de equidad socioeconómica de su población, en el período comprendido entre el año 2000 y 2010, es objetivo propuesto. El análisis descriptivo del desempeño de las variables económicas básicas, que han dado a Brasil un papel importante dentro de las nuevas potencias económicas regionales, y su contrastación con datos cualitativos de fuentes secundarias sobre el estado de bienestar disfrutado por sus habitantes en forma efectiva, a través de la acceso a mayores oportunidades de educación, salud y asistencia social, como condición necesaria para la libertad humana, fin y medio de un desarrollo a largo plazo.

Es necesario examinar e investigar los fines y los medios del desarrollo para comprender mejor el proceso de desarrollo; sencillamente, no es suficiente fijarse como objetivo básico la maximización de la renta o la riqueza... (Sen, Desarrollo y libertad, 2000).

El planteamiento inicial de Sen, advierte sobre lo no poco común práctica de algunos sectores de la sociedad de confundir los fines y medios en un proceso como el desarrollo. Así, quienes promulgan la maximización del ingreso, sin dar importancia a su distribución o a su eficacia en la ampliación de las libertades fundamentales e instrumentales del ser humano, generalmente confunden al crecimiento como un objetivo del desarrollo, siendo únicamente un medio (no poco importante, pero medio al fin) que facilita el logro los verdaderos objetivos de una sociedad.

En esta ecuación del desarrollo, las capacidades humanas juegan un rol constitutivo e instrumental:

Estas capacidades pueden aumentarse por medio de medidas públicas, pero, por otra parte, el uso eficaz de las capacidades de participación de los individuos puede influir en el rumbo de las medidas (Sen, Desarrollo y libertad, 2000)

En esta visión, el Estado es un actor facilitador de la acumulación y ampliación de las capacidades humanas fundamentales que un fin en sí mismas por ser intrínsecas a la condición humana, a la vez que ese mismo Estado es sujeto de transformación ante la instrumentalización de dichas capacidades en esquemas de interacción, retroalimentación e incidencia en la constante construcción de respuestas y políticas públicas.

Una mirada a esa gran nación

Con el nombre oficial de la República Federativa del Brasil, este país es una república federal conformada por la unión de 26 estados federados y por el Distrito Federal, divididos en 5 564 municipios. Su territorio comprende más de 8.5 millones km², ocupando el quinto lugar a nivel mundial en territorio sólo superado por Rusia, Canadá, Estados



Unidos y China. Brasil limita con casi todos los países de América del Sur, exceptuando Chile y Ecuador, limitando al norte con Colombia, Venezuela, Guyana, Surinam y la Guayana Francesa; al sur con Argentina, Uruguay y Paraguay; al este con el océano Atlántico; y al oeste con Bolivia y Perú.

A pesar de representar a una economía en constante crecimiento y ubicada dentro de las veinte más grandes del mundo, como una de las cuatro principales economías emergentes en los países BRIC (Brasil, Rusia, India y China), el país enfrenta retos importantes relacionados a la desigualdad de ingreso, una renta per cápita por debajo de la media mundial y un Índice de Desarrollo Humano, inferior al de varios de los países de la región.

Política económica y desarrollo en el s.XX: democratización con crecimiento y desigualdad

Caracterizado por décadas de un inestable desarrollo republicano, con una participación activa de las fuerzas militares en derrocamiento y administración de la vida política, fue João Goulart, el último presidente depuesto por un golpe de estado en 1964, dando espacio a un régimen militar

Cuadro 1.

EL MILAGRO ECONÓMICO Y LOS AÑOS DE PLOMO EN BRASIL

El milagro económico brasileño también conocido en lo político como "años de plomo", correspondió a un periodo de fuerte crecimiento.

De 1968 a 1973 el PIB de Brasil creció más de un 10% por año en promedio, a pesar de la inflación, que fluctuaron entre 15% y 20% por año, y la alta concentración del ingreso, con una reducción de los salarios reales, la acentuación de la pobreza creciente desigualdad social, con la restricción a la libertad individual asociada con la represión política. (WIKIPEDIA, 2011)

que se convirtió en una dictadura que dirigió al país durante 20 años, pero que logró mantenerse en el poder por su extraordinario crecimiento económico, conocido como "el milagro brasileño", el cual avanzó al lado de extensas medidas de represión

Los civiles volvieron completamente al poder en 1985 cuando pero tras ser electo Tancredo Neves, cayó en enfermedad por lo que asumió su lugar el vicepresidente José Sarney quien se volvió extremadamente impopular debido a la crisis económica y a la inflación descontrolada, lo que permitió en 1989 la elección del casi desconocido Fernando Collor, que renunció por un escándalo de corrupción. Dicha situación llevó a que su vicepresidente, Itamar Franco le sucediera nombrando como Ministro de Hacienda a Fernando Henrique Cardoso, quien creó el exitoso Plan Real el cual trajo la estabilidad a la economía brasileña.

La nueva era de Constitución Federal de 1988. Estos incluyen: "i) construir una sociedad libre, justa y solidaria; ii) garantizar el desarrollo nacional; iii) erradicar la pobreza y la marginación y reducir las desigualdades sociales y regionales; y iv) promover el bien de todos, sin distinciones de origen, raza, sexo, color, edad ni ninguna otra índole". (Art. 3º). (RFB, 1988)

Fernando Henrique Cardoso fue elegido como presidente en 1994 y reelegido en 1998, alcanzando una transición pacífica del poder hacia Luiz Inácio Lula da Silva en 2002 y reelegido en 2006, consolidando la estabilidad política. En 2010, Dilma Rousseff se convirtió en la primera mujer elegida presidenta.

Cuadro 2.

EL PLAN REAL

Fue un plan de estabilización económica también denominado "Plan Bache", debido al nombre de su principal ideólogo, el economista Edmar Bacha. Su objetivo principal era controlar la hiperinflación, mediante un conjunto de medidas de largo plazo. Organizado en etapas, el plan logró poner fin a casi tres décadas de inflación elevada y sustituyó la antigua moneda, el cruzeiro, por el real, a partir del 1º de julio de 1994.

Como nota interesante la gran mayoría de los economistas de las universidades brasileñas, pensó que el plan no obtendría éxito (WIKIPEDIA, 2012)

Producción y desempeño económico

Como se analizó previamente, el Plan Real o Programa de Estabilización, pretendió una transformación de la economía, que sirviera de sustento para un crecimiento y una la inserción mundial de largo plazo. Durante el período 2000-2008 las variaciones del PIB habían sido de crecimiento, pero la actividad económica fue afectada por el contexto de crisis que impactó tardíamente en 2009, lo que provocó un impacto negativo en todos los sectores de la economía y un estancamiento que parece superarse en 2010, pero que se considera frágil en función de una posible nueva crisis sistémica a raíz de la contracción europea (ver grafico 1).

Gráfico 1



Fuente: Elaboración propia con base en datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe

A pesar de ello, la década en análisis muestra un desempeño acumulado positivo del 42% en su PIB total, y una tasa de crecimiento promedio del 4% anual (ver gráfico 2)

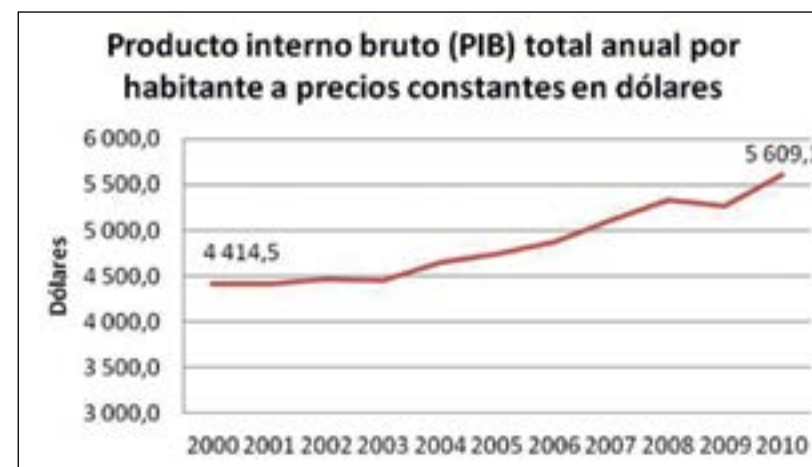
Gráfico 2



Fuente: Elaboración propia con base en datos de la Comisión Económica para América Latina y el

El PIB per cápita, también experimentó un crecimiento del 27% a lo largo del período estudiado (ver gráfico 3)

Gráfico 3



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2012)

El efecto más notorio de la crisis fue la pronunciada caída del PIB en el último trimestre de 2008 y el año 2009. La disminución de la actividad económica se sintió de forma particularmente intensa en la actividad industrial, reflejo de la menor demanda tanto externa como interna, la formación bruta de capital fijo se redujo un 9,3% y el consumo privado un 1,8%, por último el nivel de importaciones disminuyó en un 6,6%. El gobierno enfrento la crisis internacional con una serie de medidas que lograron contraer la caída abrupta del PIB en el 2009 (-0.85) (CEPAL, 1999).

La industria manufacturera mostró un repunte pasando de un 0.3%e en 2005 a un 4,3% en 2008 en, caso contrario el comercio cayó estrepitosamente a un 1,9% (2009) contra un 7,2% del 2004. Las políticas fiscal generada en la década de los 90 tuvo un fuerte componente de aplicación de impuestos al sector financiero, a pesar de lo cual llegó a tener un crecimiento de 5,5% del 2003 al 2008. Los servicios en general también repuntaron en 3,1% del 2003 al 2008 (tabla 1).

Tabla 1

en porcentajes									
Detalle	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura, caza, silvicultura y pesca	-2.7	6.1	6.6	5.8	2.3	0.3	4.5	5.9	5.8
Explotación de minas y canteras	9.1	2.2	11.6	4.7	4.3	9.3	4.4	2.8	4.3
Industria manufacturera	5.7	0.7	2.4	1.9	6.5	1.2	1.1	4.7	4.3
Electricidad, gas y agua	4.2	-6.2	2.9	4	6.4	3	3.5	5.9	8
Construcción	2	-2.1	-2.2	-3.3	6.6	1.8	4.7	5	3.2
Comercio, restaurantes y hoteles	4.5	-0.5	-0.2	-0.3	7.2	3.4	5.9	7.1	1.9
Transporte, almacenamiento y comunicaciones	10.1	3.5	3.7	-0.1	5.7	3.7	1.9	6	4.9
Establecimientos financieros, seguros, bienes inmuebles y servicios prestados a las empresas	3.4	3.4	3.6	0.5	3.8	4.9	4.9	7.7	6
Servicios comunales, sociales y personales	2.2	2	4.1	2.1	4.4	2.6	3.6	2.5	5.1

Fuente: Elaboración Propia, con base en datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe

La principal razón de la contracción de la producción fue la incertidumbre en los flujos financieros internacionales, reflejado principalmente en la

reducción de la oferta de crédito y el aumento de costos. La incertidumbre golpeo fuertemente la Bolsa de Valores de São Paulo, la cual cayó más de un 40% entre fines de agosto y diciembre de 2008. A su vez, la tasa media de interés anual general para préstamos subió del 40,4% en septiembre de 2008 al 43,3% en diciembre de ese mismo año.

El crecimiento observado en los años previos amplió el empleo, los ingresos y, consecuentemente, el nivel de consumo interno, así la expansión de los salarios, y de los instrumentos de política social basados en transferencia de ingresos han actuado para mantener la capacidad de compra interna.

Caso contrario los sectores tendientes al consumo de bienes, duraderos y no duraderos, fueron que presentaron menores variaciones con un - 3.2% del 2009 respecto al 2008, muy probablemente respondieron al margen fiscal que genero el gobierno en impuestos y créditos personales. La agricultura presento variaciones no sensibles, aunque el comportamiento del crédito fue escaso, producto de la capacidad mermada del sector financiero y de las condiciones de cultivo.

El impacto ambiental

El desarrollo de Brasil, se encuentra ante la disyuntiva de utilizar intensivamente la riqueza natural disponible y proteger la biodiversidad que encierra la selva amazónica como el principal pulmón del planeta, y el cual cubre prácticamente el 50% de su territorio, y que se encuentra en constante proceso de deforestación por la extensión de actividades agropecuarias y de silvicultura.

De esa inmensa cantidad de vegetación de la región amazónica brasileña, 1,7 millones de kilómetros cuadrados están protegidos por la ley, y el resto está en manos privadas o, en muchos casos, en situación irregular. (DP, 2012).

En este marco prioridades como la seguridad alimentarias, el fortalecimiento del sector agrícola, y los activismos ecologistas mantienen un constante debate sobre las medidas que durante los últimos gobiernos se han tomado para incrementar producciones de granos, carne vacuna, caña de azúcar (con un crecimiento ligado al impulso a la producción del biodiesel), industria maderera, y el desarrollo de grandes proyectos hidroeléctricos, entre otros.

Si bien la intensidad de la deforestación de la selva amazónica presentada a inicio de la década estudiada, no llegó a alcanzar el nivel máximos experimentados en 1995, lo cierto es que movilizó importantes esfuerzos que han permitido reducir el crecimiento de la tala anual al nivel más bajo de los últimos años (ver gráfico 4).

Gráfico 4



Fuente: Deforestación Brasil, con base en datos del Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. (MONGOBAY, 2011)

La deforestación ha convertido a Brasil en uno de los mayores emisores de CO², por lo que en la Cumbre del Clima organizada por la ONU en Copenhague en 2009, el Gobierno brasileño se comprometió a reducir la deforestación de la selva en un 80% hasta 2020 (DP, 2012).

Las principales causas de la tala de árboles en Amazonía son:

Ganado 60-70%, la agricultura (mipymes) 30-40%, la agricultura (grandes empresas) 1-2%, la tala maderera 2-4%. la construcción de carreteras, presas y el minas 2-4% (MONGOBAY, 2011).

Con la idea de revertir las prácticas extensivas mediante un aumento de la productividad rural, el gobierno brasileño colocó el presente año a disposición de los productores rurales y sus cooperativas 115 mil 200 millones de reales, unos 57 mil 600 millones de dólares en créditos, al tiempo que redujo la tasa de para aquellos productores que desarrollen prácticas sustentables, que contribuyan a la preservación del medio ambiente. (AVN, 2012)

Adicionalmente, Brasil – con el apoyo del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) se unió a la FAO y la CEPAL- está invirtiendo en estudios que puedan dar respuesta a las preocupaciones sobre los efectos nocivos de su producción en la oferta de biodiesel y los precios de los alimentos y en la conservación de las selvas.

Política social

Según la investigadora brasileña Celia Almeida, durante la etapa de gobiernos militares el sistema de protección social era caracterizados por un alto nivel de centralización federativa, la fragmentación institucional y de los servicios ofrecidos por estas últimas, siendo la década de los ochenta el punto de inflexión hacia la atención de la deuda social acumulada (Almeida, 2011).

Es necesario retomar una breve revisión del anclaje institucional, en el cual se sientan las bases programáticas de la política social.

Así, con la llegada de la administración Rouseff, se consolidan la ejecución de una amplia oferta programática originada desde los años noventa, mediante el plan **Brasil Sem Meseria** (Brasil sin pobreza), que tiene su foco en los 16 millones de brasileños con ingresos familiares menos

de \$ 70 mensuales, y se basa en la seguridad de los ingresos, incluyendo la producción y el acceso a los servicios públicos.

El primero y más reconocido eje de dicho plan es programa **Bolsa-Familia** (Asignación Familiar), siendo el mayor programa de transferencias monetaria condicionadas del mundo, y articula las iniciativas sectoriales de educación, la salud, el hambre y el desarrollo social, mediante un sólo programa focalizado en los grupos sociales más pobres. (PRFB, 2010)

La gestión del programa es compartida entre los gobiernos federal y los municipios. La selección de las familias para el PBF se basa en la información registrada por el municipio en el Registro Único de Programas Sociales del Gobierno Federal, desde el cual el Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre selecciona, las familias beneficiaria (PRFB, 2012b).

Para que una familia sea seleccionada como beneficiarse analiza el ingreso per cápita mensual de la familia, el número de niños y adolescentes hasta 17 años y la existencia de las mujeres embarazadas y las madres lactantes.

El Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre (MDS) trabaja con cinco tipos de beneficios:

- Beneficios básicos: R\$70, otorgado sólo a familias en extrema pobreza, con ingresos per cápita igual o inferior a R\$70;
- Beneficio variables: R\$32, otorgado por la existencia en la familia de niños desde 0 hasta 15 años, embarazadas y / o la lactancia materna (los beneficios se limitan a cinco por vivienda)
- Beneficio variable ligada a la adolescente: R \$ 38, otorgado por la existencia en la familia de los jóvenes entre 16 y 17 años (se limitan a dos jóvenes por familia)
- Beneficio variable especial de carácter extraordinario: valor calculado para cada caso en particular, y para familias emigraron de otros programas sociales,

- Beneficio para la Superación de la Pobreza Extrema en la primera infancia: para todas las familias que reciben el PBF – con los niños de entre cero y seis años –con renta mensual superior a los R\$70.00 por persona.

Como contraparte a los beneficios las familias deben cumplir un pliego de condiciones que se detallan a continuación:

El segundo eje es **Sistema Único de Asistencia Social (SUAS)** implementado a partir de 2005 esenciales para la ejecución de la política pública de asistencia social. Según datos del Censo del SUAS de 2010, el país cuenta con una red que abarca 7 607 CRAS y 2 155 Centros de Referencia Especializados de Asistencia Social (CREAS) (BID, 2012). Aquellas familias que tiene dificultades para cumplir con las condiciones y buscar orientación con el gerente municipal de la Bolsa Familia, en contacto con el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS), el Centro de Referencia Especializada de Asistencia Social (CREAS) o el equipo el bienestar del municipio. El objetivo es ayudar a la familia a superar las dificultades.

En el tema de seguridad alimentaria, la celebración de la Segunda Conferencia Nacional sobre Seguridad Alimentaria y Nutricional en el año 2004 consolidó la necesidad de un Estado para implementar políticas públicas para la seguridad alimentaria y la nutrición apoyó firmemente la participación de la sociedad brasileña.

Finalmente, la **Estrategia Hambre Cero** es impulsada por el gobierno federal para garantizar el derecho humano a una alimentación adecuada a las personas con escaso acceso a los alimentos. Esta estrategia es parte de la promoción de la seguridad alimentaria y nutricional que buscan la inclusión social y el logro de la ciudadanía de la población más vulnerable al hambre.

El primer paso de Hambre Cero fue dar prioridad a la cuestión del hambre en la agenda política de Brasil, con repercusiones en el escenario mundial, así como promover la participación y movilización de la sociedad.

El segundo punto positivo del Hambre Cero fue permitir que el vínculo entre la política de seguridad alimentaria y la necesidad de repensar la acción del Estado.

Los cuatro ejes del programa son:

Acceso a la alimentación, Fortalecimiento de al agricultura familiar, Generación de ingreso, Articulación y control social (PRFB, 2012a)

El informe cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) para Brasil 2011, destaca que la economía brasileña fue una de las últimas afectadas por la crisis y una de las primeras en salir de ella, gracias al papel estructural asumido por las políticas sociales. (PRFB, 2010)

Tabla 2
Alcance de políticas sociales

Áreas de concentración	Acciones	Producto o resultado
Salud	Agentes comunitarios de salud	81% de la población cubierta (115,4 millones de personas)
	Equipos de salud familiar	51% de la población (86,1 millones)
	Equipos de salud bucal	48% de la población cubierta (81,3 millones)
	Consultas médicas	2,5 consultas por habitante al año
Educación	Educación infantil	4.2 millones de estudiantes
	Educación Básica (enseñanza primaria y secundaria)	37,6 millones de estudiantes
	Distribución de libros de texto	117,5 millones de libros
Asistencia Social	Programa Bolsa-Familia	12,4 millones familias
	Beneficios de prestación continua	1,6 millones de personas con discapacidad 1,5 millones de adultos mayores
	Jubilaciones y pensiones	24 millones de beneficiarios
Empleo y defensa del trabajador	Seguro de desempleo	6,6 millones de beneficiarios
Desarrollo agrario	Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familias (PRONAF)	1,7 millones de contratos de financiamiento

Fuente: Presidência da República Federativa do Brasil (PRFB, 2010)

Cuando la crisis estalló en 2008, la meta de Brasil en el marco de los ODM con respecto a reducción de pobreza a la mitad de los niveles de 1990, se había alcanzado y, razón por la cula en 2005, la meta se amplió voluntariamente: para alcanzar un cuarto del nivel de 1990, lo cual también fue superado en 2008. (PRFB, 2010).

Estado de situación en indicadores sociales

A partir de la revisión de los principales indicadores de pobreza y equidad económica, analizaremos a continuación el desempeño de Brasil en sus esfuerzos por distribuir equitativa, oportuna y asertivamente los frutos de su dinamismo económico.

Con una población estimada superior a los 205 millones de habitantes, cualquier variación en la incidencia de la pobreza en Brasil, determina el destino de grandes poblaciones que, en contexto de amplia interdependencia, modifican a su vez el posicionamiento de la región latinoamericana en la búsqueda global un desarrollo humano sostenible.

Así, el éxito o fracaso de sus políticas de superación de pobreza puede representar un importante laboratorio de referencia para el aprendizaje de la gestión pública para los países de la región.

El gráfico 5 muestra que la reducción de la pobreza general y extrema, se distribuyó de manera proporcional entre zonas urbana y rural, lo cual pone en evidencia un importante esfuerzo por evitar la concentración del crecimiento en las zonas urbanas donde existe una mayor densidad poblacional. Empero, estos datos también reflejan la insuficiencia de ese esfuerzo por reducir la brecha relativa que históricamente muestra un mayor porcentaje de pobreza entre la población rural con respecto a la urbana.

Gráfico 5



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2012)

En un país con un perfil demográfico en expansión es importante balancear las cifras relativas con los valores absolutos, así como la distribución de la variación según zonas y género para conocer el impacto en la variación en brechas sociales que implica esta disminución de la pobreza.

Por encima del crecimiento demográfico de la población brasileña, los alcances de la políticas sociales si muestran una disminución real en el número de personas que viven en extrema pobreza, pasando en el período 1999 al 2008, de 24 a 9 millones

Existe una disminución importante de las brechas de incidencia entre hombre y mujeres dentro de su respectiva zona, siendo además importante el cierre de la brecha entre mujeres rurales y mujeres urbana con una disminución de 6% entre 2002 y 2010.

Tal y como se presenta en el gráfico 6, para el mismo período de análisis, el Coeficiente de Gini¹, muestra un desempeño positivo de los instrumentos de redistribución del ingreso, logrando así pasar de ser la economía con la menos equitativa distribución de ingresos dentro de 18 naciones latinoamericanas en el año 1999 a ocupar un mejor dieciseisavo lugar². Esta reducción en la desigualdad de ingresos, sigue una tendencia a la baja tanto en la zona rural como urbana.

Gráfico 6



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2012)

¹ La relación entre la reducción de la pobreza y la desigualdad de ingresos no es una relación directa, pues la primera variable puede experimentar reducciones ocasionadas por una reducción en el precio de los bienes que componen la canasta de bienes y servicios con la cual se fija el umbral de la línea de pobreza, o bien cuando los aumentos del ingreso de la población pobre son suficientes para ubicarlos por encima de la línea, y dicha variación fuese equivalente o inferior al aumento de los niveles de ingreso de los estratos de mayores ingresos de la población, lo cual llevaría a que en ninguno de ambos escenarios mejoraría la equidad en la relación de ingresos.

² Los datos de la CEPAL, monitorean los valores del Coeficiente de Gini para Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela.

Esta reducción en la desigualdad de ingresos, sigue una tendencia a la baja tanto en la zona rural como urbana. Vale destacar, un comportamiento atípico en el año 2007, cuando el indicador agregado pareciera no ser tan sensible a los cambios en la zona rural, pues el aumento en esta última no tuvo su respectivo reflejo en el agregado nacional. Si bien dicho aumento se presenta en un año como el 2007 en el cual la crisis en el precio de los alimentos comienza a afectar la economía global, lo cierto es que no hay información suficiente para comprobar su relación.

En la tabla 3, se muestra que la mejor distribución de ingresos está relacionada a una participación menor en la concentración de riqueza en los deciles superiores de ingreso, y su redistribución hacia los deciles inferiores.

Tabla 3

Distribución del ingreso entre los primero y últimos deciles de la población									
Año	Decil 1	Decil 2	SUBTOTAL	CAMBIO	Decil 9	Decil 10	SUBTOTAL	CAMBIO	
National	2001	0.6	1.4	2.0		15.0	52.8	67.8	
	2009	0.8	1.9	2.7	0.7	15.2	46.5	61.7	-6.1
Urbana	2001	0.8	1.5	2.1		15.2	51.7	66.9	
	2009	0.9	2.0	2.9	0.8	15.3	46.1	61.4	-5.5
Rural	2001	0.8	1.9	2.7		15.5	46.1	61.6	
	2009	0.9	2.2	3.1	0.4	16.6	39.3	55.9	-5.7

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2012)

Situación de empleo

Los niveles de incorporación de la población brasileña al empleo muestran un importante crecimiento de la población económicamente activa (PEA) desde la década del 90, alcanzando en 2010 a un 48% de la población total.

El nivel de ocupación entre 2003 y 2010 creció basado en la expansión del trabajo en el sector privado. En 2010, en promedio, los trabajadores en el mercado formal dentro del sector privado representaron 46,3% de la población ocupada en las seis regiones metropolitanas. En total, sumó 10 millones de personas, un alza de 7,2% frente a 2009 y crecimiento del 18% respecto al 2002.

Tanto dentro de la PEA, como a lo interno de sectores específicos como en el sector no agrícola, la incorporación de la mujer ha mostrado tendencias crecientes de incorporación, que si bien no llegan a ser óptimas en relación a su peso dentro de la población, representa un contingente de recurso humano y generación de ingresos que realiza un gran aporte en la sostenibilidad del crecimiento de los últimos años.

El aporte ligado a la incorporación de la mujer al mercado laboral, muestra niveles de inequidad salarial regresivos que no sólo atentan contra una mayor incorporación de la mujer, sino que atentan con derechos laborales fundamentales en la potenciación del desarrollo de la mujer en su condición de individuo, así como de las familias que ellas integran.

Las mujeres de la región ganan menos que los hombres, incluso a pesar de ser más educadas. Una simple comparación de ingresos promedio indica que los hombres ganan 10 por ciento más que las mujeres. Así, desde el 2006, la relación de salarios entre géneros muestra un constante deterioro, virviendo los la tendencia experimentada desde principios de la década

En general, la menor brecha salarial por género se encuentra entre la gente joven con título universitario. Una posible explicación es que las mujeres más educadas ocupan posiciones en empresas donde hay menor espacio para introducir ajustes salariales discrecionales. Esta hipótesis se sustenta en el hecho de que la brecha salarial es menor entre los trabajadores formales y mayor entre aquellos que en empresas pequeñas. Las mayores brechas aparecen entre trabajadores con menores ingresos, con educación secundaria incompleta y que viven en zonas rurales. Aunado a esto la brecha salarial entre hombres y mujeres continúa cayendo, manifestando una relación desigual en oportunidades de competir con el varón (tabla 4).

Tabla 41

Participación femenina según sector productivo como porcentaje del total de mujeres ocupadas			
Año	Agricultura	Industria	Servicios
2000	19.3	9.6	71.0
2005	15.5	13.3	71.2
2009	12.0	13.2	74.8

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2012)

Finalmente, conviene revisar el aporte de esta mejoría en la generación y distribución de la renta, como aporte a las mediciones del índice de desarrollo humano sostenible (IDH).

Hay un avance importante en el valor del indicador de Desarrollo Humano, sin embargo Brasil continua teniendo un nivel desarrollo por debajo de los umbrales de alto desarrollo humano y por debajo también del promedio de la región latinoamericana (PNUD, 2011).

A mediados de la última década la desagregación estatal del IDH, presentaba las mejores condiciones en aquellos estados ubicado al sur del país, en tanto las regiones rurales del norte mostraban el menor desarrollo relativo.

Políticas de educación

La educación en Brasil está dividido en:

- Ciclos de libre acceso y obligatorios: escuela primaria y secundaria
- Ciclo no obligatorias o que requieren una selección previa: pre-escolar, la escuela técnica y educación superior

La educación preescolar es opcional, pero la mayoría de los padres lo ven como una alternativa de guardería. La enseñanza I y II corresponden a

escuela primaria en dos etapas: la primera va del 1 al 5 ° grado y el segundo, del 6° al 9° grado. La enseñanza media o secundaria corresponde a los tres últimos años antes de graduarse. Enseñanza técnica, es un grado técnico que puede ser tomado obtenido paralelamente al titulación de la enseñanza media Finalmente esta la educación universitaria o superior. (TBB, 2011).

El financiamiento del sistema educativo, depende de los ingresos ordinarios del gobierno federal, así como algunos fondos recursos de los gobiernos estatales y municipales. Como principal apoyo al desarrollo de acciones de equidad, calidad y formación el país cuenta con el **Fondo Nacional para el Desarrollo Educativo (FNDE)**, el cual es una agencia federal dependiente del Ministerio de Educación, cuya misión es proporcionar asistencia financiera y técnica, y llevar a cabo acciones que contribuyan a una educación de calidad para todos.

El FNDE, financia programas de

- Alimentación Escolar, Biblioteca de la Escuela, Camino a la escuela, Dinero directamente a la escuela, Formación para la Escuela, libro de texto
- Plan de acciones conjuntas, Pro-infancia, Transporte Escolar, Programas de conclusión

La inversión es direccionada con criterios de priorización hacia **Municipios prioritarios**, que incluye a aquellos con bajo desempeño en el Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) en 2005 y 2007. Este grupo de 1.827 municipios brasileños, que tienen prioridad en el Ministerio de Educación (MEC) para mejorar la calidad de la enseñanza en las escuelas públicas de educación básica (MEC, 2012b).

Como parte de una estrategia por aumentar la cobertura del sistema de educación pública, se impulsaron medidas para contener la deserción escolar y con ella la temprana inserción laboral de niños y niñas. Así, se creó

el programa **Bolsa Escola**, ideado a finales de la década de los ochenta y puesto en práctica por el gobierno de Brasilia en 1995. Su propósito fue garantizar que los niños permanecieran en la escuela, mediante una beca a las familias pobres cuyos hijos estuviesen inscritos en las escuelas públicas. En 2001, fue escalado a nivel Federal alcanzando a más de 5 millones de familias (UNESCO, 2006).

De manera paralela se crearon otros programas que asociaban transferencias monetarias y obligaciones familiares tales como el PETI (Programa de Erradicación del Trabajo Infantil) y el Bono de Alimentación, los cuales serían posteriormente integrados con la creación del Programa Bolsa Familia en octubre de 2003, el cual fue analizado en la sección anterior (UNESCO, 2006).

De igual manera, para ampliar la matricula en el nivel universitario, el gobierno federal de Brasil ha creado de programas como el **ProUni (Universidad para todos)**, programa del Ministerio de Educación, creado por el Gobierno Federal en 2004, que ofrece becas parciales y totales a los estudiantes provenientes de escuelas públicas. Para competir por las becas, los solicitantes deben tener ingresos familiares por persona, hasta un salario mínimo y medio. Para acceder a las becas parciales (50%), el ingreso familiar debe ser de hasta tres salarios mínimos por persona. (MEC, 2012a)

Otras de las medidas, y quizá la más polémica ha sido la aplicación de cuotas raciales para los afro descendientes e indígenas en las universidades públicas. El sistema de cuotas raciales es un tema muy polémico en Brasil y que ha sido duramente criticado, ya que no clasifica a la población sobre la base de las cuestiones socioeconómicas. (TBB, 2011)

En síntesis, el gasto en educación como porcentaje del PIB es uno de los componentes que ha crecido a partir de los últimos años, como una respuesta a las señales de alerta existentes con respecto a la necesidad de aprovechar el impulso económico actual para obtener una reducción de la pobreza sostenible en el tiempo (ver gráfico 7).



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2012)

Estado de situación en educación

Uno de los grandes obstáculos, tal y como sucede en la mayoría de países de Latinoamérica, sigue siendo la disparidad entre las instituciones públicas y privadas. Las escuelas públicas se encuentran en los barrios pobres y carecen de recursos para mejorar la infraestructura, al tiempo que las escuelas privadas son los principales receptores de fondos del gobierno. (CSIS, 2010).

Algunos economistas temen que Brasil va a perder su ventana de oportunidad para tomar ventaja de la población económicamente activa. Sólo el 10% de la población brasileña tiene un título de educación superior (TBB, 2011), y aproximadamente, el 22% de la población no está lo suficientemente cualificado para entrar en el mercado de trabajo. Algunas empresas están optando por tener buenos prácticas al ofrecer mayor capacitación a sus empleados. En un informe de 2008, el Banco Mundial predijo que Brasil está en peligro de caer por debajo de otras economías en desarrollo sino mejorar su sistema educativo (CSIS, 2010).

Una importante brecha que debe ser atendida, es continuar con la tendencia a reducir los niveles de analfabetismo, los cuales muestran una mayor afectación de mujeres en zonas urbanas. El nivel de este problema debe ser analizado a la luz de algunos análisis que documentan la existencia altos niveles de analfabetismo funcional, es decir la posibilidad de aplicar las capacidades de lecto-escritura en situaciones cotidianas.

De lo anterior, se desprende la necesidad de incorporar de manera estratégica –es decir, ampliando cobertura y calidad- al 13% de población que se encuentra en edad escolar encuentra en edad escolar, es decir entre los 5 y los 19 años de edad porcentaje que, según las tendencias observadas y las estimaciones poblacionales de CEPAL, continuará disminuyendo a un 22% en 2020 y de ahí a un 19% en 2050, momento en el que el número de adultos mayores será el principal componente de la población económicamente dependiente.

La necesidad de aprovechar el bono demográfico visualiza la tendencia decreciente del número de estudiantes de primaria en la última década, ligado a su vez a la reducción continua en la tasa de natalidad.

La reducción de la población estudiantil en el nivel de primario para el período 2000-2009 (13,6%) fue mayor que la reducción en la planilla de maestros la cual se redujo en un porcentaje del 5,4%, con lo cual se ha reducido positiva y paulatina e irregularmente el número de estudiantes por maestro.

Modelo de desarrollo: las rutas de la estabilidad y los costos de la equidad

El modelo de desarrollo brasileño, podría dividirse en distintas etapas según sus objetivos y problemáticas enfrentada.

- **Primera etapa de milagro económico brasileño (1965-1985).** Está comprendido por un impulso a una primera hola de industrialización nacional, y desarrollo de sectores agropecuarios extensivos con vocación agroexportadora. Se experimentaron tasas de crecimiento anual de 10% promedio, con alta inflación entre 15 y 20%, reducción de los salarios reales y aumento de la pobreza y la desigualdad. En el ámbito sociopolítico se gestionó la federación con un alto nivel centralización gubernamental y represión civil, reflejo en ambos casos del modelo de gestión militar.

- **Segunda etapa del Plan Collor al Plan Real o Plan Bacha (1990-2002):** contención de la hiperinflación y estabilización fiscal mediante la fijación y revaloración cambiaria, fluctuación de las tasas de interés, privatización de entidades estatales y la apertura a los mercados internacionales como fuentes para una amplia acumulación de reservas. Lo anterior conllevó revertir el saldo positivo de la balanza comercial a finales de los noventa. La disminución de la inflación abarató el crédito permitiendo la modernización de la industria nacional y el sector exportador del agro, pero afectó al sector financiero que debió ser reestructurado, parcialmente privatizado, y mayormente regulado (supervisión y tasación). En el ámbito social, una mejora en los salarios reales y la ampliación de demanda interna, se sumaron a iniciativas de Estado que sentaría las bases para el desarrollo del Sistema Único de Salud, el programa Bolsa-Escola, y una nueva configuración de la oferta pública dirigida a los sectores más vulnerables y en condición de pobreza (la cual se redujo en 7,5). Todo lo anterior se desarrolla, al lado de un creciente déficit público y una duplicación de la deuda externa. En el terreno ambiental, el proceso de modernización de la industria agropecuaria presiona la frontera agrícola hacia la selva amazónica, y se intensifica el proceso de su deforestación.
- **Tercera etapa (2000-actualidad):** Continuación de un crecimiento, la distribución y la consolidación el proceso democrático. Sometimiento a prueba de la madurez económica y política del país, debido a las crisis internacionales, y sus consecuentes contracciones de demanda, con una afectación a la industria nacional con una desaceleración del sector industrial pesado, pero con una mejor asimilación de los sectores manufactureros y de servicios. En el sector financiero, la incertidumbre impulsó al alza las tasas de interés, por lo que el banco central disminuyó en encaje mínimo legal. La balanza comercial fue afectada tanto en exportaciones como importaciones

por el cambio neto en su saldo fue reducido, pero si generó una devaluación del real. El nivel de gasto público se mantuvo sostenido a pesar de la reducción en sus ingresos (generó déficit), y la demanda interna se mantuvo estable gracias a la mejoría del empleo y las transferencias del gobierno. La gestión pública busca una mayor integración de los gobiernos estatales y locales, en tanto la oferta de programas sociales se consolida como un modelo exitoso a nivel internacional, pero enfrenta los retos de establecer nuevos niveles de calidad en las políticas universales de educación y salud, de forma que la acumulación de capacidades permita aprovechar el acelerado bono demográfico con que actualmente cuenta el país. Un dato poco atractivo en este período es que Brasil llegó a ocupar el primer lugar en gasto militar de América Latina, con US\$26 100 millones, lo cual genera dudas sobre la racionalidad de los algunos rubros del gasto público. En el impacto ambiental, esta etapa busca una gestión más equilibrada, a raíz de compromisos internacionales, mediante la aplicación de créditos que buscan una “reconversión verde” de las actividades rurales.

Al integrar las etapas previamente descritas, el modelo de desarrollo Brasileño pareciera ser el fruto de un aprendizaje social que tuvo un costo muy alto durante la administración militar en términos de inflación pero principalmente de polarización socioeconómica.

El pacto social encerrado en el mando constitucional para abordar las inequidades de la sociedad brasileña, marca un hito importante en el diseño de la nueva república, y con ella la alineación de las fuerzas productivas que sustenten por un lado el gasto público pero que a su vez generen crecimiento capaz de incorporar a una población que pretende superar la exclusión económica y la pobreza de manera sostenida.

Podríamos hablar de un modelo de desarrollo con base democrática (a diferencia de otros miembros del BRIC) que aprovecha las sinergias entre las políticas económicas y las políticas sociales, dando a las primeras más direccionalidad y pragmatismo que base ideológica, y aprovechando el efecto económico de las políticas sociales acumuladoras de capacidades.

A pesar de este esfuerzo, todavía viven 16 millones de personas en extrema pobreza. Son personas tan impotentes que no pudo registrar, incluso en conocidos programas sociales como Bolsa Familia, y mucho menos tienen acceso a servicios esenciales como agua, electricidad, educación, salud y vivienda. (PRFB, 2012c).

Este modelo enfrenta el reto de la universalización de la educación y los servicios de salud, así como la compensación de los ciclos de crisis globales mediante el fortalecimiento del mercado interno, y una agresiva inserción en nuevos nichos del mercado global.

Brasil necesita fortalecer sus vínculos comerciales con el resto del mundo principalmente con sus proveedores de materias primas pesadas, como el caso del hierro en el cual compite contra la demanda China.

Conclusiones: aprendizajes para un modelo latinoamericano

Algunos elementos que podemos establecer del análisis del conjunto de aprendizajes del proceso de desarrollo de Brasil, que puedan retroalimentar la gestión pública de América Latina, son:

- a. El crecimiento económico de base restringida y con poca disposición distributiva es una opción no óptima para el desarrollo de un país, porque excluye el potencial de las capacidades humanas de grandes masa, limitando por un lado sus posibilidades de movilidad social que a su vez estimulan la producción y la demanda de una economía.

- b. El caso Brasileño, demuestra la importancia de incluir en los textos constitucionales de un país el abordaje de las inequidades, principalmente en aquellos que transitan desde sistemas con una baja consolidación de la institucionalidad democrática y alta exclusión social.
- c. El desempeño económico de Brasil, muestra una gran diversidad de instrumentos de gestión macroeconómica utilizados de manera inmediata para estabilizar la economía, pero direccionados hacia instrumentalizar el crecimiento y la distribución del largo plazo.
- d. El sector financiero en situación de competencia puede ser eficiente aún en situación de una importante carga impositiva, cumpliendo así no sólo una función económica sino pública y social.
- e. El crecimiento económico intensivo en el uso de recursos naturales, es una opción temporal para países grandes, con una base industrial fortalecida, pero no representa una opción sostenible en largo plazo ni solidaria con la región a la que pertenecen.
- f. El crecimiento económico debe ir de la mano con la renovación institucional
- g. Los modelos de descentralización no deberían implicar, necesariamente, una pérdida de la capacidad de dirección política y modulación del financiamiento por parte de los gobiernos centrales o federales.
- h. La seguridad alimentaria y los programas sociales no debe ser concebidos únicamente como una respuesta a la crisis económicas sino como una fuente de resiliencia económica
- i. La Banca de Desarrollo, concebida como aquella que invierte en los planes nacional de inversión y producción de largo plazo, juega un rol determinante en la reconversión de sectores productivos
- j. La fortaleza de la estrategia Brasileña es la incorporación del sector privado en las actividades productivas de mayor participación comercial interna y externa, y una planificación acertada en la áreas de salud y empleo, impulsadas por un sistema planificado y controlado por un Estado, que aunque no es del todo eficiente, pero que si descentraliza sus funciones (Valverde, 2012).
- k. Los países en desarrollo de la región deben dar una adecuada gestión del capital humano en función de aprovechar los bonos demográficos, antes de que el envejecimiento de la población impida construir esquemas solidarios de seguridad y protección social. Esta condición no sólo se alcanza con cobertura educativa, sino con acciones encaminadas a mejorar la calidad reduciendo las brechas que separan la educación pública de la educación social
- l. Los procesos de urbanización en la distribución poblacional son una variables que presionan a los servicios públicos, a los programas sociales y la convivencia, y que no debe ser concebida en si misma como indicador de desarrollo a no ser que vaya acompañada de mejoras en las variables mencionadas.
- m. La promoción de empleo rural es una medida adecuada para contener el crecimiento de los anillos de pobreza urbanos.
- n. El modelo de cuotas en las universidades brasileñas no ha demostrado, hasta la fecha, ser un instrumento que genere los impactos buscado para reducción de brechas étnicas en el ingreso.

- o. En una región tan inequitativa y polarizada como la latinoamericana, el gasto militar es reflejo de atavismos políticos pero principalmente una contradicción moral con la reivindicación del derecho al desarrollo de la población.

Bibliografía

Almeida, C. (2011). 7° Congreso Internacional de Salud Pública: Las políticas públicas y los sistemas de salud. *El sistema único de salud en Brasil: un modelo de política pública*. Antioquia: Universidad de Antioquia.

AVN. (2012). *Agencia Venezolana de Noticias*. Recuperado el 13 de 07 de 2012, de Rousseff: Crecimiento productivo es compatible con preservación del ambiente: <<http://www.avn.info.ve/contenido/rousseff-crecimiento-productivo-es-compatible-preservaci%C3%B3n-del-ambiente>>.

BID. (2012). *Estrategia del BID con Brasil: 2012 al 2014*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo.

Casilda Béjar, R. (2002). *La Década Dorada, Economía e Inversiones Españolas en América Latina*. Madrid, España: ESIC, Madrid.

CEPAL. (2011). *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe, 2011*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

CEPAL. (2012). *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*. Recuperado el 12 de 07 de 2012, de CEPALSTAT Estadística de América Latina y El Caribe: <<http://www.eclac.org/estadisticas/>>.

CEPAL. (2010). *Economía y política*. Recuperado el 16 de 07 de 2012, de Gasto social: <<http://economia-politica-ec.blogspot.com/>>.

CEPAL. (1999). *La economía brasileña ante el Plan Real y su crisis*. Vitacura, Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y El Caribe.

CIA. (2012). *CIA Countries Profiles*. Recuperado el 20 de 06 de 2012, de Brazil: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>.

CONASS. (2011). *La Secretaría de Atención a la Salud elabora mecanismos de control y evaluación de los*. Brasil: Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

CSIS. (2010). *Center for Strategic & International Studies*. Recuperado el 14 de 07 de 2012, de Brazil's Education System Falls Behind: <<http://csis.org/blog/brazil%E2%80%99s-education-system-falls-behind>>.

DP. (2012). *Diario Público – España*. Recuperado el 13 de 07 de 2012, de La deforestación sigue desbocada en Brasil: <<http://www.publico.es/ciencias/390321/la-deforestacion-sigue-desbocada-en-brasil>>.

Fresard, C., & Olarte, A. M. (2002). *Indicadores Macroeconomicos de América Latina 1990-2000*. Antioquia, Colombia: Universidad de Antioquia.

MB&C. (2012). *El libre pensador – Media & Business Consulting S.L.U*. Recuperado el 15 de 07 de 2012, de Brasil, ¿los vetos presidenciales beneficiarán a los bosques?: <<http://www.ellibrepensador.com/2012/07/04/brasil-los-vetos-presidenciales-beneficiaran-a-los-bosques/>>.

MEC. (2012b). *Ministério da Educação do Brasil*. Recuperado el 14 de 07 de 2012, de <<http://portal.mec.gov.br/>>.

MEC. (2012a). *Programa PROUDI*. Recuperado el 14 de 07 de 2012, de <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>.

MONGOBAY. (2011). *Deforestación*. Recuperado el 15 de 07 de 2012, de Brasil: <<http://es.mongabay.com/brazil-es.html>>.

Neri, M. (2010). *New Social Policies in Brazil*. *New Social Policies in Brazil*. Centro de Políticas Sociales de la Fundação Getulio Vargas.

OECD. (2011). *Economic Survey of Brazil*. Organization for Economic and Development Cooperation.

OECD. (2012). *Organization for Economic Cooperation and Development*. Recuperado el 30 de Mayo de 2012, de Brazil – Economic forecast summary: <http://www.oecd.org/document/21/0,3746,en_33873108_36016449_45274709_1_1_1_1,00.html>.

Oppenheimer, A. (2012). *Basta de historias: la obsesión latinoamericana con el pasado y las 12 claves del futuro*. México: Editorial Debate.

OPS. (2008). *Indicadores Básicos de la Salud en Brasil: conceptos y aplicaciones*. Brasilia: Red Interagencial de Informaciones de la Salud, Organización Panamericana de la Salud.

OPS. (2009). *Perfil de los sistemas de salud: Brasil*. Washington: United States Agency for International Development – Organización Panamericana de la Salud.

PNUD. (2011). *Informe de desarrollo Humano*. Nueva York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

PNUD. (2007). *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo*. Recuperado el 05 de 07 de 2012, de América Latina Genera: <http://www.americalatina genera.org/es/index.php?option=com_content&task=view&id=987&Itemid=143>.

PNUD. (2012). *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo*. Recuperado el 10 de 07 de 2012, de Indicadores internacional sobre desarrollo humano: <<http://hdrstats.undp.org/es/paises/perfiles/BRA.html>>.

PRFB. (2012). *Gobierno de Brasil*. Recuperado el 14 de 07 de 2012, de Ambiente: iniciativas del gobierno: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/medio-ambiente/programas-y-iniciativas/acciones-del-gobierno>>.

PRFB. (2010). *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil.

PRFB. (2012c). *Plano Brasil sem miseria*. Recuperado el 13 de 07 de 2012, de <<http://www.brasilsemiseria.gov.br>>.

PRFB. (2012a). *Presidência da República Federativa do Brasil*. Recuperado el 14 de 07 de 2012, de Programa Fome Zero: <<http://www.fomezero.gov.br>>.

PRFB. (2012b). *Presidência da República Federativa do Brasil*. Recuperado el 2012 de 07 de 14, de Programa Bolsa Familia: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>.

RFB. (1988). *Constitución Política de la República Federativa de Brasil*. Brasília: República Federativa de Brasil.

Sen, A. (2000). *Desarrollo y libertad*. Barcelona: Editorial Planeta.

Sen, A., & Kliksberg, B. (2009). *Primero la Gente*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial.

TBB. (2011). *The brazilian business*. Recuperado el 10 de 07 de 2012, de <<http://thebrazilbusiness.com/article/the-brazilian-educational-system>>.

UNESCO. (2006). *Bolsa escola: historia y evolución*. Paris: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación, Fondo de la Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura.

UNESCO. (2012). *Institute for statistics*. Recuperado el 10 de 07 de 2012, de Data base: <<http://stats.uis.unesco.org/unesco/ReportFolders/ReportFolders.aspx>>.

Valverde, J. (16 de 07 de 2012). Académica Escuela de Relaciones Internacionales. (F. Montero, Entrevistador)

WB. (2011). *Becoming old in an older Brazil: Implications of Population Aging on Growth, Poverty, Public Finance and Service Delivery*. Washington: Human Development Department, World Bank.

WHO. (2012). *Brasil profile*. Geneve: World Health Organization.

WHO. (2012). *Estatísticas Sanitarias Mundiales*. Recuperado el 12 de 07 de 2012, de Brazil Profile: <<http://www.who.int/gho/countries/bra.pdf>>.

WHO. (2011). *Global Health and Aging Report*. Maryland: National Institute on Aging, National Institutes of Health.

WHO. (2012b). *National Health Account*. Recuperado el 12 de 07 de 2012, de Global health expenditure database: Global health expenditure database

WIKIPEDIA. (2011). *La enciclopedia libre*. Recuperado el 08 de 07 de 2012, de Los años de plomo (Brasil): <http://es.wikipedia.org/wiki/A%C3%B1os_de_plomo_%28Brasil%29>.

WIKIPEDIA. (2012). *La enciclopedia libre*. Recuperado el 08 de 07 de 2012, de <http://es.wikipedia.org/wiki/Plan_Real>.

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Agosto / 2017

Porto Maravilha: experiências culturais e ressignificação do espaço urbano

Flávia Barroso de Mello

Resumo

Este trabalho pretende analisar, a partir de algumas manifestações culturais que se concretizam no Porto Maravilha, a gradual afirmação de um processo de identificação cultural dos sujeitos atores que se materializa na região. A análise conjugou as teorias que tratam de cidade, imaginário e identidade cultural para identificar como os espaços urbanos no porto são (re)apropriados e reconfigurados pelas representações culturais e sensíveis dos atores que nele operam. Observa-se, assim, o compartilhamento dos espaços entre diferentes sujeitos que reinventam simbolicamente a região e fundam um novo *éthos*, a despeito das intâncias de poder que atuam com o objetivo de homogeneizar o imaginário e inserir uma lógica simbólica de consumo na região.

Palavras-chave: Porto Maravilha; imaginário; identidade cultural.

Resumen

Este trabajo pretende analizar, a partir de algunas manifestaciones culturales que se concretan en Porto Maravilla, la gradual afirmación de un proceso de identificación cultural de los sujetos actores que se materializa en la región. El análisis conjugó las teorías que tratan de ciudad, imaginario e identidad cultural para identificar cómo los espacios urbanos en el puerto son (re) apropiados y reconfigurados por las representaciones culturales y sensibles de los actores que en él operan. Se observa así el compartir los espacios entre diferentes sujetos que reinventan simbólicamente la región y fundan un nuevo *éthos*, a pesar de las intentos de poder que actúan con el objetivo de homogeneizar el imaginario e insertar una lógica simbólica de consumo en la región.

Palabras clave: Puerto Maravilla; imaginario; identidad cultural.

Abstract

This work intends to analyze, from some cultural manifestations that are concretized in Porto Maravilha, the gradual affirmation of a process of cultural identification of the actors actors that materializes in the region. The analysis combined theories that deal with city, imaginary and cultural identity to identify how urban spaces in the port are (re) appropriated and reconfigured by the cultural and sensitive representations of the actors that operate in it. It is observed, therefore, the sharing of the spaces between different subjects that symbolically reinvent the region and found a new ethos, in spite of the powers that act with the objective of homogenizing the imaginary and inserting a symbolic logic of consumption in the region.

Keywords: Porto Maravilha; imaginary; cultural identity.

Introdução

Não seria exagero afirmar que o Rio de Janeiro domina o Atlântico Sul, sendo o seu porto natural, a referência em qualquer viagem por essas águas. É nesse cenário que a Prefeitura inicia um amplo programa de intervenções urbanísticas, que alterarão significativamente a feição de boa parte do tecido urbano ainda relacionado a usos que outrora eram portuários (armazéns e galpões), possibilitando a renovação dos bairros da Saúde, da Gamboa e do Santo Cristo, extensão natural do Centro da Cidade. Vale destacar que caso deseje, o visitante pode desembarcar e, caminhando a pé, percorrer boa parte do Centro Histórico, conhecendo exemplares da Arquitetura Barroca Brasileira, do casario eclético, do centro financeiro e comercial da cidade. Para tanto, o Rio de Janeiro busca formas de se adaptar às novas demandas, reforçando as suas naturais vocações de cidade cosmopolita e símbolo do país, com o objetivo de tornar como uma experiência única, a simples passagem por aqui! (Correia, 2010).

Para além da efetiva importância comercial do porto para o Rio de Janeiro – cujo papel histórico, cultural e social no desenvolvimento da cidade

é inegável – e das reformas urbanísticas ressaltadas na fala (quase uma promessa) do arquiteto Antonio Correia (Secretaria Municipal de Urbanismo), veiculada no primeiro número da Revista Porto Maravilha¹, fica explícita a importância simbólica do projeto de reurbanização da região do porto para a cidade do Rio de Janeiro, aliada à reconstrução de uma memória de “cidade cosmopolita e símbolo do país”.

A operação urbana do Porto Maravilha cobre 5 milhões de metros quadrados da região portuária da cidade, compostos pelo quadrilátero entre as avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, os bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, os morros do Pinto, Conceição, Providência e Livramento e parte dos bairros do Cajú, São Cristóvão, Cidade Nova e Centro. Em 2009, após a assinatura da Lei Complementar 101/2009² pela Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciou-se o grande projeto de intervenção urbanística que pretendia revitalizar a região portuária do Rio de Janeiro. Administrado pela empresa de capital misto Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), o projeto se articula em quatro eixos de atuação, a saber: estímulo ao uso residencial da região; melhoria na infraestrutura – com foco em saneamento, malha viária e meio ambiente; incentivo às atividades de comércio e à indústria que se desenvolvem na área; e promoção da cultura e entretenimento na região, através da valorização de bens materiais e imateriais da cultura local, da criação de um circuito histórico-cultural e da consolidação de um calendário de eventos anual da zona portuária. Todos os eixos são efetivamente trabalhados na execução do projeto, mas observa-se um interesse especial pelas diretrizes relacionadas à cultura e ao entretenimento, evidenciados tanto pelos discursos de sujeitos envolvidos no processo, bem como pela materialização desses discursos, através,

¹ “Secretario fala sobre Porto Maravilha”. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=1132990>> Acesso em 16/09/2010

² Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Municipal complementar n. 101/2009. Disponível em <http://www.portomaravilhario.com.br/media/legislacao/2010/06/LC101__23112009.pdf>.

por exemplo, da construção de dois monumentais equipamentos culturais que abrigam o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, ambos localizados na Praça Mauá. Neste viés, o Programa Porto Maravilha Cultural se propõe a promover a valorização do “Patrimônio Material e Imaterial” da área e conta com recursos previstos em lei que garante a aplicação de, pelo menos, 3% do que for arrecadado com Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) na recuperação e valorização do patrimônio cultural da região e no fomento à atividade cultural.³

A intervenção urbanística na região portuária ganhou relevância e foi viabilizada em função da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Com efeito, os megaeventos, que tem pontuado as dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro, especialmente, ao longo do início do século XXI, se configuram em uma clara tentativa de revalorização e reconstituição da cidade e seus espaços internos, que passam a ser revestidos de imaginários coletivos que lhes servem de suporte comunicacional para a construção da marca-cidade e, conseqüentemente, para possíveis investimentos e ações de comunicação, potencializando negócios em diversos segmentos da economia. Observa-se, assim, nos grandes eventos realizados tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, o foco na (re)construção e no fortalecimento de simbolismos, valores e memórias que revestem a cidade de um imaginário que atribui novos significados à realidade. Como sugere Maffesoli (1996; p. 259), trata-se da “construção social da realidade que [...] é essencialmente simbólica.”

Com efeito, em uma leitura que pressupõe a cidade como um campo simbólico de articulação de interesses políticos e econômicos (PESAVENTO, 2007), reconhece-se que o consumo tem importante papel na estruturação desses valores e comportamentos, uma vez que constrói identidades, regula relações sociais e define mapas culturais. Com efeito, como propõem Barbosa

e Campbell (2006), consumo e cultura estão inter-relacionados, afinal, “todo o processo de seleção, escolha, aquisição, uso, fruição e descarte de um bem ou serviço, ou ainda de uma “identidade, como querem os pós-modernos, só ocorre e faz sentido dentro de um esquema cultural específico.”(p. 108).

Sob a ótica do mercado, portanto, como arena de negociação, onde os hábitos de consumo (re)desenham as dinâmicas urbanas cotidianas, mesmo lugares – cidades, países – são também observados como espaços de consumo. Para Sanchez (2010, p. 44), o “espaço abstrato – o espaço de valor de troca – se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana – o espaço do valor de uso.” E assim, ainda na visão da autora, pode-se observar a relação entre a reestruturação dos espaços urbanos e as mudanças culturais relacionadas ao consumo, aos modos de vida e às formas de (re) apropriação desses espaços.

Reconhecendo, dessa forma, a importância do consumo para entender o comportamento social e a construção da identidade cultural na sociedade contemporânea, este trabalho busca conjugar as teorias que tratam de cidade, imaginário e identidade para refletir sobre a interseção entre os grandes projetos de revitalização urbana patrocinados pelo poder público, por vezes em parceria com a iniciativa privada, e a gradual afirmação de um processo de identificação cultural dos cidadãos, que se materializa na região do porto através do consumo de festas de rua, comidas típicas, celebrações religiosas, que atuam como elemento de mediação da cultura carioca.

Mais precisamente, optou-se pela observação da Região do Porto Maravilha a partir de manifestações culturais relacionadas à gastronomia, à memória cultural e à arte urbana, que foi complementada com entrevistas com alguns sujeitos dessas manifestações e com a análise do site Porto Maravilha, na forma de textos verbais, imagens ou vídeos, como fontes secundárias de pesquisa utilizadas como referência.

³ <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/leis-complementares/LC101_-_23112009.pdf>.

A cidade e suas dimensões

Para pensar o tema das representações e linguagens sobre a cidade, parte-se da abordagem utilizada pela história cultural, mais especificamente do pensamento da historiadora Sandra Pesavento (2007, 2014). Para a autora, a cidade não é mais considerada como um *locus* privilegiado da realização da produção ou da ação dos atores sociais, “mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.” (PESAVENTO, 2007, p. 3).

Nesse viés, a autora propõe pensar a cidade a partir de três perspectivas: a da materialidade, a da sociabilidade e a da sensibilidade.

A cidade é percebida como materialidade quando se reconhece estar diante do fenômeno urbano, em contraposição à realidade rural. Ou seja, quando se identifica uma ação humana sobre a natureza.

Para Pesavento (2007), a cidade pode ser compreendida também pelo viés da sociabilidade, com seus atores, as relações estabelecidas entre eles, os grupos, as práticas de interação, as festas, comportamentos e hábitos. Aqui cabe uma reflexão sobre os espaços de sociabilidade e de socialidade na cidade, proposta por Maffesoli (1996, 2010). Para o autor, a esfera da sociabilidade está relacionada às regras e normas da socialização em que as pessoas atuam como cidadãos. Já na esfera da socialidade, há um deslocamento do sujeito político, das condutas partidárias, tratando, assim, da dimensão dos sentimentos mais íntimos, primários. A socialidade é “uma estética descompartmentada”, que permite “esse estar-junto desordenado, versátil”. (MAFFESOLI, 1996, p. 13) Para o sociólogo, a experiência do “Outro” é aquilo que dá base à sociedade e dá importância ao que ele chama de fusão comunitária, em que as relações se efetivam pelo que o autor denomina de relação táctil, do estar-junto. “O mundo de que sou é, portanto, um conjunto de referências que divido com outros.” (MAFFESOLI, 1996; p. 259)

A socialidade de Maffesoli (1996, 1998, 2001) converge para a proposta de olhar a cidade a partir da dimensão da sensibilidade, sugerida por

Pesavento (2007, 2014). Assim, a autora afirma que para cada cidade real, concreta, visual, táctil, consumida e usada no dia-a-dia há outras tantas cidades imaginárias, representadas, ao longo do tempo, pela palavra escrita ou falada, pela música, pela imagem, pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade de seus cidadãos, pois

cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um *éthos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. (PESAVENTO, 2007, p. 3).

Neste mesmo viés, Maffesoli (1996) afirma que a cidade é sensível e essencialmente relacional. “Seus lugares de encontro, suas sensações, seus odores, seus ruídos são constitutivos dessa teatralidade cotidiana que faz dela, no sentido forte do termo, um objeto animado, uma materialidade dotada de vida.” (MAFFESOLI, 1996, p. 277)

Muito mais do que uma aglomeração de concreto, portanto, a cidade é um campo simbólico, em que se travam lutas políticas, jogos de representações, identidades e relações de poder, em processo contínuo de construção. Nesse sentido, nas palavras de Pesavento (2007, p.4),

a cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como *metrópole*, [...] que criamos as categorias de *cidadão* e de *excluído* para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de *progresso* ou de

atraso, que distinguimos o *velho* do *antigo*; que construímos a noção de *patri-mônio* e instauramos ações de *preservação*, ou, em nome do *moderno*, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar.

No Porto Maravilha, a cultura⁴, as expressões da memória urbana – marcos históricos, monumentos e patrimônio artístico e histórico, do passado e do presente –, revelam as três dimensões da cidade propostas por Pesavento (2007, 2014), revelando, assim, que intervenções urbanas realizadas na região do porto não podem ser interpretadas apenas como mecanismos de transformação na estrutura material ou na lógica econômica da cidade, mas também enquanto projetos que vislumbram a construção de um certo *éthos*, um certo ideal do que a cidade é ou deve ser. (SANCHEZ, 2010)

Mas, apesar da estratégia de esterilização da esfera pública, como sugere Jacques (2012), essa “cultura da rua” (MAFFESOLI, 1996) é imbricada de objetividade e subjetividade, e salpicada de pequenas referências, símbolos, ícones e valores que delimitam o imaginário social.

Imaginário e identidade cultural

A construção da identidade local de um lugar está diretamente relacionada ao seu passado e ao atual ambiente histórico, político, econômico, legal e cultural em que está inserido. Nos termos de Hall (2013, p.9), essa construção tem a ver com a produção “não daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. Assim, as questões sobre “quem podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos nos representar” se sobrepõem às questões relacionadas a “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”. A partir deste viés, portanto, os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas e a con-

⁴ Neste trabalho entende-se cultura como um conjunto simbólico de processos sociais, como propõe Maffesoli (1996, 1998, 2001).

sequente revitalização de áreas urbanas antigas representam momentos privilegiados para refletir sobre a questão das identidades e projetos que se pensam para a cidade.

Maffesoli (1996) propõe um olhar sobre individualismo e, consequentemente, identidade, com base no conceito de socialidade. Sobre esse prisma, o autor acredita que a identidade, como foi concebida e consolidada na modernidade, não se dá mais a explicar as relações e compartilhamentos que envolvem afeto e sentimentos. Para o autor, na cidade pós-moderna, acelerou-se a “desindividualização” e a ideia de “identidade”, enfim, passa a ser construída a partir da relação com o externo, com o “Outro” e com a comunidade. É o que ele define como o mito da identificação, o que leva os sujeitos atores a realizarem diferentes papéis nas mais diversas socialidades. A construção de um imaginário, portanto, de um *éthos* simbólico, permite o reconhecimento de si a partir do “eu social” que “[...] é totalmente investido pelo outro, determinado pelas diversas modulações de alteridade.” (MAFFESOLI, 1996, p. 311).

A abordagem de Maffesoli (1996) dialoga com os estudos culturais de Hall (2013), na medida em que este entende identidade a partir de um viés discursivo, como uma construção sempre em processo, em que as dinâmicas culturais provocam suturas e fixações, discursos e práticas que, por um lado, tentam interpelar os atores a assumirem seus lugares de sujeitos sociais e, por outro lado, produzem subjetividades, que os constroem como sujeitos agentes. Ou seja, para além de Hall (2013), uma identidade nunca é fixa, estável, ela é constitutiva a partir da relação com o “Outro”, a partir da *différance* ou por meio dela.

Seja qual for esse outro – indivíduo, espaço, objetos, ideias – a imagem, a comunicação, atua como uma liga entre os sujeitos atores, o mundo e seus elementos, dinamizando, assim, o estar-junto. Para Maffesoli, é nesse sentido que imagem é cultura, constrói simbologias de uma época, que remete o indivíduo ao passado ou ao futuro. É pela e na imagem que representamos, na vida cotidiana, distintas identificações culturais. Independente de

contratos sociais e atuações políticas, a comunicação é a garantia do estar-junto mais primário. Com efeito, para o autor, “a pessoa constrói-se na e pela comunicação”. (MAFFESOLI, 1996, P. 310).

Ainda que essa comunicação por vezes seja promovida, originalmente, pelas instâncias de poder, com objetivos de homogeneizar o imaginário e inserir uma lógica simbólica de consumo nas relações de um determinado corpo social, observa-se uma apropriação dos espaços urbanos a partir de “brechas”, latências (De Certeau, 1994), das vivências do lugar (re) apropriado e reconfigurado pelas representações culturais e sensíveis dos atores que nele operam. No Porto Maravilha, observa-se um compartilhamento dos espaços entre os diferentes sujeitos – Prefeitura, empresas, cidadãos – colocados em interação, numa contínua (re)construção do corpo social e de suas identidades culturais.

A partir, portanto, dessa dinâmica de representações, identidades e relações de poder, o espaço urbano acaba “por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade.” (PESAVENTO, 2007).

A construção cultural de uma identidade, afinal, se dará a partir dos significados atribuídos, das disputas que envolvem a apropriação simbólica, pelos sujeitos, da materialidade dos espaços construídos.

Vivências no porto

A observação de alguns espaços de consumo cultural na região do porto dá indícios de que estes operam incorporando novos valores culturais e novos padrões de vida referenciados na sociedade urbana mundializada. No entanto, como propõe Jacques (2012, p. 20), o processo de esterilização da experiência que domina as cidades contemporâneas, num processo de “espetacularização urbana, não consegue destruir completamente a experiência.”

Assim, estes mesmos espaços se traduzem em brechas de resistência, em possibilidades de experiências urbanas cotidianas, as artes do fazer cotidiano, como sugere (CERTEAU, 1994), provocando assim uma tensão entre o global e o local, próprio dos modelos hegemônicos de cidade, recuperando a proposta de Sanchez (2010). É o espaço, na visão de Maffesoli (1996), no seu papel de garantir ao corpo social o sentimento de pertencimento, de identificação consigo mesmo.

Com o Programa Porto Cultural⁵, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), aplica recursos na restauração de bens tombados e no apoio às iniciativas de valorização do patrimônio material e imaterial da região. Para implementar as ações, a Cdurp trabalha em parceria com instituições públicas, sociedade civil e setor privado. O Programa Porto Cultural apresenta, assim, uma agenda de eventos culturais que cobre todos os meses do ano, muitas vezes com eventos distintos acontecendo, concomitantemente, em localidades diferentes da região.⁶

Além dos equipamentos culturais que são os âncoras do Programa Porto Cultural (Museu de Arte do Rio – MAR, Museu do Amanhã, Centro Cultural José do Bonifácio, Galpões da Gamboa, Igreja São Francisco da Prainha), manifestações culturais de todos os tipos – religiosas, folclóricas, gastronômicas, artísticas – tomam conta das ruas da região portuária.

Flanando pelas áreas centrais da zona do porto revitalizada, de fato depara-se não só com instalações portentosas, mas com celebrações interculturais⁷ do estar-junto. As influências dos negros, escravos, operários, migrantes, se evidenciam nas manifestações culturais realizadas e se misturam com a contemporaneidade expressa pela transformação espacial no Porto

⁵ Folder de divulgação do Porto Maravilha Cultural, disponível em <http://www.porto-maravilha.com.br/porto_cultural>.

⁶ Ver “Calendário Cultural” em <<http://www.portomaravilha.com.br/calendario>>.

⁷ O conceito de interculturalidade é entendido aqui a partir de Canclini e o processo de hibridação que ele sugere como termo mais adequado para traduzir os processos derivados da interculturalidade, que não se baseiam apenas em critérios étnicos e raciais, mas também das misturas do artesanal com o industrial, do erudito com o popular, da palavra escrita com a imagem.

Maravilha, contribuindo para a consolidação do imaginário dessa região como um lugar de memória cultural.

Da praça política de Habermas (1994) à praça romântica de Castro Alves, não se pode negar que esta simboliza a essência do espaço público, o *locus* privilegiado de sociabilização e socialidade, seja para o sujeito em sua dimensão racional ou em sua “razão sensível” (MAFFESOLI, 1996). No Porto Maravilha, as praças representam espaços de reinvenção do cotidiano, e comportam táticas de resistência e sobrevivência pelas quais os cidadãos se apropriam e ocupam o espaço urbano.

Memórias e sabores na praça

Na Praça Mauá, um dos primeiros espaços do Porto Maravilha entregue à população, as cerca de quatro mil pessoas que aguardam para entrar no Museu do Amanhã, diariamente⁸, ou que passeiam na praça após a visita ao MAR, são brindadas não só com a exuberância da Baía de Guanabara e do patrimônio histórico cultural (do presente e do passado), mas com as comidas de boteco oferecidas por barracas da “Associação Sabores do Porto”, ao lado dos modernos *foodtrucks*, que oferecem opções *gourmet* mais contemporâneas. (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Barracas das associadas ao Sabores do Porto. Fonte: Flávia Barroso de Mello.



Figura 2: Foodtrucks na Praça Mauá. Fonte: Flávia Barroso de Mello.

⁸ <<http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-amanha-atinge-marca-de-500-mil-visitantes-19351712>>.

D. Rosane, dona do “Bar do Carlinhos”, no Morro do Pinto, e atual presidente da Associação Sabores do Porto, relata, em entrevista à autora, que com o apoio do Sebrae e da Cedurp, mulheres donas de bares na região portuária ou simplesmente donas de barraquinhas das tradicionais “comidas de rua”, se juntaram para “oferecer uma comida boa a um preço acessível a quem está passeando com a família na Praça Mauá”.⁹

No começo, conta ela, o grupo era de cinquenta mulheres, aproximadamente. Passaram por uma baixa, logo após o primeiro ano da Associação, mas, há um ano e meio já tem estatuto, registro, e cerca de 30 associados. Segundo D. Rosane, “as pessoas viram que deu certo e muitas voltaram e outras novas se associaram.”

Os *foodtrucks* convivem em harmonia com as comidas típicas do porto, como explica D. Rosane. “Eles são uma opção mais cara, em geral para os jovens, os turistas de fora da cidade.”

A comida enquanto bem, enquanto consumo, é um meio de discriminar valores, símbolos de identificação e pertencimento. Assim como na arquitetura da Praça Mauá, o contemporâneo e o tradicional se complementam na gastronomia oferecida nas barraquinhas e nos *foodtrucks*, proporcionando um sentido de pertencer às diversas tribos¹⁰ que circulam no espaço. Dessa forma, “o fato culinário, o jogo das aparências, os pequenos momentos festivos, as deambulações diárias, os lazeres”, ultrapassam a simples satisfação física e exprimem as emoções coletivas, se constituindo em “um irreprimível querer viver.” (MAFFESOLI, 1996, p. 27).

Ancestralidade, fé e resistência na praça

“Tenho que trabalhar, mas não consigo sair daqui, me perdi nisso aqui!” Essa fala, apreendida pela autora em meio as de outros transeuntes que

⁹ Entrevista concedida a autora em junho de 2016.

¹⁰ Ver *O tempo das Tribos*, M. Maffesoli, 1998.

passavam pela Praça do Comércio, na última lavagem do Cais do Valongo (Figura 3), permite refletir sobre a comunicação estabelecida pelas imagens, símbolos, ritos, danças, o viver na cidade a partir da comunhão, da interação, ancorada na sensível.



Figura 3: Cerimônia de 5ª Edição da Lavagem do Valongo Fonte: Acervo da autora

Desde 2012, após o resgate do Cais do Valongo durante as obras de reurbanização da região do porto, “Mães de Santo” conduzem, no primeiro sábado do mês de julho, um ritual de limpeza, purificação e homenagem aos espíritos ancestrais dos mais de 500 mil escravos que desembarcaram no Rio de Janeiro, no período do Brasil Colonial¹¹. O ritual, observado pela autora, envolve cantos religiosos, água de cheiro, flores e votos de amor e paz, misturados às batidas dos atabaques dos blocos tradicionais de carnaval Filhos de Gandhi, Lemi Ayó e Orumilá.

¹¹ <<http://www.portomaravilha.com.br/africadetalhe/cod/3>>.

Sua importância histórica é indiscutível. O Cais do Valongo faz parte do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, criado também pelo Programa Porto Cultural, para promover a importância histórica e cultural dos negros escravizados na vida da região portuária e da cidade. Ao lado do Cemitério dos Pretos Novos, o Jardim do Valongo, a Pedra do Sal e da antiga escola Freguesia de Santa Rita, hoje o Centro Cultural José Bonifácio, busca resgatar a dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. Mas, para além do resgate de uma história dita oficial, o Cais do Valongo é apropriado por diversos atores com interesses distintos, é um espaço de disputas simbólicas em busca da construção de sua memória e dos seus significados para a região portuária.

Construído em 1811, com objetivo de retirar da Rua Direita, atual Primeiro de Março, o desembarque e comércio de africanos escravizados, o Cais do Valongo foi porta de entrada para negros africanos escravizados. Ao longo dos anos, sofreu sucessivas intervenções. A primeira delas em 1843, foi para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, noiva do (então) futuro imperador, D. Pedro II. Passou, assim, a se chamar Cais da Imperatriz. Com as reformas urbanísticas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos, no início do século XX, o Cais da Imperatriz foi aterrado em 1911.

A presença do poder público na Lavagem do Cais do Valongo resume-se à institucionalização do evento, que passa a fazer parte do calendário anual do porto. Por outro lado, religiosos, transeuntes, integrantes dos blocos se apropriam do espaço de forma criativa, misturados ao consumo de bens simbólicos das barracas de comida e artesanato expostas no local, representando, assim, a construção desse espaço de memória, a partir de uma comunicação ancorada no sensível, na socialidade proposta por Maffesoli (1996).

Como afirma Mãe Edelzuita de Oxalá, “a gente não briga com armas, não briga com faca, a gente briga com a fé, com a roupa branca, com os colares no pescoço.”¹²

“Se essa praça fosse minha...”

Bem ao lado do burburinho da Praça Quinze se esconde a tranquila Praça Marechal Âncora, parte do antigo Mercado da Praça XV e agora trecho da Orla Guanabara Prefeito Luiz Paulo Conde, também revitalizado pela operação no porto, e recém entregue pelo poder público à população da cidade. A observação da paisagem, marcada pelo concreto que contrasta com o gigante espelho d’água da Baía de Guanabara, revelou à autora a ocupação e (re)significação espontânea dos seus espaços por skatistas, ciclistas e pescadores.

A convite da Prefeitura do Rio, com objetivo de divulgar para a população a região remodelada, a “Trupe de Lá Tag” ocupou o espaço, em um ensolarado sábado à tarde, trazendo sua arte para a praça. Segundo Luíza Linhares, integrante da produção da “Trupe de Lá Tag”, a Prefeitura não fez nenhuma divulgação da peça a ser apresentada. Assim, observou-se, à princípio, poucos e tímidos expectadores sentarem nas cadeiras dispostas formando um corredor, onde os atores já se aqueciam para entrar em cena, bem em frente ao Restaurante Albamar, instalado no alto da única torre remanescente do antigo Mercado da Praça XV. (Figura 4) Apesar da apresentação ter sido programada pela Prefeitura, a ocupação do espaço se deu de forma espontânea e foi possível observar atores e plateia se ajustando à dinâmica do local, à tranquilidade quase que bucólica da praça nos finais de semana, que escapa ao tempo acelerado dela mesma nos dias úteis, ao ritmo do consumo e da produção.

¹² Fala de Mãe Edelzuita de Oxalá aos presentes no evento. Gravação realizada pela autora (jul/16).



Figura 4: Atores e expectadores, em frente ao Restaurante Albamar. Fonte: Flávia Barroso de Mello.

Um dos objetivos centrais da Trupe é promover e problematizar a ocupação de espaços públicos através da arte, integrando teatro e comunidade. O texto da peça, uma construção conjunta dos próprios atores, conta a história de oito personagens que se encontram em uma praça desconhecida, depois de abandonarem seus lugares de origem. Lá, suas histórias se cruzam em uma única trajetória, onde enfrentarão as dificuldades cotidianas da ocupação dos espaços da cidade. É a arte que reproduz a cultura do homem comum, da rua, do cotidiano. É a chamada “cultura popular”, reconhecida pelo “estilo de vida” do cidadão comum e não apenas em função de noções embasadas em questões econômicas e políticas (MAIA, 2005).

O espetáculo, patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, através de dois editais públicos – Programa Viva Arte e Fomento Cidade Olímpica –, prevê sua circulação em 18 praças da cidade. A Praça Marechal Âncora não estava no roteiro inicial de ocupação da Trupe de Lá Tag, que, inclusive, inicialmente, pretendia fazer apenas uma única apresentação de seu espetáculo, até conseguir o patrocínio para o projeto. Mas, a

praça agora também é deles, de todos os passantes, expectadores, comerciantes, *flâneurs*, e conta não só a história desses oito personagens, mas as histórias faladas, vividas, sentidas, do seu imaginário (re)significado.

Considerações finais

“De uma hora para outra a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia.”(BARRETO, apud SEVICENKO, 1998, P. 25)

Esta frase de Lima Barreto comentando a escala e os objetivos da reforma urbana de Pereira Passos, que deu origem ao eufórico imaginário modernizador da República – à Belle Époque brasileira –, poderia ser repetida hoje por um morador da cidade do Rio de Janeiro ou mesmo um frequente observador dos seus espaços urbanos, ao se deparar com as novas instalações do Porto Maravilha.

Neste trabalho, partindo da “sociologia da sensível”, proposta por Maffesoli (1996, 1998, 2010), da história cultural, pensada por Sandra Pesavento (2007, 2014), e dos estudos culturais de Stuart Hall (2013), entende-se que na profundidade das aparências, constitui-se uma forma de compreender a realidade. O espaço, não é, assim, observado, analisado, ele é vivido, sentido, experienciado.

De fato, no contexto de uma “economia simbólica”, observa-se, neste artigo, que a reforma do Porto Maravilha, realizada como parte do projeto de revitalização da cidade do Rio de Janeiro para receber as Olimpíadas, apresenta, em seu escopo, características que apontam para padrões homogêneos de valores culturais e hábitos de consumo do espaço que são dominantes na escala mundial, como pontua Sanchez (2010). Em paralelo, observa-se que o poder público lança mão da memória cultural da cidade para provocar a conjunção entre a individualidade dos sujeitos atores e a identidade coletiva do carioca, o que é prontamente (re)apropriado pelos cidadãos e visitantes,

promovendo um encontro entre o local e o global e se configurando na construção de novas identificações e representações locais.

No Porto Maravilha, a materialidade do espaço se apresenta nas intervenções, na construção de novas praças e na revitalização de outras; na reordenação da malha viária, com a construção de novas ruas, túneis; na implantação de uma nova modalidade de transporte, o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos); na construção de edificações exuberantes que abrigam equipamentos culturais do presente, que convivem com patrimônios culturais do passado. Em conjugação com a dimensão material do espaço, observa-se que o Porto é palco para as relações, as vivências, as experiências dos sujeitos representadas em práticas culturais, que se configuram na dimensão sensível do espaço.

As intervenções urbanas realizadas na região do porto não podem ser interpretadas somente como transformações do seu espaço material ou econômico. No trânsito entre o individual e o coletivo, entre as objetividades e subjetividades, o Porto Maravilha se reinventa simbolicamente, em uma dinâmica onde os sujeitos, apesar de expostos a um imaginário proposto por valores hegemônicos, que objetivam organizar e programar a vida social na região a partir da lógica cultural do consumo, encontram, na vida cotidiana, “brechas”, astúcias, táticas latentes de resistência aos mecanismos hegemônicos, através da comunhão, nas festas de rua, celebrações religiosas, comidas típicas, que atuam, portanto, como cimento, como elemento de vinculação e mediação da cultura local.

Referências

ALVES, Castro. *Obras Completas* (em um volume). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

BARBOSA, e CAMPBELL, Colin (org.). *Cultura, Consumo e identidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade*. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer, original de 1980. Trad. Ephraim Ferreira Alves (RJ): Vozes, 1994.

FREITAS, R. F.; FORTUNA, V. O. Rio de Janeiro: a comunicação e a construção da cidade espetáculo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, vol.10, n.18, jan./jul. 2013, pp. 228-237.

HABBERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio ao errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAFFESOLI, M. *O imaginário é uma realidade*. *Revista FAMECOS*, n.15, agosto/2001, pp. 74-82.

MAIA, João, KRAPP, Juliana. Comunicação e comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In: FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael. (org.). *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n. 53, jun./2007, pp. 11-23.

PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SANCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil* – volume 3. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidades e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Municipal complementar n. 101/2009. Disponível em <http://www.portomaravilhario.com.br/media/legislacao/2010/06/LC101__23112009.pdf>.

“Secretario fala sobre Porto Maravilha”. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=1132990>>. Acesso em 13/07/2016.

“Porto Maravilha – o projeto”. Disponível em <<http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>>. Acesso em 13/07/2016.

Recebido em: Fevereiro / 2017

Aceito para publicar em: Abril / 2017

Estratégias do capital imobiliário-financeiro face às transformações urbanas na área central do Rio de Janeiro

Gabriel Silva de Araujo Teixeira

Resumo

A ação dos agentes imobiliários na produção do espaço urbano, por meio dos mecanismos contemporâneos de *financeirização e internacionalização* da produção imobiliária, colocam a cidade, e quem nela habita, diante de complexos desafios. As transformações urbanas que tem ocorrido na área central do Rio de Janeiro, no âmbito do projeto Porto Maravilha, inserem-se nesse contexto. O objetivo dessa investigação é expor as estratégias de acumulação do capital imobiliário-financeiro para se apropriar da cidade por meio de uma nova área de valorização imobiliária no Rio de Janeiro. Para tal, partimos da reflexão teórica sobre a lógica de acumulação de capital através do urbano; e da análise dos empreendimentos e agentes imobiliários presentes no local. O perfil desses agentes indica uma transformação na estratégia imobiliária de incorporação do urbano ao processo de circulação de capital no ambiente construído.

Palavras-chave: capital imobiliário-financeiro; reestruturação imobiliária; Porto Maravilha.

Resumen

La acción de los agentes inmobiliarios en la producción del espacio urbano, a través de los mecanismos contemporáneos de financiación e internacionalización de la producción inmobiliaria, colocan a la ciudad, y quien en ella habita, ante complejos desafíos. Las transformaciones urbanas que han ocurrido en el área central de Río de Janeiro, en el marco del proyecto Porto Maravilla, se insertan en ese contexto. El objetivo de esta investigación es exponer las estrategias de acumulación del capital inmobiliario financiero para apropiarse de la ciudad a través de una nueva área de valorización inmobiliaria en Río de Janeiro. Para ello, partimos de la reflexión teórica sobre la lógica de acumulación de capital a través de lo urbano; y del análisis de los emprendimientos y

agentes inmobiliarios presentes en el local. El perfil de estos agentes indica una transformación en la estrategia inmobiliaria de incorporación del urbano al proceso de circulación de capital en el ambiente construido.

Palabras clave: capital inmobiliario-financiero; reestructuración inmobiliaria; Puerto Maravilla.

Abstract

The action of real estate agents in the production of urban space, through the contemporary mechanisms of financialization and internationalization of real estate production, put the city, and who inhabits it, in the face of complex challenges. The urban transformations that have occurred in the central area of Rio de Janeiro, within the framework of the Porto Maravilha project, are part of this context. The objective of this investigation is to expose the strategies of accumulation of real-estate capital to take ownership of the city through a new area of real estate valuation in Rio de Janeiro. For this, we start from the theoretical reflection on the logic of accumulation of capital through the urban; and analysis of real estate developments and agents present on the site. The profile of these agents indicates a transformation in the real estate strategy of incorporating the urban to the process of circulation of capital in the built environment.

Keywords: real estate-financial capital; real estate restructuring; Porto Maravilha.

1. Introdução

As transformações urbanas em curso na área central do Rio de Janeiro, no contexto da revitalização em torno da Zona Portuária, ocultam alterações nas estratégias capitalistas de acumulação por meio da produção do espaço urbano. A reestruturação do capital atinge a cidade por intermédio das alianças entre setor imobiliário e financeiro, que colocam seus interesses imediatos de lucro em detrimento do desenvolvimento urbano.

O Rio de Janeiro é o ponto de observação para analisarmos tal processo de reestruturação evidenciado por uma recente verticalização na parte degradada do Centro. A partir disso, analisamos os fenômenos na estrutura

urbana carioca na ótica da produção imobiliária, averiguando empiricamente as novas formas oriundas desse processo e o que elas representam de significativa diante das novas táticas de apropriação da cidade.

Tais transformações seguem a tendência de reestruturação urbana apontada por Smith (2007), onde o centro urbano seria “dominado por funções executivas, financeiras e administrativas de alto nível”. Na compreensão do autor, a cidade procura inserir-se em um fluxo corporativo mundial, derivado em parte da necessidade das grandes empresas, assim como dos fluxos de investimentos de capitais na construção. O movimento para alcançar este objetivo acaba por produzir espaços exclusivos, de modo que o urbano se reestrutura baseado na valorização imobiliária.

Os indícios para essa interpretação partem dos empreendimentos imobiliários que foram escolhidos para análise (Quadro 1). São oito ao total, divididos em duas regiões na área central do Rio de Janeiro, Zona Portuária e Centro I. Uns ainda em construção e outras já concluídos esses edifícios materializam as forças hegemônicas que tem dominado a cidade e dão concretude as alterações abordadas.

No contexto de megaeventos, a expectativa festiva quanto ao legado possível faz com que as transformações urbanas sejam associadas ao urbanismo olímpico. No entanto, as transformações que trataremos aqui se referem às estratégias de sobreacumulação do capital imobiliário-financeiro na construção da cidade, pois como afirma Pereira,

se o megaprojeto implica inovação e um impacto que transforma a cidade, nem sempre aponta para o desenvolvimento da vida urbana, mas quase sempre para o uso das potencialidades a serem instrumentalizadas pelo setor econômico (2014, p.202).

Quadro 1: Empreendimentos imobiliários divididos por microrregião.

	Proprietário	Construtora	Tamanho	Uso
Zona Portuária				
Porto Brasil	Fiba Expert/Grupo Vicunha	Gafisa	Terreno: 1.635 m ² Pavimentos: 21	Corporativo
Port Corporate Tower	Tishman Speyer	Tishman Speyer	Terreno: 13.000 m ² Pavimentos: 22	Corporativo
Porto Atlântico	Odebrecht	Odebrecht		
Leste			Terreno: 16.681 m ²	Corporativo/Hoteleiro
Oeste			Terreno: 11.851 m ²	Corporativo
Holiday Inn Porto Maravilha	Odebrecht	Odebrecht	Terreno: 14.000 m ² Pavimentos: 33	Hoteleiro
Centro I				
ECO Sapucaí	GIC Real State	Hochtief do Brasil	Terreno: 21.387 m ²	Corporativo
Cidade Nova II	Zach Group	Hochtief do Brasil	Terreno: --	Corporativo
Centro Empresarial Serado	Brasil Pharal	Worre	Terreno: 15.000 m ²	Corporativo
Passo Corporate (Grupo Opportunity)	Grupo Opportunity	Domina	Terreno: 9.142 m ² Pavimentos: 17	Corporativo
Agentes envolvidos no uso dos edifícios: Petrobras, Holiday Inn, Accor Hotels, Rede Ibis, Nissan				

Fonte: elaboração do autor, 2016.

Tal impacto que se refere o autor não se trata da quantidade de obras e/ou edifícios em construção na cidade, mas de como eles são produzidos e o processo que encerram. Somado à isso, o arranjo político trans-escalar é elemento importante. A aliança entre Governo Federal, Estadual e Prefeitura confluí para o andamento das máquinas e capitais que tocam as obras. A presença de agentes como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras apontam à intersecção capital privado-público e poder local-global.

2. A cidade entre as reestruturações

De acordo com Lefebvre (2008), o capitalismo e as relações sociais de produção ensejadas sobrevivem por estarem em constante modificação. A

explicação para essas modificações reside na característica do capitalismo de instrumentalizar em sua lógica tanto o que lhe precede, como o solo, por exemplo, quanto o que lhe é novo, como a urbanização. Nesse movimento de apropriação do solo e do espaço pelo capital que o imobiliário ganha importância para o processo de acumulação, pois trata-se “de indústria nova, menos submetidas aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas indústrias.” (2008, p.118)

Assim, é através da produção imobiliária que o processo de acumulação capitalista é objetivado e transforma a cidade no capitalismo contemporâneo. Pereira (2006) nomeia esse processo de “*reestruturação imobiliária*”, pois é o imobiliário que encerra a totalidade do processo de desenvolvimento urbano, onde social-espacial e local-global se articulam; traduzindo-se em artefatos arquitetônicos que possuem o aspecto mediador entre os demais processos que ocorrem na ordem distante e na ordem próxima, ou seja, sendo o imobiliário o objeto síntese dos diversos processos que constituem a produção social do espaço. Segundo o autor, a reestruturação imobiliária pode ser definida por duas maneiras,

Primeiro, é uma percepção da mudança urbana a partir da dinâmica imobiliária abrangendo um entendimento da especificidade das formas de propriedade, que se funda na valorização imobiliária local, mas que se associa à dimensão global da acumulação pela noção de reestruturação. Segundo, é um imbricamento da dimensão social e da dimensão espacial gerando uma unidade por onde se observa o filtro da dinâmica imobiliária e a hierarquia das formas de produção do espaço que toma relevo nos processos socioespaciais da atual relação espaço-tempo. (2006, p.48).

Portanto, a mudança está no modo de produzir o imobiliário e os processos que essa produção encerra e não a intensificação da produção, pois se antes era a industrialização que envidava a produção social do espaço, hoje é

o urbano que encarna as táticas do capital e se constitui como “força motriz da expansão capitalista” (LENCIONI, 2008).

Enquanto estratégia territorial, a reestruturação imobiliária é parte do capitalismo financeiro que associou construção à bolsa de valores, e com sua virtude especulativa instrumentaliza o espaço e o torna mediador onde “dinheiro produz dinheiro” (LEFEBVRE, 2008). No que Pereira corrobora

[...] a reestruturação imobiliária encontra especificidade num particular movimento de valorização do capital e da propriedade imobiliária, que tende a funcionar e a existir como capital, porque essa propriedade associada ao financeiro e à indústria passam a oferecer uma sobrevida ao capital, capaz de diferenciar e particularizar a sua acumulação com relação ao conjunto de outras possibilidades na atual reestruturação capitalista. (2006, p.48).

A área de destaque atualmente nas manchetes e no ideário dos cidadãos quando se fala em obras e transformações é a Zona Portuária, local de grande interesse dos investidores e de ações significativas no que dizem respeito à revitalização e reformas urbanas. No entanto, o capital (imobiliário) constantemente está à procura da criação de novas localizações que possam potencializar seu lucro. Assim, outras ações foram mapeadas fora da Zona Portuária. Para efeito desse estudo, fez-se necessário regionalizar a área central do Rio em duas microrregiões (como mostra a figura 1): a **Zona Portuária**, que obedece ao limite estabelecido pela Área de Especial Interesse Urbanístico e fica ao norte da Av. Presidente Vargas, abrangendo os bairros Caju, Santo Cristo, Gamboa e Saúde; e o **Centro I**, ao sul da avenida, envolvendo Cidade Nova e Centro.

Figura 1 – Localização dos empreendimentos imobiliários. Recorte em laranja é a Zona Portuária e em verde é o que aqui denominamos Centro I.



Fonte: Google Earth, elaborada pelo autor, 2016.

3. Zona Portuária

O espaço como acúmulo de tempos deixa registrado na paisagem os passados modos de produção fazendo coexistir com o contemporâneo. É assim que o “trabalho morto” convive com “trabalho vivo” numa relação dialética (SANTOS, 2012). A paisagem da região portuária do Rio de Janeiro torna evidente essa sucessão de modos de produção, na medida em que apresenta os antigos galpões ligados à atividade portuária da então capital nacional em parte do século XX, e empreendimentos imobiliários ilustradores dos pesados investimentos nesse setor atualmente.

A justaposição de formas temporais não só evidencia o surgimento do novo enquanto o antigo para no tempo em inércia, elas convivem através da revitalização. A reforma do degradado e a construção do novo são direcionadas pela aliança de interesses do capital. Um núcleo formado por inves-

tidores imobiliários, construtoras, fundo de investimento e poder público uniram seus interesses em torno do projeto Porto Maravilha.

A parceria tem origem na Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (OUC), promovida para a gestão da Área de Especial Interesse Urbanístico da Zona Portuária, ambas medidas previstas no Estatuto da Cidade (10.257/2001). Junto com a Concessionária Porto Novo, formada pela OAS Investimentos e Construtora, Odebrecht Investimentos e Construtora, Carioca Engenharia e Zi Participações S.A., a Prefeitura criou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) para ser sua porta-voz na operação.

São cinco milhões de metros quadrados disponíveis para a maior parceria público-privada (PPP) do país. Nesse cenário, são as Construtoras que de fato constroem a cidade. Tendo em vista que são empresas privadas e que por natureza agem em função da acumulação, torna-se importante o questionamento sobre a função á que se reserva a Zona Portuária.

Agentes internacionais também estão presentes nessa região. Não como concorrentes, capital imobiliário nacional e internacional fundem-se na realização desses empreendimentos. Quatro exemplos concretos podem evidenciar esse caminho, tratam-se de dois edifícios concluídos nos últimos três anos, o Port Corporate Tower e o Porto Brasilis, e dois empreendimentos ainda em construção, o Hotel Holiday Inn Porto Maravilha e o Porto Atlantico Bunnisses.

Primeiro deles, o edifício Porto Brasilis, construído sobre a vigência do Porto Maravilha, o edifício é um ícone da organização espacial que se configura no estado, aliando produção financeira do imobiliário e local para gestão do sistema produtivo. Empreendimento realizado pela Gafisa, o edifício inteligente é a sede da Nissan. A empresa de presença inédita no Brasil inaugurou sua primeira fábrica própria em Resende, na microrregião do Vale do Paraíba do Rio de Janeiro, em 2011. São 166 km de distância entre produção e gestão.

O movimento de negociações no balcão do mercado financeiro que envolvem CEPACs direciona a análise ao mercado financeiro imobiliário. Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) é comercializado no mercado financeiro para a captação de recursos para os investimentos públicos na AEIU. O público alvo da venda são investidores que construirão no local e pretendem fazer grandes obras. No entanto, como a comercialização é feita no mercado financeiro, qualquer um pode comprar, mesmo que não possua imóvel na área, podendo imprimir um caráter especulativo ao Certificado (CARVALHO FILHO, 2005).

O caso da Caixa Econômica Federal pode ilustrar essa transação: a Prefeitura do Rio, através da CDURP jogou no mercado 6.436.722 CEPACs no valor inicial de R\$545,00 cada (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2012), em leilão na plataforma de negociação virtual Cetip Net, tendo a Caixa como banco depositário dos recursos obtidos da transação. No entanto, foi a própria Caixa quem comprou os Certificados (desembolsando R\$3,5 bilhões com recursos do FGTS) e viabilizou as obras urbanísticas da região. Em seguida, a Caixa Econômica, através do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), colocou no ano 2012 em oferta secundária 100 mil CEPACs, que foram á leilão segundo edital da BM&F Bovespa (Segundo Prospecto) no valor de R\$1.150,00 cada. Possuidora dos CEPACs, o FIIPM passou a atuar como investidor parceiro em alguns empreendimentos. Essa transação colocou a Caixa Econômica como importante agente das alterações espaciais nessa região.

Objetivado desse processo, o empreendimento imobiliário que deu a largada no desenvolvimento urbano da Zona Portuária, o Port Corporate Tower, conta com investimento da Caixa Federal. Artefato inaugural dessa relação capital internacional-nacional/poder público-privado nessa região, o Port Corporate Tower é uma torre de 22 andares de escritórios construída pela parceria entre o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha da Caixa Econômica e a norte americana Tishman Speyer que tem sede

em Nova York, responsável ainda pela realização da Torre Ventura (Centro II), também no Rio de Janeiro, e pela Torre Norte em São Paulo. O edifício corta verticalmente o horizonte dos longos galpões degradados estendidos na linha do porto no bairro do Caju, próximo aos quilômetros iniciais da Avenida Brasil e anuncia consideráveis mudanças. Mudanças não apenas no visível, mas no processo da produção social do urbano.

O terreno antes dava lugar ao Moinho Marilu, implodido em 2011. Segundo Daniel Cherman, presidente da Tishman Speyer (em entrevista reproduzida pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, 2013), a escolha pela Zona Portuária é “em razão das limitações geográficas do Centro”.

Outros empreendimentos imobiliários que apontam nessa direção são o Porto Atlântico e o Holiday Inn Porto Maravilha. Ambos geridos por capitais internacionais, ambos construídos por uma construtora nacional, a Odebrechet. O Holiday Inn Porto Maravilha será um hotel de 33 pavimentos em avançado estágio de construção. Pertence ao InterContinental Hotels Group (IHG), grupo britânico que opera redes de hotéis em todos os continentes e é a maior do mundo em quesito número de quartos (World Ranking 2013 Of Hotel Groups And Brands).

Já o Porto Atlantico Business Square será um complexo comercial com sete edifícios contendo salas corporativas, salas comerciais e quartos de hotel construídos em dois terrenos, um com 16.681 m² e outro com 11.851 m². Por enquanto, quatro edifícios estão em construção: um edifício corporativo, outro de salas comerciais, um hotel Novotel e um hotel Ibis, os dois da rede hoteleira francesa Accor Hotels.

Quanto a população carioca (que sem investimento na reprodução da força de trabalho, e a utilização do solo urbano para acumulação) fica de fora dos limites da Área Especial de Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio no mais amplo sentido. Seja através das remoções (econômica e cultural), seja através do aprofundamento do abismo existente entre

decisão popular e políticas públicas urbanas. O distanciamento entre cidadãos mais afastadas da cidadania e as decisões sobre uma parcela territorial da cidade coloca em questão quem irá usar esse espaço. Diante dos pesados investimentos em turismo e funções corporativas, podemos falar de um uso internacional da cidade.

O arranjo econômico dos megaeventos e o caráter permissivo das leis urbanas adotadas tornam a cidade chamariz do capital imobiliário e conflagram a privatização do espaço ao entregarem ao setor privado a decisão sobre os rumos da cidade, transmitindo ao capital imobiliário o protagonismo nas ações que reestruturam a Zona Portuária do Rio. Assim, o que se percebe é que todo o discurso de revitalização da cidade do projeto Porto Maravilha faz parte de um projeto esvaziado de intenções próprias, por ser ele mesmo mais consequência das alterações das relações espaciais, do que indutor dessas transformações.

4. Centro I

As alterações na cidade não se restringem ao Porto. A busca por novas localizações por parte do capital imobiliário envolve também a área ao sul da Avenida Presidente Vargas. Tais endereços não entram no discurso de revitalização para Olimpíadas, mas constituem extensos metros quadrados de terras urbanas que já se encontram vinculadas aos edifícios corporativos. Exemplo disso é o terreno de 21.387 m² que pertencia a AMBEV e foi vendido em 2011 para ser construído um edifício de escritórios onde antes funcionava uma fábrica da cerveja Brahma.

Projetada próximo à mencionada Avenida, o edifício chamado ECO Sapucaí é uma obra póstuma de Oscar Niemeyer. Chama atenção o heliponto na cobertura da obra, incorporando à arquitetura a velocidade que exige as transações do capital. Os 120 mil metros cúbicos de concreto usados na construção evidenciam o peso do capital imobiliário internacional. A realizadora do empreendimento, a Hemisfério Sul Investimentos, é uma

gestora de fundos com captação de recursos no mercado internacional. No final de 2014, a obra foi comprada pelo fundo soberano de Singapura (GIC Real State).

Importante agente na região é a Petrobras. Recentemente foi responsável por dois grandes empreendimentos imobiliários nessa região, o Edifício Cidade Nova II, sede da BR Distribuidora e o Centro Empresarial Senado. O Edifício Cidade Nova II foi construído pela Hochtief do Brasil, pertencente à holding alemã Zech Group, e sediará a BR Distribuidora. A empresa contratada para gerir o projeto foi a Confidere, braço na atuação imobiliária do Grupo Synthesis, com larga atuação na Cidade Nova.

O Centro Empresarial Senado foi construído pela WTorre, que diferente das outras construtoras que buscam dinheiro na bolsa de valores, procurou se expandir financeiramente através de empréstimos em bancos nacionais. O resultado foi uma grande dívida e a pressão para se inserir no mercado financeiro. Foram realizadas duas tentativas não bem sucedidas de levantar recursos através da venda de ações, o que fez a construtora vender o edifício para um grupo financeiro, o Brasil Plural, numa mega transação imobiliária de 1,2 bilhão de reais.

Os fundadores do Brasil Plural são ex-sócios do Banco Pactual, banco investigado por ações irregulares na bolsa de valores pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) juntamente com Grupo Opportunity, que encabeça outro grande empreendimento no Centro, entre a Cinelândia e a Lapa. O que está em construção é o Passeio Corporate, numa área de 70 mil m² para uso corporativo, constituído por 3 torres de 17 andares. O Grupo visa ampliar seus investimentos imobiliários nessa região do Rio de Janeiro. Como aponta reportagem do jornal *Folha* (2012), o Grupo comprou 42 imóveis antigos na Rua da Carioca. As edificações são tombadas, o que impede a alteração da fachada. Resta aguardar para verificar se outro empreendimento imobiliário vai furar a lei vigente e derrubar os centenários casarões.

Os bancos de investimento Brasil Plural e Opportunity possuem ações na Bolsa de Valores brasileira, a BM&F Bovespa. A estratégia de integração entre setor imobiliário e financeiro tem se intensificado no Brasil; e analisando essa estratégica, Lencioni aponta outro elemento para a reestruturação imobiliária. Segundo a autora, “A abertura de capitais na bolsa de valores significa, claramente, para uma empresa, a ampliação das possibilidades de financiamento externo, que é diferente daquele procedente de financiamentos obtidos junto a bancos e instituições financeiras.” (2014, p.42). Maior o financiamento, menor as dívidas e maior potencial econômico para um possível investimento no aumento do banco de terrenos, imprescindível para o sucesso de um empreendimento imobiliário. Traduzindo no espaço, a especulação sobre os terrenos vazios da cidade.

5. Considerações finais

A observação acerca das transformações urbanas no Rio de Janeiro nos remete a questões quanto ao uso do solo, que se inclina à reafirmação do Centro da cidade como local de funções corporativas, executivas e financeiras – pouco promovedoras de diversidade urbana; e, quanto ao processo de produção social do espaço, que apresenta nova característica através da produção imobiliária financeirizada. Em outras palavras, procuramos expor como a reestruturação imobiliária se configura como uma importante tática do capital imobiliário-financeiro, e de como esse processo se apropria do urbano a partir da realidade em curso na cidade.

Diante do exposto, foram destacados três pontos importantes para reflexão. Primeiro, as práticas espaciais desse núcleo de agentes têm por reflexo no espaço a valorização imobiliária e a criação de espaços exclusivos. A valorização imobiliária é identificada através do aumento no valor do solo e aumento do aluguel, o que acaba por expulsar a população local economicamente vulnerável em função dos novos valores.

A criação de espaços exclusivos acontece através da privatização do espaço público. Esse processo está presente na privatização de serviços urbanos como limpeza e monitoramento, que passam a ser geridos pelo Consórcio Porto Novo, e na transformação da infraestrutura do local, que passa a contar com padrão de calçadas e iluminação pública específicos.

Segundo, as táticas de acumulação através do urbano na produção social do espaço passam atualmente pelo circuito do setor financeiro, entrelaçando interesses do setor imobiliário e financeiro. Essa relação encobre a questão do desenvolvimento urbano em prol do caráter especulativo e na sobreacumulação potencialmente extraída do solo urbano. Esse ponto abre a questão para o aumento do processo de capitalização em detrimento do processo de valorização, sendo necessário um aprofundamento nessa compreensão no decorrer da pesquisa.

Terceiro ponto de reflexão é a internacionalização da produção imobiliária que a área apresenta. Tal fato indica mudanças nas relações de poder entre as grandes construtoras nacionais envolvidas no projeto e a administração pública local, envolvendo agora o capital internacional oriundo de construtoras médias, com atuação até então restrita no projeto.

Assim, a “transformação-produção-construção” da cidade contemporânea tem por conteúdo síntese os artefatos arquitetônicos (PEREIRA, 2006) frutos dos empreendimentos imobiliários aqui analisados. Eles elaboram a concretude de um espaço urbano global subordinado e internacionalizado, os quais dão o tom do estágio atual das reestruturações do capitalismo.

A mediação que tais empreendimentos encerram se mostra nítida no contexto de globalização e de reorganização da propriedade do solo urbano. Diante da conjuntura neoliberal do planejamento da cidade, grandes parcelas do solo urbano que passam a pertencer aos fundos de investimentos sem cara e sem corpo, misteriosos tanto em suas intenções presentes quanto o planejamento futuro da cidade. A face que conhecemos é a utilização cada

vez maior do solo urbano como objeto de especulação, entregando os rumos da cidade à oscilação insana do mercado financeiro.

A exclusão de quem habita a cidade do poder de decisão ilustra bem como essa tem sido produzida para atender interesses corporativos e privados. Ilustra também a alienação no que diz respeito à produção do espaço, sendo levados os habitantes locais a assistirem apenas, reduzidos à plateia do espetáculo urbano. A efetivação de uma cidade democrática exige a participação na sua construção não através do cotidiano automático e alienado, mas pelo planejamento; uma cidade que ouça sua população e que se transforme por ela, e não ao contrário.

Referências

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Comentários ao Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.
- FIX, Mariana. *Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de um “cidade global”*. Caderno CRH. Dossiê: Finanças, Políticas e Território. Salvador, v.22, n.55, p.41-63, Jan./Abr. 2009.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LENCIONI, Sandra. *Condições Gerais de Produção: Um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional*. Scripta Nova, Barcelona, vol. XI, n° 245, 2007.
- _____. *Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário*. Revista de Estudios Urbanos Regionales, Chile, vol.40, n° 120, 2014.
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Prospecto de registro da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/canalInvestidor/prospecto.pdf>>.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Segundo Prospecto*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Porto-do-RJ-Anuncio-de-inicio.pdf>>.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *Reestruturação Imobiliária em São Paulo (SP): especificidade e tendência*. In: Pereira, Paulo César Xavier; et al (Org.). *Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

_____. *Megaprojeto e produção do espaço urbano: Um cavalo de Troia?* In: Oliveira, Floriano Godinho de; et al (Org.). *Geografia Urbana. Ciência e Ação Política*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 199-217, 2014.

_____. *Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea*. In: Pereira, Paulo Cesar Xavier (Org.). *Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina*. São Paulo: FAUUSP, p. 23-31, 2011.

SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.21, p. 15-31, 2007.

GRUPO COMPRA 42 imóveis históricos de ordem católica no centro do Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 set. 2012, Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/64893-grupo-compra-42-imoveis-historicos-de-ordem-catolica-no-centro-do-rio.shtml>>.

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Setembro / 2017

Entre o céu e a terra, a mediação política da arte

Isabel Cristina Chaves Lopes

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões advindas de estudos, discussões acadêmicas e experiências pessoais, acerca do poder político da arte no enfrentamento de processos alienatórios, provocados pelo trabalho de instituições religiosas que utilizam a busca da dimensão espiritual para controle político de mentes em bases conservadoras. Partimos do princípio de que tal procura, hoje expressa de forma muito intensa, resulta da sensação de perda de tal dimensão, que é uma dimensão humana, essencial para a afirmação da condição do ser social. Compreendemos que tal sensação é provocada principalmente por experiências relacionadas direta ou indiretamente com o mundo do trabalho no capitalismo, configurado pelas determinações políticas e econômicas do século XXI.

Palavras-chave: experiência religiosa; mediação da arte; autonomia; alienação.

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar reflexiones provenientes de estudios, discusiones académicas y experiencias personales, acerca del poder político del arte en el enfrentamiento de procesos alienatorios, provocados por el trabajo de instituciones religiosas que utilizan la búsqueda de la dimensión espiritual para control político de mentes en bases conservadoras. Partimos del principio de que tal demanda, hoy expresada de forma muy intensa, resulta de la sensación de pérdida de tal dimensión, que es una dimensión humana, esencial para la afirmación de la condición del ser social. Comprendemos que tal sensación es provocada principalmente por experiencias relacionadas directa o indirectamente con el mundo del trabajo en el capitalismo, configurado por las determinaciones políticas y económicas del siglo XXI.

Palabras clave: experiencia religiosa; mediación del arte; autonomía; enajenación.

Abstract

The purpose of this paper is to present reflections arising from studies, academic discussions and personal experiences, about the art of political power in the face of alienating processes, caused by the work of religious institutions using the search of the spiritual dimension for political control of the minds conservative basis. I assume that such a demand, expressed today in a very intense way, results from the sense of loss of such a human dimension essential to the affirmation of the condition of being social. We understand that such a sensation is caused mainly related directly or indirectly to experience the world of work in capitalism, shaped by political and economic resolutions of the XXI century.

Keywords: religious experience; art mediation; autonomy; alienation.

Introdução

Procuramos aqui, em uma forma ainda ensaística, desenvolver reflexões acerca da relação entre arte e religião embasadas em estudos oriundos da ontologia do ser em Marx. Tais reflexões originam-se de experiências pessoais que envolvem contatos com instituições religiosas de corte cristão e não cristão e alguns de seus fundamentos filosóficos. Tais experiências geraram questões às quais, enquanto acadêmica, não pudemos deixar de dar atenção. É mister destacar também elementos advindos da conjuntura política atual que tem tentando pôr em risco a conquista histórica do Estado laico. Um elemento de outra ordem que não se desvincula obrigatoriamente destes mencionados é a da atuação como docente universitária, mais especificamente junto às disciplinas de Ética Profissional e Serviço Social com a qual trabalhamos por mais de dez anos, com a disciplina de Classes e Movimentos Sociais que ministramos atualmente e com o projeto de ensino GETEPSS (Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social) ambos na Universidade Federal Fluminense – PUCG. Questões que emergiram e emergem dentro destas atividades também participam do conteúdo aqui tratado. Portanto, consideramos os pontos de reflexão que aqui iremos apresentar, e que ainda carecem de maior aprofundamento, como colabora-

dores do exercício profissional do assistente social, principalmente no que tange às reflexões e análises relativas à cultura profissional do Serviço Social.

Sem nos conduzirmos pelas especificidades das realidades das religiões em seus aspectos institucionais, procuraremos caminhar pelo que consideramos serem alguns dos aspectos de unidade entre elas. Para tanto, consideraremos elementos do campo da filosofia, da sociologia política e da antropologia, que lhes conferem e têm conferido forma e sentido, mas atendo-nos à questão do sentido.

Religião, afeto e transcendência

Partimos do princípio, em nossas reflexões, de que as religiões em essência, atendem as necessidades humanas da transcendência e do afeto, aproximando os indivíduos de sua condição de humano-genérico. Portanto, as análises dos fenômenos que suscita em indivíduos e coletivos de indivíduos não podem abster-se da consideração a questões de ordem existenciais, que tenham por compreensão o fato de que a mediação da experiência religiosa se concretiza a partir de determinações de ordem objetivas e subjetivas. Quando aqui falamos em experiência religiosa não estamos nos restringindo a normas ou rituais institucionais, mas a necessidades humanas mais amplas, que de algum modo, veem-se atendidas por esta mediação.

‘A religião é, na realidade, a consciência e os sentimentos próprios do homem que ainda não se encontrou ou então já se perdeu.’ ‘A religião é apenas o sol ilusório em torno do qual se move o homem enquanto não se move em torno de si mesmo’ (*Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*). (KONDER, 2009, p.80).

No entanto,

Não há, no fenômeno religioso encarado em si mesmo, nada de *anormal* ou de *patológico*. Se, nos casos de alguns indivíduos, as manifestações de sentimento religioso refletem desequilíbrio psíquico e até morbidez, isso não ocorre por serem eles crentes e sim por serem *crentes doentes* (KONDER, 2009, p.82).

Tal constatação remete-nos, entre outros, ao espaço dos estudos e debates sobre cultura, pelo fato de tais experiências contribuírem para uma forma de afirmação entre os indivíduos, de suas condições humanas, visto envolverem a produção de valores que a depender de contextos e conjunturas políticas, favorecem avanços em determinadas direções na história. Fundamentos teóricos de tal relação podem ser identificados através da seguinte passagem de Coutinho (2011, p.53-4).

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Mas isso não é cultura, é pedantismo; não é inteligência, mas intelectualismo – e é com toda razão que se reage contra isso.

A cultura é bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal, onde cada ser singular seleciona e especifica seus próprios

órgãos inconscientemente, pela lei fatal das coisas. O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza.

Segundo Filho (2012) é possível encontrar na experiência religiosa componentes intelectuais, voluntários e afetivos comuns a todas elas que podem ser de alguma maneira resumidos na busca da transcendência. Esta transcendência pode ser compreendida como uma forma de propiciar uma releitura da realidade individual e coletiva que às vezes pode alcançar um nível mais profundo e amplo, do que em uma expressão do senso comum que não se movimenta para além dos imediatismos e das singularidades das relações. Esta forma mais aprofundada, mesmo efetivada em bases questionáveis à realização de um projeto de sociedade crítico de modelos de organização social que não respeitem determinados princípios de liberdade, têm poder de corroborar com a identificação da relação vital de dependência entre humanos e destes com um significado maior relativo às suas existências que, em termos ontológicos, elas possuem. Podemos subsidiar tal conclusão pela afirmação de que em seu sentido cristão a “religião seria, então, o que liga ou religa os humanos ao divino e, por isso, os humanos entre si” (FILHO. 2012, p. 26).

No entanto, para fiéis ou ateus, a vivência religiosa em seus aspectos intelectuais e afetivos possuem muitas variedades, interferindo, porém, de forma também variada no intercurso das relações sociais, portanto no intercurso da história. A partir disto, Filho (2012) nos fala da necessidade de conhecimento da experiência religiosa, não a partir da definição conceitual de religião, mas “da experiência pessoal de quem tem fé.”

para compreender a Religião, é preciso tomar um caminho diferente: não é possível ir do divino aos seres humanos, porque afinal, se o divino é transcendente, não podemos encaixá-lo nos moldes de um raciocínio nem nos limites de um conceito.

Para que a abordagem da Religião seja mais apropriada, correspondendo de fato ao seu objeto, deve-se partir da análise da experiência pessoal de quem tem fé. (FILHO, 2012, p. 26).

Portanto, por esta linha de raciocínio, cabe nos conduzirmos por este processo procurando encontrar o máximo de elementos que contribuam para a compreensão de como tal experiência preenche a necessidade humana do afeto e da transcendência, assim como, se este espaço poderia ser preenchido por alguma outra mediação.

Se a religião manifesta um estado de coisas dentro do qual ela é necessária, a única maneira de suprimi-la é agir tendo em vista a modificação de tal estado de coisas, de que decorre a necessidade da religião. (KONDER, 2009, p. 81)

No que tange a possibilidades de uma outra mediação em substituição a da religião, trabalhamos aqui com a hipótese do trabalho com a arte. Isto porque a transcendência que a experiência religiosa favorece, o encontro com a condição humano-genérica, a sensação da infinitude, podem ser encontradas nesta experiência. E as variadas formas com que estes elementos comuns entre religião e arte podem ser testemunhados e manifestados, relacionam-se com as particularidades de cada um, ou seja, com as diferentes formas de inserções dos indivíduos na vida em sociedade e, portanto, relacionam-se também com as suas subjetividades.

A história da religião, em linhas gerais, segundo Konder (2009), relaciona-se com o processo do homem de busca de sentido para sua existência, procura de alguma inteireza para a fragmentação a que se vê sujeito e que se acentua na sociedade de classes. Tal fragmentação, pode ser identificada como determinação de uma série de expressões de alienação.

Na sociedade dividida em classes, entretanto, os indivíduos se ressentem de um isolamento fundamental. Os sentimentos de espontânea solidariedade inter-humana já não encontram campo para se realizarem livremente. A vida social gira em torno da propriedade e os indivíduos são incitados a se escravizarem uns aos outros, transformando-se o próximo de *alter ego* que era em meu escravo potencial. (KONDER, 2009, p. 84).

Diante disto,

A questão *do sentido da vida*, assim, desde o seu primeiro equacionamento mais ou menos consequente, encontrou nas condições sociais vigentes uma resposta pronta de tipo religioso. (KONDER, 2009, p. 85).

No entanto, a religião se institucionalizou e criou normas, regras que acabaram por finalizarem-se em si mesmas, revestindo-se de “formas ricas de aparelhagem conceitual e com elevado nível de racionalização” (KONDER, 2009, p. 87) que muito tem servido a interesses ideológicos de vários matizes. A religião, enquanto possuidora de uma força social organizada, estabelece limites em relação ao avanço do processo reflexivo que possibilite ao homem a gestação de uma consciência mais autônoma, uma consciência para si. Mas acreditamos, que mesmo tais limites, estabelecidos pelas fronteiras instituídas entre ciência e religiosidade, possam ser explorados na condução de contrapontos a tal quadro de situação.

Trabalhando o sentido religioso pela mediação da arte

Partimos aqui do princípio de que, o exercício da religiosidade fornece elementos que podem estimular os seres humanos a contraporem-se subjetivamente a determinados processos de fragmentação engendrados pelo modelo de organização do trabalho no capitalismo, à medida que possibi-

litam conexões entre singularidades e a condição da genericidade humana, gerando a sensação de plenitude, mesmo que às vezes somente momentânea. Tais momentos podem ser explorados em reflexões mais profundas sobre os sentidos da vida.

No entanto, queremos avançar no apontamento de duas possibilidades para arte na relação com o exercício religioso. Uma seria de substituição da mediação da religião pela da arte, como forma tática de avanço da consciência humana num nível de consciência para si, expressão de uma subjetividade mais inteira. Outra possibilidade para esta relação seria a utilização dos sentidos políticos da arte como orientação para um trabalho religioso comprometido com processos culturais libertários.

Em Marx, a arte é “atividade prática, um momento decisivo do processo de auto formação do gênero, de apropriação da realidade e doação de sentido.” (FREDERICO, 2013, p. 53). Esta resignificação possibilitada pela experiência com a arte pode ser observada, entre outras, na seguinte passagem

O processo de combustão da subjetividade particular no ato de criação artística e de seu acesso ao nível de um equilíbrio da alma superior foi eloquentemente traçado também por Benedetto Croce, em uma página de seu estudo ‘O caráter de totalidade da expressão artística’ (TERTULIAN, 2008, p. 268).

A criação artística facilita a percepção do grau de universalidade presente na capacidade humana de produzir e do nível de liberdade presente no ato da produção, principalmente da produção não alienada. Isto é possível porque enquanto uma das esferas de objetivação do ser social, ela se configura em uma mediação ontológica.

Considerações finais

Nosso trabalho objetivou apresentar reflexões de um estudo, ainda muito inicial, acerca de possibilidades da arte em seu aspecto cultural, poder gerar contribuições a um projeto de sociedade que se deseje instaurador de um universo de relações parametrado pelo exercício de formas de liberdade, onde os sujeitos, coletivos ou não, exercitem-se em seus potenciais de autonomia, respeito, criatividade, solidariedade [...] Para tanto, apresentamos aqui como uma mediação que, com o poder de atendimento de necessidades encaminhadas para a experiência religiosa, possa conduzir os indivíduos para avanços espirituais, entre os quais podemos destacar a autonomia, a partir do desenvolvimento da consciência de si. Desta maneira, dentro da experiência religiosa ou para além dela, a arte pode auxiliar nos enfrentamentos políticos dirigidos a formas institucionais de alienação.

Esperamos poder avançar, em futuro próximo, no amadurecimento do produto de nossas reflexões, ora apresentado, através de sua interlocução com o trabalho pesquisadores e estudiosos do tema.

Bibliografia

- COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci: escritores escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FILHO, Juvenal Saviano. *Religião*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
- FREDERICO, Celso. Marx: a arte como práxis. In: *A arte no mundo dos homens*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- KONDER, Leandro. Alienação e religião. In: *Marxismo e religião: contribuições para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- TERTULIAN, Nicolas. *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*. São Paulo: UNESP, 2008.

Recebido em: Fevereiro / 2017

Aceito para publicar em: Maio / 2017

Implicações identitárias e povos marginalizados no Nordeste do Brasil

Jackson Bentes

Resumo

Esta pesquisa busca analisar as implicações identitárias que marcam os jovens da cidade de São Vicente Ferrer, no interior do Maranhão, que se deslocam para o sudeste, do Brasil, em busca de trabalho/qualidade de vida, haja vista os constrangimentos no campo, isto é, na região em que vivem. Diante do exposto, problematiza-se as consequências econômicas e sociais para estes sujeitos e suas famílias, bem como para a região para qual se deslocam. Objetiva-se, desta forma, uma análise reflexiva sobre a identidade e o lugar deste sujeito na sociedade contemporânea na medida em que o mesmo *a priori*, no dizer de Benjamin, é “a vida nua” submetida às relações de controle e dominação”. A metodologia proposta é um estudo de caso, através de histórias de vida, explicitando conceitos que são fundamentais à análise, assim como os dilemas inerentes aos jovens em questão. Os resultados apresentados consistem em verificar como as histórias dos descendentes africanos se encontram marcadas pela exploração da pessoa.

Palavras-chave: implicações identitárias; qualidade de vida; histórias de vida.

Resumen

Esta pesquisa intenciona analizar las implicaciones identitárias que impactan en la vida de los jóvenes de la cidade de São Vicente Ferrer en las afueras de Maranhão, los cuales se trasladaron hacia el sudeste de Brasil en búsqueda de trabajo/calidad de vida, haya vista los estreñimientos del campo, esto es, la región donde viven. Siendo así, delante de esa situación se problematiza las consecuencias económicas y sociales para estos sujetos y sus familias, como también para la región a que se trasladan. De esa forma, el objetivo central de este trabajo es promover um análisis reflexivo sobre el lugar de este sujeto en la sociedad contemporánea, a medida que el mismo *a priori*, en el decir de

Benjamin, es la vida desnuda bajo a las relaciones de control y dominación. La metodología propuesta es un estudio de caso a través de la historia de vida de los jóvenes y para eso se busca explicitar conceptos que son fundamentales a este análisis, así como los dilemas inherentes a sus vidas. Los resultados consisten en verificar como las historias de sus descendientes africanos se encuentran marcadas por la exploración del trabajo físico, hecho que se convirtió en una verdadera mano de la persona.

Palabras clave: implicaciones identitárias; calidad de vida; histórias de vida.

Abstract:

This research seeks to analyze the identity implications that mark the young people of the city of São Vicente Ferrer, in the interior of Maranhão, that move to the southeast of Brazil, in search of work / quality of life, given the constraints in the field, this is in the region where they live. In view of the above, the economic and social consequences for these subjects and their families, as well as for the region in which they move, are problematized. In this way, a reflexive analysis of the identity and place of this subject in contemporary society is sought, inasmuch as it is a priori, in Benjamin's words, "naked life" submitted to relations of control and domination. "The proposed methodology is a case study, through life stories, explaining concepts that are fundamental to the analysis, as well as the dilemmas inherent in the young people in question. The results presented are to verify how the stories of the African descendants are marked by the exploration of the person.

Keywords: identity implications; quality of life; life stories.

Apresentando aspectos introdutórios

As análises feitas denunciam implicações de ordem demográfica que marcam profundamente a vida de jovens descendentes de escravos na cidade de São Vicente Férrer, no interior do Maranhão. Estes vivem situações de deslocados internos e, migram dentro de seu próprio país em busca de melhores condições de vida.

O deslocamento se dá para o sudeste, do Brasil, e tem como motivação primeira a busca de trabalho, o que se pode ler como busca pela qualidade de vida, haja vista os constrangimentos da região em pauta, marcados historicamente pela pobreza e pelo trabalho forçado.

O Município em pauta chama-se São Vicente Férrer, localizado no Estado do Maranhão e, abriga uma população miserável e de baixa escolaridade. Os fatores deste quadro desfavorável, são já por si excludentes e não são segredo nem para a sociedade local, nem para o governo brasileiro, porém, a promoção da mudança social e econômica, inexplicavelmente, não acontece para estes moradores da baixada maranhense.

As dificuldades que as crianças e os jovens da zona rural enfrentam, afetam principalmente a educação das mesmas, pois, para se chegar à escola estas enfrentam estradas inviáveis e transportes precárias, mesmo as crianças e jovens que moram na cidade, possuem uma educação precária e passam por processos de aprendizagem com muitas defasagens, conseqüentemente. As deficiências de materiais escolares e o mínimo de recursos humanos, principalmente, de professores qualificados, são alguns dos fatores que inibem ainda mais a transformação social e, evidentemente, a promoção da pessoa humana e sua identidade.

O perfil do povo dessa região ou, mais especificamente dos moradores de São Vicente Férrer, pode ser traçado como um povo que sobrevive da agricultura familiar, com vendas de ambulantes e da pesca, embora a prática da pesca não seja a fonte principal devido a devastação do rio que circunda a região na época de inverno.

O cenário aqui apresentado, ainda, pode servir de alertar para a falta de políticas agrícolas para o homem do campo, as quais não conseguem alternativas para suas praticas de sobrevivência. A sobrevivência na região depende também, em grande parte da aposentadoria e dos projetos do Governo Federal.

A busca por uma vida melhor aumenta a fila das situações de submissões de trabalho forçado e a contundente migração para outras regiões do Brasil, redundando em vide e trabalhos desumanos no campo.

Assim, pode-se afirmar que o grau de importância ou o incentivo por parte das autoridades públicas para que as pessoas dessa região busquem uma melhor qualidade de vida, é mínimo ou quase nenhum. Muitos moradores da cidade de São Vicente dependem do trabalho na Prefeitura no Município. Não obstante, a essa situação, alguns moradores ligam-se às instituições religiosas ou pequenos grupos organizados para buscarem alternativas, principalmente, através da educação.

Quimeras estes grupos consigam organizar-se socialmente e mudar essa realidade que mostra sua face tão marcada e sofrida e, no mesmo movimento, desenvolver outros projetos que promovam e incentivem as novas gerações a mudarem essa marcante realidade histórica que os devora e submete a viver sobre situações desumana que lhes compromete sua identidade.

1. Um lugar de tradição dos Tapuias¹

No final do século XVIII, o movimento migratório das cidades vizinhas se direcionaram a futura cidade de São Vicente Férrer, agora município brasileiro do estado do Maranhão, o qual localiza-se a 280 quilômetros de São Luís, capital, situando-se na região conhecida como Baixada Ocidental Maranhense, a uma latitude 02°53'39" sul e a uma longitude 44°52'49" oeste, sua altitude é de 16 metros.

Este município possui uma área de 394.634 km². A população do referido município é de 20.863 habitantes conforme censo do IBGE (2010a), sendo que, 5.445 corresponde à população urbana e 15.425 à população rural, o que já é o suficiente para diferenciá-la de outras cidades do Maranhão.

¹ Tapuias é um termo que foi utilizado, ao longo dos séculos, no Brasil, para designar os índios que não falavam a língua tupi. (fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tapuias>>).

O retrato da economia, ou o que podemos chamar de economia de subsistência, é baseada na criação de gado e durante o inverno complementada pelas lavouras de mandioca, arroz e milho. A vegetação predominante no município é a mata de palmeiras, sobretudo babaçu, açaí, buriti, bacaba, tucum e guarimã. A cidade de São Vicente é uma povoação bastante modesta, e como muitas outras no interior do Maranhão não dispõem de saneamento básico, e muitos outros fatores socioeconômico e culturais afetam diretamente a população.

Segundo dados do IBGE (2010c), a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade é 26,3%². De modo geral, a insuficiência de escolas na zona rural ocasiona a improvisação de salas de aula que funcionam, muitas vezes, com iluminação precária. Há ainda outras dificuldades enfrentadas, tais como: o difícil acesso às escolas existentes na zona rural; o transporte escolar precário; a má remuneração e qualificação deficiente dos professores; a inexistência de material didático-pedagógico e equipamentos escolares adequados ao contexto local; a inexistência de bibliotecas e áreas de lazer; a grande presença de salas de aula multisseriadas, sem, contudo, existir uma proposta metodológica a ser aplicada, além de merenda escolar insuficiente, o que compromete a qualidade do processo de aprendizagem da criança.

O resultado da soma desses fatores relatados anteriormente reflete-se no índice de analfabetismo, na evasão escolar de jovens que se sentem desmotivados e, muitas vezes, se veem obrigados a abandonar a escola pela necessidade de trabalhar na roça para ajudar no sustento da família, comprometendo ainda mais as possibilidades de mudança do cenário rural.

É preciso que se aponte as diversas tentativas do Poder Público local em buscar, ou ao menos demonstrar, solucionar os problemas locais, por meio de articulações federais e estaduais, no correspondente à educação, saúde,

² IBGE. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?coduf=21&idtema=79&codv=v189>>.

agricultura com enfoque político, social, econômico e ambiental, ainda, é possível perceber, literalmente, a fragilidade das gestões por falta de conhecimentos de suas finalidades, além da falta de recursos e autonomia das Secretarias Municipais. Outra observação é a presença de uma política pautada no clientelismo, conseqüentemente, tornando as secretarias municipais cada vez mais inoperantes.

A capacidade de produção e produtividade de culturas como mandioca, milho, arroz e feijão do município é extremamente baixa, tendo-se como causas o sistema empregado (roça no toco), em que os agricultores utilizam o corte e a queima da vegetação nativa no preparo do terreno para o plantio, ocasionando o empobrecimento dos solos, além da carência de orientações técnicas e de incentivos financeiros para implantação de sistemas produtivos diversificados, com uso de práticas agroecológicas que possibilitem a sustentabilidade econômica e ambiental.

Nesse cenário, mostrado nas dimensões de estado, microrregião e município, observa-se uma realidade de desalinhamento entre o que a terra tem e pode produzir. A falta de engajamento político contínuo, em transformar esse fenômeno efetivo de carências de necessidades, é percebida pela população, uma vez que a aspiração básica mantém-se sem atendimento e satisfação.

É com base nesses aspectos que há uma necessidade de investimentos sociais para que seja despertado, junto aos governantes, o espírito de luta e compreensão pelos menos favorecidos. Surge a Igreja Católica como uma alternativa de afluir pessoas que, em meio à organização de ideias, invistam em suas reivindicações.

Desta feita, a descrição sobre o município de São Vicente Férrer, aponta a situação que faz desse povo, desde de sua origem, um povo de migrantes em busca de melhores condições de vida para seus familiares. Nesse contexto, os elementos favoráveis para se pensar em uma transformação social se apresentam de difícil alcance e, em contraposição a esta situação se encontram

movimentos com homens e mulheres que lutam pela implantação de políticas públicas e educacionais em prol do bem social.

2. Uma região de pobreza

A Baixada Maranhense é uma região bastante pobre, localizada a oeste e sudeste da capital do estado do Maranhão, formada por grandes planícies, nos baixos cursos dos rios Mearim e Pindaré, e médios e baixos cursos dos rios Pericumã e Aurá.

A Baixada abrange uma área de 18.273,30 Km², composta pelos municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Viana e Vitória do Mearim. (AZEVEDO, 2013).

A população total do território é de 52,98%, correspondendo a 388.861 habitantes divididos na zona rural com 206.007 habitantes, 23.828 agricultores familiares, 7.597 famílias assentadas e 194 comunidades quilombolas. O IDH médio é 0,60. A região ocidental da Baixada Maranhense é de clima quente e úmido (SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 2013).

3. Um Estado em potencial

O Estado do Maranhão está localizado na região Nordeste do Brasil e limita-se com os estados do Pará (a oeste), Tocantins (a sudoeste), Piauí (a leste). É banhado pelo Oceano Atlântico (ao norte). Com belas praias, inclusive com os famosos e belíssimos km² km²Lençóis Maranhenses. Com uma extensão territorial de 331.935,507 km², este estado ocupa 3,9% do território brasileiro.

Composto por 217 municípios, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, a população está totalizada em 6.574.789 habitantes, havia uma esti-

mativa de que em 2013, a população chegaria a um total de 6.794.301, o que ainda não foi confirmado pelo novo censo. Na região nordeste, o estado ocupa o quarto lugar em termos populacionais. Com um crescimento demográfico de 1,5% ao ano e densidade demográfica de 19,8 habitantes por km², o estado faz jus a essa estimativa. A miscigenação é uma das características marcantes do povo da região, com etnias: brancos (24,9%), negros (5,5%), pardos (68,8%), amarelos ou indígenas (0,7%), segundo o senso do IBGE, no ano de 2010³.

Os aspectos da geografia da região marcam ainda mais a diversidade do Estado, composta por rios como Pindaré, Turiaçu, Grajaú, Munim, Itapecuru, Tocantins, Gurupi, Mearim, Parnaíba e outros menores. As cidades de maior destaque são: Açailândia, Imperatriz, Timon, Caxias, Bacabal, Balsas, Codó e Santa Inês, além da capital São Luís. O clima é equatorial na região oeste e tropical no restante do território (ESTADO DO MARANHÃO, 2012).

A capital São Luís possui 1.014.837 habitantes (IBGE, 2010), sendo a cidade que possui maior concentração populacional no Estado, considerada nacionalmente a capital nacional do reggae, ela apresenta grande pluralidade cultural e tem como maior manifestação popular a festa do bumba meu boi.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, o estado do Maranhão apresenta graves problemas. Marcado por um índice de 20,9% (IBGE, 2010a) que acusa uma parcela da população que não é alfabetizada, ocupando, tristemente, o penúltimo lugar no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com uma alarmante média de 0,683, em 2005.

No ano de 2009 os dados econômicos e sociais contabilizavam o PIB *per capita* em R\$ 6.259. Outro dado alarmante refere-se à mortalidade infantil (antes de completar 1 ano) de 36,5 por mil habitantes. A expectativa de vida (anos) em 2003 era de 66,4 (BRASIL ESCOLA, 2013; MARANHÃO. INFORMAÇÕES ESTADUAIS, 2009).

³ Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=21>>. Acesso em 8 de março de 2016.

Em termos econômicos, o Maranhão é considerado um Estado com vocação de práticas agrícolas, pecuária e de extrativismo vegetal, bem como o detentor de uma veia forte para a indústria pesqueira e, por esta característica, o faz um estado com potencialidade mercantil; a pesca artesanal, fomenta-o como um grande fornecedor de frutos do mar, tais como o camarão, o caranguejo e o sururu, pescados em seus 640 km de costa, dando-lhe, também, o segundo lugar no país (ESTADOS BRASILEIROS, 2013).

A capital São Luís concentra um número muito elevado do produto interno bruto (PIB) do Estado, sendo responsável direto por R\$ 39,9 bilhões (em 2009) projetando-o por uma economia crescente no cenário econômico.

As universidades públicas (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e Universidade Federal do Maranhão – UFMA) somam-se às universidades privadas, além de centros de ensino e faculdades particulares e escola técnica. Há uma expansão imobiliária, sobretudo, na capital e nas cidades maiores, porém, o custo de vida tem uma elevação muito superior à renda da população, bem como a capacidade de conter a exclusão social. O que marca também o estado é uma forte dependência de empregos públicos (IBGE, 2010b).

4. O problema

Não sem razão, diante do exposto, pensar o que dizem alguns autores ao nomearem os excluídos na busca da inclusão. Destacamos Martins (2009) quando este aponta que os excluídos são os “sobrantes da cidade”, ou, ainda, “refugo humano” como aponta Bauman (2005), ou mesmo “degradados” no dizer de Wacquant (2005).

Na contemporaneidade, em função dos modos de produção oriundos de um capitalismo selvagem e, também, por conta das dificuldades econômicas e sociais que este modo impõe surge o “sujeito sem identidade”, excluído pela ausência de trabalho e que, no dizer de Martins (2009), acaba por ser

incluído perversamente. Verifica-se que um dos processos mais perversos de inclusão se dá por intermédio da economia informal, quando a maioria dos sujeitos, oriundos das camadas mais baixas da sociedade, por necessidade de garantir sua subsistência e a dos seus, se submete às imposições da lógica mercantil.

Destaca-se, neste contexto, os moradores de São Vicente Férrer que, na busca de uma suposta qualidade de vida, migram para o sudeste e acabam por se submeter aos ditames da exclusão, vivendo uma *cidadania periférica*, até porque “a sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais de desenvolvimento econômico.” (MARTINS, 2009, p. 33). Desta maneira, percebe-se que a exclusão se processa sorrateiramente materializando, conforme Martins (2003), a inclusão perversa, isto é, materializando uma nova classe de “sujeitos sem identidade”, reféns do simulacro de uma cidadania que se pode cunhar de *cidadania periférica*.

A vida do cidadão que vive na “periferia” da sociedade expõe a luta de contrários, ao que a sociedade produziu como conhecimento, é só a ponta do *iceberg* a indicar a “exceção” que produzirá a ação desta mesma sociedade sobre seu cidadão, “dado que a vida sob uma lei que vigora sem significar assemelha-se à vida no estado de exceção, na qual o gesto mais inocente ou o menor esquecimento podem ter as consequências mais extremas”. (AGAMBEN, 2010, p.58).

O fato é que uma mesma reivindicação da *vida nua* conduz, nas democracias, a primazia do privado sobre o público e das liberdades individuais sobre os deveres coletivos, e torna-se, ao contrário, nos Estados totalitários o critério político decisivo e o local por excelência das decisões soberanas.

Em síntese, é possível afirmar que a vida deste “sujeito sem identidade” e suas necessidades, que podem ser medidas pela produção, passam a determinar a relação das pessoas e tornam-se por toda parte o fato *politicamente* decisivo.

Não obstante, este mesmo motivo serve, também, como justificativa para as relações de controle e dominação. Assim, a política já havia se transformado em biopolítica e fora destinada a cumprir seu papel de criar a forma de organização dos sujeitos na sociedade.

Porém, uma forma que assegurasse a organização destes sujeitos, em última instância, o controle e o usufruto da vida nua. (Agamben, 2010). As relações políticas encontram-se entrelaçadas com a vida de forma tão íntima que não possibilitam aos seus participantes analisar o modo como vivem, ou sobrevivem nos canaviais. Por esse motivo, pode-se entender como disfarce, o que era apresentado como biopolítica que se converte em tanatopolítica, e é, ela quem decide no estado de exceção, quem deve viver e quem deve morrer. E como deve morrer. (AGAMBEN, 2010).

Logo, essa reinclusão, de fato e de direito, não existe, sobretudo porque não se inclui ou reinclui apenas garantindo a subsistência, a inclusão tem que garantir direitos social e moral, haja vista que “este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos ou reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluída do ponto de vista econômico e excluída do ponto de vista social, moral e até político.” (MARTINS, 2009)

A população de São Vicente Férrer vive este dilema, pois que se encontra marginalizada, principalmente, porque a inclusão perversa ou degradante, como afirma Martins (2003), garante o dinheiro, mas não a sua reintegração social e moral. Conforme este mesmo autor (MARTINS, 2009).

[...] essa reinclusão se dá no plano econômico: a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade “normal”. A reintegração não se dá sem deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica, baseada na família, num certo tipo de ordem (p. 33 – grifo do autor).

Pensando na exclusão, importante entender, ainda, o que nos diz Agamben (2010) quando afirma que a vida nua é a vida matável, pois “decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua [...] vem a coincidir com o espaço político” (p.16). Desta forma, compreende-se que vive-se o que deveria ser exceção aos vicentinos, onde meninas e meninos, cuja vida é *nua*, tornam-se vítimas e reféns da miséria, postos à margem da sociedade, subtraídos do direito de ser,

5. O plantio da cana-de-açúcar: um lugar de escravidão e perda da identidade

No Brasil, o maior produtor mundial de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), esta cultura tem grande importância econômica⁴, pois pode ser facilmente cultivada e seu manejo na lavoura é realizado sem grandes estruturas. Com os recursos maquinário disponíveis, a cana ser produzida em grande escala e utilizado em vários espaços do comércio e da indústria, tais como na alimentação do gado de leite, onde suas fibras são utilizadas como nutrientes. Sua produção (fig.01) varia entre 150 e 200 toneladas/ha de massa verde em um único corte (GONÇALVES, BORGES e FERREIRA, 2009).

⁴ Conforme Gonçalves, Borges e Ferreira (2009) A produção brasileira na safra 2009 está estimada em 674,779 milhões de toneladas, superior em 3,3% à da safra anterior, que foi de 653,302 milhões de toneladas. A produtividade média está prevista para 70.391kg/ha. O respectivo crescimento ocorreu em função da expansão de 172 mil hectares (1,8%) na área plantada e de 996kg/ha (1,4%) na produtividade média (Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB, 2009).

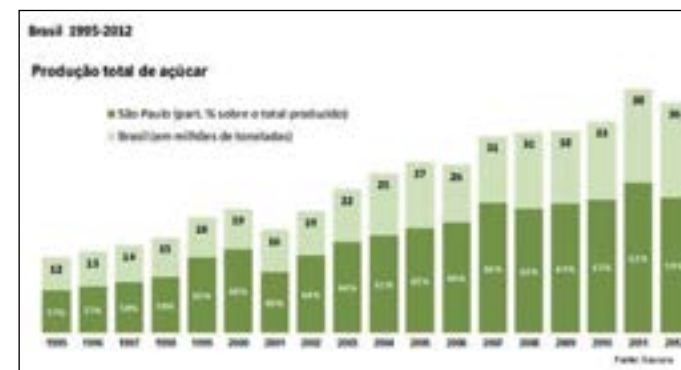


Fig. 01 – fonte: Sapcana.

A saber, a época de plantio da cana está em função direta com a sua produção, o que consequentemente implica que a escolha de sua variedade esteja em dependência de fatores tais como: resistência à pragas e doenças, resistência ao tombamento, produtividade alta, ciclo da cultura, época de colheita, fertilidade do solo, área total de plantio, tipo de colheita, época de colheita e ciclo de maturação (fig.02). Além destes, deve-se evitar, para proteger a saúde, o famoso joçal (um pó chamado de jussá, o qual obriga aos trabalhadores a se vestirem com duas camadas de roupa, debaixo do sol escaldante).

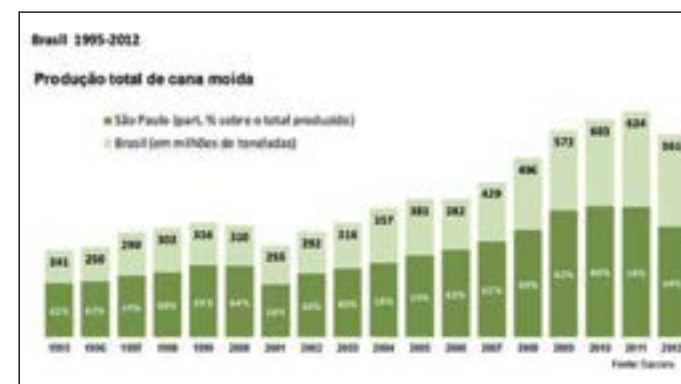


Fig. 02 – fonte: Sapcana.

Para Souza (2012), durante o plantio, deve-se considerar que este seja o mais adequado possível, aliás, o período certo é primordial para que a cana-de-açúcar tenha um bom desenvolvimento. O clima propício favorece à necessidade de muita água, temperaturas elevadas e alto índice de radiação solar. A cana pode ser plantada em três épocas distintas: sistema de ano-e-meio, sistema de ano e plantio de inverno.

Em momento algum as condições de trabalho e de sobrevivência dos jovens trabalhadores é levada em conta, o que reforça a tese de que os excluídos, tratados como supostamente incluídos – e aí “incluídos perversamente” (Martins, 2009) são os “sobrantes da cidade”, ou, ainda, “refugio humano”. (BAUMAN, 2005).

6. Considerações finais

A análise a partir das implicações identitárias dos jovens da cidade de São Vicente Ferrer, no interior do Maranhão, ou poderíamos ainda dizer, dos “deslocados”, em busca de trabalho/qualidade de vida, deixou a vista vários aspectos que marcam suas histórias e suas vidas.

Ao expor o problema que se mostram pelas vias econômicas e sociais, objetivou-se que a análise reflexiva sobre a identidade e o lugar deste sujeito na sociedade contemporânea provocasse mudança nas relações de controle e dominação abertamente demonstrada no cotidiano desta sociedade.

Embora o estudo encontre-se em andamento, é possível através das histórias de vida, explicitar dilemas inerentes aos jovens vicentinos. As narrativas já possibilitaram a verificação previa das histórias destes descendentes africanos e, como sua história, não obstante ao espaço e tempo, se encontra marcada pela exploração.

Desta forma, é válida a denúncia ao modo como estes são retirados de sua cidade e forçados a migrarem para um lugar de escravidão e de desumanização. O trabalho ao qual são submetidos de forma alguma dignifica o ser

humano e, não pode ser tido como fonte de economia para um país. Pois, este mesmo País ao desumanizar seus jovens, compromete sua identidade e desvaloriza sua força de trabalho, além de desestruturar famílias no interior do Maranhão, favorecendo assim, um sistema que escraviza e martiriza seus cidadãos.

O corte da cana-de-açúcar apresenta as raízes da escravidão e da desumanização de jovens descendentes de africanos, ou seja, o País sinaliza seu futuro com as marcas da própria escravização da qual lutou para se libertar.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- AZEVEDO, J.B. Em nome da baixada maranhense. In: *Jornal Pequeno*. 02.dez.2013. Disponível em <<http://baixadadomaranhao.blogspot.com.br/2012/09/a-baixada-maranhense.html>>. Acesso 11 nov. 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: J.Zahar, 2005.
- BRASIL ESCOLA. *Aspectos da população do Maranhão*. 2013. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/aspectos-populacao-maranhao.htm>>. Acesso 17 março 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Programa PNATE. Brasília, 2012.
- ESTADOS BRASILEIROS. *Aspectos geográficos*. 2013. Disponível em <http://estados-brasileiros.info/mos/view/Estado_do_Maranh%C3%A3o/>. Acesso 17 março. 2016.
- GONÇALVES, Lúcio Carlos; BORGES, Iran; FERREIRA. *Alimentos para gado de leite*. Belo Horizonte: Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia – FEPMVZ, 2009.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Sistema de acompanhamento de produção canavieira – SAPCANA*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/servicos-e-sistemas/sistemas/Sapcana>>. Acesso em: 17 março 2016.

SOUZA, Cíclia. *Plantio de cana*. 2012. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAerTwAI/plantio-cana>>. Acesso em: 17 março 2016.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Recebido em: Fevereiro / 2017

Aceito para publicar em: Abril / 2017

Razones estructurales del auge y declive de los gobiernos populares

Jaime Osorio

Resumo

A avaliação fundamental dos chamados governos populares que a América Latina conheceu na primeira década do século XXI e parte do segundo, como os da Venezuela sob a liderança de Hugo Chávez e a de Evo Morales na Bolívia, não devem ser feitas da perspectiva da “construção do socialismo do século XXI”, repetida pelas autoridades e analistas, mas, ao contrário, pela capacidade de fortalecer as forças sociais para a construção da “revolução do século XXI”.

Palavras-chave: governos populares; América Latina; Chavismo.

Resumen

La evaluación de fondo de los llamados gobiernos populares que conoció América Latina en la primera década del siglo XXI y en parte de la segunda, como los de Venezuela, bajo la dirección de Hugo Chávez, y el de Evo Morales en Bolivia, no debe hacerse desde la perspectiva de la “construcción del socialismo del siglo XXI”, señalamiento repetido por autoridades y analistas, sino, por el contrario, desde su capacidad de potenciar las fuerzas sociales en aras de la construcción de “la revolución del siglo XXI”.

Palabras clave: gobiernos populares; América Latina; Chavismo.

Abstract

The fundamental assessment of the so-called popular governments that Latin America knew in the first decade of the twenty-first century and part of the second, such as those of Venezuela under the leadership of Hugo Chávez and that of Evo Morales in Bolivia, should not be done from the perspective of the “construction of socialism of the twenty-first century”, repeated by authorities and analysts, but, on the contrary, from its capacity to strengthen social forces for the sake of building the “revolution of the twenty-first century.”

Keywords: popular governments; Latin America; Chavismo.

La evaluación de fondo de los llamados gobiernos populares que conoció América Latina en la primera década del siglo XXI y en parte de la segunda, como los de Venezuela, bajo la dirección de Hugo Chávez, y el de Evo Morales en Bolivia, no debe hacerse desde la perspectiva de la “construcción del socialismo del siglo XXI”, señalamiento repetido por autoridades y analistas, sino, por el contrario, desde su capacidad de potenciar las fuerzas sociales en aras de la construcción de “la revolución del siglo XXI”.

Este señalamiento implica un giro radical desde dónde ubicarse para evaluar lo realizado y lo no realizado por estos gobiernos¹, y el norte desde el cual ponderar los procesos y tareas llevados a cabo: lo que estaba a la orden del día era potenciar la implosión de fuerzas sociales desatada en aquellos procesos y la dinámica de acumulación de fuerzas no para cualquier cambio social, sino para llevar a cabo transformaciones radicales en las relaciones sociales existentes.

A la mitad de la segunda década del siglo XXI no es difícil señalar que las elevadas expectativas de transformación social que abrieron en su momento los gobiernos populares han llegado a su fin. En esta exposición vamos a considerar algunos procesos estructurales que podrían explicar tanto el surgimiento como el agotamiento del ciclo potencialmente revolucionario que allí se hizo presente.

¹ El análisis de estos gobiernos es extenso. Sólo mencionemos a modo de ejemplo, de López L., Molina, M., et. al, *¿Otros mundos posibles? Crisis, gobiernos progresistas, alternativas de sociedad*, Medellín, Colombia, Fundación Rosa Luxemburg, Universidad Nacional de Colombia, 2012. De García Linera, *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*, Buenos Aires., CLACSO, Siglo del Hombre Editores, 2009. Lander, Edgardo y Navarrete, Pablo, *La política económica de la izquierda latinoamericana en el gobierno. Venezuela*, Amsterdam, Haven Center, Rosa Luxemburg Stiftung, 2007. Estrada, Jairo (compilador), *América Latina en disputa, Reconfiguración del capitalismo y proyectos alternativos.*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Seminario Internacional Marx Vive, 2012.

Hacia el final de esta exposición destacaremos algunos otros temas teóricos y políticos que a nuestro entender tienen relevancia en los problemas señalados.

1. El nuevo patrón exportador de reproducción del capital

A lo menos desde los años ochenta del siglo XX se tiende a establecer un nuevo patrón de reproducción del capital en las economías de la región, el exportador de especialización productiva², que tras un periodo de tránsito, mayor o menor según los diversos casos nacionales, reemplazó al patrón industrial que tomó forma en la mayoría de las economías de la región poco antes de mediados de ese siglo.

Para efecto de lo que aquí nos interesa destaquemos algunas características de este nuevo patrón:

1. Se organiza sobre la base de elevadas inversiones de capital extranjero, lo que trae consigo el retorno de cuantiosas ganancias a las economías de origen.
2. También se sustenta en agudos procesos de centralización de capitales, alentados por la masiva privatización de empresas públicas apropiadas por capitales locales y extranjeros.
3. Privilegia la producción de materias primas, agrícolas, forestales, mineras, petróleo, gas, y también de alimentos, como trigo, soja, carne, vino, plátanos, azúcar, café, cacao.
4. Hablamos de un proceso que se asemeja al patrón agro-minero exportador que conoció América Latina en el siglo XIX; sin embargo presenta importantes diferencias: estamos en un punto en donde el capital busca la apropiación real del mundo y de cada metro cuadrado, a fin de someterlo a su lógica de ganancia, por lo que todas la

² Véase de C. Ferreira, J. Osorio y M. Luce (orgs.) *Padrão de Reprodução do capital*, Brasil, Boitempo Editorial, 2012.

- tierras que cuenten con materias primas (principalmente mineras y forestales; reservas de agua) o sirven para la producción de alimentos para la exportación, como los antes mencionados, se convierten en un bien que busca ser apropiado por el capital.
5. Entre los inmediatamente afectados por esta nueva situación se encuentran los pueblos originarios, las comunidades indígenas y los campesinos, cuyas tierras buscan ser integradas de forma dinámica en la reproducción del capital global. No es casual entonces que en éstas últimas décadas los pueblos indígenas y las comunidades campesinas se hayan alzado de manera casi simultánea en muchos puntos de la región.
 6. El nuevo patrón también privilegia el establecimiento o mantención de ciertos segmentos manufactureros o industriales de grandes cadenas globales de producción, sea de maquila, ensamble o producción de partes de bienes industriales, más simples, como la maquila de vestuario en algunas economías de Centroamérica o el Caribe, o más complejos, como ensamble o fabricación de partes de automóviles o aviones, como en Brasil o México.
 7. Mantener segmentos industriales no implica contar con un proyecto de industrialización, lo que ha significado que la planta industrial alcanzada en algunas economías ha tendido a ser en lo general desmantelada, porque ya no responde a las necesidades de reproducción del capital que comanda este proyecto.
 8. El nuevo patrón es exportador, lo que indica que el grueso de la gran producción, la más dinámica, se destina a los mercados exteriores, sea hacia Asia, Europa o Estados Unidos, y alguna porción hacia otras economías de la propia región.
 9. En una región en donde históricamente los trabajadores han contado poco en la conformación del mercado interno, el hecho que se

ponga en marcha un nuevo patrón exportador no es ninguna buena noticia.

10. Esto abre las puertas para que el capital pueda pagar muy bajos salarios, ya que los bienes exportados tienen poca significación en tanto bienes para el consumo de los trabajadores.
11. Por otra parte, la presión hacia la baja de los salarios proviene también de la competencia que enfrenta el capital que opera en la región en los mercados mundiales. Parte importante de las ventajas con las cuales compiten estos capitales reposan en el poco gasto en salarios.
12. Por la poca incidencia de los salarios en la creación de mercado para los bienes que hoy el capital privilegia, y el hecho que dicho descenso salarial tenga una alta incidencia en favorecer la competencia de los capitales en el mercado mundial, esto provoca que la nueva modalidad de reproducción del capital en marcha cuente con las mejores condiciones para incrementar sus ganancias por la vía de apropiarse de parte del *fondo de consumo* de los trabajadores, esto es, de apropiarse de parte del valor de la fuerza de trabajo.
13. Además el capital ha extendido sus expropiaciones hacia el *fondo de vida* de los trabajadores, apropiándose hoy de años futuros de trabajo y de vida, por la vía de extender jornadas o intensificar el trabajo. El régimen de superexplotación, propio de una economía dependiente, ha tendido a tensarse hasta sus extremos bajo esta nueva modalidad de reproducción del capital.

Esto es lo que ha ocurrido en América Latina en los últimos treinta o cuarenta años: mientras la masa, en volumen y valor, de las exportaciones crece de manera vertiginosa, los salarios se han derrumbado hasta en un 50 o 60 por ciento en igual periodo, recuperándose levemente en algunos casos en la última década como resultado de las políticas sociales aplicadas por

algunos gobiernos, pero sin alcanzar aún los niveles salariales de los años sesenta o setenta.

Pero junto a estos agudos golpes a los salarios directos, las condiciones de vida en general de los trabajadores han sufrido radicales deterioros, poniendo fin o reduciendo prestaciones sociales en materia de vivienda, salud, educación, rebajando las pensiones, entregando al capital privado los fondos de pensiones, barriendo con el comercio estatal para sectores populares, al igual que con programas culturales, prestaciones para jardines infantiles, hogares para ancianos, y un largo etcétera.

¿Qué consecuencias sociales y políticas tiene todo esto? Que el capital, en la fase de mundialización en que se encuentra, ha propiciado profundas rupturas de alianzas, de pactos, de tejido social, de mínimas condiciones de convivencia y de vida en común, de imaginarios de comunidad. Las dimensiones más bárbaras del capital se han hecho presente en medio de una enorme expansión de medios de comunicación como internet, que junto a la televisión, radio y prensa escrita difunden modos de vida y de bienestar que terminan incrementando los agravios sociales de una población mayoritariamente sometida a los tormentos del trabajo y a los de la miseria.

Es en respuesta a esta aguda violencia institucional, rupturas sociales y agravios que emergerán movimientos sociales que reclamarán su derecho a una vida digna, a poner fin al despojo de tierras, aguas, recursos y derechos, y que serán soportes fundamentales para el surgimiento de los futuros gobiernos populares y progresistas. Para desgracia del capital, la destrucción política llevada a cabo con las políticas de contrainsurgencia en la región de la mano de gobiernos militares y de gobiernos civiles autoritarios, no lograron sus objetivos de pacificar y someter a la región a sangre y fuego, buscando desmantelar y aniquilar todo lo que pudiera oponerse a sus planes.

En una región fracturada por placas tectónicas de expansión capitalista, de desarrollo de las clases, etnias y otros agrupamientos, y de complejización del Estado, pero en su versión subdesarrollada y dependiente, donde

es la dimensión de barbarie del capital la que prevalece por sobre su dimensión civilizatoria, la condición de eslabón débil de la región, en la cadena imperialista, y de actualización de la revolución, terminó por volver a hacerse presente por caminos para nada esperados: de la mano de gobiernos con una amplia y heterogénea base social, en donde los componentes populares de trabajadores, mineros, campesinos, movimientos indígenas, estudiantes, pobladores, entre otros, jugaron un papel destacado.

Frente al auge inicial, y la emergencia de un empuje potencialmente revolucionario, la historia se ha cargado en los últimos años hacia el declive de ese potencial. El recuento de lo mucho o poco que se hizo está en proceso. Me limitaré a señalar algunos puntos desde el ángulo que me he propuesto para esta reflexión.

Establecidos los gobiernos populares, un problema central – y que marcará su curso y posterior pérdida del potencial transformador- dice relación con la no ruptura con el patrón de reproducción del capital en marcha. A lo sumo se morigeraron algunos de sus aspectos, como otorgar mayores montos de la renta a manos del Estado, recursos que antes pasaban directamente a manos del capital privado local y extranjero. Pero la función desintegradora y de agravio social de la lógica del capital siguió imperando, provocando descontento y malestar social, en muchos casos llegando a grandes movilizaciones de protesta. Esto incluso en aquellos casos en donde las políticas sociales llegaron más lejos.

Por otro lado la apropiación intensiva de territorios, materias primas y recursos naturales siguió su marcha, manteniendo la tendencia a la apropiación y despojo de tierras, afectando derechos y generando conflictos con pueblo indígenas y comunidades campesinas, restándolas al apoyo de los gobiernos populares y como base social de sus programas.

La tendencia secular a golpear los salarios y demás condiciones de vida siguió operando, debiendo aplicarse programas sociales que buscaron morigerar por lo general esta tendencia, pero sin afectar las bases estructurales

que apuntan a generar pobreza y deterioro en las condiciones de existencia del grueso de la población.

La magnitud de la población en condiciones de pobreza se redujo, por la marcha de programas sociales dirigidos a tales efectos, pero dichos apoyos no revertieron la tendencia del capital en esa dirección. También siguió siendo alto el porcentaje de la población desempleada o subempleada. En tanto los porcentajes de riqueza en manos de unos pocos siguió siendo una constante.

Los recursos en manos del Estado se orientaron a resolver problemas inmediatos, pero por lo general no para crear nuevos proyectos de producción industrial que sentara bases para revertir el patrón imperante y con ello ganar en autonomía frente al capital local y extranjero.

En definitiva, es posible afirmar que se asistió al privilegio de cambios en las políticas económicas, de tendencia neoliberal, pero sin afectar en lo sustantivo las raíces y tendencias del nuevo patrón de reproducción del capital y sus secuelas disruptivas, que para afectarlo reclamaba decisiones políticas y organización de fuerzas sociales mucho más radicales.

2. La llamada democratización³

La puesta en marcha del nuevo patrón de reproducción del capital que hemos bosquejado pudo ser posible por la aplicación de un agudo proceso de violencia del capital sobre el mundo del trabajo y los movimientos populares en general, bajo la llamada doctrina de contrainsurgencia, a fin de contener y derrotar el auge popular que se asiste entre los años sesenta y ochenta en la región y que tuvo en el gobiernos de Salvador Allende y la movilización y organización popular en Chile, en la primera mitad de los setentas, y en la Revolución Sandinista, a fines de esos mismo años, sus puntos culminan-

³ El tema lo hemos desarrollado más ampliamente en *Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital*, Anthropos/UAM, Barcelona, 2014, cap. IV.

tes. También la contrainsurgencia buscó despejar el camino al capital para su reestructuración y la marcha del nuevo patrón de reproducción, lo que requería una población doblegada y sin capacidad de respuestas.

La agresividad del capital bajo el nuevo patrón de reproducción, rompiendo pactos y acuerdos con las clases populares, deteriorando agudamente sus condiciones de vida, incrementando los agravios sociales y en general rompiendo con los pactos de protección/obediencia establecidos, no podía sino generar agudos procesos de deslegitimación del mando político y del Estado, el que debió tomar formas de dictaduras militares o bien de gobiernos civiles autoritarios. El discurso neoliberal que acompañó la puesta en marcha del nuevo patrón de reproducción, referido a la existencia de Estados obesos, paternalistas o populistas y su reemplazo por Estados eficientes, buscó justificar la creciente desprotección y el retiro de prestaciones sociales que el Estado bajo el patrón industrial puso en marcha. Ahora había que concentrar esos recursos en aras de acelerar la acumulación de capitales volcada a la competencia en el mercado mundial.

El costo político de este proceso fue la creciente pérdida de legitimidad del mando político. Frente a esta situación, y ante masivas y crecientes protestas populares, la solución formulada por el capital para recuperar el reconocimiento del derecho a mandar la buscará en el llamado a la democratización. Con ello se buscaba atender también los reclamos populares por democracia, que ganaban creciente fuerza en calles y sectores sociales, y que ponían de manifiesto a su vez los límites del triunfo contrainsurgente en la región.

El nuevo evangelio del capital, junto con condenar los Estados obesos o populistas, enfatizará que los individuos deben hacerse responsables por el curso de sus vidas, sin esperar prebendas desde el Estado para tal fin. Por la vía del mercado, cada individuo recibirá las justas recompensas a sus esfuerzos, estudios, talentos y trabajo. Más aún, ahora cada individuo también sería responsable por el curso de la vida social, por la vía de pasar de súbdito

a la condición de ciudadano, un sujeto empoderado, un adulto político, el cual a través del voto podría decidir en procesos electorales limpios y transparentes bajo qué programas y bajo qué direcciones partidarias se organizará la vida en común.

Con estos procesos, además, se buscaba consolidar el imaginario de igualdad política en la vida social: cada individuo sólo expresa un voto, por lo que poco importa si unos son dueños de bancos y otros son porteros de esos bancos, al fin que todos sólo podrán depositar un solo voto a la hora de las consultas electorales.

La primavera democrática comenzó a dar sus frutos muy tempranamente para el capital: Cardoso en Brasil, Menen en Argentina, Aylwin y Lagos en Chile, Gaviria en Colombia, Zedillo y Fox en México, y algunos puntos negros que no alteraban el proceso, como Fujimori, Sánchez de Losada, Bucaram o Mahuad.

Me importa destacar la imbricación de lo económico y lo político. El mercado y los gobiernos democráticos operando en la lógica de la reproducción del capital. Los economistas (neoclásicos de siempre y también los reconvertidos) velando porque el mercado operara sin las interferencias de Estados intervencionistas. (En Chile esto tomó forma, por ejemplo, en que los gobiernos de la Concertación, donde se agrupaban fuerzas contrarias a la dictadura, asumieron sin más el programa económico de la dictadura). Los politólogos, embriagados por las aperturas políticas, pasaron de la discusión de las *transiciones* a la democracia, a la discusión sobre *la calidad* de la democracia. Atrapados por el paradigma liberal, nunca se preguntaron si lo que teníamos en marcha era realmente democracia, y mucho menos de quiénes y para qué proyectos sociales.

A pesar de las limitaciones y laberintos que la democracia liberal plantea a las clases dominadas, fueron las aperturas políticas que esa democracia requería las que abrieron puertas para que movimientos sociales diversos se organizaran como fuerzas políticas, participarán en elecciones presidencia-

les, triunfarán y dieran forma a gobiernos populares. Los triunfos electorales que dieron vida a los gobiernos populares tienden a producirse en sociedades en donde hubo mayores resistencias a la implementación de las políticas neoliberales, como Venezuela, Bolivia y Ecuador, y fueron una sorpresa para la Casa Blanca y las clases dominantes locales, las cuales suponían que las operaciones de contrainsurgencia les habían otorgado mayores plazos en la desmovilización y desarticulación de las clases y sectores dominados.

El fin de las políticas neoliberales, la implementación de amplias políticas sociales, posiciones antiimperialistas, la apertura de nuevos espacios para la organización y participación de los sectores populares, e impulso a acuerdos regionales en materia económica y política, constituirán – con mayor o menor fuerza– algunos elementos en común a las políticas de los gobiernos populares.

Los propios triunfos electorales y la capacidad de implementar ciertas medidas nada irrelevantes desde las posiciones ganadas, favorecieron las visiones que la ruta electoral e institucional era un camino seguro, y sin tantos costos políticos, para proseguir las tareas, sea de conformar nuevos Estados plurinacionales, integrar a la vida pública a sectores sociales excluidos, reformar vía Asambleas Constituyentes la vida institucional, construir nación, limitar al imperialismo y a las clases dominantes locales, fortalecer las posiciones populares, e incluso iniciar la construcción del socialismo del siglo XXI. En otras palabras, que de alguna manera los problemas del poder ya se habían resuelto, o bien que estaban en ruta de resolución. Esta apreciación sin lugar a dudas tuvo un peso de enorme relevancia en el curso posterior de los procesos.

Parte sustancial de la creación de barreras y trampas para impedir el avance de proyectos transformadores, de llevar más lejos la organización popular y de ampliar su capacidad de toma de decisiones, se encuentran en la propia institucionalidad vigente, aquella sobre la cual se montaron los gobiernos populares. El Estado burgués imperante no está hecho para ope-

rar y sacar adelante cualquier proyecto de clases. No es una botella transparente que toma el color del agua con que se llena. Ya tiene una impronta clasista y cuenta con las barreras y las amarras institucionales necesarias para impedir que desde su interior se lo destruya.

El simple llamado del capital y sus voceros sobre el respeto al Estado de derecho, es un grito de guerra, en tanto ese Estado de derecho es justamente la guerra, operante y triunfante, sobre las clases y sectores dominados y oprimidos. Y a esa condición de guerra el capital la presenta como la paz política y social que no hay que perturbar.

Y si esa institucionalidad no es suficiente o es necesaria apuntalarla, el capital no tiene empachos para recurrir a asonadas civiles y militares, a desquiciar la economía, a fomentar el mercado negro, a crear grupos paramilitares, a convocar a asonadas civiles o militares, y por último a recurrir a las propias Fuerzas Armadas para destruir la institucionalidad en su nombre, a poner fin a la democracia, en su defensa. La experiencia de Chile en 1973 puso de manifiesto la enorme flexibilidad táctica de los sectores dominantes en momentos de agudización de la lucha de clases, en tanto buscan amarrar a gobiernos y sectores populares al respeto de la institucionalidad imperante, y alientan de manera simultánea su ruptura.

Mucho de todo esto es lo que ha ocurrido con algunos gobiernos populares en periodos recientes. Pero *su derrota o su declive viene desde antes*, al sobredimensionar lo que habían alcanzado con los triunfos electorales, y minimizar todo lo que faltaba por recorrer para hacer posible una nueva forma de organización de la vida en común.

La democracia liberal, sustentada en la noción del ciudadano, que se fundamenta en una perspectiva individualista, disgrega y atomiza no sólo a las clases sociales, sino también a los movimientos sociales. De esta forma la representación de clases y movimientos populares se ven en permanente tensión con las formas de representación que reclama la democracia liberal, partidos de ciudadanos, lo que trae consigo que ni los canales establecidos

sean apropiados para la representación de clases y movimientos populares, y que la búsqueda de mecanismos alternos no termine de potenciar estos agrupamientos, alentando su desgaste.

A los problemas anteriores debe agregarse que los tiempos de los procedimientos electorales subyacentes a la democracia liberal implican la puesta en marcha de programas y acciones que deben estar supeditados a esos tiempos, ya que las elecciones revalidan o cancelan la posibilidad de seguir a la cabeza del gobierno, lo que traslada los proyectos de construcción de una nueva sociedad a calendarios y tiempos que poco o nada tienen que ver con la maduración que tales proyectos y la dinámica de los movimientos populares reclaman.

En un breve resumen digamos que la lucha electoral bajo los imperativos de la democracia liberal, como cualquier espacio de lucha, puede ser útil y necesaria, y no puede ser rechazada a priori, pero siempre que se tome conciencia, a su vez, de sus limitaciones y de que habrá momentos en que habrá que confrontarla, porque se convierte en una pesada traba para avanzar.

3. Otros problemas subyacentes

Los procesos anteriores ponen de manifiesto su doble condición de favorecer el surgimiento de los gobiernos populares y al mismo tiempo entorpecer su marcha y los objetivos que se plantearon. Un denominador común ha sido que estos gobiernos no alteraron las relaciones de poder imperantes en el Estado y no pusieron alto a la reproducción del capital ni a al patrón en marcha.

Todo esto nos traslada a asuntos cruciales de cualquier proyecto revolucionario: discutir el Estado, discutir el poder político. Ambos son temas controversiales, como controversial es el problema de la revolución misma.

Justamente por su carácter controversial es que quisiera señalar algunos puntos de debate:

a) La necesaria distinción entre Estado y aparato de Estado

Estado y aparato de Estado son entidades diferenciadas. Mientras el Estado es una condensación de relaciones: las de dominio y poder político y de construcción de comunidad, el aparato de Estado es la expresión, como cosas (cosificación), de aquellas relaciones, en tanto instituciones, cuerpo de leyes, y personal que ocupa posiciones en aquellas instituciones.

El Estado es el centro del poder político y del dominio; el aparato es la instancia de la administración de aquel poder y dominio.

La burguesía es la primera clase social que delega la administración del aparato de Estado en otras clases o sectores sociales, distintos a ella, en tanto concentra las relaciones de poder en la vida social. Ese delegar el aparato es necesario para el imaginario de igualdad que la burguesía busca establecer en el mundo que construye.

En este proceso reside la posibilidad de que fuerzas sociales y políticas incluso contrarias al capital puedan acceder al aparato de Estado. Es decir acceden básicamente a una operación de administración, no al ejercicio del poder del Estado.

En el aparato de Estado ese poder del Estado toma forma particular en el Estado de derecho y la institucionalidad que establece, y en los aparatos armados. Pero las relaciones de poder rebasan a las cosas y mantienen frente a las instituciones del aparato una enorme capacidad de movilidad y de concentración en momentos particulares. En otras palabras, en determinadas circunstancias las clases dominantes pueden “perder” instituciones, para desplazar fuerzas a otras, cargándolas de poder que anteriormente no tenían.

Visto desde los problemas del poder político, los gobiernos populares han alcanzado el aparato de Estado, no el Estado. Alcanzar el poder del Estado implica destruir las relaciones sociales de poder y dominio imperantes y establecer otras, y con ello un nuevo Estado, de transición, en tanto se

generan condiciones para poner fin al poder sobre agrupamientos sociales, para pasar a la administración de cosas.

En la teoría política los procesos que hacen posible la destrucción de las relaciones sociales de poder y dominio imperantes reciben el nombre de revoluciones políticas.

Para los agrupamientos sociales, contar con la capacidad de organizar la vida en común, implica contar con el poder político. Eso es poder político: tener la capacidad de organizar la vida en común.

Esta es la razón por la cual para cualquier fuerza política que busque establecer nuevas reglas de convivencia social no puede desentenderse del poder, del Estado, ni de la revolución. Y una revolución con perspectivas socialistas implica romper con las relaciones sociales existentes, para iniciar la construcción de una sociedad radicalmente distinta a la actual.

Revolución no son readecuaciones parciales. En este sentido será necesario distinguir entre procesos potencialmente revolucionarios (eso es lo que fueron los gobiernos populares) y revolución.

b) Sobre la acumulación de fuerza social

En los procesos de acumulación de fuerza social para destruir el poder imperante y establecer nuevas relaciones, la disposición de lucha de las clases dominadas y de agrupamientos humanos diversos, no siempre se encuentra en los mayores niveles de disposición para emprender las luchas necesarias.

Los momentos de ascenso de la disposición de lucha no se hacen presentes en cualquier momento ni en cualquier tiempo, son momentos especiales en la historia de los pueblos. Por ello una de las responsabilidades de las direcciones políticas es buscar que esa fuerza social que se despliega alcance sus puntos más altos, que se prolonguen el mayor tiempo y que tengan consecuencias en objetivos que vayan favoreciendo la capacidad de destruir la vieja institucionalidad y en ganar en poder de decisión.

Pero en ese ganar poder de decisión hay asuntos que anteceden en su resolución a otros. Por ello, no deja de ser una equivocada distracción la consigna de iniciar la *construcción del socialismo del siglo XXI*, si no se han resuelto los problemas del poder político en la sociedad. En este sentido la consigna que debiera concentrar los esfuerzos pasa más bien por convocar a la *construcción de la revolución del siglo XXI*.

Si se dispone en ciertos momentos de fuerza social, y se supone que está mantendrá su ascenso, y que no llegarán momentos en que se inicien reflujos, puede llevar a perderse la posibilidad de actuar, dando por sentado que en todo momento se contará con esa fuerza social, disponible para cualquier momento en que se la requiera.

Además, en esos ascensos de fuerza social, habrá que preguntarse hasta qué cimas se puede llegar. Dar por sentado desde el inicio que sólo se pueden alcanzar objetivos limitados, como la construcción de nación o lograr la visibilidad y reconocimiento de pueblos y grupos étnicos olvidados, de pronto es mucho, pero al mismo tiempo poco, si se considera la disposición de lucha que los movimientos populares presentaban y de las tareas de mayor envergadura que esos movimientos estarían en condiciones de desarrollar. Porque esa fuerza social no es algo delimitado de antemano; por el contrario, se potencia y se multiplica en la medida que alcanza objetivos y se va adueñando de la vida en común.

A modo de conclusión

No es exagerado señalar que tanto en el proceso venezolano, particularmente en el segundo mandato del presidente Hugo Chávez, y en el proceso boliviano, en el segundo mandato de Evo Morales, los movimientos populares alcanzaron un grado de desarrollo y de capacidad de incidir en la vida pública de significativa relevancia. Sin embargo, en ambas experiencias el amarre de los gobiernos a la institucionalidad vigente impidió a estos abrir canales para una mayor y creciente irrupción de las organizaciones popu-

lares en el curso de la vida en común. De esta forma los propios gobiernos populares se convirtieron en obstáculos para la conformación o expansión de los núcleos de un nuevo tipo de Estado, ahogando una fuerza potencialmente constituyente de un nuevo orden, y subordinándola a la condición de simple fuerza social de apoyo a las operaciones de los gobiernos, perdiendo el potencial de autoemancipación que allí se gestaba.

Ya entrados en el año 2015 la situación de los gobiernos populares ha entrado en una fase de estancamiento emancipatorio, cuando no de abierto repliegue defensivo. Así, frente a la crisis venezolana, una preocupación central es que el gobierno de Nicolás Maduro no sea derrotado por la ofensiva imperialista junto a las fuerzas reaccionarias locales. En el caso boliviano, perdida las coyunturas potencialmente generadoras de nuevas correlaciones de fuerzas, tiende a ser la burocrática administración del aparato de Estado el objetivo primordial, sin tareas ni metas que rebasen los objetivos de creación de un Estado plurinacional, así como civilizar el capitalismo amazónico/andino formulado desde los inicios de la actual experiencia.

Bibliografía

ANDRADE, Pablo, *La política de industrialización selectiva y el nuevo modelo de desarrollo ecuatoriano*, Quito, Universidad Andina Simón Bolívar, 2011.

ESTRADA, Jairo (compilador), *América Latina en disputa, Reconfiguración del capitalismo y proyectos alternativos.*, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Seminario Internacional Marx Vive, 2012.

FERREIRA, C., J. OSORIO y M. LUCE (orgs.) *Padrão de Reprodução do capital*, Brasil, Boitempo Editorial, 2012.

CHÁVEZ, Patricia, "El proceso política boliviano: dilemas y tensiones entre Estado y movimientos sociales", en López, Molina, et. al., *¿Otros mundos posibles? Crisis. gobiernos progresistas, alternativas de sociedad.*

GARCÍA LINERA, Alvaro, *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.*, Buenos Aires, CLACSO, Siglo del Hombre Editores, 2009.

GUTIÉRREZ, Raquel, *Los ritmos del Pachakuti*, La Paz, Textos rebeldes, 2008.

LENIN, V. I., *Acerca del Estado*, Obras Escogidas 3 tomos, Moscú, Progreso, tomo 3, 1961.

LANDER, Edgardo y NAVARRETE, Pablo, *La política económica de la izquierda latinoamericana en el gobierno. Venezuela*, Amsterdam, Haven Center, Rosa Luxemburg Stiftung, 2007.

LÓPEZ L., MOLINA, M., et. al, *¿Otros mundos posibles? Crisis, gobiernos progresistas, alternativas de sociedad*, Medellín, Colombia, Fundación Rosa Luxemburg, Universidad Nacional de Colombia, 2012.

OSORIO, Jaime, *El Estado en el centro de la mundialización. La sociedad civil y el asunto del poder*. México, Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____, *Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital*. Barcelona, Anthropos, 2012.

Recebido em: Julho / 2017

Aceito para publicar em: Agosto / 2017

Normas Editoriais

- O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.
- Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.
- O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.
- Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
- Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.
- As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.
- As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.
- Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.
- Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).
- Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.
- As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

- Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.
- A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.
- Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.
- Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.
- Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.
- São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.
- Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

ARTIGOS

Os paradigmas das relações comerciais Brasil/China

**Identidad sudamericana en clave constructivista
a partir de la relación estratégica de Argentina y Brasil (2003-2015)**

**Duas facetas do fervor religioso contemporâneo: da violência
do extremismo islâmico às tentativas de interferência da visão
de mundo evangélica nas políticas públicas**

“Nudes”: visualidades do eu por imagens eróticas

Zeballos y la función de la escuela en la identidad patriótica

**Las restricciones al derecho a la libertad personal y la incidencia
del control que realizan los organismos internacionales.
Corte Interamericana de Derechos Humanos y su incidencia
en Argentina**

Brasil: um modelo de desarrollo entre lo económico y lo social

**Porto Maravilha: experiências culturais e ressignificação
do espaço urbano**

**Estratégias do capital imobiliário-financeiro face às transformações
urbanas na área central do Rio de Janeiro**

Entre o céu e a terra, a mediação política da arte

Implicações identitárias e povos marginalizados no Nordeste do Brasil

Razones estructurales del auge y declive de los gobiernos populares

